



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

GABRIELA CAMARGO DE OLIVEIRA

Imigração boliviana no Interior de São Paulo: o setor têxtil em Americana - SP

Campinas
2017

GABRIELA CAMARGO DE OLIVEIRA

**IMIGRAÇÃO BOLIVIANA NO INTERIOR DE SÃO PAULO: O SETOR TÊXTIL EM AMERICANA -
SP**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Demografia.

Supervisor/Orientador: Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA GABRIELA CAMARGO DE OLIVEIRA, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. ROSANA APARECIDA BAENINGER.



CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

OL4i Oliveira, Gabriela Camargo de, 1982-
Imigração boliviana no interior de São Paulo : o setor têxtil em Americana -
SP / Gabriela Camargo de Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Rosana Aparecida Baeninger.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração. 2. Imigrantes bolivianos. 3. Economia - Americana (SP). I.
Baeninger, Rosana Aparecida, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Bolivian immigration in the interior Sao Paulo State : the textile
sector in Americana - SP

Palavras-chave em inglês:

Migration

Bolivian immigrants

Economy - Americana (SP)

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutora em Demografia

Banca examinadora:

Rosana Aparecida Baeninger [Orientador]

Alvaro de Oliveira D'Antona

Ana Silvia Volpi Scott

Wilson Fusco

Júlia Bertino Moreira

Data de defesa: 21-02-2017

Programa de Pós-Graduação: Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Comissão Julgadora do trabalho de defesa da tese de doutorado, composta pelos professores doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 21 de fevereiro de 2017, considerou a candidata Gabriela Camargo de Oliveira aprovada.

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

Prof. Dr. Álvaro de Oliveira D'Antona

Profa. Dra. Ana Silvia Volpi Scott

Prof. Dr. Wilson Fusco

Profa. Dra. Julia Bertino Moreira

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

DEDICATÓRIA

À Olívia,
minha obra-prima
e razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são inúmeros, as diversas pessoas que percorrem meu caminho durante esse período, de alguma forma contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal.

Inicialmente, agradeço a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior – pelo financiamento da pesquisa, sem o qual essa tese não seria possível. Agradeço também ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UNICAMP) pelo apoio institucional desde a graduação. Ao Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, pela acolhida de seus funcionários, professores e colaboradores; por ser minha segunda casa e local de profícuos e excelentes trabalhos, rendendo sempre encontros acadêmicos enriquecedores. Aproveito para agradecer a todos os meus colegas de turma de especialização em Demografia, nível mestrado e doutorado, turmas 2010 e 2012. E também aos professores desse mesmo programa, que sempre me apoiaram, me incentivaram e contribuíram imensamente para o meu crescimento acadêmico e profissional.

Agradeço especialmente a minha professora e orientadora Profa. Dra. Rosana Baeninger, por ser mais que uma profissional excelente e decidida, por ser minha mentora acadêmica, minha amiga e conselheira. Agradeço seu apoio institucional e pessoal, que esteve sempre presente e me manteve perseverante. Agradeço a oportunidade de participar do projeto temático FAPESP “Observatório das migrações do Estado de São Paulo”, no âmbito do qual essa pesquisa foi produzida e por propiciar debates importantes para a evolução do tema, além de apoio institucional e financeiro. Querida Rosana, muito obrigada pelo apoio.

Agradeço a amiga, companheira e pesquisadora Dra. Roberta Peres pela amizade ao longo de percurso, pelas conversas, trocas e principalmente por me guiar em muitos caminhos, obrigada! Agradeço a amiga Dra. Patrícia Freitas, com a qual partilhei inúmeras discussões sobre o tema imigração boliviana e que renderam muitos frutos a essa pesquisa. Agradeço também a Juliana Dominguez e a Karina Silveira, pela amizade e companheirismo, por estarem sempre ao meu lado, torcendo e acreditando, obrigada! Agradeço também meu irmão Prof. Dr. Thiago R. de Oliveira, pela companheirismo e apoio desde sempre, pela incentivo e inspiração.

Agradeço a minha mãe e amiga, Neusa. Obrigada por tudo, por estar sempre ao meu lado, por ser meu porto seguro. Obrigada também por ser essa avó maravilhosa que cuidou da minha filha como se fosse sua e ficou com elas incontáveis, horas, dias, semanas e meses para que essa tese fosse produzida.

Por fim, agradeço ao Felipe, meu companheiro de vida, por estar sempre ao meu lado, desde o começo dessa jornada, na graduação. Pelo apoio e carinho, pelo incentivo e pelos frutos rendidos aos longos desses anos, uma graduação, uma especialização, um mestrado, um doutorado e o mais especial deles, a nossa filha Olívia, minha maior conquista nessa vida, obrigada.

RESUMO

Inserida no Projeto Temático Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/Nepo/Unicamp), esta pesquisa tem como objetivo central estudar a imigração boliviana no Interior Paulista, focalizando a cidade de Americana e seu setor têxtil. A complexidade e diversificação dos fluxos migratórios internacionais atuais apresentam novos espaços de distribuição dessa imigração em São Paulo, fato que nos instiga a investigar esse fenômeno. Logo, esta tese objetiva compreender a presença boliviana na cidade de Americana, a partir da identificação dos nexos entre esta imigração e o trabalho na histórica indústria têxtil do município, buscando evidenciar quais foram os fatores estruturais na economia local que direcionaram o fluxo boliviano para a cidade. A metodologia adotada para tal foi o enfoque em análises de informações do Censo Demográfico 2010, da RAIS 2015, SINCRE 2000 a 2015, combinados com trabalho de campo na cidade, objetivando nos aproximar da problemática proposta. A partir do estudo foi constatou-se que a cidade de Americana se tornou um destino migratório para o fluxo boliviano no Brasil, fato esse associado a diversos fatores, dentre eles a importância e especificidades do segmento têxtil na economia local.

Palavras-chave: migração internacional, imigração boliviana, setor têxtil

ABSTRACT

The main objective of this research project is to study Bolivian immigration in the interior of São Paulo state, focusing on the city of Americana and its textile sector. This project is part of the Thematic Project “Observatory of Migration in São Paulo” (FAPESP-CNPq / CNPq / Nepo / Unicamp). The complexity and diversification of the current international migratory flows present new spaces of distribution of this immigration in São Paulo, a fact that instigates us to investigate this phenomenon. Therefore, this work aims to understand the Bolivian presence in the city of Americana, from the identification of the links between this immigration and the historic textile industry of the municipality. Seeking to demonstrate what were the structural factors in the local economy that directed the Bolivian flow to the city. The methodology adopted for this was the focus on information analysis of the 2010 Demographic Census, RAIS 2015, SINCRE 2000 to 2015, as well as fieldwork in the city, aiming at approaching the proposed problem. From the study, it was discovered that the city of Americana became a migratory destination for the Bolivian flow in Brazil, a fact that is associated with several factors, among them the importance and specificities of the textile segment in the local economy.

Key words: international migration, Bolivian immigration, City of Americana, textile sector

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Imigrantes sul-americanos por países de nascimento, Estado de São Paulo, 1940 a 2010.....	94
Tabela 2 – População boliviana no estado de São Paulo, por cidades, 1980 a 2010.....	99
Tabela 3 – População boliviana por cidades, RAIS, Estado de São Paulo, 2015.....	124
Tabela 4 – Estoque de bolivianos pela faixa etária, RAIS, Americana/SP, 2015.....	125
Tabela 5 – Estoque de bolivianos pela ocupação, RAIS, Americana/SP, 2015.....	128
Tabela 6 – Cidade de nascimento, bolivianos, SICRE, Americana/SP, 2000 a 2015.....	141
Tabela 7 – País de nascimento, latino-americanos, Americana/SP, 2013.....	145
Tabela 8 – Cidade de residência, latino-americanos, Americana/SP, 2013.....	145

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Imigrantes sul-americanos por países de nascimento, São Paulo, 1940 a 2010.....	95
Gráfico 2 – Estoque de bolivianos pelo ano que fixou residência no Brasil, São Paulo, 2010.....	101
Gráfico 3 – Estoque de bolivianos pelo tempo de moradia no município, São Paulo, 2010.....	102
Gráfico 4 – Estoque de bolivianos pelo município anterior de residência, São Paulo, 2010.....	103
Gráfico 5 – Estoque de bolivianos pelo município de residência em 31 de julho de 2005, São Paulo, 2010.....	104
Gráfico 6 – Estrutura etária dos bolivianos no interior, São Paulo, 2010.....	106
Gráfico 7 – Estoque de bolivianos pelo nível de instrução, São Paulo, 2010.....	107
Gráfico 8 – Estoque de bolivianos pela atividade de trabalho principal, São Paulo, 2010.....	108
Gráfico 9 – Estoque de bolivianos pela posição que ocupava no trabalho, São Paulo, 2010.....	109
Gráfico 10 – Estoque de bolivianos pelas horas semanais de trabalho, São Paulo, 2010.....	110
Gráfico 11 – Estoque de bolivianos pelo local de trabalho, São Paulo, 2010.....	111
Gráfico 12 – Estoque de imigrantes pelo município de residência, RMC, 2010.....	112

Gráfico 13 – Estoque de bolivianos pelo ano que fixou residência no Brasil, RMC, 2010.....	113
Gráfico 14 – Estoque de bolivianos pelo tempo de residência no município, RMC, 2010.....	114
Gráfico 15 – Estrutura etária, bolivianos, RMC, 2010.....	115
Gráfico 16 – Estoque de bolivianos pelo nível de instrução, RMC, 2010.....	116
Gráfico 17 – Estoque de bolivianos pela atividade principal, RMC, 2010.....	117
Gráfico 18 – Estoque de bolivianos pela posição que ocupava no trabalho, RMC, 2010.....	118
Gráfico 19 – Estoque de bolivianos pelo local de trabalho, RMC, 2010.....	118
Gráfico 20 – Estoque de bolivianos, Americana/SP, 2010.....	119
Gráfico 21 – Estoque de bolivianos pelo ano que fixou residência no Brasil, Americana/SP, 2010.....	120
Gráfico 22 – Estoque de bolivianos pelo ano que fixou residência no município e estado, Americana/SP, 2010.....	121
Gráfico 23 – Estoque de bolivianos pela atividade principal de trabalho, Americana/SP, 2010.....	122
Gráfico 24 – Estoque de bolivianos pelo nível de escolaridade, RAIS, Americana/SP, 2015.....	126
Gráfico 25 – Estoque de bolivianos pela atividade econômica, RAIS, Americana/SP, 2015.....	127
Gráfico 26 – Estoque de bolivianos pela remuneração média, RAIS, Americana/SP, 2015.....	129
Gráfico 27 – Estrutura etária, bolivianos, SICRE, Americana/SP, 2000 a 2015.....	135
Gráfico 28 – Situação legal no país, bolivianos, SICRE, Americana/SP, 2000 a 2015.....	136
Gráfico 29 – UF de entrada no país, bolivianos, SICRE, Americana/SP, 2000 a 2015.....	137
Gráfico 30 – Ano de registro, bolivianos, SICRE, Americana/SP, 2000 a 2015.....	138
Gráfico 31 – Profissão, bolivianos, SICRE, Americana/SP, 2000 a 2015.....	139
Gráfico 32 – Departamento de nascimento, bolivianos, SICRE, Americana/SP, 2000 a 2015.....	140
Gráfico 33 – Bairro de residência, bolivianos, Americana/SP, 2013.....	146
Gráfico 34 – Estrutura etária, bolivianos, Americana/SP, 2013.....	147
Gráfico 35 – Profissão, bolivianos, Americana/SP, 2013.....	148

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Distribuição relativa de imigrantes bolivianos no Estado de São Paulo, 2010.....	98
--	----

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1: Reestruturação produtiva e mobilidade internacional da força de trabalho	19
1.1. A reestruturação produtiva internacional.....	19
1.2. Migração internacional na reestruturação produtiva.....	23
Capítulo 2: Reestruturação produtiva em São Paulo e a migração internacional no setor têxtil	42
2.1. A reestruturação produtiva e seus impactos no segmento têxtil.....	47
2.2. A imigração no setor têxtil.....	59
2.3. Breve histórico do setor têxtil em Americana.....	69
2.4. A reestruturação do setor têxtil em Americana no século XXI.....	75
2.5 Americana e formas de organização da produção e o façomismo.....	84
Capítulo 3: Perfil da imigração boliviana no interior do Estado de São Paulo	92
3.1. Imigração boliviana para São Paulo e perfil sociodemográfico dos imigrantes bolivianos no interior do Estado.....	93
3.1.1. Distribuição espacial da população boliviana no interior do Estado de São Paulo.....	96
3.1.2. Perfil sociodemográfico do estoque de bolivianos no interior do Estado de São Paulo.....	105
3.2. Distribuição espacial e perfil dos imigrantes bolivianos na Região Metropolitana de Campinas – RMC.....	112
3.3. Perfil dos imigrantes bolivianos na cidade de Americana/SP.....	119
Capítulo 4: Imigração boliviana em Americana	132
4.1. Bolivianos em Americana a partir dos dados da Polícia Federal.....	134
4.2. Bolivianos em Americana: cadastro municipal.....	144
4.3. Imigração boliviana para a cidade de São Paulo e os indícios para compreender o fluxo para Americana.....	148
4.4. Bolivianos em Americana: as evidências a partir do trabalho de campo.....	162
4.4.1. Evidência a partir da visão institucional.....	164
4.4.2. Bolivianos em Americana: evidências a partir das entrevistas.....	171
Considerações Finais	194
Referências Bibliográficas	199

INTRODUÇÃO

A imigração de bolivianos no Brasil não é um fenômeno recente e já foi bastante estudada ao longo das últimas décadas por diversos pesquisadores que se debruçaram sobre o tema, sobretudo na cidade de São Paulo (SILVA, 1997; SILVA, 1999; SILVA, 2007; FREITAS, 2010; FREITAS, 2014; TELLES, 2010). Além disso, a presença boliviana também não passou despercebida pela mídia local, que de tempos em tempos noticia sua presença na Região Metropolitana de São Paulo.

No entanto, a maior parte dos estudos dedica sua atenção à RMSP, não sem motivo, dado que essa região concentra o maior volume de imigrantes bolivianos no Brasil. Entretanto, recentemente começaram a surgir indícios de sua presença no interior do estado de São Paulo. Em 2013 algumas reportagens chamaram a atenção para a existência de trabalho precário na cidade de Americana, no interior do estado:

Lojas Americanas pagará R\$ 250 por trabalho escravo: cinco bolivianos foram flagrados em condições precárias em uma oficina de clandestina de costura, na cidade de Americana (SP).
02 Outubro 2013 | 14h44

A Lojas Americanas vai ter de fiscalizar seus fornecedores para coibir a ocorrência de trabalho análogo à escravidão em sua cadeia produtiva e pagar uma multa de R\$ 250 mil. A decisão faz parte do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) divulgado nesta quarta-feira, 02, pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), após a descoberta de cinco bolivianos flagrados em condições precárias em uma oficina de costura, em Americana (SP), em janeiro deste ano.

Para lembrar

De acordo com fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego e procuradores do MPT, os trabalhadores bolivianos costuravam peças de vestuário infantil diretamente para a empresa HippyChick Moda Infantil Ltda., de Americana. A única cliente da empresa seria a rede varejista.

A oficina foi montada de forma clandestina nos fundos do quintal de uma casa em área residencial, na periferia da cidade. O dono, originário da Bolívia, mantinha parentes trabalhando em um barracão improvisado, com condições consideradas insalubres. A pequena fábrica têxtil recebia R\$ 2,80 por peça feita para a HippyChick. Além de não terem carteira de trabalho e serem submetidos à carga excessiva, os trabalhadores ficavam em espaço com calor intenso, sem ventilação, apertados entre pilhas de tecido, com ligações irregulares elétricas e sem extintores. No dia da fiscalização, os cinco bolivianos estavam com quatro crianças na oficina.

MPF denuncia um boliviano e três brasileiras por trabalho escravo em Americana: confecção contratada pela Zara terceirizava a produção para atender à demanda e fechava os olhos para violação de direitos.

05 maio 2014

São Paulo – O boliviano Narciso Atahuichy Choque, dono de uma confecção, e as brasileiras Rosângela Theodoro, Sonia Aparecida Campanholo e Silva Regina Fernandes Ribeiro da Costa, respectivamente sócia e funcionárias da Rhodes Confeccões, foram denunciados pelo Ministério Público Federal em Piracicaba por manterem 51 trabalhadores em condições análogas às de escravos em uma oficina de costura em Americana, no interior paulista. Entre as vítimas, 45 bolivianos. Entre eles, 13 em situação irregular no Brasil. O boliviano e as três brasileiras foram denunciados nos artigos 149, por reduzir alguém a condição análoga à de escravo, e 203, por frustrar direito assegurado pela legislação do trabalho, ambos do Código Penal.

Em operação realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego entre maio e agosto de 2011 foi constatado que diversos desses trabalhadores se dedicavam à confecção de peças de vestuário da marca Zara, encomendadas pela Rhodes. A empresa funcionava como fornecedora direta da grife espanhola, mas para atender à demanda, terceirizava a produção para outras confecções, como a do boliviano. As brasileiras fecharam os olhos para as irregularidades visando a baratear as peças. Pela denúncia, Sonia e Silvia faziam visitas frequentes à oficina para vistoriar a produção, e Rosângela sabia da utilização de mão de obra barata ao contratar empresas sem idoneidade econômica, como a do denunciado.

Conforme nota do MPF, os empregados eram submetidos a jornadas exaustivas de até 14 horas diárias e a condições degradantes de trabalho. Não possuíam registro em carteira, equipamento de segurança e não tinham descanso mínimo durante a jornada. No caso dos estrangeiros, os três primeiros salários eram retidos indevidamente para a quitação das dívidas adquiridas com transporte e alimentação no trajeto da Bolívia para o Brasil.

A oficina funcionava ainda como alojamento em condições insalubres. Havia quartos sem ventilação, alimentos armazenados no chão e banheiros em mau estado de conservação e limpeza. Lá moravam três menores, sendo dois bebês. Foi comprovado que Narciso Choque restringia a liberdade dos bolivianos devido às dívidas adquiridas com as despesas da viagem para o Brasil, que eram pagas por ele. De acordo com a denúncia, o único portão de entrada do alojamento permanecia fechado com cadeado e nenhum dos trabalhadores consultados pela equipe de fiscalização possuía a chave¹.

¹ Matéria na íntegra em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/05/mpf-denuncia-um-boliviano-e-tres-brasileiras-por-trabalho-escravo-em-piracicaba-3067.html>

Diante desses novos indícios era imperativo entender a presença de imigrantes bolivianos na cidade de Americana e no interior do estado, buscando compreender sua presença e as lógicas de atração que levaram esses imigrantes para o interior e não para a cidade São Paulo, local de excelência de localização de imigrantes no Brasil. É sobre esse tema que esta tese se debruça, com a intenção de apresentar o fenômeno e abrir a agenda de discussões sobre o assunto. O objetivo da tese é estudar o direcionamento deste fluxo migratório internacional para uma cidade têxtil distante 126 km da capital paulista em anos recentes, a cidade de Americana. A hipótese do estudo se assenta nos traços históricos desta economia têxtil local (RODRIGUEZ, 1998; GARCIA, 2004, RIBEIRO, 2005), seu contexto na reestruturação produtiva a partir dos anos 2000 (COLLI, 1997; CARDOSO, 2004; FUINI, 2013) e a inserção laboral da imigração boliviana neste nicho econômico (SOUCHAUD, 2012; FREITAS 2014).

No capítulo 1 tem-se como objetivo retomar a discussão sobre a mobilidade internacional do capital e a reestruturação produtiva na segunda metade do século 20, visando apontar como essa mudança no paradigma da produção transformou, em nível macroeconômico, as relações entre as nações e, em nível microeconômico, impulsionou as migrações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Dessa forma, procura-se iniciar o entendimento sobre o processo de inserção da mão-de-obra internacional na mobilidade do capital e da força de trabalho (SASSEN, 1990; 2007). Deste modo, foi possível delimitar que a partir de 1960 o capitalismo passou por um momento de crise no modelo de desenvolvimento baseado na forma de organização fordista que culminou na reestruturação produtiva mundial e num novo modelo de acumulação de capital. A reestruturação significou o surgimento de um novo padrão industrial que rompeu com as regulações sociais, econômicas e políticas anteriores. O novo modelo se baseou na flexibilidade do capital e não apenas afetou o modo de produção global, a partir da descentralização da produção e centralização do capital, como impulsionou a imigração internacional. O redirecionamento do capital para novas áreas industriais, sobretudo no Sudeste Asiático, resultou na intensificação da migração internacional e na complexificação dos fluxos migratórios a partir da diversificação dos países de origem e da proliferação da migração ilegal. Essas mudanças no padrão migratório foram ensejadas pela globalização do capital, desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e transportes, mas especialmente, devido a ruptura das estruturais tradicionais de trabalho nos países em desenvolvimento. Fatores

esse que impulsionaram e adensaram a imigração a nível global.

No entanto, a reestruturação produtiva não se restringiu aos países desenvolvidos, ao contrário, foi um fenômeno global e gerando impactos na maior área industrial do Brasil, a Região Metropolitana de São Paulo. Portanto, seguindo a tendência mundial, São Paulo, o maior parque industrial do país até então, começa a passar por um processo de desconcentração industrial. Logo, o capítulo 2 volta sua atenção aos impactos da reestruturação produtiva no Brasil, especificamente na RMSP. Para tal, é feita uma breve contextualização do processo de reestruturação produtiva em São Paulo e no setor têxtil-vestuário nacional e paulista. Além disso, se discute a inserção da mão de obra imigrante no setor têxtil-vestuário paulista, em especial a boliviana. Por fim, é analisado o setor têxtil-vestuário na cidade de Americana, de seus primórdios aos dias atuais.

A partir desta análise pudemos observar que o processo de desconcentração industrial São Paulo que resultou em perda de parte do parque industrial local, tanto decorrente do fechamento de diversas empresas como também pela realocação para outras regiões do estado e outros estados do Brasil, principalmente para o Nordeste. Desta forma, foi possível notar como a atividade produtiva migrou para outras regiões do estado e fora dele, embora a RMSP ainda permanece sendo o principal polo industrial do país. Além disso, também podemos entender como a reestruturação produtiva no Brasil afetou fortemente a cadeia têxtil-confecção e como o setor têxtil paulista sofreu em demasia com a entrada dos tecidos asiáticos no país, a preços mais baixos que os tecidos nacionais, resultando em fechamento de diversas industriais, queda do nível do emprego no setor e, por fim, reorganização do setor. Assim como São Paulo, a cidade de Americana também foi fortemente afetada pela abertura comercial e a entrada dos tecidos asiáticos, dado que sua economia era fortemente baseada no setor têxtil. Logo ao longo do segundo capítulo, pudemos constatar como a reestruturação produtiva afetou a economia local e as formas encontradas para reorganizar e reaquecer a economia local, que resultaram numa renovação gerencial e fabril das indústrias têxteis e o aumento das empresas no ramo das confecções.

No capítulo 3, buscando traçar um cenário da imigração boliviana no interior do estado de São Paulo, voltamos a atenção para a análise das informações do Censo Demográfico 2010 sobre a presença de imigrantes bolivianos. Para tal, são analisadas as informações do estoque de bolivianos no interior do estado de São Paulo, excluindo a RMSP, as informações sobre a

Região Metropolitana de Campinas e na cidade de Americana, de modo a traçar um perfil de ocupação espacial no interior bem como o perfil sociodemográfico dessa população. Também são analisadas as informações da Relação Anual de Informações sociais (RAIS) de 2015, buscando tecer o perfil da população boliviana em Americana.

Para tal, a metodologia abordada foi a análise dos microdados do Censo Demográfico IBGE 2010, 2000 e 1991. Para a análise das informações referentes aos imigrantes bolivianos foram analisados microdados dos indivíduos que declararam como país estrangeiro de nascimento a Bolívia e que residiam no estado de São Paulo. Para observar a presença desses imigrantes no interior, o recorte escolhido foi a análise dos imigrantes bolivianos que residiam no interior do estado, excluindo, portanto, os que residiam na Região Metropolitana de São Paulo, focando a atenção para todas as outras localidades que registram presença de bolivianos. Para tal foram analisadas as informações de local de residência, sexo, idade, nível de instrução e atividade de trabalho. O mesmo recorte foi feito para a Região Metropolitana de Campinas e para a cidade de Americana.

No entanto, apesar de o Censo Demográfico ser a principal ferramenta para análises das informações populacionais e de imigração no Brasil, é preciso levar em consideração as restrições da própria fonte de dados. O Censo Demográfico não capta a totalidade dos imigrantes, tanto em decorrência da indocumentação característica do fluxo boliviano como em razão de uma coorte migratória não poder ser captada pelo Censo Demográfico correspondente ao período de sua entrada no país e, sim, somente no Censo Demográfico seguinte. Além disso, os dados sobre a presença de bolivianos são referentes aos dados da amostra expandida e nos servem apenas a analisar a tendência do grupo em questão e não o volume. Para analisar as informações da Relação Anual de Informações Sociais foi escolhido o ano-base mais recente disponível. Tal escolha visou obter informações mais recentes, mesmo que comparativamente incompatíveis em relação ao ano-base com os dados do Censo Demográfico 2010. Foram analisadas as informações dos microdados da RAIS 2015 para a cidade de Americana, tendo como recorte a variável nacionalidade. Feito o recorte da nacionalidade boliviana na cidade de Americana, analisou-se as variáveis faixa etária, nível de escolaridade, atividade de trabalho principal e ocupação para todos os vínculos, ativos e não ativos. Conforme mencionado anteriormente, ao analisarmos as informações da RAIS é preciso levar em consideração suas limitações provenientes da natureza da fonte, como a cobertura dos dados. A partir da análise das informações do Censo Demográfico 2010 e RAIS 2015 pudemos notar que a presença

boliviana no interior é um fenômeno consolidado e merece um olhar minucioso sobre a questão. Os dados demonstram como a imigração boliviana vem crescendo em termos numéricos em cidades do interior, com destaque para a Região Metropolitana de Campinas e para o Polo Têxtil de Americana. Ademais, os dados evidenciam que o atual fluxo de bolivianos para o interior do estado guarda forte relações com a inserção dos imigrantes bolivianos no segmento da costura.

Já o capítulo 4 é dedicado a estudar a presença de bolivianos residentes na cidade de Americana, tanto de forma quantitativa como qualitativa. A partir de informações do Sistema de Cadastro e Registro de Estrangeiros da Polícia Federal (SINCRE), é feita uma aproximação do volume de bolivianos na cidade, buscando evidenciar o tamanho da população em questão. Ainda nesse sentido, também são analisadas as informações do programa municipal de cadastro de imigrantes latino-americanos. Partindo dos dados quantitativos é iniciada a discussão sobre a ocupação boliviana na cidade, seus nexos e conexões, buscando compreender o processo que levou esses imigrantes a se estabelecerem na cidade de Americana no nicho econômico da costura. Para tal são analisadas as informações da pesquisa de campo qualitativa realizada na cidade com 20 imigrantes bolivianos e 2 agentes institucionais. A partir da pesquisa qualitativa foi possível observar que o fluxo boliviano para a cidade de Americana é grande e se intensificou a partir dos anos 2000, principalmente a partir de 2005. Além disso, constatamos que o fluxo atual para a cidade está estreitamente relacionado ao setor têxtil e ao trabalho na costura. Ademais, embora o fluxo tenha se iniciado a partir de imigrantes bolivianos que residiam na RMSP e foram trabalhar na cidade, atualmente o fluxo boliviano que se dirige a cidade vem diretamente da Bolívia, constituindo um fluxo próprio Bolívia-Americana, sem etapas migratórias na cidade de São Paulo.

Capítulo 1. Reestruturação produtiva e mobilidade internacional da força de trabalho

1.1 A reestruturação produtiva internacional

O sistema capitalista é marcado pela constante reestruturação produtiva ao longo de sua história (HARVEY, 1993; HOBSAWM, 1995; HOBSAWM, 1977). Por reestruturação produtiva podemos entender o processo de transformações das formas de produção em busca do aumento da produtividade (HARVEY, 1993). Transformações nas quais o antigo formato é substituído por novas formas de produção em conjunto com um grupo de transformações, tais como a reorganização do trabalho, a reorganização do capital, o novo modelo de gerência de produção, dentre outros. Em meio às diversas reestruturações produtivas ao longo da história do capitalismo, dentre elas a mais revolucionária e impactante a Revolução Industrial, esse segmento do trabalho volta sua atenção para a reestruturação produtiva mais recente, a partir da década de 1970, e as transformações ensejadas por ela.

A virada da década de 1960 e começo da década de 1970 foi marcada por instabilidades na economia mundial, que mais tarde culminaram em uma reestruturação produtiva caracterizada pela desregulamentação e flexibilização do trabalho, pela acumulação flexível, pelas transferências internas e externas da produção e pela descentralização, processo no qual o modelo fordista/taylorista foi gradualmente substituído pelo modelo toyotista de produção (HARVEY, 1993). Transformações que, segundo Sassen (1990), formaram a base social e econômica para as imigrações internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial.

Retomando o começo do processo, em meados da década de 1960, já era possível notar indícios de problemas no modelo fordista e no modelo de economia americana, por conseguinte da economia mundial, assegurada pelo padrão monetário do dólar. Segundo Harvey (1993), desde 1966 já era possível observar o início do problema fiscal nos EUA. A década de 1960 foi marcada pelo enfraquecimento da demanda de produtos e, por consequência, a queda na produtividade e na lucratividade das corporações. Visando conter a estagnação, os EUA adotaram diversas medidas econômicas que resultaram na aceleração da inflação. Para o autor, os problemas enfrentados pela economia norte-americana e mundial tinham como responsável a rigidez do sistema, que impedia a flexibilização de mercados, de planejamento, da produção, nos contratos de trabalhos, dentre outros. E os únicos instrumentos de resposta eram a política

monetária e a capacidade de imprimir moeda no montante necessário para manter a economia estável. Diante de tal cenário os EUA começam de forma crescente a imprimir moeda e aumentar sua liquidez, causando uma aceleração da inflação, que associada a outros fatores como queda dos lucros, queda do crescimento e aumento do déficit público gerou grande instabilidade na economia norte-americana (HARVEY, 1993). Frente à crise iminente houve perda de confiança no dólar, ou seja, o medo de não pagamento dos títulos e da manutenção na paridade da moeda. Segundo Harvey, o mundo estava sendo afogado pelo excesso de fundos e poucas áreas produtivas.

Esta crise econômica expôs a fragilidade das economias ocidentais e sua extrema dependência da economia norte-americana. E, por fim, a crise do petróleo de 1973 acabou por consolidar a crise na economia dos EUA. O país desvalorizou sua moeda, gerando mais medo e espalhando em efeito cascata a desvalorização de diversas moedas, pondo fim ao sistema de conversibilidade para dólar e criando a necessidade de diversas transformações no sistema financeiro mundial. Rapidamente o processo convergiu na crise do padrão dólar como moeda-reserva internacional e na queda do país como potência financeira mundial, pondo fim ao poder norte-americano como regulador do sistema financeiro internacional ao ponto de cair por terra o acordo de Bretton Woods². Logo, a primeira metade da década de 1970 foi marcada pela profunda crise fiscal e de legitimidade dos EUA, que se espalhou pelo mundo ocidental, culminando em uma crise da hegemonia do capital (HARVEY, 1993).

Como resposta à crise mundial e à queda do dólar como moeda-reserva, os países desenvolvidos abriram mão da conversibilidade de suas moedas e se voltaram para políticas financeiras internas, adotando o câmbio livre e a flutuação monetária, abriram os mercados, diminuíram impostos e adotaram políticas neoliberais. A moeda americana deixou de ser hegemônica e os padrões foram transformados.

O período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesiasimo de conter das contradições inerentes ao capitalismo. (HARVEY, 1993, p.135)

² Após a Segunda Guerra Mundial o acordo de Bretton Woods estabeleceu como moeda-reserva internacional o padrão dólar/ouro em substituição do padrão ouro, a partir do sistema monetário internacional que estabelece mecanismos de controle sobre os fluxos de bens, serviços e capitais entre os países, determina um padrão (moeda) para as negociações internacionais e estabelece sua garantia a partir da reserva de ativos. Com o acordo, os países fixaram suas taxas de câmbio em relação ao dólar norte-americano, que era por sua vez atrelado ao ouro.

Para Hobsbawm (1995), o período de 20 anos após 1973 foi marcado pela perda de referência no mundo e resvalou para a instabilidade e a crise. Toda a estabilidade e consolidação da economia da Era do Ouro ruíram, destruindo os alicerces da economia mundial que até então haviam perdurado por décadas. O período foi marcado por mudanças e ajustes na economia mundial, nos modos de produção e de mobilidade do trabalho. O modo de produção fordista já não era mais eficiente para os tempos atuais. Segundo o autor, as inovações tecnológicas que permitiram melhores comunicações, transportes e formas computadorizadas de gestão reduziram a importância da formação de grandes estoques de produtos para eventualidades, como previa o modelo fordista, tendo surgindo um novo método mais adequado às necessidades do momento, o método japonês, o toyotismo (HOBBSAWM, 1995).

Essa forma, possível a partir do desenvolvimento e da especialização das tecnologias, permitiu a formação de estoques menores, produzindo apenas o suficiente para abastecer os vendedores no momento. A estrutura e a característica da produção foram modificadas, criando uma capacidade maior de variar a produção de um momento para o outro a fim de enfrentar as exigências das mudanças situacionais (HOBBSAWM, 1995). Ou seja, a nova forma de produção trouxe um elemento essencial na reestruturação produtiva, a flexibilização.

Para Harvey (1993) as corporações se viram com grande capacidade ociosa, em um momento de grande aumento da competição, o que as obrigou a entrar em um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho. Segundo o autor:

A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação. (HARVEY, 1993, p.137)

A crise impulsionou uma série de transformações e processos que acabaram por derrubar a forma de produção fordista, caracterizando as décadas de 1970 e 1980 como um período de intensas transformações e inovações no campo político, social e econômico, marcado, sobretudo, pela reestruturação produtiva. Segundo Harvey, essas transformações também foram sentidas na esfera da organização industrial e no campo da vida social, e teriam culminado na *acumulação flexível*, marcada por um confronto direto com a rigidez do modelo fordista

(HARVEY, 1993).

Para o autor, a acumulação flexível é alicerçada na flexibilidade.

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, 1993, p.140)

É nesse momento que começaram a ser implantadas nos países em desenvolvimento as políticas de substituição das importações, em particular na América Latina, e o início das transferências de multinacionais para o exterior, em especial para o Sudeste Asiático. A produção foi então transferida para outras regiões menos desenvolvidas internamente ou para países estrangeiros. Essa transferência é acompanhada pelo redirecionamento do capital e dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), assim como constata Sassen (1990). Segundo Harvey (1993) as comunicações via satélite em conjunto com a melhora e a redução nos custos de transporte possibilitaram a difusão da produção para locais cada vez mais distantes, onde a flexibilidade do trabalho e da produção melhor se adequassem (HARVEY, 1993).

Como resultado do processo de reestruturação produtiva e da acumulação flexível, o mercado de trabalho precisou se adequar à nova situação e também passou por uma reestruturação radical, que derivou em regimes de trabalho mais flexíveis e uma aparente redução do emprego regular em direção do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado com alta taxa de rotatividade de funcionários (HARVEY, 1993).

A tendência no novo cenário, como mostra Harvey (1993), seria a de reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais trabalhadores temporários, uma força de

trabalho que entra e sai da cadeia produtiva sem muitos custos às corporações. A empregabilidade variaria conforme o mercado e a situação econômica, ampliando em momentos de crescimento da demanda e contraindo em momentos de redução, sem, no entanto, que as empresas precisassem arcar com os altos encargos sociais e fiscais.

Segundo o autor, as transformações na estrutura do mercado de trabalho também possibilitaram transformações na organização industrial, uma vez que a subcontratação organizada abriu oportunidades para a formação de pequenos negócios e a volta de sistemas antigos de trabalho doméstico, artesanal e familiar. A atual organização industrial tornou essas pequenas empresas baseadas em trabalho subcontratado em peças centrais do sistema produtivo, sistema que teria se espalhando não apenas nos países mais avançados como também nos países em desenvolvimento, tornando-se uma coluna do alicerce produtivo (HARVEY, 1993).

Como estratégia para acompanhar o novo sistema de produção em escalas menores, a subcontratação foi essencial (HARVEY, 1993), uma vez que ao desregular o trabalho formal flexibiliza a produção e diminui os custos, aumentando os lucros. Nesse momento muitas corporações se reestruturaram, fundiram e formaram aglomerados empresariais. No novo modelo de negócio, o foco central se volta para a administração e gerência financeira, e não mais para a produção, que foi descentralizada e transferida para outros países, sendo comandada a longa distância pelas sedes.

Após o colapso do sistema monetário padrão dólar, da crise dos anos 1970 e da mudança no paradigma produtivo, o sistema financeiro global foi reorganizado. Segundo Harvey (1993), houve uma grande ampliação da coordenação financeira global e a formação de poderosos conglomerados financeiros com extraordinário poder global e, ao mesmo tempo, as atividades financeiras foram descentralizadas pela criação de novos instrumentos e mercados financeiros até então inexistentes.

Os sistemas financeiros também passaram por uma desregulamentação para que integrassem um sistema global único, no qual as telecomunicações permitiram seu acesso em qualquer parte do mundo e reduziram as fronteiras entre os sistemas financeiros de diversos países. Para o autor, o novo sistema financeiro implementado na década de 1970 mudou o equilíbrio de forças em ação no capitalismo global, dando mais autonomia e fortalecendo o

sistema bancário e financeiro.

Foi a partir da década de 1970, segundo Harvey (1993), que o modelo fordista de produção, fundado por valores sólidos, foi substituído pelo movimento mais flexível do capital, pela globalização da produção e do capital. No entanto, não apenas o capital financeiro se tornou móvel e globalizado. Segundo Castles e Miller (2009), o movimento de *commodities* e capital quase sempre impulsionam o movimento de pessoas. Mas assim como o modelo produtivo, a mobilidade do trabalho e de pessoas também foi transformado a partir da reestruturação produtiva.

1.2 Migração internacional na reestruturação produtiva

No bojo das transformações da era pós-moderna, outro grande rompimento histórico se deu na área das migrações internacionais. Segundo Massey (1990) a nova era da imigração internacional representou uma clara ruptura com o padrão anterior e teria sido a partir desse momento que imigração se tornou verdadeiramente um fenômeno global.

Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, houve uma mudança notável na estrutura e composição da migração internacional.³ (MASSEY, 1990, p. 64)

Para Castels e Miller (2009), após a Segunda Guerra Mundial as migrações internacionais tiveram duas fases principais. A primeira teria começado em 1945 e perdurado até o começo dos anos 1970 e tinha como principal característica a estratégia econômica de concentrar o investimento e a expansão do capital e da produção em países desenvolvidos. Nessa fase teria havido grande mobilidade de trabalhadores imigrantes originários de países em desenvolvimento em direção às áreas industriais dos países desenvolvidos por meio de programas específicos para trabalhadores imigrantes temporários. Essa migração seria, sobretudo, resultado da concentração do capital nos países desenvolvidos e teria perdurado até a crise do petróleo em 1973 (CASTELS e MILLER, 2009).

Já a segunda fase estaria estritamente ligada à recessão econômica dos anos 1970 e a

³ Tradução livre do trecho: *In the years since World War II, there has been a remarkable shift in the structure and composition of international migration* (MASSEY, 1990, p. 64).

reestruturação da economia mundial. Segundo os autores, a reestruturação e o redirecionamento do capital para novas áreas industriais teriam resultado na segunda fase da migração internacional, que atingiu seu auge no fim do século 20 e começo do século 21. Essa fase teria envolvido novos e complexos padrões de migração, dentre eles o deslocamento da posição da Europa Ocidental de local de emigração para imigração, a diversificação dos países de origem dos fluxos imigrantes e a proliferação da imigração ilegal (CASTELS e MILLER, 2009).

Tanto Massey (2009) como Castles e Miller (2009) destacam a importância dos movimentos migratórios no pós-segunda Guerra Mundial e a sua transformação em um fenômeno global, tornando-se um dos fatores mais importantes da mudança global.

Em comparação com a era industrial anterior, os padrões e o processo contemporâneos de migração internacional são muito mais complexos.⁴
(MASSEY, 2009, p. 7)

Segundo Castles e Miller (2009) a migração internacional iniciada após 1945 e que se expandiu massivamente após 1980 seria muito mais complexa que as grandes migrações transatlânticas do período de 1850 a 1914, embora menor em volume relativo, uma vez que envolveria todas as regiões do mundo, a partir de uma nova dinâmica entre países de origem e destino.

Na mesma linha segue o pensamento de Massey (2009), para quem houve um grande aumento e diversificação no número de países de origem e de destino. Segundo o autor, o fluxo global de imigrantes não seria mais originário da Europa (como foi o padrão migratório do final do século 19 e começo do século 20), mas sim de países do Terceiro Mundo, sendo crescente o número de imigrantes provenientes da África, Ásia e América Latina. A Europa teria deixado de ser uma região de grande emigração para ser um dos principais locais de recepção de imigrantes. Além disso, os locais de destino da imigração também teriam se ampliado e diversificado, dentro da própria Europa, sem mencionar a América do Norte, mas também para novas áreas como países de economia óleo-exportadora, como Arábia Saudita, Nigéria, Venezuela e Kuwait (MASSEY, 2009).

⁴ Tradução livre do trecho: *Compared to the earlier industrial era, contemporary patterns and process of international migration are far more complex* (MASSEY, 2009, p. 7).

Dentre os motivos para a mudança nos padrões migratórios estariam a globalização do capital e do trabalho e o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e transportes, mudanças implementadas a partir da reestruturação produtiva (CASTLES, MILLER, 2009). O conjunto de transformações praticadas pelo novo modelo de produção, a descentralização e internacionalização da produção por meio da transferência das plantas produtivas para países em desenvolvimento não tiveram apenas impacto direto no trabalho, mas também na mobilidade da força de trabalho, impulsionado as migrações internacionais.

Segundo Sassen (1990), a transnacionalização das empresas, como foi denominado esse movimento de transferência, já estava presente no cenário mundial desde a década de 1970 e foi o traço mais marcante dos anos 1980. Seguindo o novo padrão da acumulação flexível, a dispersão geográfica da fabricação de produtos foi amplamente implementada e resultou no fechamento das antigas plantas industriais nos países desenvolvidos (SASSEN, 1990).

Para a autora, essa descentralização estava relacionada à tentativa de dismantelar a relação capital-trabalho, na qual a produção era organizada de acordo com o fordismo e também pelo desenvolvimento e introdução das altas tecnologias projetadas com objetivo de separar e dividir o trabalho braçal (não especializado) do trabalho altamente especializado. Dentre as consequências da transnacionalização de empresas foi possível observar mudanças na estrutura do trabalho tanto nos países de saída como nos países de recepção das novas plantas produtivas. Nos países de saída dessas empresas, em grande parte EUA e Japão, houve o fechamento das tradicionais plantas de produção e, por conseguinte, o declínio do emprego relacionado à manufatura e o crescimento da taxa de desemprego. Já nos países de recepção, países em desenvolvimento no Sudeste Asiático e na América Latina, a entrada massiva de investimentos voltados à produção para a exportação resultou em crescimento econômico, aumento do índice de emprego e mudanças na estrutura tradicional do emprego (SASSEN, 1990).

No entanto, segundo Sassen (1988), a principal mudança gerada pela internacionalização da produção e da mobilidade do capital foi a mobilidade internacional do trabalho:

A mobilidade de capitais criou novas condições para a mobilidade da mão-de-obra. As práticas econômicas e tecnológicas têm contribuído para a formação

de um espaço transnacional de circulação de capitais.⁵ (SASSEN, 1988, p. 1).

Segundo a autora, a mobilidade internacional do trabalho, ou seja, a imigração de trabalhadores, não seria um fenômeno novo, ao contrário. No entanto, as formas do processo de internacionalização do trabalho hoje seriam diferentes das anteriores. E, portanto, seria importante entender essas novas formas, que estão estreitamente relacionadas a distintas formas de circulação internacional do capital, com o objetivo de compreender a imigração internacional de trabalhadores em direção aos países desenvolvidos, ou seja, entender o momento particular no qual a imigração internacional do trabalho se relaciona com os processos da fase contemporânea de economia (SASSEN, 1988).

O entendimento da internacionalização da produção permite identificar quais são as formas específicas nas quais a internacionalização da produção contribuiu para a formação da mobilidade do trabalho e quais são as formas específicas sob as quais o trabalho migrante internacional se torna incorporado a essa produção. Dentre as questões que destacadas pela autora está o desenvolvimento da produção voltada para a exportação nos países desenvolvidos, a partir dos anos 1960, através da transferência das plantas produtivas e direcionamento do capital para esses países por meio do Investimento Estrangeiro Direto (IED) – *Direct Foreign Investment (DFI)*; e o desenvolvimento de cidades globais que gerenciam o sistema econômico global (SASSEN, 1988).

A partir desses dois pontos centrais, podemos identificar a intersecção entre internacionalização da produção e imigração internacional do trabalho (SASSEN, 1988). Para a autora, os fatores geralmente relacionados à emigração – fatores de expulsão como a pobreza e falta de empregos nos países de origem – não seriam capazes de explicar a migração de trabalhadores para os EUA a partir da década de 1970. Ademais, os tradicionais fatores de expulsão não nos permitiriam entender por que a emigração se localiza em alguns países em desenvolvimento e não em todos, sendo necessário, portanto, uma análise mais crítica da relação entre migração e pobreza, uma vez que os países com altas taxas de emigração da década de 1970 estavam em pleno crescimento econômico e tinham índices de desemprego menores que os EUA. Portanto, esse movimento emigratório não seria sustentado pela tese da estagnação econômica e dos fatores econômicos de expulsão (SASSEN, 1988).

⁵ Tradução livre do trecho: *Capital mobility has created new conditions for the mobility of labor. Economic practices and technology have contributed to the formation of a transnational space for the circulation of capital*⁵ (SASSEN, 1988, p. 1).

Para Massey (1990) os fatores de expulsão como a pobreza e a diferença salarial entre os países de origem e destino também não são suficientes para explicar a mobilidade internacional. As diferenças salariais representariam apenas um dentre os muitos fatores que podem influenciar a migração e não necessariamente o fato mais importante.

As disparidades econômicas por si só parecem insuficientes para explicar a migração internacional. Na melhor das hipóteses, constituem uma condição necessária, mas não suficiente para a emigração. Embora possam constituir uma pré-condição para o movimento internacional, os diferenciais salariais e de emprego não são necessariamente os determinantes mais importantes da propensão a deixar o lar para um destino no exterior.⁶ (MASSEY, 2009, p. 10)

Para captar as forças diversas que atuam para a entrada e saída de pessoas de determinadas regiões em direção aos países desenvolvidos, Sassen (1998) propõe analisar quais fatores estariam levando a emigração de trabalhadores em direção aos EUA, a partir do entendimento dos fatores que estabeleceriam uma relação entre os EUA e os países de origem da emigração.

Segundo a autora, haveria uma relação entre o Investimento Estrangeiro Direto (IED) e a internacionalização da produção com a imigração internacional do trabalho, uma vez que os principais países de emigração para os EUA foram os países que mais receberam IED voltados para a produção para a exportação.

A expansão da produção de exportação e da agricultura de exportação, inseparavelmente relacionada com o investimento estrangeiro direto dos países altamente industrializados, mobilizou novos segmentos da população em migrações regionais e de longa distância.⁷ (SASSEN, 1988, p. 17)

A entrada desses investimentos e a nova industrialização impulsionada pela entrada de

⁶ Tradução livre do trecho: *Economic disparities by themselves seem insufficient to explain international migration. At best they constitute a necessary but not sufficient condition for emigration. Although they may be a precondition for international movement, wage and employment differentials are not necessarily the most important determinants of the propensity to leave home for a destination abroad* (MASSEY, 2009, p. 10).

⁷ Tradução livre do trecho: *The expansion of export manufacturing and export agriculture, both inseparably related with direct foreign investment from the highly industrialized countries, has mobilized new segments of the population into regional e long-distance migrations* (SASSEN, 1988, p. 17).

capital nos países em desenvolvimento teria gerado uma redistribuição da população local, tanto no âmbito regional como no internacional. Redistribuição essa que tem impactos importantes na mobilidade internacional do trabalho (SASSEN, 1988). A entrada de capital e o conseqüente desenvolvimento das economias nos países em desenvolvimento teriam contribuído para a emigração, uma vez que, ao contrário do que o senso comum prega, o desenvolvimento das regiões menos ricas não contribuiria para a retenção de população nos locais de origem, mas, ao contrário, estimularia a emigração.

Segundo Massey (2009), a influência do desenvolvimento material na propensão de migrar seria fundamental. Uma vez que, embora o crescimento econômico nos países pobres tenda a reduzir a emigração em longo prazo, por meio do aumento dos padrões sociais, no curto prazo, aumenta a pressão para a emigração (MASSEY, 2009).

Para entender essa nova forma de mobilidade internacional do trabalho seria necessário compreender por que a industrialização, o aumento do emprego e o crescimento econômico nesses países aumentaram a emigração em vez de retê-la, ou seja, entender a relação entre a rápida industrialização ocorrida nesses países e a emigração.

Para Massey (1990), o desenvolvimento econômico necessariamente destrói o estável sistema social e econômico estruturante das economias camponesas, expulsando a população do campo em direção a outros locais, geralmente, em direção às cidades. Isso porque as economias camponesas não seriam orientadas pelo mercado, mas, sim, pelo tamanho e composição dos domicílios e suas relações econômicas e sociais orientadas pela lógica da estabilidade, continuidade e pleno emprego. E o desenvolvimento da economia destruiria a base dessa estrutura ao reforçar três processos: a substituição do capital pelo trabalho, a privatização da terra e consolidação de latifúndios e a criação de mercados (MASSEY, 1990).

A destruição do sistema econômico e político do campesinato criaria um estoque de pessoas deslocadas econômica e socialmente, com fracos laços com a terra, com a comunidade e com o modo de vida rural – mesmo argumento salientado por Sassen (1988), mais à frente. E seriam esses sem terras que proveriam a fonte de imigrantes internos e internacionais (MASSEY, 1990).

Sassen (1988) ressalta que para entender a relação entre desenvolvimento e migração

seria preciso primeiro examinar as características do crescimento industrial nos países em desenvolvimento; segundo, examinar os efeitos do crescimento econômico nos empregos; terceiro, entender como as necessidades de expansão do emprego nesses países foi solucionada; quarto, examinar o impacto migratório associado à criação de empregos e ao recrutamento de trabalho; e quinto, por fim, entender como essas condições promovem a emergência da emigração como uma opção.

A transferência de plantas produtivas para países em desenvolvimento e a massiva entrada de capital, por meio dos IEDs, transformaram as economias dos países receptores, que voltaram sua economia substancialmente para produção para a exportação. De acordo com Sassen (1988), existe uma concentração tanto na origem como no destino dos IEDs, dos países desenvolvidos para alguns países em desenvolvimento. Ao examinar o crescimento industrial desses países seria possível observar que ele está estritamente relacionado à entrada do capital externo. E a entrada dos IEDs teria moldado o desenvolvimento da indústria local, atrelando o crescimento econômico desses locais ao IED e à produção destinada à exportação.

Entretanto, a entrada dos investimentos externos surtiria diferentes impactos nas economias dos distintos países receptores, aumentando ou diminuindo seu grau de importância conforme o contexto econômico de cada país. Segundo Sassen (1988), seria possível identificar dois tipos de padrão. Primeiro seria o IED em países em desenvolvimento mais industrializados como Brasil e Argentina, onde o investimento foi absorvido no processo de industrialização predominantemente voltado para a substituição da importação. E o segundo, países onde o nível de IED pode ser até menor em relação ao primeiro grupo, mas que, no entanto, o impacto na economia do país e nas pessoas seria extremamente maior. Isso ocorreria tanto em países com baixo grau de industrialização como Taiwan e Filipinas, como em países mais industrializados como México. Tal diferença pode ser atribuída ao modelo de industrialização adotado por esses países. E seriam justamente esses países menos industrializados, com limitado mercado interno e grande reserva de força de trabalho barata, os principais interessados em receber o investimento estrangeiro voltado para a produção para a exportação (SASSEN, 1988).

O crescimento econômico experimentado por esses países teria tido impacto em diversas esferas, dentre elas no mercado de trabalho local e no nível de emprego. O nível de emprego nos países que receberam IEDs voltados à produção para exportação teve um aumento

significativo, movimento contrário ao que ocorreu nos países desenvolvidos, que registraram um declínio no nível de emprego, devido, sobretudo, ao fechamento das plantas produtivas. Logo, o aumento no nível de empregos nos países em desenvolvimento estaria relacionado à entrada do capital internacional por meio dos IEDs, segundo Sassen (1988).

O aumento da industrialização e da produção voltada para a exportação significou a crescente necessidade de mão de obra. Essa força de trabalho foi disponibilizada significativamente pela saída de trabalhadores das áreas rurais em direção às áreas urbanas. Segundo a autora (1988), a saída desses trabalhadores se deve a dois fatores, primeiro a mecanização da agricultura voltada para a exportação que reduziu a capacidade das culturas menores e familiares e, segundo, a ruptura da estrutura tradicional do trabalho.

Para Sassen (1988), a ruptura da estrutura tradicional do trabalho seria a variável chave para responder a questão da incorporação, geralmente em escala massiva, de novos segmentos da população na força de trabalho e para compreender como o aumento da empregabilidade criou condições que promoveram altos níveis de emigração.

Também para Massey (1990) a entrada de capital na produção agrícola seria extremamente desestabilizante. A nova forma de produção intensiva baseada em investimento em máquinas, sementes geneticamente melhoradas, inseticidas, sistemas de irrigação e outros, reduziria o número de pessoas necessárias na produção agrícola, logo, diminuindo consideravelmente a demanda por trabalho e deslocando os trabalhadores rurais para o desemprego ou para trabalho assalariado. E, segundo o autor, a venda do trabalho deteriora o sistema social e econômico camponês, desestruturando a estrutura tradicional do trabalho (MASSEY, 1990).

O processo de capitalização da agricultura teria transformado todo o sistema tradicional camponês, deslocando as pessoas dos antigos modos de vida rural. E seriam justamente essas pessoas que constituiriam a fonte dos movimentos populacionais em massa. Segundo Massey (1990), a maioria se torna migrante interno, respondendo à perspectiva de melhores chances econômicas nas áreas urbanas emergentes. No entanto, essas áreas urbanas emergentes historicamente não seriam capazes de absorver todos os migrantes rurais e inevitavelmente alguns deles migrariam para fora do país.

A natureza periódica da expansão industrial urbana, combinada com uma pressão constante para a emigração das áreas rurais, cria um potencial de emigração estruturalmente integrado no processo de desenvolvimento.⁸ (MASSEY, 1990, p. 67)

Análise semelhante foi feita por Sassen (1988), embora a autora volte sua atenção para a feminização da força de trabalho. Segundo a autora, a transformação de trabalhadores de subsistência para trabalhadores assalariados, tanto devido à agricultura comercial como por conta da migração rural-urbana, teria modificado a força de trabalho local, mobilizando novos segmentos da população, dentre eles a população feminina ganha destaque.

De acordo com Sassen (1988), as mulheres teriam um espaço distinto tanto no desenvolvimento da agricultura para exportação como na produção industrial voltada para a exportação. Se, por um lado, a agricultura voltada para a exportação, em grande escala, teria levado à emigração masculina e à feminização das pequenas propriedades rurais, por outro, teria levado à proletarização das mulheres que antes eram produtoras independentes. Logo, a feminização do proletariado teria contribuído para o aumento do desemprego entre os homens e em muitos casos a emigração masculina, devido justamente à ruptura da estrutura tradicional de trabalho (SASSEN, 1988).

Uma indução indireta da emigração entre os homens resulta da interrupção das estruturas de trabalho tradicionais com a saída maciça de mulheres jovens, há uma redução nas possibilidades de ganhar a vida em muitas dessas áreas rurais.⁹ (SASSEN, 1988, p. 19)

Desse modo, em vez de a entrada de empresas baseadas no trabalho intensivo ter arrefecido o desemprego entre a força de trabalho masculino, ao contrário, mobilizou novos setores da população, principalmente mulheres. A presença feminina seria marcante na força de trabalho desses países e parece estar relacionada ao desenvolvimento da produção voltada para a exportação. Dentre as explicações para esse fenômeno estaria a concentração de setores que historicamente empregam mulheres, como eletrônicos, têxteis, confecção, brinquedos e

⁸ Tradução livre do trecho: *The periodic nature of urban industrial expansion, combined with a constant pressure for out-migration from rural areas, creates a potential for emigration that is structurally built into the development process* (MASSEY, 1990, p. 67).

⁹ Tradução livre do trecho: *An indirect emigration inducement among male results from disruption of traditional work structures with massive departure of young women there is a reduction in the possibilities of making a living in many of these rural areas* (SASSEN, 1988, p. 19).

outros. Logo a expansão dessas indústrias teria induzido a mudanças na composição por sexo da força de trabalho e, por conseguinte, mudanças na composição por sexo da migração. Portanto, seriam as mulheres e não os homens que estariam predominantemente migrando do rural para o urbano (SASSEN, 1988).

Em razão disso, seria preciso entender melhor o papel da mulher na produção industrial voltada para a exportação, embora, segundo a autora (1988), as evidências demonstrem que a participação da mulher diminuiu conforme as indústrias se modernizam. Portanto, o crescimento do trabalho intensivo na produção nos países em desenvolvimento com rápida industrialização e crescimento do uso do trabalho doméstico e *sweatshop* teriam modificado a estrutura tradicional do trabalho ao usar como força de trabalho predominante as mulheres (SASSEN, 1988).

Entretanto, segundo a autora, em algum momento as mulheres empregadas na produção voltada para a exportação também ingressaram no grupo dos desempregados e potenciais migrantes, dada a prática comum de contratação e demissão desse tipo de produção e do trabalho flexível e sem garantias.

Por fim, a prática generalizada de demitir os novos trabalhadores, na maior parte feminino, após alguns anos também contribuiu para um conjunto de potenciais emigrantes. Essas mulheres deixadas desempregadas e ocidentalizadas podem ter poucas opções, a não ser a emigração.¹⁰ (SASSEN, 1988, p. 19)

Segundo a autora, essas mulheres teriam poucas opções além de migrar por causa justamente da ruptura na estrutura tradicional do trabalho que as impede de se reincorporar nos trabalhos exercidos anteriormente e também devido à sua ocidentalização. E precisamente a ocidentalização da força de trabalho nesses países seria um dos fatores-chave para compreender a emigração e a direção desses fluxos.

A entrada dessas empresas transnacionais teria, além de transformado a estrutura tradicional de trabalho, trazido mudanças culturais e ideológicas. Essas mudanças culturais

¹⁰ Tradução livre do trecho: *Finally, the widespread practice of firing the new, mostly female, workers after few years also adds to a pool of potential emigrants. These women left unemployed and westernized, may have few options but emigration* (SASSEN, 1988, p. 19)

afastaram as mulheres empregadas na força de trabalho de suas comunidades locais, impondo mais um obstáculo a sua reabsorção. Portanto, segundo Sassen (1988), a ocidentalização e a ruptura da tradicional estrutura de trabalho teriam imposto uma barreira objetiva e ideológica para que essas mulheres retornassem para suas famílias, locais de origem e para o trabalho que exerciam anteriormente. Ao mesmo tempo, em que a permanência em longo prazo no trabalho na produção para a exportação é improvável, culminando, mais cedo ou mais tarde, no desemprego. Essas mulheres desempregadas e ocidentalizadas teriam poucas opções. Portanto, é neste processo, o qual teria estimulado tanto a emigração de homens como de mulheres, que anteriormente não teriam planejado migrar, mas que o fizeram como única alternativa, segundo Sassen (1988), a presença de empresas transnacionais se tornou crucialmente importante (SASSEN, 1998)

A presença do investimento estrangeiro se concentraria em poucas áreas e dominaria essas regiões de forma objetiva e cultural. O Investimento Estrangeiro Direto agiria de modo a criar vínculos culturais e ideológicos, não o IED em si, mas a entrada das empresas estrangeiras, segundo Sassen (1998). Logo, além da ruptura da estrutura tradicional de trabalho e da formação de uma “reserva” de migrantes potenciais ensejadas pela entrada das empresas transnacionais, sua presença massiva também facilitaria a emergência da emigração como opção viável, uma vez que essa seria uma opção improvável em um país isolado, com pouca ou sem a presença massiva de capital estrangeiro e sem relações ideológicas com o Ocidente (SASSEN, 1988).

Segundo a autora:

Uma parcela crescente do investimento estrangeiro direto por parte dos principais países industrializados é destinada a países menores com economias menos complexas e cada vez mais à produção para exportação. Nestas condições, o investimento estrangeiro direto passa a ser uma das variáveis centrais, aliadas às tradicionalmente citadas na literatura sobre migração, contribuindo para o desenvolvimento de vínculos que facilitam os fluxos de emigração.¹¹ (SASSEN, 1988, p. 118)

¹¹ Tradução livre do trecho: *A growing share of direct foreign investment by major industrial countries is going to smaller countries with less complex economies and increasingly into production for export. Under these conditions direct foreign investment becomes one of the central variables, along with those traditionally cited in the migration literature, contributing to the development of linkages that facilitate emigration flows* (SASSEN, 1988, p. 118).

Segundo Sassen (1988), o IED seria uma estrutura mediadora, que operaria indiretamente de maneira altamente complexa tanto ideológica como estruturalmente. Assim sendo, a mobilidade internacional do capital e a transnacionalização das empresas – ensejadas pela reestruturação produtiva – contribuíram e promoveram a mobilidade internacional do trabalho ao romper as estruturas tradicionais do trabalho e estabelecer profundas relações entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Outros autores também salientam a importância das relações previamente estabelecidas entre os países como determinante no direcionamento dos movimentos migratórios. Segundo Massey (1990), a fonte de imigrantes para qualquer país de destino depende de uma variedade de fatores geográficos, da história colonial, do comércio e das relações políticas. Em geral, os países que recebem imigrantes do Terceiro Mundo seriam ou geograficamente próximos ou teriam importantes relações comerciais, políticas ou seriam ex-colônias (MASSEY, 1990).

Além disso, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e transporte também teria um importante papel para a migração ao reduzir a distância entre os países, não somente a distância física, mas também cultural. O avanço tecnológico também teria reduzido o tempo e o custo das viagens internacionais, enquanto a disseminação dos meios de comunicação em massa teria possibilitando aos habitantes dos países do Terceiro Mundo melhor conhecimento sobre as oportunidades e condições de vida nos países desenvolvidos (MASSEY, 1990).

No entanto, tanto para Massey (1990) como para Sassen (1988) – assim como outros autores – uma vez constituído o fluxo migratório inicial, o movimento migratório assume uma dinâmica própria de continuidade que independe das razões iniciais do fluxo.

A imigração é muito mais dinâmica do que as análises econômicas padrão sugerem porque ela tende a se alimentar de volta por meio dos canais sociais. Como resultado, a imigração se torna progressivamente independente das condições econômicas que originalmente a causaram. Uma vez que uma fase de decolagem crítica é atingida, a migração altera as estruturas sociais de forma a aumentar a probabilidade de migração subsequente.¹² (MASSEY, 1990, p. 68)

¹² Tradução livre do trecho: *Immigration is far more dynamic than standard economic analyses suggest because it tends to feed back on itself through social channels. As a result, immigration becomes progressively independent of the economic conditions that originally caused it. Once a critical takeoff stage is reached, migration alters social structures in ways that increase the likelihood of subsequent migration* (MASSEY, 1990, p. 68).

Nesse sentido, mudanças na estrutura social fariam que o fluxo migratório tenha continuidade mesmo que haja alterações nas condições anteriores nas quais o fluxo foi iniciado. Para Massey (1990), a razão dessa continuidade seria a rede de imigrantes. A rede de imigrantes seria o conjunto de laços interpessoais que conecta imigrantes uns aos outros, antigos imigrantes, imigrantes recentes e não imigrantes, tanto na origem como no destino por meio de relações de parentesco, amizade e comunidade (MASSEY, 1990).

A rede aumentaria a probabilidade de migração, uma vez que reduziria os custos envolvidos no movimento e, portanto, aumentaria o retorno migratório esperado. Os primeiros imigrantes não teriam laços sociais no destino e sua imigração envolveria altos custos, mas, após a chegada desses primeiros imigrantes, os custos são substancialmente reduzidos para seus parentes e amigos da comunidade de origem. Dentre os custos migratórios estão os gastos financeiros em si para fazer a viagem, as despesas para obter informação e procurar trabalho, os custos psicológicos de deixar o ambiente familiar e se estabelecer em um país estrangeiro e não familiar. E esses custos seriam reduzidos quando a migração é realizada por meio da rede, de uma relação pessoal com alguém com experiência prévia no destino migratório (MASSEY, 1990).

Segundo Massey (1990), devido à natureza das estruturas de parentesco e amizade, cada novo imigrante cria um conjunto de pessoas com laços sociais no país de destino e imigrantes e não imigrantes estariam conectados por essas relações. E uma vez que o número de conexões de rede de contatos na área de origem atinge um determinado patamar, a migração se torna autoperpetuada dado que a migração por si mesma cria a estrutura social necessária para se autossustentar e, logo, em longo prazo, a imigração provoca mais imigração (MASSEY, 1990).

O início da imigração pode ser resultado de um conjunto de razões, mas uma vez que atinge um determinado patamar, a expansão da rede diminui os custos e os riscos da migração e a probabilidade de migrar aumenta. Portanto, a imigração internacional moderna não seria resultado da diferença entre os salários entre os países e a falta de desenvolvimento nas regiões pobres, mas, sim, resultado da disseminação crescente e rápida do desenvolvimento da economia baseada no capital financeiro nos países pobres, a disponibilidade de empregos no destino e das relações sociais estabelecidas entre os imigrantes nos países de origem e destino.

A disseminação das relações econômicas e sociais em nível mundial e sua constante expansão a praticamente todos os cantos do planeta iniciou o processo denominado globalização. A globalização e os avanços nas tecnologias de transporte e comunicação também seriam os grandes responsáveis pelo aumento da complexidade e da continuidade da migração em nível mundial.

A globalização pode ser definida, em termos gerais, segundo De Haas (2013):

A globalização talvez possa ser melhor definida como o alargamento, o aprofundamento e a aceleração da interconectividade mundial em todos os aspectos da vida social contemporânea.¹³ (DE HASS, 2013, p. 4)

Segundo De Hass (2013), a globalização deve ser vista simultaneamente como processos políticos e tecnológicos. Além disso, a revolução tecnológica, que reduziu drasticamente os custos com transporte e comunicação, teria facilitado a imigração. Primeiro porque a mudança tecnológica teria reduzido os custos associados à migração e permitido a diversos grupos sociais o acesso à migração, a partir da redução dos custos de transporte; segundo, porque fortaleceu as relações transnacionais entre os imigrantes, uma vez que a revolução nos meios de comunicação possibilitou que os imigrantes permanecessem em contato com sua família e seus locais de origem, mandassem e recebessem dinheiro e viajassem para visitar; e, terceiro, porque a informação se tornou mais universal a partir da televisão via satélite, da internet e dos telefones celulares, possibilitando que os potenciais migrantes obtivessem informações sobre os locais de destino e as oportunidades nesses países. Em conjunto, esses processos teriam aumentado as aspirações e a capacidade de migrar (DE HASS, 2013).

A dimensão fundamental da globalização seria o rápido aumento dos fluxos entre as fronteiras, de todos os tipos, começando pelas finanças e comércios, mas também de ideias, ideologias, conhecimento e de pessoas. Para o autor, esses fluxos parecem reforçar uns aos outros, e o aumento do investimento, da comunicação e das relações parece reforçar as migrações e suas conexões e vice-versa, pelo menos no curto prazo. Portanto, a migração internacional do trabalho refletiria a globalização da economia mundial e dos mercados de trabalho (DE HAAS, 2013).

¹³ Tradução livre do trecho: *Globalization can perhaps best be defined as the widening, deepening and speeding up of worldwide interconnectedness in all aspects of contemporary social life* (DE HASS, 2013, p. 4).

No entanto, a reestruturação produtiva não apenas diversificou e aumentou a mobilidade internacional do trabalho, mas também estruturou os locais de recepção dentro dos países. A imigração internacional se dirigiu, sobretudo, aos grandes centros urbanos tanto de países desenvolvidos como em países em desenvolvimento, centros que passaram por grandes transformações.

Segundo Sassen (2001), a transformação da economia mundial criou uma nova função para os grandes centros urbanos, principalmente nos países desenvolvidos. A transformação tecnológica do processo de trabalho, a transferência da produção para áreas menos desenvolvidas, a ascensão do setor financeiro em detrimento do produtivo e outras mudanças ensejadas pela reestruturação teriam contribuído para a consolidação de um novo tipo de centro econômico em qual a economia mundial é gerenciada, as cidades globais (SASSEN, 2001).

Essas transformações teriam intensificado o papel dos grandes centros urbanos como centros produtores e exportadores de serviços avançados, incluindo as funções de gerência, financeira e de controle. Logo, em conjunto com a descentralização da produção também foi possível notar a concentração dos serviços altamente qualificados de gerência e controle das operações nas principais capitais mundiais (SASSEN, 2001).

Portanto, a dispersão espacial das atividades econômicas e a reorganização da indústria financeira teriam contribuído para novas formas de centralização nas cidades globais. O aperfeiçoamento das telecomunicações e das tecnologias de informação possibilitou ainda mais a aglomeração do controle e gerência. Segundo Sassen (2001), o setor financeiro e outros serviços especializados seriam os maiores consumidores dessas tecnologias e por isso precisariam estar em locais estratégicos que propiciassem o controle das operações. Essas tecnologias possibilitaram o gerenciamento a distância e transações instantâneas a partir de centros de controle imóveis. O fator crucial nas cidades globais seria sua complexa organização e concentração de informações, serviços e pessoas, permitindo que empresas maximizem os benefícios derivados das novas tecnologias (SASSEN, 2001). As cidades globais seriam centros privilegiados da economia capitalista transnacional. As cidades globais não seriam apenas resultado da economia internacional que as tornaram centros, mas também resultado dos processos e estruturas globalizantes e suas consequências presentes na vida das cidades e seus habitantes (BAENINGER, 2004).

A centralização da economia mundial e as atividades altamente especializadas desenvolvidas nas cidades globais, em conjunto com o dismantelamento dos antigos centros industriais e a transferência da produção, teriam contribuído para a formação de uma nova classe social e para a polarização da estrutura ocupacional. A nova classe social seria composta por trabalhadores altamente qualificados e com um alto padrão de vida (BAENINGER, 2004).

Segundo Sassen (2001), o rompimento das antigas estruturas de trabalho e a expansão e especialização do setor financeiro resultou no aumento da demanda por trabalhadores altamente qualificados e também por trabalhadores não qualificados nas cidades globais. Logo, para a autora, enquanto a transferência da produção para os países em desenvolvimento contribuiu para a criação de condições que promoveram a emigração nesses países, a concentração dos serviços e da gerência nas cidades globais teriam contribuído para criação de demanda e absorção do fluxo de imigrantes para grandes cidades como Nova Iorque, Los Angeles e Houston (SASSEN, 2001).

Portanto, o mesmo conjunto de processos principais que promoveram a emigração dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos teria também promovido a imigração, principalmente de trabalhadores não qualificados, em direção às cidades globais (SASSEN, 2001).

A consolidação desses centros globais teria gerado uma reestruturação da demanda pelo trabalho, criando condições para a absorção do fluxo imigrante, dentre essas condições estaria a mudança nos tipos de emprego demandados. Segundo Sassen (2001), a expansão do setor de serviços especializados, incluindo o setor financeiro, teria gerado demanda para empregos não qualificados no próprio setor de serviços, mas também para atender a nova classe social de trabalhadores altamente qualificados e seu estilo de vida. Além disso, a substituição do serviço qualificado pelo não qualificado na indústria e produção, em busca de sobrevivência, também teria aumentado a demanda pela mão de obra não qualificada. Ou seja, a drástica redução dos setores médios do trabalho e a expansão dos setores altamente qualificados e não qualificados teriam mudado a demanda da força de trabalho nas cidades globais. De acordo com a autora, o crescimento da demanda por mão de obra não qualificada foi fundamentalmente resultado do crescimento do setor de serviços e somente, de modo secundário, resultado do declínio do setor industrial. O aumento da demanda por mão de obra não qualificada teria criado as condições de absorção do fluxo imigrante, que acabaram por se inserir nesses setores que necessitavam de

força de trabalho não qualificada, tanto nos serviços como na indústria, mas também nos trabalhos gerados pela própria comunidade imigrante (SASSEN, 2001).

Segundo a autora, o emprego de imigrantes, tanto altamente qualificados como não qualificados, é um componente da mobilidade do capital e não uma alternativa a ela (SASSEN, 2001). A mobilidade do capital teria contribuído para novas formas de mobilidade do trabalho.

Eu argumentei que o emprego de trabalhadores imigrantes, de pessoal altamente qualificado para trabalhos não qualificados, pode parecer, a este respeito, como um equivalente funcional à mobilidade do capital. Mas é, de fato, um componente da mobilidade do capital, em vez de uma alternativa, na medida em que a) no nível mais geral, a mobilidade do capital internacional contribui para a formação de um mercado de trabalho internacional e b) mais especificamente, a reestruturação econômica associada à atual fase de mobilidade de capital gerou uma grande oferta de empregos e mercados de trabalho informal, que facilitam o emprego de trabalhadores estrangeiros desfavorecidos e também geram uma demanda de habilidades específicas de alto nível, que podem ser atendidas por trabalhadores de qualquer lugar, na medida em eles tenham a formação educacional necessária.¹⁴ (SASSEN, 2001, p. 33)

O aumento da mobilidade do capital trouxe novas formas de concentração local resultante tanto da dispersão geográfica da produção como da concentração do controle nas cidades globais. Embora as formas de concentração sejam as mesmas do modelo anterior, elas respondem a uma nova lógica econômica, não correspondendo, portanto, à persistência das antigas formas, mas o surgimento de novas, nutridas pela globalização e pela dispersão da atividade econômica resultante das transformações da relação capital/trabalho.

As cidades globais seriam os principais locais de atração de imigração, uma vez que a reorganização das atividades econômicas e industriais gerou direta ou indiretamente a expansão da demanda por mão de obra não qualificada. Nesse contexto, a reestruturação produtiva e a

¹⁴ Tradução livre do trecho: *I have argued that the employment of immigrants workers, from highly trained personnel to unskilled labors, may appear in this regard as a functional equivalent to the mobility of capital; but it is in fact a component of, rather than an alternative to, capital mobility insofar as (a) on the most general level, international capital mobility contributes to the formation of an international labor market and (b) more specifically, the economic restructuring associated with the current phase of capital mobility has generated a large supply of jobs and casual labor markets that facilitate the employment of disadvantaged foreign workers, and it has also generated a demand for specific high level skills that can be met by workers from anywhere, as long as they have the required education* (SASSEN, 2001, p. 33).

globalização mundial ensejaram transformações de ordem mundial, transformações que também podem ser observadas no âmbito nacional, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo.

Capítulo 2. Reestruturação produtiva em São Paulo e a migração internacional no setor têxtil

No Brasil, assim como no restante do mundo, o processo de reestruturação produtiva afetou a produção industrial nacional (GOMES, 2011; KELLER, 2002; DEDECCA, 1996; CANO, 1995) e ensejou um conjunto de alterações no padrão de localização industrial no país e na divisão internacional do trabalho (ARAÚJO, 2001; CAIADO, 2002; CAMPOLINA, 2007). Esse processo afetou, sobretudo, a Região Metropolitana de São Paulo, que era predominantemente industrial até o fim dos anos 1980 (ARAÚJO, 2001; LEONCINI, 1991; CANO, 1995; PACHECO, 1999).

Segundo Araújo (2001), a RMSP deixou de ser a maior área de concentração industrial, mas continuou a ser o principal núcleo de acumulação de capital no Brasil e a principal área industrial e de tomada de decisões. E os impactos do crescimento dos setores de produção flexível e da internacionalização do capitalismo moderno foram sentidos principalmente a partir da década de 1990, tendo a RMSP sofrido uma reestruturação tecnológica (ARAÚJO, 2001).

São Paulo tornou-se o centro das mudanças estruturais da economia brasileira e transformou-se no principal centro terciário do país, impulsionados pela concentração do sistema bancário e de tecnologia. A RMSP deixou de ser o maior parque industrial do país para se tornar uma metrópole de serviços produtivos. Portanto, para Araújo (2001), São Paulo não teria sofrido um processo de desconcentração, mas, sim, uma reestruturação industrial, com plantas industriais transferidas para outras regiões e a instalação de empresas inovadoras em tecnologia e dos conglomerados financeiros (ARAÚJO, 2001).

Do mesmo modo, para Caiado (2002), embora tenha havido perda relativa de participação do estado de São Paulo na produção industrial nacional, houve aumento da participação em setores complexos como empresas de tecnologias e da indústria química. Os setores industriais de menor competitividade se deslocaram para regiões mais periféricas em outros estados, enquanto os setores industriais tecnologicamente mais complexos se reconcentraram em São Paulo (CAIADO, 2002).

No Brasil, entretanto, não houve deslocamento do centro dinâmico, e as

recentes instalações de unidades fora do núcleo são mais explicadas pela “guerra fiscal” que por criação de “externalidades benígnas”. O núcleo dinâmico continua sendo o Estado de São Paulo e mesmo na capital paulista, que teve perda relativa de participação na produção industrial (desconcentração), não se observam sinais de obsolescência do parque industrial. Está crescendo ou mantendo sua participação em setores complexos, como o de edição, impressão, reprodução de gravações e da indústria química. (CAIADO, 2002, p. 2)

Portanto, houve concentração do sistema bancário e o desenvolvimento de atividades de serviços especializados de apoio à produção, principalmente ligadas às tecnologias de informação e à gestão financeira e empresarial de negócios, transformando a RMSP em parte essencial de uma cadeia de fluxos internacionais, financeiros, produtivos e culturais (ARAÚJO, 2001).

A reestruturação produtiva em curso no país, acelerada a partir dos anos 90, longe de esvaziar a Região Metropolitana como centro industrial, agregou-lhe o papel de principal centro financeiro e de grande prestador de serviços produtivos. Ou seja, além de manter níveis de concentração industrial semelhantes aos de 1985, a RMSP se converteu nesse final de século no *locus* das sedes de grandes empresas industriais, financeiras e prestadoras de serviço do país exatamente porque é seu polo industrial. (ARAÚJO, 2001, p. 21)

Deste modo, embora a RMSP tenha reduzido seus parques industriais, em alguns setores, para outras regiões do país, novas corporações se instalaram, sobretudo nos setores de inovação tecnológica e científica. Logo, para além de local de excelência produção industrial, São Paulo se transformou em um núcleo central de tomada de decisões estratégicas no país (ARAÚJO, 2001).

A produção industrial em São Paulo se tornou mais seletiva, com concentração da participação de empresas tecnologicamente mais complexas e desconcentração da indústria tradicional (CAIADO, 2002).

Não obstante, houve ampliação da área de localização industrial em grande medida, pela expansão da produção em setores tradicionais, em menor

proporção pela extrapolação das fronteiras estaduais e localização em estados vizinhos a São Paulo (principalmente no sul de Minas, norte do RJ e no Paraná), incorporação de novos espaços produtivos (Centro-Oeste e alguns estados nordestinos) e consolidação de outros (estados do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Pará e Amazonas). (CAIADO, 2002, p. 3)

Segundo Pacheco (1999), a desconcentração espacial da indústria nacional pode ser verificada a partir de 1970 e afetou praticamente todos os setores da indústria tradicional. Os dados evidenciam que entre 1970 e 1985 a participação de São Paulo no VTI¹⁵ da indústria de transformação caiu de 57,6% para 51,9%. Além disso, cerca de metade dos investimentos implementados nesse período foi feita em outros estados do país (PACHECO, 1999).

Para Pacheco (1999) é inegável que até 1985 havia uma clara tendência à desconcentração e dispersão espacial da indústria. No entanto, também seria preciso destacar que os setores mais dinâmicos continuaram concentrados em São Paulo.

Ainda assim, é preciso notar que continuavam concentrados em São Paulo os mais dinâmicos segmentos da indústria, que se encadeavam com toda a estrutura industrial do estado e com a maior parte das indústrias regionais. Além disso, é preciso salientar que, em paralelo à desconcentração da indústria em curso no país, também assistia-se, em São Paulo, a um processo de rearranjo espacial interno dos padrões de localização industrial. (PACHECO, 1999, p. 10)

Logo, mesmo diante da desconcentração industrial, São Paulo continuou a ser o mais expressivo centro industrial do país. Ademais, Caiado (2002) salienta o novo arranjo espacial dentro do estado de São Paulo e o papel do interior do estado na reestruturação produtiva, que a partir de 1999 tornou-se a área de maior concentração industrial do país.

A redução da participação de São Paulo, quando observadas as principais regiões produtoras (Região Metropolitana de São Paulo e interior), foi espacialmente limitada à primeira, que teve redução de sua participação na industrial geral (26,8% para 19,6% do VTI do Brasil) e

¹⁵ VTI – Valor de Transformação Industrial, é definido como a diferença entre o valor bruto da produção industrial e os custos das operações industriais.

na de transformação (29,2% para 20,7%). Se observado esse recorte tradicional (metrópole x interior), o segundo (Estado, exclusive RMSP) passou a ser o principal espaço industrial do país, superando a RMSP ao ampliar sua participação, de 21% para 25,6%, na indústria geral e de 22,7% para 27,1%, na de transformação. (CAIADO, 2002, p. 4)

Os dados demonstram que o interior do estado se fortaleceu, passando a ser o principal local de concentração industrial, mesmo frente à RMSP. Logo, embora tenha havido uma perda de participação industrial na RMSP, parte da produção se realocou no interior do estado resultando em uma convergência entre os parques industriais da RMSP e do interior, em um processo de complementariedade entre metrópole e interior. Além disso, essa dispersão em direção ao interior se deu predominantemente em regiões contíguas à RMSP, sobretudo para as regiões de Campinas, São José dos Campos e Sorocaba (CAIADO, 2002).

Em síntese, as distintas estratégias de localização dos segmentos ocasionaram movimentos mais complexos que a dicotômica concentração versus desconcentração. Houve desconcentração produtiva em certos segmentos; deslocamentos de plantas em outros; alguns adotaram a dispersão da produção, com a ampliação do raio de localização e outros reconcentraram-se. (CAIADO, 2002, p. 10)

Para Pacheco (1999), a desconcentração com sentido ao interior do estado o consolidou como o segundo maior aglomerado industrial do país, depois da Grande São Paulo. Tal processo ficou conhecido como interiorização da indústria paulista e se deu principalmente nas regiões de Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Santos e Sorocaba. Tal processo teria se consolidado, sobretudo, pelo fortalecimento da agroindústria no interior paulista, dos investimentos na siderurgia e na indústria petroquímica, pela concentração de centros de pesquisa e incentivos municipais, bem como investimentos em infraestruturas que aumentaram a atratividade do interior em detrimento da metrópole (PACHECO, 1999).

Gomes (2004) também salienta o crescimento da participação do interior do estado na produção industrial nacional.

Em 1970, o Estado detinha 58,1% da produção nacional, passando para 49,2%

em 1990. A RMSP tinha uma participação de 43,4% em 1970, passando para 26,2% em 1990 e o interior tinha 14,7% em 1970, passando para 23,0% em 1990 [...]. Em 2000, continua a tendência de queda na participação da indústria paulista de transformação, em relação ao Brasil, atinge 47,8% e também da RMSP, atinge 20,7%, enquanto que a participação do interior continua em ascensão atingindo 27,1%, segundo dados do IBGE. (GOMES, 2004, p. 2)

É possível observar a queda da participação industrial da RMSP e o crescimento do interior paulista. Para Gomes (2004), o desempenho do Interior estaria associado a políticas governamentais estaduais e federais, com investimentos em infraestrutura, na rede viária e de transportes, bem como nas telecomunicações, criando condições para instalações das indústrias (GOMES, 2004).

No entanto essa dispersão espacial industrial não alcançou o Interior de forma homogênea. De início seu impacto foi maior no entorno da RMSP e depois para outras regiões mais distantes, principalmente no eixo rodoviário e nas cidades médias. As regiões do Interior que apresentaram maior atratividade industrial foram as regiões de Campinas, Vale do Paraíba, Ribeirão Preto e Bauru (GOMES, 2004).

Assim o que se observou foi um processo de desconcentração industrial em direção ao interior do estado de São Paulo, em conjunto com outros estados. Portanto, embora seja inegável a desconcentração industrial no começo dos anos 1980, impulsionada não apenas pela reestruturação produtiva, mas também pela crise que afligiu o país nessa década e pelos incentivos fiscais de outras regiões do país, nota-se que tal movimento de saída das industriais declinou após 1985, e a RMSP continuou sendo o principal núcleo de acumulação de capital no país (CAIADO, 2002).

Para Araújo (2001) essa dinâmica territorial ensejada pela desconcentração e reconcentração produtiva da RMSP produziu dinâmicas espaciais realimentadoras do processo de concentração e aprofundou os nexos econômicos entre a RMSP e o Interior, com intercâmbios rotineiros de produção e trabalho (ARAÚJO, 2001).

A estrutura industrial do conjunto de regiões que configuram o entorno da RMSP apresenta elevado grau de integração técnica e funcional como esta.

Pode-se afirmar que, nessa porção do território paulista, encontra-se em curso um extenso processo de metropolização, integrando aglomerações urbanas e metropolitanas (São Paulo, Campinas e Santos) e não-metropolitanas (São José dos Campos e Sorocaba) em uma grande área socioeconômica. (ARAÚJO, 2001, p. 27)

Logo, não houve um movimento linear de desconcentração e, sim, diversas estratégias de realocação espacial da indústria, dentro e fora do estado de São Paulo. E mesmo diante das especificidades do fenômeno no país, o cenário da reestruturação produtiva no Brasil se assemelha ao restante do mundo, conforme apontando pela bibliografia internacional, ou seja, redução da participação de setores tradicionais e intensivos em mão de obra e ampliação de setores tecnológicos (CAIADO, 2002).

Para Araújo (2001), a RMSP passou por um processo de terceirização de sua economia, com crescimento dos serviços especializados de apoio à produção. As mudanças ensejadas pela reestruturação produtiva resultaram não apenas na desconcentração industrial, mas também na desconcentração do emprego (ARAÚJO, 2001).

Da apreensão da dinâmica de transformações econômicas estruturais e seus impactos, constata-se, empiricamente, uma ruptura na trajetória histórica da evolução da economia metropolitana, mostrando pela primeira vez ausência de convergência entre a trajetória de desenvolvimento da produção e a do emprego na RMSP. Tal divergência, verificada em todas as atividades produtivas, embora com maior ênfase na atividade industrial, é visível nos indicadores de evolução do valor de produção e do pessoal ocupado, sendo característica do período em análise. (ARAÚJO, 2001)

As transformações ensejadas pelo processo de reestruturação teriam contribuído para a formação de uma estrutura ocupacional polarizada, caracterizada pelo aumento das ocupações em serviços auxiliares mais especializados e associados a níveis de qualificação mais altos e o aumento dos postos de trabalho em prestação de serviços pessoais, com baixa qualificação e remuneração (ARAÚJO, 2001).

Segundo a autora (2001), as principais mudanças no mercado de trabalho da RMSP consistiram na redução dos ocupados no setor industrial, que somavam 32% da estrutura

ocupacional em 1988 e, em 1999, eram cerca de 20%; a ampliação de ocupações no setor de serviços, com destaque para serviços relacionados à produção e pessoais/domésticos; e a baixa capacidade de geração de ocupações assalariadas com carteira de trabalho assinada. Tais mudanças no nível e características da estrutura ocupacional teriam forte impacto no mercado de trabalho da RMSP (ARAÚJO, 2001).

Nos serviços relacionados à produção (ou produtivos/especializados), expandiram-se as inserções mais flexíveis (ou não regulamentadas) no setor privado: tanto os ocupados sem carteira assinada quanto autônomos mais que duplicaram nessa década (cerca de 250% em relação a 1988) e os empresários e donos de pequenos negócios familiares aumentaram em mais de 130%. (ARAÚJO, 2001, p. 25)

Na RMSP, as ocupações que mais cresceram foram as posições de serviços com baixa qualificação, como serviços domésticos, vigilância privada, atendentes de serviços, motorista e outras. E as que mais diminuíram foram as ocupações no setor da indústria de transformação. Além disso, segundo Araújo (2001), cabe ressaltar a predominância na RMSP de ocupações de nível básico, sem qualificação e com baixa remuneração, bem como a precarização do trabalho e da posição na ocupação, além da intensificação do uso de trabalho subcontratado (ARAÚJO, 2001).

As transformações ensejadas pela reestruturação produtiva no Brasil foram sentidas em todos os setores, inclusive pelo setor têxtil e do vestuário. Nesse setor foi possível observar deslocamentos de plantas industriais para outros estados da federação, como também a diminuição no emprego formal e o aumento da precarização das relações de trabalho, principalmente no segmento da confecção.

2.1 A reestruturação produtiva e seus impactos no setor têxtil

A cadeia produtiva da indústria têxtil-vestuário é formada por diversos segmentos independentes, mas que interagem entre si. Dentre eles estão a indústria química, a agropecuária, de maquinários e equipamento e a indústria têxtil e de confecção. Essas duas últimas responsáveis pelo núcleo da cadeia, a produção de fios e tecidos e seu manufaturamento em roupas e similares.

Para Garcia e Cruz-Moreira (2003):

A cadeia produtiva têxtil-vestuário é constituída tradicionalmente por empresas de grandes setores industriais. Entre eles, destacam-se: a indústria química, provedora de fibras “químicas” ou manufaturadas e insumos para tinturaria e acabamento; a indústria agropecuária, fornecedora de fibras naturais, tanto vegetais como animais; a indústria de máquinas e equipamentos especializados que, junto com as novas tecnologias de automação, de software, de informação e de comunicações, revolucionaram a estrutura produtiva e de negócios. A parte central desta cadeia é constituída pela indústria têxtil, que inclui os processos de tecelagem e fiação, e pela indústria de confecção, que transforma os tecidos em roupas para vestir. (GARCIA; CRUZ-MOREIRA, 2003, p. 275)

Segundo Colli (1997), a cadeia produtiva têxtil pode ser dividida entre vários ramos de atividade produtiva, que perfazem o complexo industrial têxtil. Os ramos produtivos do setor seriam: produção de fibras artificiais e químicas, fiação, tecelagem, acabamento, malharia, cordaria e confecção. Já o fluxo da produção seria da produção de matéria-prima para a preparação e fiação, depois a tecelagem, o acabamento e, por fim, a preparação e confecção (COLLI, 1997).

A reestruturação produtiva alterou toda a cadeia de produção dessa indústria. E essa mudança não ocorreu somente no Brasil, mas no mundo, transformando principalmente os padrões de produção e de concorrência no setor. O setor de produção de matéria-prima, filamentos e fios teve que se adequar ao novo padrão tecnológico e investir fortemente em novo maquinário e novas formas de gerenciamento.

Diante da nova competitividade global, o foco da concorrência foi deslocado apenas do preço e passou a incluir questões de flexibilidade e diferenciação dos produtos. Tais mudanças exigiram não apenas uma inclusão de avanços tecnológicos, mas também organizacionais e de concepção e criação, tornando-se fortemente capital-intensivas. O objetivo era flexibilizar a produção e aumentar a proximidade com os consumidores, a partir de técnicas de diminuição no tempo da concepção, produção e comercialização (GORINI, 2000).

Além dos investimentos em novas tecnologias, a integração de empresas voltadas para fases distintas do processo têxtil apareceu como um fato relevante para a concretização de um novo padrão de concorrência. A histórica fragmentação do setor foi atenuada pela formação de redes compostas por ateliês de design, fornecedores de fibras e outras matérias-primas, tecelagens, confecções e grandes cadeias varejistas, em que a logística de toda a cadeia foi otimizada via informatização: *electronic data interchange* (EDI) e *efficient consumer response* (ECR). De modo geral, isso garantiu uma flexibilidade até então inédita às companhias norte-americanas e europeias, relativizando o avanço das empresas asiáticas sobre os mercados do primeiro mundo. (GORINI, 2000, p. 21)

Perante as transformações na forma de produção na cadeia produtiva houve uma forte centralização do capital. E a tendência para enfrentar a competitividade foi o agrupamento em blocos, com suporte de políticas nacionais protecionistas e encadeamento da produção (GORINI, 2000).

Vale notar, não obstante, que o papel dos Estados nacionais também foi fundamental para essa transformação da indústria têxtil no capitalismo central. Por um lado, políticas comerciais protecionistas foram aplicadas com rigor pelos países da OECD. Um acordo internacional assinado pelos mesmos, ainda nos anos 60, prevendo a utilização de cotas e sobretaxas de importação, foi constantemente ampliado e renovado até os anos 80, quando a crescente incorporação dos produtos têxteis às normas do GATT (posteriormente OMC) e a criação de zonas continentais de livre comércio o colocaram em xeque. Paralelamente a acordos comerciais desse tipo, os países da OECD elaboraram inúmeras políticas de apoio à reestruturação industrial. Programas para o desenvolvimento de novas tecnologias foram colocados à disposição de setores que sempre sustentaram o avanço da indústria têxtil, como o químico (fibras e tecidos artificiais e sintéticos), o de bens de capital e o eletroeletrônico (máquinas e equipamentos automatizados). (GORINI, 2000, p. 21)

E a aceleração da integração entre os mercados mundiais, acirrada pela redução de barreiras tarifárias, resultaram na redução dos preços dos artigos de têxtil-vestuário. Em busca da redução de custos de produção, principalmente de mão de obra, uma parcela significativa da

produção desses artigos foi deslocada dos países desenvolvidos para países emergentes da Ásia, Leste Europeu, Norte da África e Caribe (COSTA, 2009). Com o objetivo de maximizar os ganhos diante da concorrência internacional, a estratégia adotada foi a fragmentação da cadeia produtivas.

As empresas, em qualquer elo da cadeia, passam a importar livremente e, dependendo dos preços relativos, recorrem às importações, em vez de produzir ou adquirir no mercado doméstico. (COSTA, 2009, p.)

Tais mudanças aumentaram a relevância das atividades de comércio e o papel das marcas na comercialização, com aumento da oferta de produtos e uma resposta mais rápida às tendências do mercado. O marketing e os canais de comercialização e distribuição se tornaram essenciais. As empresas concentraram-se nas funções de gestão, criação e negociação, e as atividades produtivas passaram a ser terceirizadas (COSTA, 2009).

No Brasil esse processo resultou na queda das exportações e aumento das importações. Segundo Garcia e Cruz-Moreira (2003), na década de 1990, a abertura comercial facilitou a entrada de produtos estrangeiros, culminando em uma invasão de produtos de origem asiática a preços muito baixos, que acabaram por exercer enorme pressão no complexo têxtil-vestuário.

Assim como também descreve Gorini (2000):

O setor têxtil nacional foi muito afetado pela abertura da economia em 1990, a qual não estabeleceu de imediato mecanismos que pudessem proteger a indústria contra as importações subfaturadas e o *dumping* comercial. Some-se a isso o fato que o setor têxtil no Brasil historicamente desenvolveu-se através da internalização de todas as suas atividades produtivas (tendo como foco um mercado praticamente imune a produtos estrangeiros), com baixos índices de produtividade e baixos investimentos em tecnologia de ponta. (GORINI, 2000, p. 29)

Ainda segundo Colli (1997):

Dados sobre a indústria têxtil, que excetuam o segmento de confecções demonstram que, no Brasil, até 1990 o setor contava com 5.158 empresas.

Este número sofre uma significativa redução a partir de 1991, quando a crise gerada pelos tecidos importados afeta demasiadamente todo o setor. Em que pese uma grande redução quanto ao número de indústrias têxteis no Brasil, a partir de 1990, há predomínio de pequenas e microempresas nessa área. (COLLI, 1997, p. 13)

Deste modo, os impactos da abertura da economia resultaram em transformações estruturais na cadeia produtiva. Houve grande concentração da produção no segmento têxtil (fios e tecelagem), de capital intensivo, o que não ocorreu na confecção; declínio na produção em alguns segmentos, principalmente de tecidos; deslocamento regional para o Nordeste e outras regiões de incentivo; e terceirização das empresas (GORINI, 2000).

Segundo Gorini (2000), nesse cenário houve redução de unidades industriais têxteis e empregos enquanto o número de confecções aumentou.

A indústria têxtil, incluindo fiação, tecelagem, malharia e acabamento, encolheu em número de unidades industriais (declínio acumulado de 25% entre 1990 e 1999) e empregos (declínio acumulado de 67% no mesmo período). Em contraste, o número de confecções aumentou 13% (taxa acumulada), passando a gerar menos empregos (declínio acumulado de 9% no período considerado). Esses números indicam, por um lado, a grande concentração produtiva da indústria têxtil, a qual ficou mais intensiva em capital, e, por outro, a maior pulverização das confecções, com aumento provável da informalidade. (GORINI, 2000, p. 29)

Portanto, observou-se que como resposta ao acirramento da competitividade as empresas brasileiras adotaram uma política de redução dos custos, por meio principalmente da desverticalização do processo, da migração das plantas fabris e práticas de subcontratação de mão de obra e serviços (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003). O setor de confecção foi o que mais cresceu e se dispersou. Segundo Gorini (2000), essa pulverização aconteceu devido ao processo produtivo ser relativamente fácil e de investimento inicial baixo, o que permite a existência de muitas empresas de pequeno porte e com alto grau de informalidade (GORINI, 2000). Ademais, segundo Araújo (2001), intensificou-se a terceirização da produção, principalmente no setor de vestuário.

Característica central deste movimento de reestruturação dos anos 90, a terceirização difunde-se e ganha novos contornos em meio às inovações gerenciais e tecnológicas empregadas. A subcontratação de oficinas de costura e o uso de trabalho a domicílio se intensificam, na medida em que se tornam a principal estratégia utilizada pelas confecções, independente do seu tamanho e posição no mercado, com o objetivo de reduzir custos e aumentar a capacidade produtiva. (ARAÚJO, 2001, p. 279)

Outra alternativa bastante difundida foi a transferência das unidades produtivas para locais com condições de produzir a custo mais baixo por meio de incentivos fiscais e de crédito. Diante disso, houve também um movimento de relocação da indústria têxtil dos tradicionais centros de produção para outros estados (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003).

Deste modo, em busca da redução dos custos, as grandes empresas da cadeia se deslocaram para locais com mão de obra mais barata e incentivos fiscais, como a região Nordeste. Essa desconcentração se deu principalmente na produção industrial, nas etapas mais intensivas em mão de obra e menor tecnologia. As etapas de concepção, planejamento estratégico permaneceram concentradas em São Paulo, principalmente na capital (COSTA, 2009).

Com relação à distribuição regional houve um considerável aumento da participação da região Nordeste na década de 1990, principalmente na produção de fios e tecidos, embora a região Sudeste ainda tenha mantido a maior concentração dessa produção (GORINI, 2000).

Enquanto no Nordeste estão se concentrando os investimentos intensivos em escala, no Sul se reúnem os produtores de cama, mesa e banho e malhas, de médio e pequeno portes, e no Sudeste fica a produção de artificiais e sintéticos, desde os grandes produtores de matérias-primas (viscose, poliéster, náilon, elastano, entre outros) até pequenas e médias tecelagens, malharias e confecções. Cabe destacar vários polos importantes na região Sudeste, como os de Americana, Santa Bárbara, Nova Odessa e Sumaré (São Paulo) – formados em grande parte por pequenas e médias empresas responsáveis por 85% da produção nacional de tecidos artificiais e sintéticos – e Nova Friburgo (Rio de Janeiro) – dedicado à produção de lingerie, entre outros. No que diz respeito à distribuição regional das confecções, cerca de 58%, tanto das

indústrias como da produção, concentraram-se na região Sudeste em 1999. (GORINI, 2000, p. 34)

Deste modo, diante dessa dispersão espacial, parcial, atualmente a cadeia produtiva têxtil-vestuário se caracteriza pela existência de polos regionais de produção: São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Ceará. No entanto, São Paulo ainda continua sendo o maior centro produtor da cadeia.

As empresas que optaram por não transferir sua produção para outras regiões fora do estado de São Paulo buscaram alternativas para reduzir o custo da produção e, por conseguinte, do produto final. Entre essas alternativas destacam-se as práticas de subcontratação produtiva, segundo Garcia e Cruz-Moreira (2003). A subcontratação produtiva afetou principalmente o fim da cadeia produtiva, o setor de confecção (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003).

As empresas que não transferiram sua produção para locais que apresentassem condições de custos mais baixos fora do Estado de São Paulo buscaram formas alternativas para reduzir os gastos na produção, especialmente por meio de práticas de subcontratação produtiva, seja por meio do trabalho a domicílio, seja por meio da contratação das chamadas “cooperativas” de trabalhadores. Estas cooperativas, formadas muitas vezes por ex-empregados da empresa. (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003, p. 277)

Em relação ao emprego, em 1999, a cadeia têxtil-vestuário gerou 1,5 milhão de empregos, ou seja, 14% dos empregos gerados pela indústria de transformação. No entanto, esse número representou um declínio de 30% em relação a 1990. Já em 2007 os empregos na cadeia representaram 17,3% do total de empregos na indústria de transformação brasileira. A manutenção e oferta de trabalho no setor se deram, sobretudo, por conta do crescimento da confecção (COSTA, 2009).

Embora a RMSP tenha passado pelo processo de desconcentração industrial na década de 1980 e tenha havido uma redução do número absoluto de trabalhadores no setor, a região metropolitana ainda permanece como a principal empregadora de mão de obra nas atividades de fabricação de têxteis e vestuário (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003).

Nota-se que houve forte redução do contingente de trabalhadores nessas

atividades, cujo o emprego total passou de quase 187 mil trabalhadores em 1994 para cerca de 118 mil em 2000, o que representa uma queda de pouco mais de 36% do emprego no período atual. Pode-se perceber também que a redução foi menos significativa nas atividades de confecção de artigos de vestuário, já que a queda não alcançou sequer o patamar de 30%. Esses dados mostram, por um lado, a magnitude do processo de desconcentração industrial na cadeia têxtil-vestuário na RMSP. Porém, eles permitem verificar que a RMSP ainda era responsável por um contingente expressivo de trabalhadores nesse setor: 50,3% do emprego total da cadeia no Estado de São Paulo e 15,8% no Brasil. (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003, p. 282)

Logo, os dados demonstram que a queda foi menor na confecção, porém o segmento do vestuário segue o mais importante da cadeia em termos de geração e manutenção de emprego na RMSP. Todavia, esses números podem ser ainda maiores, uma vez que as informações oficiais podem estar subestimadas, dado que um volume expressivo de empregados trabalha sem carteira assinada e, portanto, não são computados nas estatísticas (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003).

Deve-se notar, particularmente, a importância das atividades de confecção de artigos do vestuário na RMSP, que representam quase 59,6% do total do emprego da cadeia no Estado de São Paulo e 16,8% no Brasil, o que corresponde a mais de 70 mil trabalhadores. A esse número, deve ser somado um volume provavelmente expressivo de empregados que trabalham sem carteira assinada e, portanto, não são computados nas estatísticas da RAIS. Deve-se ressaltar que, para a investigação da indústria do vestuário, a utilização de informações que incorporam somente o emprego formal (com carteira assinada) pode ser problemática, já que as empresas se utilizam fortemente de formas precarizadas de relações de trabalho com o intuito de reduzir custos de mão-de-obra. (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003, p. 283)

Outro fator importante no setor têxtil-vestuário em São Paulo é o tamanho médio das empresas, após a reestruturação, que passou a ser comprimido. Em 2001 no segmento têxtil era de menos de 30 funcionários e no segmento de vestuário de 10 funcionários por estabelecimento.

Ainda assim, segundo Garcia e Cruz-Moreira (2003), o processo de desconcentração na RMSP não foi tão expressivo como era esperado diante do cenário de reestruturação e não teria havido perda significativa em nenhum segmento da cadeia, ao contrário, teria havido ganho. Para os autores, o processo de desconcentração na cadeia têxtil-vestuário estaria mais relacionado ao deslocamento de postos de trabalho para outras regiões e menos às capacidades produtivas e de gerenciamento e gestão (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003).

Para tal contradição sobre os ganhos existiriam duas explicações:

Existem ao menos duas interpretações, contraditórias e complementares para esse fenômeno. Por um lado, há ganhos de produtividade da cadeia têxtil-vestuário na RMSP decorrentes da capacidade dos agentes em incorporar valor aos produtos localmente fabricados, seja por meio de processos de reestruturação industrial no seio das empresas, seja pelos esforços de desenvolvimento de produto e design que foram sendo incorporados aos produtos. Por outro lado, houve uma intensificação das formas de contratação precária de mão-de-obra (trabalho em domicílio, principalmente) e uma utilização mais intensa de subcontratação do processo de produção junto as firmas localizadas em outras regiões. (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003, p. 286)

Conseqüentemente, tanto a renovação e as novas formas de gerenciamento como a disseminação e a intensificação da subcontratação foram responsáveis pela retenção das perdas e pelos ganhos na cadeia têxtil-vestuário. E São Paulo continuou a ser o centro gerencial e produtor da cadeia. Tal fato só poderia ser explicado a partir da compreensão da estrutura produtiva do setor e sua multiplicidade de formas de organização, segundo Garcia e Cruz-Moreira (2003).

Dentre as formas de organizações mais relevantes, destacam-se as empresas produtoras com ou sem marcas, as cadeias produtivas lideradas pelas comercializadoras de marcas e os varejistas, segundo Garcia e Cruz-Moreira (2003).

Para os autores (2003), as empresas produtoras com ou sem marca, que se responsabilizam pela manufatura dos artigos têxteis ou do vestuário, realocaram parte de sua produção em outros estados com maiores incentivos fiscais, no entanto, mantiveram funções

importantes como de gestão da produção, desenvolvimento de produtos e comercialização em São Paulo. Ou seja, o gerenciamento do negócio não foi deslocado e continuou na capital e algumas empresas ainda mantiveram plantas produtivas na RMSP (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003).

Já as comercializadoras de marca que tiveram berço em São Paulo e são fortemente atreladas a atividades de marketing e desenvolvimento de produto e design, com alto valor agregado, também teriam São Paulo como lugar de excelência. Sua produção utiliza-se de diversos graus de subcontratação, de pequenas oficinas em São Paulo a grandes produtores especializados. Outro ponto fundamental, segundo Garcia e Cruz-Moreira (2003), é que essas empresas têm uma importante influência nas outras empresas da cadeia do vestuário. Seriam elas a lançar as tendências da moda que as empresas de confecção do centro de São Paulo reinterpretam e adequam ao gosto popular, impulsionando toda a rede de confecções de baixo investimento (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003).

E, por fim, as empresas varejistas, tais como C&A, Riachuelo e Wal-Mart. As empresas varejistas também teriam passado pela reestruturação produtiva e sofreram bastante influência da indústria da moda, voltando suas estratégias, sobretudo para o design e publicidade. A prática de produção mais comum é a intensificação da integração entre os fornecedores, visando a um alto volume a um baixo preço. Essas empresas movem o mercado da confecção ao subcontratar a manufatura de um elevado número de pequenas e médias empresas, em sua maioria baseadas em São Paulo (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003).

Portanto, mesmo diante do cenário de desconcentração industrial na cadeia têxtil-vestuário, grande parte da produção e comercialização do setor é realizado em São Paulo, sobretudo nos bairros centrais como o Bom Retiro, a partir de pequenas confecções. E as pequenas confecções se tornaram parte essencial do segmento do vestuário por causa de sua capacidade de resposta rápida às demandas voláteis e flexíveis da indústria da moda (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003).

Segundo os autores:

Dois dos principais predicados desses produtores são a rapidez e a eficiência, já que eles têm sido capazes de, rapidamente, recriar as tendências de moda

lançadas nas passarelas, adaptando-as ao consumidor comum e à produção em escalas mais elevadas. Para isso, utilizam materiais menos caros, incorporam melhorias no processo produtivo e intensificam sua capacidade de comando da complexa cadeia produtiva, o que lhes permite obter menores custos de produção e incrementar sua competitividade. (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003, p. 297)

Para tal, a produção é em grande parte subcontratada de pequenas oficinas de costura e suas competências estão no design e na flexibilidade produtiva. Segundo Araújo (2001), a subcontratação passou a ser empregada como instrumento central de aumento da produtividade, principalmente no setor de confecção.

A subcontratação foi utilizada como estratégia de sobrevivência e recuperação da sua capacidade de competir. A subcontratação não representa uma propriamente uma novidade nesse ramo, pois ele tradicionalmente utilizou o trabalho de costureiras externas, especialmente em picos de produção. Porém, no contexto de mercado globalizado, que estabelece novas condições de concorrência, a terceirização e o trabalho a domicílio são revitalizados e utilizados de forma mais intensa pelas empresas de confecção com o objetivo de redução de custos e aumento da produtividade. (ARAÚJO, 2001, p. 296)

Além disso, a capacidade de comando e atração de compradores é uma grande vantagem competitiva das empresas locais do centro de São Paulo, segundo Garcia e Cruz-Moreira (2003), sendo o que em última instância permite sua sobrevivência frente à concorrência das novas formas de produção (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003).

Esses produtores são capazes de controlar o processo de comercialização no atacado, já que utilizam como canal de comercialização pequenos varejistas, que são em geral pequenas redes ou lojas independentes de todo o Brasil, as quais vêm até São Paulo para adquirir os produtos. Esses pequenos varejistas podem utilizar suas próprias marcas ou, como é mais comum, manter a marca do produtor/atacadista. Os produtos oferecidos por essas empresas, além de variados, permitem ao comprador escolher seu mix entre os vários fornecedores aglomerados ao redor dos centros de comercialização que foram formados em São Paulo. (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003, p. 297)

Assim sendo, a manutenção e renovação do setor se deveu a sua capacidade de se adaptar às novas e flutuantes demandas, respondendo rapidamente às tendências e produzindo a baixo custo a partir da massificação da subcontratação de serviços variados, mas principalmente de oficinas de costura ou *sweatshops*¹⁶. Por fim, segundo os autores (2003):

Essa complexidade e diversidade de encadeamentos e formas de organização produtiva da cadeia têxtil-vestuário na RMSP parecem ser o principal fator explicativo do dinamismo e do poder de “resistência” dessa cadeia. As relações virtuosas com o setor produtor de moda e a elevada flexibilidade das empresas, associadas a um fator espúrio de informalização da força de trabalho, são os principais elementos que justificam a importância dessa cadeia e a competitividade de seus produtores. (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003, p. 299)

Portanto, as novas formas de organização do setor, baseadas, sobretudo, na intensificação da subcontratação, foram a força motriz de manutenção do setor no atual cenário de competitividade internacional. E a análise da intensificação da subcontratação de mão de obra desse segmento não pode ser feita sem se considerar os movimentos migratórios de diversos grupos na cidade de São Paulo, uma vez que esses se somam a grande parte da força de trabalho da confecção (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003).

2.2 A imigração no setor têxtil

A inserção dos imigrantes no setor têxtil/vestuário não se dá apenas a partir da reestruturação produtiva, data de pelo menos desde a primeira metade do século 20, com a chegada dos sírios e libaneses.

¹⁶ Segundo Coutinho (2013) *sweatshops* são empresas no qual o trabalho é precarizado, com jornadas intensivas de trabalho. O termo teria “referência àquela indústria onde as condições de trabalho eram danosas à saúde e as jornadas de trabalho excessivas. As ‘fábricas de suor’, em sua tradução literal para o português, voltaram às discussões estadunidenses nos anos de 1980, com as ‘pequenas fábricas’ de vestuário que empregavam trabalhadores imigrantes hispânicos e asiáticos e tinham donos de igual nacionalidade, em um fenômeno que ficou conhecido como ‘back to the sweatshops’, ou, ‘de volta às fábricas de suor’. Essas se caracterizam pelo não cumprimento das leis trabalhistas, pelos locais insalubres de trabalho e pela junção do espaço de trabalho com o espaço de moradia” (COUTINHO, 2013, p. 21).

Na primeira metade do século XX, com a chegada de sírios e libaneses, foram instaladas no centro da cidade, especialmente na rua 25 de março e no Brás, diversas lojas especializadas na comercialização de tecidos, roupas e armarinhos. Mais tarde, esses empreendimentos comerciais passaram a se envolver também com a produção de tecidos, muitas vezes por meio de relações de subcontratação de produtores especializados. Os imigrantes europeus, assim como uma nova leva de “árabes”, consolidaram a indústria do vestuário por meio da especialização da alfaiataria e da produção de roupas íntimas e de outros artigos básicos. (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003, p. 291)

Como também destaca Truzzi (2001), os sírios, libaneses e judeus se estabeleceram no comércio da região central e dedicaram-se em larga escala aos estabelecimentos de armarinhos, roupas prontas e artigos têxtil de modo geral. E mesmo no setor industrial seguiram em segmentos afins como o têxtil e a confecção (TRUZZI, 2001).

Desse modo, um novo arranjo comercial se estabeleceu na região central da cidade a partir da instalação de diversas lojas especializadas no comércio de tecidos e roupas. Esses empreendimentos, mais tarde, passam a envolver também a produção de tecidos e a inserção dos imigrantes europeus no setor, principalmente, italianos, que se consolidaram na indústria do vestuário por meio da especialização em alfaiataria e outros produtos (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003).

Essa especialização dos produtos do vestuário por parte dos imigrantes europeus consolidou a indústria do vestuário na região central da cidade, que se estabeleceu grande parte nos bairros do Brás e Bom Retiro. Segundo Garcia e Cruz-Moreira (2003), até década de 1950 a indústria do vestuário em São Paulo produzia basicamente roupas brancas, mas com o passar do tempo passou a desenvolver produtos mais elaborados, principalmente da moda feminina a partir de pequenas oficinas, em um trabalho semiartesanal produzido por costureiras autônomas.

Em um segundo momento, no qual a indústria têxtil/vestuário já estava estabelecida na cidade, o setor passou a atrair também um expressivo contingente de migrantes internos, mais especificamente os nordestinos.

Os também migrantes brasileiros, especialmente nordestinos, desenvolveram trajetórias surpreendentes. Eles passaram de representantes comerciais a produtores de produtos mais baratos em grande escala, estabelecendo-se também no Brás. Nesse sentido, foram capazes de se beneficiar do parque industrial existente e do conhecimento acumulado do perfil da demanda local, além de utilizarem uma estratégia de crédito bastante eficiente, baseada na confiança nos compradores. (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003, p. 291)

No entanto, a partir da política de abertura comercial acelerada e da prática disseminada da subcontratação (ou seja, sem carteira assinada), houve um crescimento de empresas que tinham como proprietários imigrantes coreanos e uma redução gradativa da mão de obra nacional no setor.

Os primeiros chegaram na década de 70 e se estabeleceram como atacadistas e produtores de artigos populares similares aos produzidos anteriormente pelos nordestinos. Nos anos 80 evoluíram para a confecção de artigos de “modinha”, inovando na resposta rápida e capitalizando o desenvolvimento tecnológico dos produtores têxteis e de maquinários coreanos, de quem se tornaram clientes e distribuidores. (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003, p. 291)

Segundo Truzzi (2001), os imigrantes coreanos se instalaram no bairro da Liberdade, tradicional reduto de japoneses na cidade de São Paulo, na chamada Vila Coreana, a partir dos anos 1960. Para a maior parte deles, o trabalho disponível foi na confecção ou na venda de porta em porta de roupas e outros produtos baratos. Embora a maior parte dos coreanos nunca tivesse trabalhado no ramo de confecção antes de chegar ao Brasil, foram atraídos graças à pouca necessidade de capital, ao risco pequeno e à possibilidade do trabalho familiar. Para o autor, há indicações que os imigrantes judeus (tradicionalmente instalados no Bom Retiro e proprietários de confecções) passaram a empregar a mão de obra coreana como costureiros, tanto em oficinas como em trabalhos domiciliares e vendedores de roupas (TRUZZI, 2001).

Com o passar do tempo, os imigrantes coreanos prosperaram no segmento e já nos anos 1970 começaram a abrir seus próprios estabelecimentos no bairro do Bom Retiro.

No Bom Retiro, os coreanos começaram a se instalar com lojas por volta de meados da década de 70. A concentração de coreanos na indústria de confecção naturalmente atraiu a colônia para se instalar em um ponto da cidade que já desfrutasse de tradição nesse ramo comercial. A esse respeito, os coreanos seguiram de perto a trajetória dos judeus, que logo enxergaram possibilidades comerciais promissoras para uma zona central, bem servida por transportes urbanos e próxima ao burburinho da estação ferroviária. (TRUZZI, 2001, p. 151)

Conforme Buechler (2004), os coreanos começaram a produzir roupas somente após 1968, quando as peças trazidas da Coreia se esgotaram. Eles ingressaram no ramo da confecção que era dominado por judeus e árabes e, para ajudar a própria comunidade e os seus compatriotas recém-chegados, apenas contratavam dentro de sua própria comunidade étnica (BUECHLER, 2004).

A segunda onda de imigrantes coreanos, a maioria indocumentado, compunha a maioria das oficinas de confecção e donos de lojas. Alguns desses imigrantes já eram envolvidos com a indústria de roupas na Coreia e trouxe consigo capital. A indústria da confecção era vista como um setor no qual os lucros poderiam ser feitos num curto período de tempo. Em 1989, 90% dos imigrantes coreanos em São Paulo estavam envolvidos direta ou indiretamente na indústria de roupas¹⁷. (BUECHLER, 2004, p. 107)

Para Freitas (2010), a inserção dos imigrantes coreanos no comércio e venda de roupas se deu, sobretudo, como forma de inserção no mercado de trabalho, a partir da prática do “bendê”. Nesse comércio ambulante surgiam novas possibilidades de inserção na produção de roupas domiciliares para repor as mercadorias coreanas que haviam se esgotado.

Nessas circunstâncias precárias iniciais, de chegada e moradia, em que à condição de pobreza inicial somavam-se: o não domínio da língua portuguesa e a falta de qualificações mais específicas, a alternativa de inserção econômica encontrada enquanto estratégia de sobrevivência imediata foi a prática do “bendê” (venda ambulante, a domicílio), realizadas pelas mulheres coreanas,

¹⁷ Tradução livre do trecho: “*The second wave of Koreans immigrants, mostly undocument, make-up the majority of the garment workshop na store owners. Some of the migrants had been involved with the garment industry in Korea and brought capital with them. The garment industry was seen as a sector in which profits could be made in a short period of time. By 1989, 90 percent of Korean immigrants in São Paulo were involved indirectly or directly in the industry*” (BUECHLER, 2004. P. 107).

a princípio com objetos trazidos da Coreia. (FREITAS, 2010. p. 7)

A partir da década de 1980, os imigrantes coreanos começam a se instalar comercialmente nos bairros do centro de São Paulo, tradicionalmente reconhecido pelo comércio de roupas e tecidos. Eram, sobretudo, pequenos empreendedores com capital suficiente para conseguir se instalar na região, onde predominavam judeus, sírios e libaneses, a partir de um sistema de autofinanciamento à comunidade coreana (FREITAS, 2010).

Além disso, como destaca Garcia e Cruz-Moreira (2003), essa inserção no segmento do vestuário foi facilitada pelas relações dos imigrantes coreanos com os produtores da Coreia do Sul, que possibilitou a modernização da indústria local e que os imigrantes atuassem no segmento de moda, importando tecidos asiáticos ou produtos prontos e realizando ciclos curtos de reposição do estoque. Logo, a forte relação entre os imigrantes coreanos baseados em São Paulo com seus compatriotas no país de origem permitiu que eles tivessem sucesso no segmento de vestuário, uma vez que conseguiram atender às demandas da nova configuração ensejada pela reestruturação produtiva, ou seja, rapidez e baixos custos, adaptando a tendência da moda para o consumidor local. (GARCIA, CRUZ-MOREIRA, 2003).

Dessa forma, uma nova forma de organização da produção e comercialização se estabeleceu no setor de confecção, caracterizado pela alta produtividade e rotatividade dos produtos. Visando alcançar tais demandas, o modelo fabril foi rompido pelos coreanos, que estabeleceram um sistema de produção descentralizado, a partir de pequenos produtores e oficinas de costura (BUECHLER, 2004).

Para tal processo, a produção era em grande parte subcontratada, o que teria contribuído para modificar o perfil da força de trabalho, criando novas ocupações e atraindo contingente expressivo de imigrantes. Inicialmente eram os coreanos indocumentados que trabalhavam por longas horas nas oficinas de confecção clandestinas e recebiam salários muito baixos. A maior parte deles morava, comia e trabalhava dentro dessas oficinas, com mínimo contato exterior por medo da deportação (BUECHLER, 2004).

Com isso os coreanos se consolidaram no ramo de confecção e de oficinas de costura, muitos realizando uma mobilidade social ascendente, passando de costureiros para donos de oficina e lojas de roupas. Com essa ascensão econômica, a crescente demanda de mão de obra

e a percepção negativa do trabalho na costura, os coreanos passaram a investir em outros segmentos como design e gerência e a terceirizar o trabalho de costura. Portanto, foi a partir do momento no qual os coreanos deixaram de contratar a mão de obra de seus compatriotas que os imigrantes bolivianos entraram no setor de confecção em São Paulo, uma vez que a estratégia adotada pelos coreanos foi a terceirização do trabalho de costura, repassando o trabalho aos imigrantes bolivianos (SILVA, 1997).

É preciso considerar outro elemento, este de ordem conjuntural, em que os coreanos abdicaram de contratar mão-de-obra de seus próprios compatriotas, a partir do momento em que a imprensa passou a denunciar a existência de “trabalho escravo” na comunidade. Assim, a estratégia adotada pelos coreanos foi a terceirização do trabalho, delegando aos bolivianos a incumbência de contratar os seus próprios compatriotas para o realizarem, sob regime de produção por peça. (SILVA, 1997, p. 386)

Segundo Freitas (2009), a conexão entre imigrantes coreanos e bolivianos não é casual e foi estabelecida antes mesmo de sua chegada ao Brasil. Logo após a implementação da ditadura militar no Brasil houve um recrudescimento da política migratória brasileira, que criou diversas restrições à entrada de imigrantes, e o acordo migratório entre o Brasil e a Coreia do Sul foi rompido. No entanto, a entrada de imigrantes coreanos não cessou e, para tal, diversas estratégias de ingresso no país foram adotadas, como as rotas ilegais de imigração via países como a Bolívia e o Paraguai (FREITAS, 2010).

As restrições iniciadas em 1967, inauguraram o período da imigração coreana ilegal para o Brasil: o destino direto era quase sempre São Paulo e as principais rotas de entrada dos coreanos no Brasil era ora a partir do Paraguai, ora a partir da Bolívia. No caso da Bolívia, existia facilidade de concessão de vistos de “turista” para coreanos no momento da entrada no Brasil. (FREITAS, 2010, p. 10)

Logo, a conexão entre coreanos e bolivianos teria sido estabelecida ainda na Bolívia e nas relações estabelecidas nesse país. Segundo Buechler (2004), os coreanos viam a migração para a Bolívia e para o Paraguai como uma etapa anterior a de migrar para o Brasil e para a Argentina, e futuramente mudar para os EUA. Logo, diante das restrições migratórias de entrada no Brasil, primeiro eles migraram para a Bolívia para depois se dirigir ao Brasil. E

enquanto residiam na Bolívia exerceram atividades ligadas a roupas e tecidos (BUECHLER, 2004).

Em 1989, residiam oficialmente na Bolívia 1.125 coreanos e as estimativas não oficiais indicavam que hoje ainda há pelo menos 1.000 coreanos na Bolívia (Hankook I lbo, citado em Choi, 1991: 18 e entrevista com Kyeyoung Park, em 22 de dezembro de 2000). Buechler e Buechler (1992: 66) afirmam que os empresários estrangeiros mais especializados na Bolívia eram os coreanos, que estavam quase exclusivamente envolvidos em vestuário e têxteis. Embora os coreanos costumassem ter oficinas de costura na Bolívia, eles parecem ter raízes rasas na Bolívia e estão pensando em mudar para “pastagens mais verdes”.¹⁸ (BUECHLER, 2004, p. 105)

Deste modo, os imigrantes coreanos ficavam alguns meses na Bolívia ou no Paraguai com objetivo de entrar ilegalmente no Brasil, estabelecendo a relação entre coreanos e bolivianos. Perante o processo de precarização e intensificação do trabalho no segmento de vestuário, principalmente nas oficinas de costura, os imigrantes coreanos passaram a contratar os imigrantes bolivianos. Segundo Buechler (2004), também há indícios que os empresários coreanos trouxeram os costureiros bolivianos, com quem já haviam trabalhado anteriormente na Bolívia para suas novas confecções. (BUECHLER, 2004).

Conforme Freitas (2008), assim como constatado por Silva (1997), foi a partir da mudança do posicionamento da imprensa local sobre o trabalho dos coreanos na confecção e a consolidação de sua posição no mercado que a comunidade coreana muda sua atuação na confecção e passar a recrutar mão de obra boliviana para o trabalho mais intensivo.

No entanto, a imigração boliviana para São Paulo teve seus primórdios nos anos 1950 com a chegada de estudantes e profissionais que vieram se especializar no país, em busca de novas oportunidades e por razões políticas (BUECHLER, 2004; SILVA, 2006).

As razões pelas quais os bolivianos continuam deixando a Bolívia são

¹⁸ Tradução livre do trecho: *By 1989 there were officially 1,125 Koreans in Bolivia, and unofficial estimates indicate that today there are still at least 1,000 Koreans in Bolivia (Hankook I lbo, quoted in Choi, 1991: 18, and interview with Kyeyoung Park, December 22, 2000). Buechler and Buechler (1992: 66) contend that the most specialized foreign entrepreneurs in Bolivia were the Koreans, who were almost exclusively engaged in clothing and textiles. Although Koreans used to have garment workshops in Bolivia, they seem to have shallow roots in Bolivia and tend to be considering moving to “greener pastures”* (BUECHLER, 2004, p. 105)

múltiplas. Porém, os fatores de ordem econômica são preponderantes na decisão de emigrar, já que o mercado de trabalho brasileiro, mesmo na denominada “década perdida”, ou seja, a de 1980, oferecia mais oportunidades de emprego do que o mercado de trabalho boliviano, já que o país enfrentava uma profunda crise econômica, com altos índices de inflação e desemprego. (SILVA, 2006, p. 160)

Somente a partir dos anos 1980, houve uma intensificação do fluxo boliviano para São Paulo, principalmente de imigrantes ilegais para trabalhar no ramo de confecção/costura. O novo perfil dos imigrantes bolivianos era bem diferente do anterior, a maior parte era constituída de jovens, de ambos os sexos, com média ou baixa escolaridade e que vieram, sobretudo, para trabalhar no ramo da confecção/costura, embora a maior parte nunca tivesse exercido essa atividade anteriormente na Bolívia (SILVA, 2006).

Do ponto de vista ocupacional, os bolivianos que entraram no país, a partir da década de 1980, trabalham, em sua maioria, no setor da costura, por ser esse um segmento do mercado de trabalho que não exige experiência prévia nem idade mínima para o trabalho, incorporando mesmo menores. Do trabalhador se exige apenas muita coragem para se adaptar às condições insalubres de trabalho, uma vez que é um setor no qual não há nenhuma regulamentação das relações trabalhistas. Tal modo de produção se enquadra no modelo da “acumulação flexível” do capital, em que a produção se dá com base na quantidade de peças que o trabalhador é capaz de costurar. (SILVA, 2006, p. 161)

Para Freitas (2010):

Nesse momento, imigrantes bolivianos que escolherem como destino migratório a cidade de São Paulo eram, ao invés dos profissionais liberais e estudantes das décadas anteriores, ex-trabalhadores de minas e fábricas bolivianas, geralmente jovens e com baixas qualificações. E a principal forma de inserção econômica desses imigrantes foi o trabalho na costura. (FREITAS, 2010, p. 12)

Os bolivianos que chegaram nesse período se inseriram na costura em especial, em um

processo de substituição da mão de obra coreana pela boliviana, impulsionada pela própria comunidade coreana (FREITAS, 2008). Logo, tanto bolivianos como coreanos fazem parte do mesmo circuito da cadeia produtiva da indústria do vestuário, o setor de confecção em São Paulo. A prática de subcontratação, que envolvem coreanos e bolivianos em uma estratégia explícita de diminuição dos custos de produção, vai em direção às transformações pós-1990, demandas que surgem com a reestruturação produtiva.

E, para atingir essa alta produtividade e rotatividade, ao invés do modelo fabril, centralizado, com funcionários fixos, os coreanos estabeleceram um sistema de produção descentralizado que mobiliza uma miríade de pequenos produtores: as pequenas oficinas de costura clandestina ligadas, a princípio, aos imigrantes bolivianos. (FREITAS, 2010, p. 15)

Essa forma de organização da produção de roupas dos lojistas coreanos baseada no trabalho informal de pequenas oficinas e na subcontratação de bolivianos constituiu uma prática generalizada no setor e uma estratégia de diminuição dos custos de produção visando a um baixo custo e à alta competitividade da mercadoria (FREITAS, 2010).

Em um segundo momento, os coreanos deixam paulatinamente de ser donos das oficinas de costura e passam a se dedicar apenas às atividades de venda, design e gerência e transferem o segmento para os bolivianos (FREITAS, 2008).

Ou seja, nesse período, muitos coreanos (as) deram as máquinas de costura, alugaram imóveis para a montagem das oficinas e emprestaram dinheiro para os bolivianos trazerem mais trabalhadores da Bolívia. E, em troca, essas oficinas bolivianas trabalhavam quase que exclusivamente para esses coreanos – sem contrato, a partir de acordos de palavra. (FREITAS, 2008, p. 16)

Logo, não apenas a força de trabalho foi terceirizada, mas também as oficinas de costura passam em sua grande maioria a ser propriedade dos imigrantes bolivianos e com força de trabalho boliviana, enquanto os imigrantes coreanos seriam responsáveis pelo desenvolvimento do produto e dos insumos necessários à produção, terceirizando a produção para os bolivianos (FREITAS, 2014).

Embora essa transferência do controle das oficinas de costura e dos circuitos de subcontratação, dos coreanos para os bolivianos, não tenha representado uma transformação substantiva das relações de força entre essas comunidades imigrantes, nem mesmo nas relações de trabalho e nos sistemas de exploração vistos de maneira geral, consideramos que essa transferência representou mudanças importantes em relação ao papel e à agência desses migrantes no interior da cadeia produtiva protagonizada pelos coreanos e coreanas: os bolivianos e bolivianas deixam de ser apenas força de trabalho recrutada para se transformarem também em pequenos empreendedores, donos das oficinas de costura e recrutadores da força de trabalho. (FREITAS, 2014, p. 362)

Conforme Freitas (2010), essa divisão do trabalho entre a produção intensiva e pouco qualificada, por um lado, e entre o centro coordenador que realiza as atividades relacionadas a design e tecnologia, por outro, não é específica do Brasil, mas uma tendência geral no setor de confecções mundial.

Segundo Silva (1997), com a terceirização da mão de obra de costura centralizada nos imigrantes bolivianos uma nova fase no recrutamento da força de trabalho surge, e a função de recrutar e contratar essa força de trabalho fica a cargo dos próprios imigrantes bolivianos. Logo, rapidamente redes sociais de contatos entre o Brasil e a Bolívia são criadas, nas quais circulam informações e pessoas que vão ao país de origem para trazer parentes e amigos para trabalhar no setor de confecção em São Paulo. (SILVA, 1997).

Outro elemento que acaba tendo um grande peso no direcionamento desta mão-de-obra para as confecções é a existência das redes sociais de contatos entre o país de origem e destino, em que as informações circulam através das pessoas que vão a Bolívia contratar mão-de-obra, sobretudo de parentes e amigos, aos quais são prometidas boas condições de trabalho, inclusive casa e alimentação [...]. A dinâmica que rege, portanto, este mercado de mão-de-obra não é a regra do contrato social, mas as relações de favor e dependência, as quais acabam adquirindo um caráter nitidamente étnico-cultural. (SILVA, 1997, p. 386)

Freitas (2008) também destaca a formação de redes de subcontratação de bolivianos por bolivianos na Bolívia.

Nessas circunstâncias, em que o controle das oficinas é transferido para a mão dos próprios bolivianos(as), o recrutamento da força de trabalho para o abastecimento das oficinas de costura começa a se realizar não apenas na cidade de São Paulo, mas a partir dos locais de origem, na Bolívia, estabelecendo grandes redes de subcontratação “transnacionais”, que passam a vincular origem e destino (AZEVEDO, 2005; BUECHLER, 2003; FREITE; 2008; FREITAS, 2009; KADLUBA, 2007; SILVA, 1997 e 2006). O que significa que a grande maioria dos imigrantes bolivianos(as) que se insere neste setor na cidade de São Paulo, a partir de então, o faz desde o momento de sua decisão migratória nas sociedades de origem. Conformando cadeias migratórias intimamente ligadas às redes de subcontratação dessa força de trabalho. A prática migratória constituindo-se, portanto, em sinônimo ou complemento de uma estratégia de inserção laboral no setor de confecção” (FREITAS, 2008, p. 17)

A transferência do controle das oficinas de costura e seu circuito de subcontratação teria ampliado em médio e longo prazo o mercado de atuação das oficinas de costura bolivianas, que passaram a atender não apenas às demandas coreanas, mas também a de empresas nacionais e multinacionais, segundo Freitas (2014).

Amplia-se também, em médio ou longo prazo, o mercado de atuação das oficinas de costura bolivianas, que podem diversificar seus clientes, incluindo as grandes multinacionais e as confecções brasileiras – que, premidas pelas transformações em curso com a abertura dos mercados nos anos 1990, passam a terceirizar cada vez mais sua produção – chegando, inclusive, a produzir apenas para a comercialização própria em mercados alternativos, tais como a “Feira da Madrugada”. (FREITAS, 2014, p. 363)

Tais sistemas de subcontratação da força de trabalho boliviana impulsionaram e intensificaram o fluxo de bolivianos para São Paulo, que a partir dos anos 2000 passou a ser o fluxo com maior presença na cidade e na Região Metropolitana de São Paulo. No entanto, o grupo ainda enfrenta diversas dificuldades, dentre elas as condições precárias de trabalho e a indocumentação.

Com a crescente demanda de mão-de-obra para oficinas de costura, a presença boliviana tornou-se significativa, mais feminina, e, ao mesmo tempo, portadora de contradições, em razão do processo de terceirização pelo qual este setor a partir dos anos 80. Nesse contexto de acumulação flexível (Harvey, 1993), os bolivianos passaram a ser incorporados como trabalhadores temporários sem nenhuma forma de regulamentação trabalhista, tornando-se vulneráveis, seja pelo fato de parte estar indocumentada no país, seja por não tem um contrato de trabalho regulamentado. (SILVA, 2012, p. 21)

Atualmente, o setor de vestuário/confecção é marcado pela presença massiva de imigrantes na sua força de trabalho na RMSP, principalmente de bolivianos. Segundo Freitas (2010), destaca-se atualmente a presença dos imigrantes coreanos como atacadistas e os bolivianos como força de trabalho e donos de oficinas de costura, estando conectados em um mesmo circuito de produção e comercialização de roupas na cidade de São Paulo, circuito já bastante estudado (FREITAS, 2014, 2009; FREITAS, 2012; AZEVEDO, 2005; BUECHLER, 2003; SILVA, 1997).

2.3 Breve histórico do setor têxtil em Americana

Segundo Rodriguez (1998), a cidade de Americana teve sua origem na Fazenda Machadinho, que mais tarde foi loteada e vendida, sendo adquirida principalmente por imigrantes italianos e americanos. Nessa região foram erguidas casas e estabelecimentos comerciais e foram os imigrantes norte-americanos que deram o nome à localidade, que mais tarde se tornou os municípios de Americana e Santa Bárbara d'Oeste. Posteriormente se instalou uma estação férrea, que geraria o núcleo da cidade, conectando a região à capital (RODRIGUEZ, 1998).

O povoado nasceu, produto de algumas edificações que foram levantadas com o surgimento da Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais, e estendeu seus trilhos através do município, cuja estação foi inaugurada, em 27 de agosto de 1875, com o nome de estação de Santa Bárbara, que se alternava com o nome de Americana, denominação que foi adotada definitivamente a partir deste século. Em 12 de novembro de 1924, foi criado o município com o nome de Vila Americana, pelo decreto nº 9.775, de 30 de novembro de 1938, passando

a chamar-se Americana e foi-lhe incorporado o distrito de paz de Nova Odessa. Em 1953 criou-se a comarca de Americana. A cidade de Americana localiza-se no Estado de São Paulo, ao noroeste da capital Paulista. (RODRIGUEZ, 1998, p. 76)

A inauguração de uma estação ferroviária em Santa Bárbara em 1875, na linha que ligava a Vila de São Carlos (hoje Campinas) a Rio Claro, teria propiciado o desenvolvimento do povoado de Americana, não só pela vinda de trabalhadores na construção da estação como também pela facilidade de acesso (COLLI, 1997).

Segundo Trentin (2008):

O início da formação urbana do município de Americana-SP ocorreu justamente com a implantação da estação ferroviária de Santa Bárbara em 1875. A estação é considerada o marco oficial de fundação do núcleo urbano do município, pois se apresenta como um elemento aglutinador. A aglomeração formada em volta da estação deveu-se às iniciativas de loteamento de terras por parte dos proprietários de fazendas na proximidade (sobretudo a Fazenda Machadinho). Mais tarde, esse núcleo urbano tornou-se conhecido pela denominação de Villa dos Americanos, em vista da função de escoadouro de mercadorias desempenhada pela estação férrea, principalmente derivada dos colonos norte-americanos aí residentes. (TRENTIN, 2008, p. 31)

A instalação da estação ferroviária teria permitido não somente o escoamento dos produtos agrícolas como também propiciado o desenvolvimento da região. A base econômica do município em seus primórdios era a agricultura, principalmente de algodão. Com o declínio da exportação do algodão, motivado pela recuperação dos EUA após a Guerra da Secessão, e o grande estoque resultante dela, a saída encontrada foi o beneficiamento do algodão e a produção de fios e tecidos, iniciando-se assim os primórdios da indústria têxtil com o surgimento de várias fiações e tecelagens (RIBEIRO, 1996).

A partir de 1900 começou-se a desenvolver um assentamento industrial e comercial ligado ao setor têxtil em Americana, graças à abundância da matéria-prima (algodão) em conjunto com a facilidade de acesso à capital, o que propiciou a instalação da primeira indústria têxtil na região (RODRIGUEZ, 1998)

Ele estruturou suas bases no final do século XIX, produto das abundantes plantações de algodão, período que coincidiu com a decadência dessa atividade no Estado de Rio de Janeiro, devido à distância que esse centro tinha com os centros de cultivo do Nordeste brasileiro. Esse fato da proximidade das matérias-primas permitiu reduzir os custos de produção, no referente a transporte e fretes. Além dessas vantagens, a localização no interior significava proximidade com o principal mercado consumidor. A primeira fábrica têxtil teve sua origem na Fazenda Salto Grande, sob a direção do senhor Clement Willmont, que importou os primeiros teares para a produção de tecidos de algodão. Mais tarde, esta firma passou a chamar-se Fábrica de Tecidos Carioba, pertencente à Sociedade Rawlinson Müller & Cia. (RODRIGUEZ, 1998, p. 78)

Para Colli (1997):

No mesmo ano (1873), iniciou-se também a construção de uma firma de fiação e tecelagem na Fazenda Salto Grande, a fim de que se aproveitasse a boa qualidade do algodão produzido na região, com as técnicas advindas dos Estados Unidos, através dos primeiros imigrantes que lá haviam chegado por conta da Guerra de Secessão. Essa firma veio a se chamar “Carioba” que significa “pano branco” em tupi-guarani. (COLLI, 1997, p. 16).

Segundo Ribeiro (2005), a Fábrica de Tecidos de Algodão (Carioba) contava com 30 teares, empregando brasileiros, americanos e escravos, e sua produção de tecidos era basicamente para sacaria e tecidos rústicos. Na década de 1880, a fábrica foi vendida e os novos proprietários ampliaram e iniciaram a construção de uma vila operária nos arredores da empresa. Em 1896, devido à crise econômica do fim do século 19, a fábrica fechou e assim permaneceu até 1901, quando foi arrematada em leilão por um empresário alemão. A empresa foi reaberta em 1902 e cresceu vertiginosamente, alcançando projeção nacional. Em 1911, se estabeleceu uma empresa para a confecção de fitas de seda, junto à Fábrica de Tecidos Carioba e, já em 1920, a Carioba era nacionalmente conhecida. (RIBEIRO, 2005).

A instalação dessas duas empresas teria trazido um rápido desenvolvimento para a cidade graças à infraestrutura instalada. Logo após a instalação da primeira fábrica, outras

foram abertas com a liberalização dos mercados consumidores europeus e a diversificação da produção têxtil, consolidando a região como polo industrial têxtil, segundo Rodriguez (1998):

Esse processo de consolidação ficou claro graças à liberalização dos mercados consumidores europeus, à diversificação da produção têxtil, à criação de uma fábrica de fitas de seda em 1922 e à produção de tecidos de seda, dois anos mais tarde. Em 1941, surgiu a Cooperativa Industrial de Tecidos Rayon de Americana. O desenvolvimento da indústria têxtil acelerou-se, transformando a cidade de Americana num importante parque industrial têxtil. (RODRIGUEZ, 1998, p.78)

Rapidamente a cidade ganhou destaque nacional na produção de artigos têxteis. E ao redor da indústria Carioba se formou um pequeno povoado de trabalhadores, formando uma vila industrial na região. Segundo Colli (1997), a empresa cedia o lugar e a infraestrutura para as moradias de seus trabalhadores. Essa região mais tarde se tornou sede de pequenas empresas façonistas e domésticas para a tecelagem (COLLI, 1997).

A tecelagem Bertoldo e Cia, após relativa recuperação financeira, começou a incentivar o façonismo dando trabalho para alguns teares instalados em residências de operários da Carioba e mesmo de seus próprios empregados. Os empregados da Carioba, incentivados pelo incremento da renda familiar representado pela “facção”, passam a alugar ou financiar teares, geralmente sucateados, que eram instalados em suas próprias residências, e movimentados nas horas de folga desses trabalhadores. Os teares, na maioria das vezes, eram pagos com o próprio trabalho dos façonistas. (COLLI, 1997, p. 17)

Segundo Ribeiro (2005), alguns trabalhadores passaram a adquirir os teares antigos que a indústria descartava por causa da introdução de máquinas mais modernas.

Instalando essas máquinas em suas próprias casas ou em construções anexas, os operários iniciavam seus familiares na atividade têxtil. Os fios eram cedidos por indústrias maiores ou por comerciantes de tecidos estabelecidos de São Paulo. Essa modalidade de prestação de serviços, conhecida como indústria façonista, viria a caracterizar o desenvolvimento industrial de Americana e se

baseava no trabalho intensivo do pequeno industrial e sua família. (RIBEIRO, 2005, p. 60)

Portanto, o fezonismo foi uma importante forma de produção na indústria têxtil de Americana, atrelada não apenas às empresas já existentes, mas também com força própria de atuação, contribuindo para o desenvolvimento do segmento na cidade.

Até a década de 1940, os fios de algodão predominavam no setor, no entanto, com o surgimento e a disseminação dos fios artificiais, a indústria Carioba começou a apresentar dificuldades financeiras, culminando em sua venda em 1944. Diante da crise na empresa e a perda do posto de trabalho decorrente dela, muitas famílias que habitavam a vila operária se mudaram para a cidade de Americana e iniciaram pequenas empresas para a fabricação de novos tecidos a partir de fios artificiais, como o raiom (RIBEIRO, 2005).

Nos anos 1950, com a difusão das fibras artificiais e sintéticas, Americana se tornou o principal polo produtor de tecidos planos de fibras artificiais e sintéticas da América Latina. Cardoso (2004) também destaca a importância da instalação de indústria de fibras sintéticas na cidade:

Em 1949, a instalação da primeira fiação de raiom em Americana, a FIBRA, com capital local e italiano, comprova a continuidade dos investimentos estrangeiros. Esse fato pode ser considerado também como um fator local para a expansão da atividade têxtil, na medida em que estimulou a instalação de novas indústrias, que utilizavam o raiom como matéria-prima. (CARDOSO, 2004, p. 155)

Graças ao menor custo da matéria-prima e aos custos produtivos, a produção de fios artificiais via fezonismo teria alavancado na cidade. Diante dessa concorrência e do crescimento da produção de fios raiom em detrimento ao do algodão, entre outros fatores, a Fábrica de Tecidos Carioba (especializada em algodão) teria entrado em crise e perdido importância no segmento têxtil (CARDOSO, 2004)

A partir de 1960 o segmento têxtil na cidade começou a se diversificar cada vez mais com a instalação de diversas empresas do setor, de capital nacional e estrangeiro, dentre ela

duas japonesas, Unitika e Toyobo, e uma holandesa, Polyenka. Segundo Rodriguez (1998), em 1967, existiam em Americana 401 estabelecimentos têxteis, destes 373 utilizavam fios artificiais em sua produção.

Para Fuini (2013), os anos 1970 foram marcados na cidade pela chegada de grandes grupos têxteis nacionais e subsidiárias de empresas internacionais, que se instalaram no eixo da rodovia Anhanguera e conferiram um caráter fortemente industrial para a economia americanense (FUINI, 2013).

Diante da grande concorrência, ensejada principalmente pela entrada dos fios artificiais na produção local, a Fábrica de Tecidos Carioba encerrou suas atividades em 1976 (CARDOSO, 2004). No entanto, o setor têxtil em Americana continuou a prosperar. Segundo Garcia (1996), na década de 1990, 75% dos estabelecimentos em Americana eram diretamente ligados a produção do setor têxtil, enquanto os outros 25% eram de atividades em outros setores da indústria, mas na maioria dos casos também ligados a indústria têxtil (GARCIA, 1996).

Além disso, segundo Fuini (2013), Americana se beneficiou do contexto da desconcentração industrial ocorrido no estado de São Paulo nos anos 1980. A política de desconcentração industrial teria dispersado as indústrias nos eixos rodoviários que ligam a capital ao interior, e a região de Campinas teria sido umas das mais afetadas por esse processo de reaglomeração industrial. A cidade de Americana se beneficiou dessa desconcentração e, já nos anos 1990, era considerada o segundo maior polo têxtil do estado, perdendo apenas para a capital. Em 1988, Americana possuía 500 empresas têxteis de porte pequeno e médio, que somavam 30 mil trabalhadores. Se contabilizadas as empresas domésticas esse número sobe para 1.080.

De acordo com Colli (1997):

A industrial local exportava entre 1989 e 1990, o equivalente a U\$\$ 16,99 milhões para 28 países do mundo, incentivando também as atividades para o amplo comércio de roupas e tecidos que, nesse mesmo período, registrava 416 lojas de roupas e tecidos somente em Americana. (COLLI, 1997, p. 14)

Conforme Garcia (1996), o crescimento da indústria têxtil de Americana ultrapassou os

limites da cidade e expandiu-se para as cidades vizinhas de Santa Bárbara d'Oeste, Nova Odessa e Sumaré. A região ficou denominada como Polo Têxtil de Americana. Em 1994, a região de Americana era responsável por 6% da produção de produtos têxteis do Brasil e 90% da produção de tecidos planos artificiais e sintéticos, para a fabricação de roupas, decoração e para fins industriais. Apesar da concentração na tecelagem, observa-se a presença de empresas que atuam em todas as etapas do setor têxtil, tais como fiação, acabamento e confecção.

2.4 A reestruturação do setor têxtil em Americana no século XXI

A reestruturação produtiva iniciada nos anos 1980, marcada pela abertura comercial e a redução das alíquotas de importação, que afetou o Brasil todo e principalmente as indústrias nacionais, também atingiu fortemente o polo têxtil de Americana, principalmente na década de 1990. Com as reduções das barreiras comerciais o mercado nacional de tecidos presenciou o ingresso de toneladas de tecidos asiáticos, em preços mais baixos que os tecidos nacionais, praticamente acabando com a concorrência do tecido nacional frente ao importado (COLLI, 1997).

Segundo Cardoso (2004):

A partir da década de 90, com a implantação de propostas neoliberais para a economia, a atividade têxtil presente em Americana e entorno foi profundamente afetada. Esse fato possui ligação com a especialização da produção em tecidos planos de fibras artificiais e sintéticos encontrada nessa área, pois com a abertura do mercado às importações, grandes quantidades desses produtos, e também de confecções elaboradas com esses tecidos, entraram no mercado brasileiro – adquiridas legalmente ou via contrabando – , com preços muito baixos, provenientes especialmente de países asiáticos. Foi muito comum nesta época a prática de dumping, contribuindo para a profunda crise econômica ocorrida em Americana e entorno. (Cardoso, 2004, p. 133)

Para Garcia (1996) os efeitos da abertura comercial em Americana foram fortemente sentidos devido a dois fatores preponderantes: primeiro, o protecionismo do setor no país e, segundo, a forte concentração local na produção de tecidos sintéticos para o mercado interno.

Aliás, os efeitos da abertura comercial foram bastante sentidos pelas empresas têxteis de Americana, em virtude de vários motivos. Afora a longa tradição da indústria têxtil brasileira na prática de protecionismo, por meio das elevadas tarifas de importações, a abertura comercial ocorreu num momento de forte retração da demanda doméstica, principal *locus* de acumulação da indústria têxtil local, como já foi observado. Além disso, a já citada característica do segmento em que a região de Americana atua, no qual as empresas do Sudeste Asiático são especializadas, o que acabou estimulando fortemente as importações de tecidos artificiais e sintéticos provindos basicamente dessa região. (GARCIA, 1996, p. 66)

Também para Fuini (2013), o parque industrial têxtil de Americana foi um dos mais lesados pela importação de tecidos asiáticos em razão de sua especialização em tecidos sintéticos. Segundo ele, de início os setores mais afetados foram os pequenos produtores e, mais tarde, toda a cadeia sofreu as consequências da abertura comercial.

Esse aumento de importações prejudicou inicialmente os pequenos produtores subcontratados e foi gradativamente afetando toda a cadeia industrial regional, com fechamento de unidades produtivas e desemprego. Cria-se, assim, um quadro de crise econômica conjuntural, pois a concorrência asiática incidiu principalmente sobre o mercado de tecidos plano de fibras artificiais e sintéticas, especialidade de Americana. Assim, de cerca de 1.486 tecelagens e 31.057 empregos formais existentes na indústria têxtil, declinou-se para pouco mais de 650 estabelecimentos e 15.000 empregos formais em 1998. (FUINI, 2013, p. 121)

Segundo Andrade (2001), com a abertura comercial as tarifas de importação para os tecidos caíram de 70 para 40% em 1990, sendo em seguida reduzidas para 18%. Tal queda teria impulsionado a entrada massiva de tecidos asiáticos no país. Para o autor, em 1991 a quantidade de importações de tecidos era pequena, com o total de 3.201 toneladas, já em 1994 as importações atingiram 24.413 toneladas, culminando no seu pico em 1995, com 45.583 toneladas de tecidos. Portanto, as importações legais no período de 1991 a 1995 teriam aumentado 1.324%, sem contar os tecidos que entraram ilegalmente no país (ANDRADE, 2001).

Logo, os tecidos asiáticos, sobretudo da Coreia, avançaram no mercado interno, tirando o mercado das indústrias brasileiras. Segundo Colli (1997), as importações de tecidos chegaram a atingir 50% da produção nacional, o que teve como consequências o aumento do desemprego e o fechamento de muitas indústrias, mais a queda de 50% nas vendas de produtos nacionais.

Entre 1989 e 1995, o número de trabalhadores têxteis demitidos em Americana – SP chega a 36%, número muito superior a qualquer crise anterior ocorrida nesse pólo têxtil. Mas, a crise no setor têxtil paulista parece ter início em 1986, quando o governo federal anunciou o início gradual da redução das alíquotas de imposto sobre as importações que indiciam sobre fios, tecidos e confecções estrangeiras. (COLLI, 1997, p. 48)

Segundo Fuini (2013):

O período de forte declínio em empregos e estabelecimentos têxteis ocorreu entre 1990 a 1995, coincidindo com a abertura do mercado brasileiro às exportações asiáticas, afetando, principalmente, o município de Americana. A referida cidade apresentou quedas entre 1990 e 2000, em empregos e estabelecimentos da indústria têxtil, de respectivamente, 25,7% e 51,3%. (FUINI, 2013, p. 122)

As importações teriam atingido não apenas a tecelagens, mas também as tinturarias, estamparias, fiações e confecções, com destaque para a última. Além do menor preço do tecido importado frente ao nacional, outros fatores teriam influenciado o aprofundamento da crise em Americana. Segundo Cardoso (2004), a maior parte das indústrias têxteis da região encontrava-se em um nível ultrapassado de produção e gestão de negócios. Esse fato pode ser apontado como resultado do longo período de fechamento do mercado nacional, antes da reestruturação produtiva, no qual os tecidos nacionais não tinham concorrência externa e não eram realizados investimentos em máquinas e equipamentos mais modernos para agilizar o processo produtivo (CARDOSO, 2004).

Assim como aponta Fuini (2013):

Esse cenário de deterioração das condições produtivas foi decorrente de um conjunto de fatores, dentre os quais: A) a obsolescência do parque industrial e baixo nível de inovação tecnológica das indústrias, acomodadas em relações

de subcontratação do tipo façomismo, com uso de teares mecânicos; B) retirada abrupta de uma política protecionista, que garantia reservas de mercado interno para indústria nacional, para um política de abertura sem a existência de programas estruturais de apoio à inovação e à competitividade. (FUINI, 2013, p. 122)

Segundo Cardoso (2004), diante da crise gerada pela abertura comercial, os empresários do segmento têxtil se viram obrigados a modernizar suas empresas, que mantinham meios de produção ultrapassados. No entanto, parte deles resistiu à modernização, o que teria resultado no fechamento de diversas indústrias. Conforme Cardoso (2004), porém, a maior parte das empresas têxteis em Americana optou por realizar grandes investimentos em processos produtivos, por meio da substituição de máquinas e equipamentos e da reorganização do processo produtivo e gerencial (CARDOSO, 2004).

Nesse sentido, o aumento da concorrência teria tido efeitos positivos, levando às empresas a reformular suas estratégias empresariais e sua base produtiva. Logo, os teares antigos foram sendo substituídos por máquinas mais modernas e a estratégia deixou de ser apenas a maximização da produção, passando a incluir o aumento da produtividade, a melhora na qualidade e na redução dos preços (ANDRADE, 2001).

O fechamento e/ou a redução do processo de produção de inúmeras empresas acabaram reduzindo o número de empregos efetivos atingindo o nível mais baixo em 1996. Além disso, a queda nos postos de trabalho também foi impulsionada pela renovação do processo produtivo, com a introdução de máquinas e equipamentos mais avançados e elevado grau de automação, que reduziram a necessidade de mão de obra (CARDOSO, 2004).

Conforme Andrade (2001), o polo têxtil de Americana perdeu quase metade das empresas:

Com a entrada de tecidos importados no país a preços mais baixos que os nacionais, um número considerável de empresas não teve estrutura para permanecer neste mercado, fato que ocasionou um decréscimo considerável de empresas na região. De um total de 1486 empresas, no ano de 1990, passou-se para 703 em 1990 e 725 em 2000. Observou-se, em valores absolutos, uma perda maior no município de Americana, que é o município que concentra o

maior número de empresas. Há de se enfatizar, que, porém estes números incluem apenas as empresas produtoras de tecidos planos de fibras artificiais e sintéticas, tendo a redução total sido bem mais significativa. (ANDRADE, 2001. p.)

Além disso, o nível do emprego também declinou, perdendo mais da metade de seu efetivo. Em 1990 haviam 31.057 pessoas empregadas, sendo que em 1996 o número de pessoas empregadas era de 13.418; isso apenas no segmento de produção de tecidos (ANDRADE, 2001).

Outro processo da reestruturação produtiva também afetou o nível de trabalho efetivo, a subcontratação e a terceirização da produção. Assim, como no restante do país, Americana também apresentou aumento nas subcontratações e no emprego sem carteira assinada. Logo, as transformações tecnológicas na indústria têxtil permitiram uma reestruturação produtiva das empresas de maior porte, e a informatização dos processos de produção resultou na redução de mão de obra empregada e no aumento do desemprego.

Mas, segundo Colli (1997), a situação da indústria têxtil em relação ao processo de terceirização da força de trabalho, ensejada pela reestruturação produtiva, seria um pouco distinta, dado que o setor têxtil é composto tradicionalmente por empresas de pequeno e médio porte, em sua maioria, e com alto índice de atraso tecnológico e baixa competitividade internacional, e por sua característica façonista, principalmente em Americana. Nesse contexto, teria havido impulso do novo façomismo, ou seja, o aumento de micro e pequenas empresas que realizam serviços terceirizados sob a forma de unidades produtivas externas para empresas maiores (COLLI, 1997).

Para Fuini (2013), além do fechamento de empresas também foi possível observar a “desterritorialização” da indústria têxtil de Americana, afetando principalmente pequenos produtores. Segundo o autor, a região de Santa Bárbara d’Oeste e Nova Odessa teria apresentado crescimento da participação na indústria têxtil (FUINI, 2013).

No entanto, esse processo não afetou todos os municípios igualmente. Na divisão territorial do trabalho interna a região de Santa Bárbara do Oeste e Nova Odessa apresentou movimento de crescimento em suas participações na

produção têxtil. Santa Bárbara respondia, em 1985, por 15,8% dos estabelecimentos e 15,7% dos empregos têxteis, crescendo sua participação para 27,6% dos estabelecimentos e 27,2% dos empregos no segmento regional em 2011. Nova Odessa também apresentou movimento semelhante entre 1985 e 2011, aumentando de 5,9% para 10,9% sua participação na quantidade de estabelecimentos regionais têxteis, e de 10,9% para 19% na quantidade de empregos. Esse conjunto de perdas de capital e de empregos pode ser definido como um processo de desterritorialização da indústria têxtil de Americana, sendo que os principais afetados foram os pequenos estabelecimentos com reduzido capital acumulado e os trabalhadores empregados. As empresas de maior porte, capitalizadas pelos lucros obtidos em relações de subcontratação, foram aquelas que deram impulso à modernização seguinte. (FUINI, 2013, p. 124)

Logo, a reestruturação produtiva em Americana também resultou em uma migração das empresas para os municípios vizinhos, que passaram a oferecer custos mais baixos de produção. Logo, o declínio relativo de Americana teria sido acompanhado pelo crescimento de Santa Bárbara d'Oeste e Nova Odessa. Assim também como houve perdas de plantas industriais para outros estados, como para o Nordeste, sobretudo de plantas automatizadas e com baixa exigência de mão de obra (FUINI, 2013).

Diante disso, no fim dos anos 1990, os empresários de Americana iniciam um processo de reestruturação das indústrias, com introdução de novos maquinários e método de produção, visando reverter as perdas. Segundo Fuini (2013), se inicia um processo de reterritorialização da aglomeração têxtil.

Em fins dos anos 1990, entidades do segmento (SINDITEC-Sindicato das Tecelagens da Região de Americana e a ACIA – Associação Comercial e Industrial de Americana) se unem para reivindicar melhorias e os industriais capitalizados iniciam um processo de reestruturação de suas indústrias, com introdução de novos maquinários e novos métodos de produção. Dá-se um processo de reterritorialização da aglomeração têxtil em novas bases, com tendência à concentração econômica em um número menor de empresas mais capacitadas à concorrência interna e internacional. (FUINI, 2013, p. 124)

Esse processo de reorganização produtiva teria afetado profundamente a indústria têxtil de Americana e região. A nova produção têxtil local teria se fundamentado, sobretudo, na especialização flexível, com a busca de maior produtividade por meio da implantação de novas tecnologias à produção. Logo, entre 2000 e 2011, houve um aumento de 40% no número de estabelecimentos na região, no entanto, o nível de emprego formal não acompanhou tal crescimento, tendo aumentado apenas 24%, no mesmo período.

Diante da dificuldade enfrentada após a reestruturação produtiva e visando à retomada no crescimento das atividades têxteis em Americana, novas formas de coordenação socioinstitucionais foram adotadas com vista na reconcentração econômica da indústria têxtil. Em 2003, foi criado o Polo Tecnológico da Indústria Têxtil e de Confecções, que abrangeu as cidades de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré e Hortolândia, tendo como principal objetivo o desenvolvimento da atividade têxtil e de confecção na região a partir da formação de um aglomerado industrial, buscando o aumento da geração de emprego e o aumento da produtividade. Além disso, visava criar incentivos para as atividades de pesquisa científica e tecnológica no setor.

Três anos mais tarde, em 2006, ainda em busca da reativação da economia local foi criado o Arranjo Produtivo Local¹⁹ de Americana, medida de desenvolvimento fomentada pelo governo federal, buscando a atração de novas empresas para o setor. O arranjo produtivo local pode ser definido como uma aglomeração de empresas de um mesmo setor econômico, que compartilham um mesmo território e interagem entre si através de fluxos de bens, serviços e informações. Tal arranjo resultaria no aumento da capacidade competitiva das empresas do setor por meio da eficiência coletiva, uma vez que a concentração de produtores especializados aumentaria o desenvolvimento da cadeia produtiva (SECATII, 2005).

Além disso, a concentração geográfica da cadeia produtiva geraria vantagens econômicas por meio do compartilhamento de infraestrutura e maior disponibilidade de mão de

¹⁹ Segundo Fuini: “Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) aparecem como políticas de desenvolvimento industrial no Brasil, incorporadas aos planos plurianuais do governo federal, desde 2004, e também como alvo de políticas estaduais de fomento à competitividade industrial desde esse período [...]. Cassiolato e Lastres (2004) definem as APLs como ‘aglomerados territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculo mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadores, cliente, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento” (FUINI, 2013, p. 125).

obra especializada. Segundo Sugahara (2011), a formação do arranjo produtivo local é uma importante estratégia de competitividade ao facilitar a cooperação e integração entre as empresas médias e pequenas. O Arranjo Produtivo Local de Americana buscou o desenvolvimento econômico e social da cadeia produtiva têxtil em Americana e conta com mais de 100 empresas associadas, abrangendo diversos segmentos, desde a fiação até a confecção (SUGAHARA, 2011).

Logo, a integração da cadeia têxtil-vestuário em Americana foi resultado da busca por maior produtividade e competitividade. Tais medidas de incentivos nacionais e locais para a retomada da indústria têxtil resultaram a partir dos anos 2000 em retomada gradativa de crescimento do setor em Americana. Em 2005, o Polo Têxtil de Americana ainda era considerado o maior polo de tecidos sintéticos da América Latina, sendo responsável por 85% da produção nacional de tecidos sintéticos e possuindo 2.500 empresas no segmento da confecção (COLLI, 1997).

Segundo Teixeira (2010), conforme informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2008, a cidade de Americana tinha 5.826 estabelecimentos industriais e comerciais, 1.141 da indústria de transformação, destes 364 de fabricação de produtos têxteis e 303 de confecção de artigos de vestuários e acessórios, totalizando 667 empresas envolvidas nas atividades de têxtil/vestuário. Ou seja, a indústria têxtil-vestuário representou 58,5% do total de estabelecimentos da indústria de transformação em Americana e 11,5% do total de estabelecimentos da cidade. Sendo, portanto, o maior segmento industrial da cidade (TEIXEIRA, 2010).

Em relação ao emprego, em 2008, o setor têxtil-vestuário empregava 16.102 trabalhadores, destes 13.251 na fabricação de produtos têxteis e 2.851 na confecção de artigos de vestuários e acessórios. Ou seja, o segmento têxtil-vestuário era responsável por 22% de todas as ocupações na cidade e 58% das ocupações na indústria de transformação. Em relação ao Brasil, em 2008, Americana ocupa a décima posição em relação ao número de estabelecimentos industriais do segmento têxtil-vestuário e a sétima em relação à quantidade de ocupações no setor. Em relação ao estado de São Paulo, a cidade apresenta a segunda posição quanto ao número de estabelecimentos e à quantidade de ocupações nesse setor, ficando atrás apenas da cidade de São Paulo. (TEIXEIRA, 2010).

No entanto, segundo Fuini (2013), a crise setorial e conjuntural deflagrada nos anos 1990 ainda não se dissipou totalmente e a produção local ainda se encontrada estagnada, apresentando alto nível de desemprego e precarização do trabalho. Tal processo, segundo ele, pode ser decorrente de um cenário de desindustrialização²⁰ da produção têxtil local. E a precarização do trabalho poderia ser exemplificada pelas irregularidades encontradas pelos fiscais do Ministério do Trabalho em diversas oficinas de costura de Americana (FUINI, 2013).

O mais famoso dos casos foi da empresa espanhola Zara, no qual a empresa terceirizada pela Zara foi flagrada com bolivianos em trabalho de semiescravidão no município de Americana²¹. E o mais recente foi o flagrante de trabalho semiescravo de bolivianos para terceirizadas das lojas Americanas²². No entanto, a precarização do trabalho e a subcontratação não são uma característica pós-reestruturação produtiva em Americana, pelo contrário, o fezonismo surgiu quase junto da indústria têxtil em Americana.

2.5 Americana e formas de organização da produção e o fezonismo

A indústria têxtil de Americana é marcada pela descentralização vertical e pela concentração de empresas de diversas etapas da cadeia têxtil, da tecelagem à confecção. Essa especialização no segmento têxtil e o surgimento do fezonismo como modalidade de trabalho local estaria ligada à formação histórica da indústria têxtil local, como já mencionado (GARCIA, 1996).

Como já foi apontado, o setor têxtil de Americana se formou a partir do estabelecimento de uma grande empresa na região, a Carioba. Com a presença dessa empresa, nas primeiras décadas do século XX, alguns de seus funcionários, motivados pela possibilidade de incremento em seus rendimentos, passaram a adquirir teares, geralmente obsoletos, e instalá-los

²⁰ Segundo Fuini: “Cano (2012, p. 1) define desindustrialização como a dinâmica de deterioração da industrialização atingida a partir da segunda metade do século XX, face à ausência de políticas industriais e de desenvolvimento e da conjugação de juros elevados, falta de investimento, câmbio sobrevalorizado e exagerada abertura comercial.” (FUINI, 2013, p. 127).

²¹ Para mais informações: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/05/mpf-denuncia-um-boliviano-e-tres-brasileiras-por-trabalho-escravo-em-piracicaba-3067.html>, <https://www.sinait.org.br/hotsite/noticia.php?id=6918>

²² Para mais informações: <https://www.sinait.org.br/hotsite/noticia.php?id=6918>

em suas residências, utilizando-os nos momentos de folga para a prestação de serviços em regime de subcontratação [...].

Essa relação de produção, conhecida como “fação” nos meios empresariais, passou a ganhar destaque desde aquela época, sendo um fator fundamental na formação e no desenvolvimento do setor têxtil local. (GARCIA, 1996, p. 69)

Conforme Durand (1985), pode-se entender como fação:

O regime de fação, como tudo que se refere à prática da subcontratação de serviços entre empresas, não é exclusivo do setor têxtil ou de Americana. O termo fação é aportuguesamento sumário de a faço, que segundo o Petit Larrouse, ‘se diz de um trabalho executado sem fornecimento de material’. Ele remete a vínculos de trabalho que antecederam à industrialização, no século passado, da produção de tecidos e de roupas na França. O trabalho a fação também é coisa corriqueira em outros domínios industriais, como é o caso da montagem de peças de roupa ou de guarda-chuvas. (DURAND, 1985, p. 6)

Inicialmente as atividades façonistas foram realizadas pelos próprios funcionários da empresa Carioba, em suas horas vagas e com ajuda dos familiares. Segundo Garcia (1996), a prática foi responsável pela formação das primeiras empresas pequenas na cidade e sua posterior multiplicação. Alguns trabalhadores, entusiasmados com a possibilidade de um trabalho domiciliar com os mesmos rendimentos do da indústria, passaram a atuar apenas na fação em seus teares, com auxílio da família, constituindo uma empresa familiar.

Os primeiros estabelecimentos a fação não poderiam receber o nome de “indústria façonista”, pois se limitavam a um ou dois teares, instalados em cômodos comuns da residência de um operário capacitado (mestre ou contramestre) da Indústria de Fiação e Tecelagem da Carioba, ou da Indústria de Seda. Estas máquinas eram movimentadas após o chefe de família ter encerrado o trabalho regular, ou seja, nas primeiras horas da noite. A matéria-prima era fornecida pela própria indústria onde trabalhavam e consistia em um rolo (urdume) pronto e de uma quantidade necessária de espulas já preparadas para servirem de trama. Este material era transportado na maioria das vezes em pequenas carrocinhas, carro de mão e até mesmo na traseira de bicicleta,

o que nos leva a crer que a produção não deveria ser muito grande. Entretanto, com o passar do tempo, a mulher ou alguns filhos mais crescidos aprendiam a trabalhar no tear, o que permitia ampliar as horas de funcionamento da máquina. O auxílio dado pela mulher levou alguns dos primeiros a instalar tear até na cozinha, possibilitando à mulher operar simultaneamente o tear e as panelas do fogão. Mesmo assim, o rendimento era pequeno e portanto era demorada a cobertura do valor das máquinas, a ponto de permitir a compra de outra. Após muitos meses de trabalho familiar, instalava-se outro tear ainda dentro da própria casa. Quando, no entanto, se conseguia um terceiro, era necessário transferir as máquinas para barracões ou telheiros construídos no quintal. Alguns façonistas, entusiasmados pela possibilidade de conseguir, em casa, rendimento igual ou superior ao que recebiam na indústria, deixaram seu emprego e passaram a trabalhar integralmente com suas máquinas, auxiliados pela esposa “e filhos, dando início a uma pseudo-indústria”. (DURAND, 1985, p. 7)

Segundo Colli (1997):

Os primeiros façonistas de Americana surgiram por volta de 1927. Este dado indica que não foi por influência direta de procedimentos em países estrangeiros que se iniciou esse tipo de atividade industrial em Americana. Ao se iniciar à década de 30, a indústria têxtil começou a se multiplicar, pois já eram vários operários (contra-mestres e tecelões) que, tendo a possibilidade de trabalhar em seu própria tear, adquiriram uma ou duas máquinas, pagando-as a prestação, aproveitando as horas de folga e auxílio da família para tecerem os fios fornecidos pelas poucas indústrias autônomas da cidade ou, o que era mais comum, pelos comerciantes da zona atacadista de São Paulo, rua 25 de Março e ladeira Porto Geral. (COLLI, 1997, p. 17)

Logo, a presença de comerciantes na cidade (por causa da Carioba) também contribuiu para a produção façonista e criou e facilitou um canal de distribuição da produção (GARCIA, 1996). Além disso, alguns fatores contribuíram para o desenvolvimento da fação em Americana. Dentre eles, Colli (1997) destaca a presença empresa Carioba na cidade; a instalação de firmas de porte médio ligadas à industrialização da seda, que demandou mais produção; a facilidade em adquirir máquinas obsoletas por parte dos façonistas; a existência de firmas de fiação que alimentaram as tecelagens autônomas; e, por fim, a estrutura produtiva

fundada no trabalho familiar, que permitia a formação de força de trabalho para o setor (COLLI, 1997).

Para Colli (1997), a formação da indústria têxtil de Americana também está relacionada à proliferação de pequenas empresas vinculadas à feição e à presença de comerciantes, geralmente vindos da capital, que seriam os responsáveis pela produção têxtil da cidade, ao transferir as habilidades verificadas na região para o mercado consumidor.

A origem do feionismo no Brasil acaba confundindo-se com a história da cidade de Americana, local onde essa particular relação de produção teve muita importância. Assim, o feionismo surge sem seguir nenhum modelo pré-estabelecido. (COLLI, 1997, p. 9)

O feionismo se tornou uma forma de organização do trabalho bastante disseminada em Americana e uma força impulsionadora do setor têxtil na cidade. Segundo Colli (1997), o feionismo seria uma forma remota de terceirização no setor têxtil. A empresa feionista seria aquela no qual o feionista é o dono de seus meios de produção, no entanto, depende da subcontratação por empresas maiores. De forma geral, o feionismo nasceu como trabalho domiciliar e familiar, na prestação individual de serviço, marcado pela ilegalidade das relações de trabalho e alto grau de exploração dos subcontratados.

Podemos então apreender que o feionismo é uma forma de prestação de serviço oferecido por empresas ou intermediários comerciais a proprietários de teares. O feionista é o dono de seus meios de produção. (COLLI, 1997, p. 30)

O feionista se caracteriza então como o proprietário de alguns poucos teares, operando em casa ou em um barracão alugado e em condições de trabalho muito inferiores às de uma empresa estabelecida. Originalmente utilizava da força de trabalho da família e, ao mesmo tempo, dispunha de sua própria força de trabalho na produção. (COLLI, 1997, p. 34)

Segundo Colli (1997), a maior parte dos feionistas pagava seu maquinário por meio de seu trabalho, e a baixa necessidade de capital permitiu a proliferação desse modo de produção.

Não exigindo grande capital para a sua iniciação, uma vez que, tecnicamente,

a partir do momento que adquire um tear já pode produzir tecidos, o grupo dos façonistas tornou-se bastante numeroso e sacrificado. Com verdadeiros escravos do pagamento das máquinas, os façonistas trabalhavam de 12 a 15 horas por dia, quando as crises e consequentes cortes de serviço não afetam sua indústria. (COLLI, 1997, p. 63)

E a possibilidade da produção em pequenas empresas teria sido um fator decisivo para o crescimento do setor têxtil em Americana. Logo, a formação da indústria têxtil estava fortemente vinculada à difusão das relações de subcontratação, em especial das pequenas e médias empresas (GARCIA, 1996).

Portanto, a “fação” consiste na subcontratação de pequenas empresas, que geralmente por insuficiência de capital de giro, prestam serviços produtivos às maiores ou a outros agentes envolvidos no setor. Essa relação de produção, que até os dias de hoje é uma prática comum na indústria têxtil local, fator que contribuiu decisivamente para a formação da “atmosfera industrial” da região. (GARCIA, 1996, p. 69)

No entanto, segundo Garcia (1996), muitas dessas pequenas e médias empresas cresceram e se tornaram autônomas, passando a ser grandes e médias empresas da região a subcontratar outras empresas menores.

Ao contrário do que ocorrera na formação da indústria têxtil de Americana, quando os agentes subcontratante eram comerciantes exógenos à região, no período recente os sub-contratantes são geralmente empresas do mesmo ramo de atividade, porém de maior porte. Essa forma de subcontratação é muitas vezes chamada de “subcontratação de capacidade”, já que sua utilização vincula-se à ausência de capacidade excedente nas empresas maiores para suprir elevações de demanda. É possível fazer a contraposição com a “subcontratação de especialização”, na qual a subcontratação é utilizada em virtude da especialização dos produtores em uma determinada etapa do processo de produção, como pode ser observado nos distritos industriais italianos e também na época em que os subcontratantes eram os comerciantes da capital. (GARCIA, 1996, p. 73)

Segundo o autor (1996), as empresas médias e grandes subcontratam parte da produção

com o objetivo de expandir sua capacidade sem a necessidade de mobilizar capital, além disso a subcontratação por meio de *fação* aumentaria a flexibilidade, já que os custos associados ao ajustes da produção seriam significativamente menores e, por fim, o custo de produção por *fação* é menor que os custos de produção em uma empresa com trabalho formal, dado que a *fação* utiliza geralmente mão de obra familiar ou sem registro em carteira, acarretando em menos encargos trabalhistas e sociais (GARCIA, 1996).

Para a Colli (1997), na atual configuração do setor têxtil na cidade, as empresas do segmento podem ser divididas em: empresas autônomas, empresas *façonistas* e empresas mistas. As empresas autônomas seriam as grandes e médias indústrias com produção própria para o mercado interno e externo, grande produtividade e alto quadro de empregados. Essas empresas geralmente pertencem a grandes grupos econômicos e têm alto grau de verticalização, concentrando a produção desde a *fiação* até a comercialização dos tecidos. Já as empresas *façonistas* seriam compostas de pequenas e microempresas, inclusive domésticas e familiares, que não possuem produção própria e são subcontratadas por outras empresas. Encontram-se em situação mais precária, possuem poucos teares e mantêm trabalhadores sem registro em carteira, em sua maioria trabalham na informalidade para outras empresas do setor. As empresas mistas seriam as pequenas e médias empresas cujas formas de produção se dividem em produção própria e subcontratação (COLLI, 1997).

Segundo Garcia (1996), a contratação da produção por *fação* ajudou a inibir os investimentos do parque têxtil de Americana. Isso teria se dado, primeiro, porque as empresas supriam suas deficiências em expansão da capacidade produtiva por meio da subcontratação da *fação* e, segundo, porque as *fações* geralmente são empresas com baixo nível de capitalização e suas máquinas são de segunda mão e obsoletas. Portanto, a incorporação e a difusão de novas tecnologias foram bastante restritas em Americana (GARCIA, 1996).

Além disso, a presença expressiva de pequenas e médias empresas seria uma característica importante da região e que acompanhou a indústria têxtil local desde seu começo até os dias atuais. E, conforme Garcia (1996), a utilização da subcontratação na indústria têxtil de Americana estaria vinculada ao esgotamento da capacidade produtiva das empresas maiores frente às variações da demanda. (GARCIA, 1996).

Ademais, segundo Durand (1985), a continuidade do *façonismo*, do ponto de vista

econômico, se explica pelo baixo custo da mão de obra em comparação à força de trabalho empregada formalmente na indústria. Não havendo encargos sociais no trabalho familiar, o industrial ao contratar o trabalho feitorista também se desonera desses encargos. Esse diferencial seria responsável pela transferência da produção para o feitorismo. (DURAND, 1985).

Segundo Colli (1997), o trabalho por feição nunca deixou de ser utilizado no Brasil, mesmo com a adoção de novas tecnologias, embora tenha se tornado mais pontual e específico em algumas regiões e segmentos, como no caso das indústrias do setor têxtil-confecção e de calçados. No entanto, diante da reestruturação produtiva, o trabalho por feição se reorganizou e adaptou às novas condições.

Tais mudanças abarcam um conjunto de alterações técnicas e organizacionais nos processos de trabalho. Com não poderia ser diferente, no setor têxtil, o feitorismo, enquanto uma forma “tradicional” de terceirização, vem incorporando novos elementos em sua relação com as empresas subcontratantes. Mas a grande novidade presente no mundo do trabalho hoje parece residir na expansão de diversas formas de subcontratação para setores considerados de ponta, e não mais de forma pontual e específica, mas como uma forma característica de terceirização que se expande no processo de trabalho. O trabalho fabril estável decresce em detrimento do aumento do setor de serviços e das diversas formas de subcontratação, externas e internas à fábrica. (COLLI, 1997, p. 54)

A subcontratação na nova fase internacional do capital tornou-se determinante nos padrões de competitividade, e o trabalho a domicílio (feição) aparece como uma forma de flexibilização do trabalho e da organização produtiva (COLLI, 1997).

Uma das novas formas que o feitorismo tende a assumir na atualidade é a terceirização propriamente dita (COLLI, 1997), p. 57).

Segundo Colli (1997), a feição sempre foi tratada como um complemento da produção de grandes e médias empresas, principalmente em momentos súbitos de demanda no qual as subcontratantes recorrem à feição para aumentar sua produtividade sem necessidade de investir.

Esse caso representa umas das formas viáveis de terceirização da produção interna das grandes empresas, representado uma forma de “enxugar” a produção através da “expulsão” e transferência para terceiros dos riscos que o mercado oferece. (COLLI, 1997, p. 57)

Deste modo, segundo Colli (1997), o fezonismo ou o novo fezonismo persistiu como uma forma de terceirização, que adquiriu novos elementos deste processo, como uma estratégia de descentralização das atividades produtivas. O que era antes uma atividade individual assume uma forma legal de empresa, que precisa operar nos padrões da concorrência internacional para se manter no mercado. Dessa forma, *a feção passa de uma forma de produção complementar para uma espécie de “unidade produtiva” da fábrica subcontratante* (COLLI, 1997).

Na verdade, ocorre que esta atividade vem se tornando cada vez mais rentável, pois os riscos produtivos junto com os encargos sociais e a necessidade de investimento em capital fixo são expulsos da “empresa” que terceiriza toda a sua produção. Trata-se de uma outra forma de terceirização, via fezonismo. (COLLI, 1997, p. 58)

Logo, os serviços da fezonismo deixam de ser complementares à produção interna das empresas maiores e se tornam a sua própria produção.

Esta nova forma de fezonismo coaduna muito com as condições de flexibilização do mercado, apresentando alto grau de dinamismo. A tendência atual no setor parece apontar para um aumento das relações de subcontratação. Grandes tecelagens multinacionais e nacionais, além das indústrias de confecção de grifes famosas, têm optado pela subcontratação de terceiros para diversas fases da produção, desde o tecido até sua confecção final. (COLLI, 1997, p. 60)

O novo fezonismo seria caracterizado como uma forma de terceirização que se adapta aos novos padrões de flexibilização do trabalho. Ele se adaptou bem às novas necessidades do capital flexível, uma vez que desde seu surgimento possuía uma estrutura flexível. No entanto, o que era antes uma forma de trabalho pontual, hoje é a prática disseminada do processo produtivo como trabalho terceirizado. Logo, o fezonismo, desde seus primórdios até os dias atuais, se tornou o sistema de trabalho dominante em Americana.

Capítulo 3. Perfil da imigração boliviana no interior do estado de São Paulo

Após décadas marcadas quase que exclusivamente pela migração interna, momento no qual o país foi considerado, do ponto de vista demográfico, uma população fechada, os anos 1980 marcaram uma nova etapa de mobilidade espacial da população e da inserção do Brasil novamente nos movimentos internacionais de população (PATARRA, 2006). Diferentemente da imigração do fim do século 19 e começo do século 20, caracterizada pela entrada massiva de europeus, a nova etapa do movimento migratório no país foi marcada por um crescente aumento da emigração internacional de brasileiros em direção aos países desenvolvidos, sobretudo EUA e Japão, e também por um incremento da imigração regional para o Brasil, em especial no contexto do Mercosul (PATARRA; BAENINGER, 2006).

A partir de então o país passou a ser lugar de destino para inúmeros imigrantes latino-americanos, principalmente do Cone Sul. Já no Censo Demográfico 1991, os sul-americanos eram 44% do estoque de estrangeiros no país registrados no decênio 1980/1991 (ANTICO, 1998). Esses novos imigrantes tiveram como destino, primordialmente, as regiões das fronteiras e as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Embora as migrações intrarregionais na América Latina não sejam um fenômeno recente, foi a partir dos anos 1990, tendo se consolidado a partir dos anos 2000 (PATARRA, 2009).

Esse incremento da imigração internacional para o Brasil se dá notadamente a partir da segunda metade dos anos 2000. Em 2000, os estrangeiros naturais do Cone Sul correspondiam a 17,3% do total de estrangeiros no Brasil. Argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios e uruguaios estavam entre as 10 nacionalidades com maior presença imigrante no país (SALA, CARVALHO, 2008). Os dados do Censo Demográfico 2010 também demonstram que a imigração latino-americana na migração acumulada do Brasil vem ganhando destaque ao longo das décadas, principalmente os paraguaios e bolivianos. Em 1991, os paraguaios eram 8,74% do total de estrangeiros no país; e os bolivianos, 10,06%; em 2010, eram 13,46% e 12,14%, respectivamente, ocupando o terceiro e quarto lugar entre as nacionalidades com maior estoque acumulado de estrangeiros, ficando atrás apenas dos portugueses e japoneses (SOARES, 2015).

Podemos notar como o imigração latino-americana, sobretudo no âmbito do Mercosul, ganhou destaque no país nas últimas décadas. E a cidade de São Paulo foi o polo receptor da maior parte desses imigrantes, principalmente bolivianos.

3.1 Imigração boliviana para São Paulo e o perfil sociodemográfico dos imigrantes bolivianos no interior do estado

Embora São Paulo receba imigrantes provenientes de todo o mundo, e mais ainda da América Latina, o maior fluxo de entrada atualmente é de bolivianos. Os primórdios desse fluxo data de 1950, mas somente a partir de 1970 é possível observar um aumento crescente e contínuo no volume de entrada de bolivianos em São Paulo. Tal fenômeno foi e continua a ser fonte de inspiração para estudos de diversos pesquisadores e já foi bem relatado (SILVA, 1997, 2008; PAIVA, 2007; FREITAS, 2009; BAENINGER, 2012).

Segundo Silva (2008), essa nova imigração, em particular para São Paulo, teria começado a partir da década de 1950, com a entrada de estudantes bolivianos e peruanos que vieram se especializar no país, por meio de acordos bilaterais entre o Brasil e esses países. De acordo com o autor, a partir de então, nas décadas de 1960 e, principalmente, a partir da década de 1970, a imigração intrarregional começou a se intensificar, tanto por razões políticas quanto por razões econômicas (SILVA, 2008).

A importância da chegada de estrangeiros em São Paulo é histórica e se destaca até os dias atuais. O estado de São Paulo é o principal polo receptor de imigrantes e nas últimas décadas o fluxo latino-americano tem sobressaído aos demais. Se observamos o estoque de estrangeiros latino-americanos no estado desde 1940, é possível notar que até 1990 o maior fluxo era de argentinos e chilenos, a partir de então até os dias de hoje pode-se observar uma maior entrada de bolivianos, paraguaios e peruanos, como consta na tabela 1 abaixo.

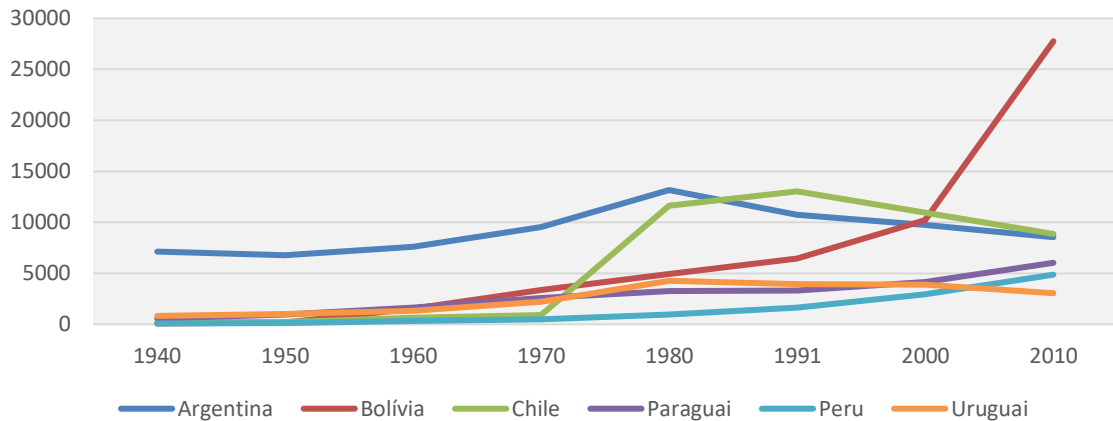
Tabela 1
País de nascimento dos imigrantes - estoque
Estado de São Paulo
Países selecionados da América Latina, 1940 a 2010

Período	Argentina	Bolívia	Chile	Paraguai	Peru	Uruguai
1940	7.121	81	201	572	80	825
1950	6.775	176	225	951	109	994
1960	7.597	1.516	626	1.625	355	1.332
1970	9.540	3.390	931	2.568	474	2.198
1980	13.163	4.935	11.644	3.252	968	4.266
1991	10.743	6.462	13.034	3.299	1.651	3.964
2000	9.735	10.222	10.947	4.143	2.927	3.914
2010	8.565	27.734	8.879	6.038	4.868	3.040

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 – Amostra expandida. Tabulações especiais

Embora a entrada de imigrantes do Cone Sul tenha apresentado a tendência de crescimento desde a década de 1970, com exceção dos argentinos e chilenos, o fluxo boliviano se destaca dos demais pelo tamanho do volume, que pode ser observado no gráfico 1, e seu expressivo crescimento desde 1991, principalmente a partir dos anos 2000.

Gráfico 1
País de nascimento dos imigrantes
Estado de São Paulo
Países selecionados da América Latina, 1940 a 2010



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 – Amostra expandida. Tabulações especiais

A maior parte dos imigrantes latino-americanos em São Paulo tinha o objetivo de trabalhar nos ramos de confecção, comércio e serviços (SILVA, 2008). O ramo da costura se tornou o principal entre os latino-americanos por causa do processo de substituição de mão de obra, antes realizada pelos imigrantes coreanos (FREITAS, 2009). Inicialmente foram os bolivianos que ingressaram na atividade e, mais tarde, os demais sul-americanos (Projeto URB-AL, 2007; SOUCHAUD, 2012). Segundo estudos realizados por Silva (1999, 2008), os bolivianos e peruanos se inseriram, principalmente, no mercado de trabalho da indústria de transformação, como as confecções, comércio e saúde, enquanto os paraguaios entraram no mercado de trabalho do artesanato e confecções.

Para além da cidade de São Paulo e seu entorno, a presença latino-americana não é recente no estado de São Paulo, embora a importância dos volumes por nacionalidade tenha variado ao longo do tempo. No caso boliviano, embora sua presença não seja novidade no estado, desde a chegada dos primeiros imigrantes no século 20 até os dias de hoje muita coisa mudou. A começar pelo aumento significativo do volume, conforme já mencionado, que o transformou em principal fluxo para São Paulo, mas também em termos de diversidade tanto em relação às características sociodemográficas como em relação ao padrão de ocupação

espacial. E é justamente a ocupação espacial do território do interior do estado de São Paulo pelos bolivianos que essa análise irá se voltar.

3.1.1 Distribuição espacial da população boliviana no interior do estado de São Paulo

O fluxo boliviano para a cidade de São Paulo, em seus primórdios, concentrou-se quase que exclusivamente nas regiões centrais da cidade de São Paulo, historicamente ocupada por diversos grupos imigrantes, como os bairros do Bom Retiro e Brás. Com o passar do tempo e a intensificação do fluxo de imigrantes, esses foram se espalhando para o entorno dessas regiões tradicionais e, recentemente, os bolivianos estão espacialmente bastante dispersos pela mancha urbana, não apenas da cidade, mas também pelo Região Metropolitana de São Paulo.

Atualmente, a presença de imigrantes bolivianos é observada em diversas áreas. Dentre as principais regiões de estabelecimento na cidade, pode-se destacar bairros do centro, como Bom Retiro, Brás, Pari, Barra Funda e Cambuci, e novas áreas de ocupação, como na Zona Leste, os bairros do Belém, Tatuapé, Penha, Itaquera, São Mateus, e na Zona Norte, os bairros da Casa Verde, Vila Maria, Cachoeirinha e Vila Guilherme. Na região metropolitana se localizam, sobretudo, nas cidades de Guarulhos, Itaquaquecetuba, Carapicuíba e Osasco (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010).

Essa dispersão espacial tanto na cidade como em outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo também não é novidade em relação ao fluxo boliviano, uma vez que a cidade de Guarulhos já figurava como local de importância espacial para esses migrantes desde a década de 1970. Em relação a sua espacialidade na cidade de São Paulo, segundo Xavier (2012), em 2000, apenas 27,2% dos bolivianos residiam nos bairros centrais, e a maior parte residia em bairros periféricos ou em outros municípios da RMSP. Segundo a autora, sua presença pode ser notada em 82 dos 96 distritos da cidade de São Paulo e em 23 dos 39 municípios da RMSP, em 2000, demonstrando um espalhamento da escolha residencial dos imigrantes bolivianos (XAVIER, 2012).

Para além desse espalhamento residencial dos imigrantes bolivianos na RMSP, ao observar os dados do Censo Demográfico 2010, é possível notar o crescimento da sua presença

no interior do estado. Embora a cidade de São Paulo permaneça sendo o epicentro da recepção de imigrantes, principalmente de bolivianos.

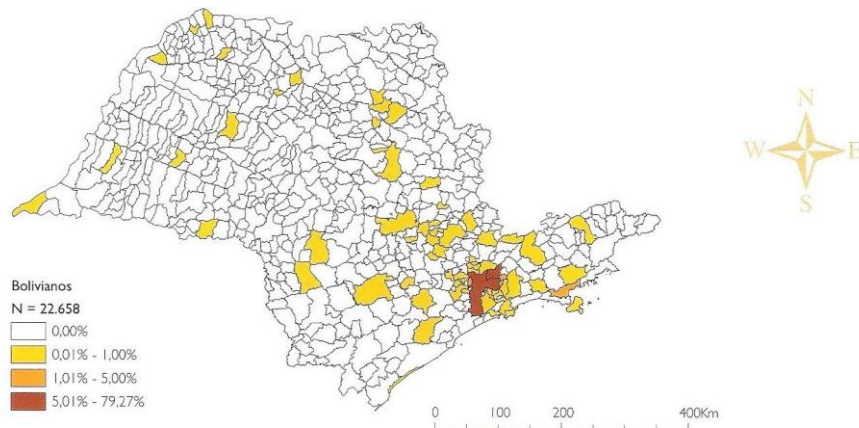
A Região Metropolitana de São Paulo em 2010 abrigava 25.859 bolivianos, havendo 1.875 no restante do estado. Olhando retrospectivamente os Censos Demográficos de 1991 e 2000, podemos observar que a presença de bolivianos no interior não é tão recente. Em 1991, o estoque de bolivianos fora da RMSP era de 1.212 pessoas, presença que se manteve na década de 2000, com 1.313 pessoas e aumentou nos anos 2010. Acompanhando, portanto, a tendência da Região Metropolitana de São Paulo de crescimento no estoque de imigrantes bolivianos, embora em menor volume. No entanto, apesar de o estoque de imigrantes bolivianos no interior do estado ter aumentado, sua participação relativa no interior declinou, uma vez que em 1991 era 18,75% do total e em 2010 foi de apenas 6,76%.

É importante notar que o interior concentra volumes de migrantes imensamente menores que a RMSP, sobretudo a cidade de São Paulo, porém, independentemente do volume, essa presença no interior rompe com a ideia de que a RMSP seja o lugar de excelência da imigração boliviana²³ e nos mostra a tendência migratória do grupo. Logo, para além da intensidade da presença boliviana no interior, interessa mostrar que a imigração boliviana transborda os limites da RMSP, tanto espacialmente como no tempo, e a necessidade de entender esse fluxo que se desloca para o interior.

Portanto, a presença boliviana não se restringe à Região Metropolitana de São Paulo, ela é espacialmente dispersa por todo o estado, nas suas diversas regiões, como consta no mapa 1 a seguir.

²³ Em relação ao volume do fluxo de bolivianos tanto para o interior como para capital é preciso levar em consideração as restrições da fonte de dados, o Censo Demográfico. O Censo Demográfico não capta a totalidade dos imigrantes, tanto em decorrência da indocumentação característica do fluxo boliviano como também pela própria característica dos dados coletados, que registram apenas as pessoas presentes no momento exato da coleta das informações. Logo, uma coorte migratória não pode ser captada pelo Censo correspondente ao período de entrada no país, mas apenas no Censo Demográfico seguinte. Portanto, os dados do Censo 2010 são referentes às coortes migratórias dos anos 2000. Também é preciso levar em consideração a indocumentação característica do grupo e a dificuldade de sua mensuração devido a isso.

Mapa 1
Distribuição relativa (%) de imigrantes bolivianos no estado de São Paulo em 2010
Estado de São Paulo
2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010; Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP-FAPESP/CNPq). Atlas Temático (2013).

Ao observar as 20 principais cidades com presença boliviana desde 1980, nota-se que a RMSP vai crescendo na preferência residencial boliviana ao longo do tempo, principalmente em 2010, mas também como o interior sempre esteve presente como local de residência. Embora os municípios de preferência tenham se alterado ao longo do tempo, uns ganhando atratividade e outros perdendo²⁴.

Notamos que o estoque de bolivianos nas cidades da RMSP variou ao longo das décadas, no entanto, Guarulhos se consolida como área residencial dos imigrantes bolivianos, que já estavam presentes na cidade desde a década de 1970. Além disso, Carapicuíba e Itaquaquecetuba surgem em 2010 como local de residência para muitos bolivianos enquanto nas décadas anteriores não apresentavam estoque numericamente considerável. Francisco Morato e Jandira também merecem destaque como local de interesse residencial em 2010, como podemos ver na tabela 2.

²⁴ Vale lembrar, que os números da amostra dos micros dados do Censo Demográfico 2010 nos auxiliam a observar a tendência do grupo em questão e não o volume, portanto, nos interessa aqui analisar o padrão migratório e não apenas os volumes.

Tabela 2
População boliviana
Estado de São Paulo
20 principais cidades, 1980 a 2010

Cidades com maior presença de bolivianos
Estado de São Paulo

1980		1991		2000		2010	
São Paulo	3594	São Paulo	4525	São Paulo	7722	São Paulo	21680
Campinas	154	Campinas	247	Guarulhos	367	Guarulhos	1977
São Bernardo do Campo	139	São Bernardo do Campo	192	Osasco	156	Carapicuíba	423
Guarulhos	126	Guarulhos	166	Santo André	117	Itaquaquecetuba	381
Santo André	81	Piracicaba	146	Campinas	115	Osasco	335
Ribeirão Preto	56	Boituva	102	São José dos Campos	101	Ribeirão Preto	222
Santos	55	Diadema	102	São Bernardo do Campo	88	Itaí	173
Bauru	45	Osasco	87	Bauru	80	Francisco Morato	140
Jundiaí	36	Ribeirão Preto	73	Ferraz de Vasconcelos	75	Jandira	138
Osasco	35	São José dos Campos	64	Santos	72	Americana	137
Taboão da Serra	28	Bauru	62	Campo Limpo Paulista	71	Campinas	118
São Caetano do Sul	26	Guarujá	61	Ribeirão Preto	65	Barueri	117
Piracicaba	24	Sumaré	46	Diadema	60	Indaiatuba	106
Agudos	23	Santos	46	Taubaté	60	Ferraz de Vasconcelos	98
Araçatuba	21	Santo André	37	Mogi das Cruzes	55	São Bernardo do Campo	94
Itaquaquecetuba	21	São Carlos	37	Americana	51	Santa Bárbara d'Oeste	87
São José dos Campos	20	Indaiatuba	35	Aparecida	46	Miracatu	79
Taubaté	19	Barueri	34	Cajamar	41	São Caetano do Sul	48
Marília	17	Taubaté	29	Araçatuba	41	Santo André	47
Praia Grande	17	Itapira	28	Rosana	40	Embu	44

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991, 2000, 2010 – Amostra expandida. Tabulações especiais

Nota: Os números pequenos apontam apenas tendências, pois se trata da amostra expandida.

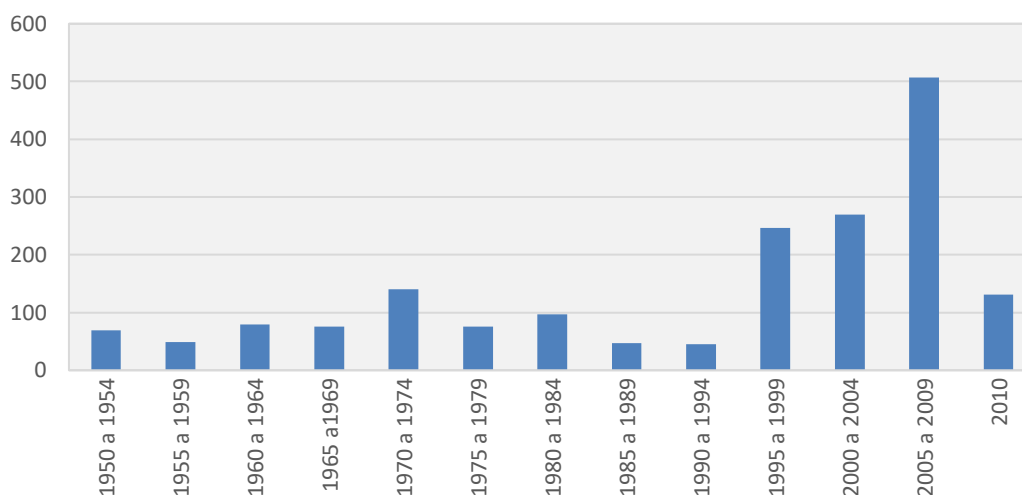
Já pensando no interior, em 2010, as cinco principais cidades que mais registraram presença de imigrantes bolivianos foram as cidades de Ribeirão Preto, Itaí, Americana, Campinas e Indaiatuba, em ordem decrescente. Se olharmos retrospectivamente os Censos Demográficos anteriores, vemos que a região de Campinas desde 1980 figura como cidade de interesse residencial para os imigrantes bolivianos, bem como Ribeirão Preto, variando ao longo do tempo em volume. A cidade de Campinas, em 1980 e 1991, era a segunda cidade com maior presença boliviana. No entanto, em 2000, ela perde população e passa a ser a quinta cidade. Já em 2010, com o aumento da entrada de bolivianos em outras cidades, ela cai para a décima primeira posição, embora seu estoque de imigrantes permaneça quase inalterado. Vale destacar que, apesar de a cidade de Campinas ter perdido estoque de bolivianos nas décadas analisadas, a Região Metropolitana de Campinas (RMC) concentrava quase 30% dos bolivianos que residiam no interior do estado em 2010. Logo, embora a cidade de Campinas tenha aparentemente perdido atratividade, o mesmo não é possível dizer sobre seu entorno.

Já Ribeirão Preto, entre 1980, quando era a quinta cidade com maior presença de bolivianos no estado, e 2000, quase não apresentou variação no estoque de bolivianos, e sua posição na preferência de municípios variou exclusivamente pelo aumento do estoque populacional em outras cidades. No entanto, em 2010, a presença boliviana na cidade volta a crescer de forma significativa e a cidade passa a ocupar a sexta posição. Além disso, também podemos notar que Indaiatuba e Americana também já figuravam entre as 20 cidades com maior presença de bolivianos no estado e, em 2010, assumem posição de destaque entre as cidades do interior. A cidade de Itaí, em 2010, apresentou o sétimo maior estoque de bolivianos no estado, enquanto nos anos anteriores não apresentava presença de população migrante. Também merecem destaque as cidades de Santa Bárbara d'Oeste e Miracatu, que não apresentavam estoques até os anos 2000 e, em 2010, estavam entre as 20 cidades com maior presença de bolivianos.

Analisando os municípios com maior presença de bolivianos, sobressalta a importância das cidades da Região Metropolitana de Campinas, com 552 imigrantes, especialmente as cidades de Americana, Campinas, Indaiatuba e Santa Bárbara d'Oeste, que concentravam 81% do estoque de bolivianos na RMC, ou seja, 448 pessoas.

Dentre os imigrantes bolivianos que viviam no interior do estado, de acordo com os dados do ano em que fixaram residência no Brasil, podemos notar que a maioria chegou a partir de 1995, na verdade, 60% deles chegaram após essa data. Ou seja, os imigrantes bolivianos no interior se estabeleceram ao Brasil nas últimas duas décadas.

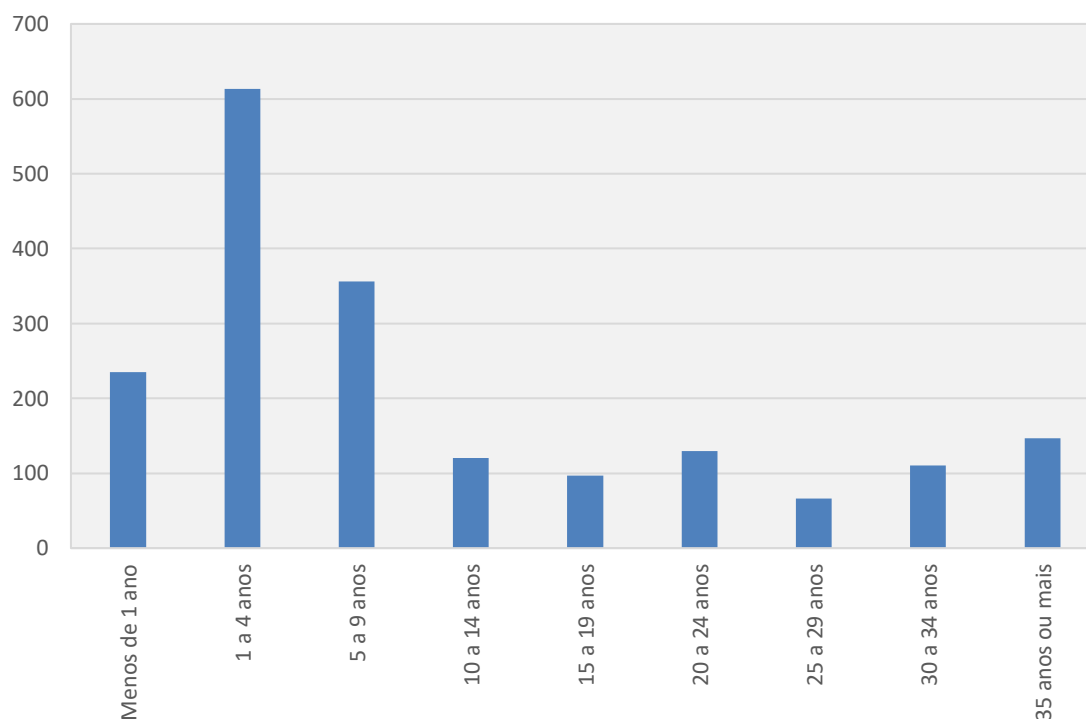
Gráfico 2
Ano que fixou residência no Brasil
Estoque de imigrantes bolivianos no interior
Estado de São Paulo
2010



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais

Ao analisarmos o tempo de moradia no município, 52,7% dos bolivianos moravam no município atual de residência há menos de 5 anos, e destes 12,5% moravam há menos de um ano, demonstrando que ao menos metade dos bolivianos havia chegado recentemente ao município atual de residência. Além disso, 14,7% moravam no município de 5 a 10 anos e 14,2% entre 11 e 20 anos. Em relação ao tempo de moradia no estado de São Paulo, notamos que 53% dos imigrantes havia chegado há menos de 5 anos, enquanto 14% entre 6 a 10 anos, 8% entre 11 a 20 anos e 26% reside há mais de 21 anos no estado de São Paulo, o que demonstra que o fluxo de imigrantes bolivianos é em grande parte recente, tanto no estado como no município atual de residência, embora 28% deles residam no estado há mais de 20 anos.

Gráfico 3
Tempo de moradia no município
Estoque de imigrantes bolivianos no interior
Estado de São Paulo
2010

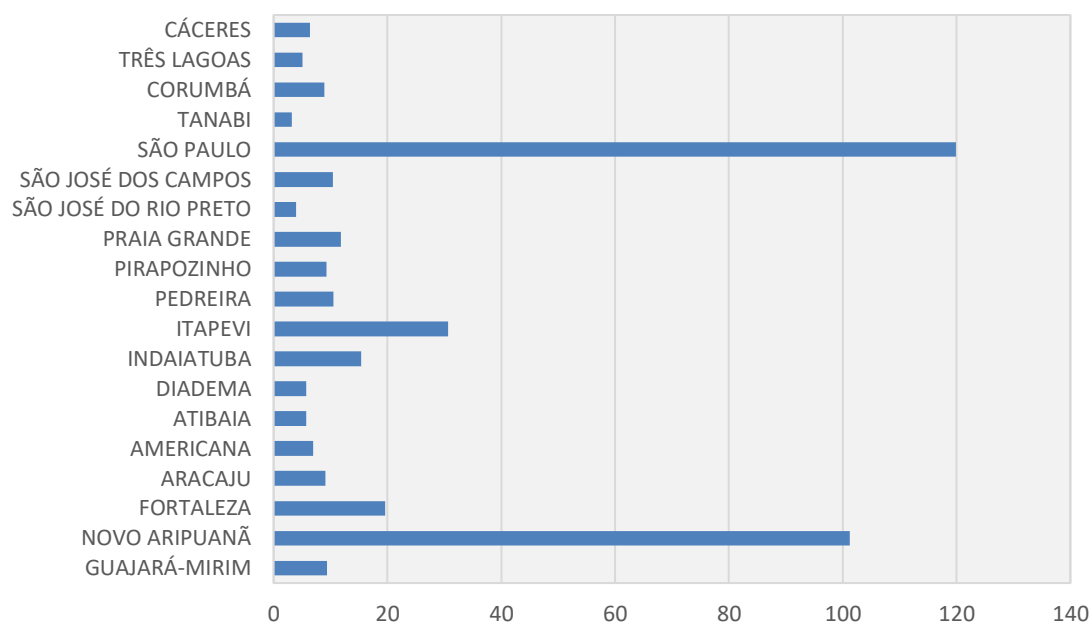


Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais

Conforme podemos observar no gráfico a seguir, a cidade de São Paulo era o município anterior de residência²⁵ de 27,3% dos bolivianos que residiam no interior do estado, seguida da cidade de Novo Aripuanã, no interior do estado do Amazonas, com 23%, e Itapevi, com 7%, o que demonstra que a população boliviana que reside no interior do estado em sua maioria não necessariamente é proveniente da cidade de São Paulo (local de maior concentração de migrantes bolivianos no Brasil).

²⁵ O Censo Demográfico 2010 pesquisou o lugar de residência anterior para as pessoas que, na data da referência, moravam, sem interrupção, há menos de 10 anos no município, investigando-se o município e a Unidade da Federação de residência anterior. Portanto, os dados são referentes aos migrantes bolivianos que residiam há menos de 10 anos no município, e não para a totalidade do estoque de bolivianos no estado de São Paulo.

Gráfico 4
Município anterior de residência
Estoque de imigrantes bolivianos no interior
Estado de São Paulo
2010



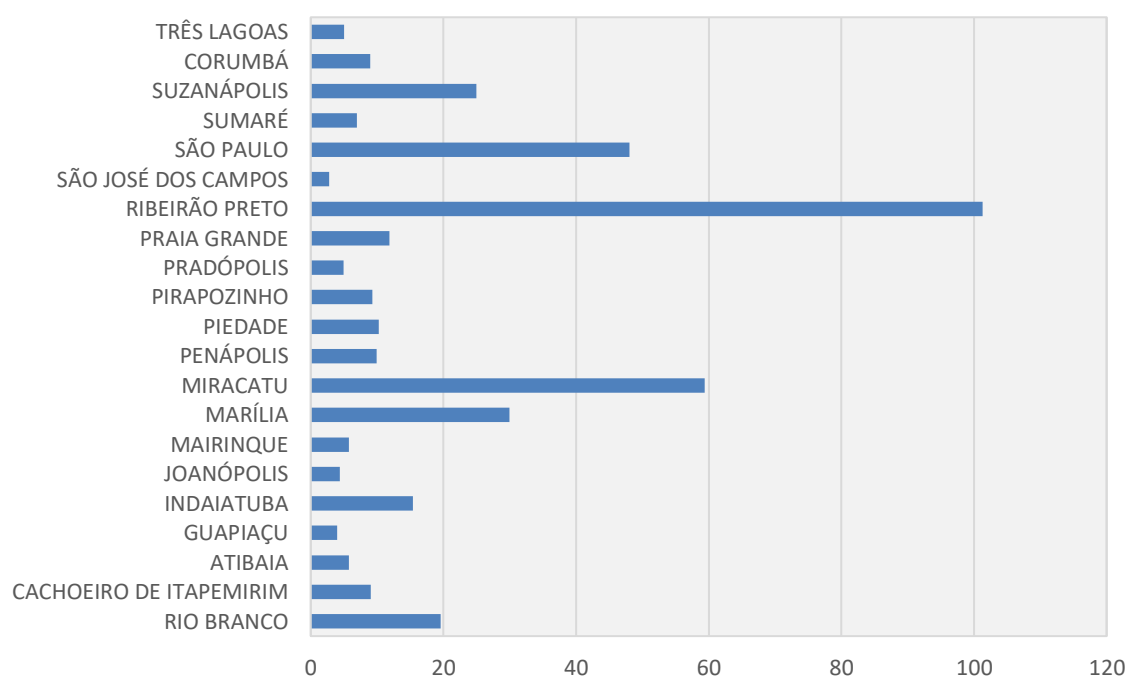
Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais
 Nota: Os números pequenos apontam apenas tendências, pois se trata da amostra expandida.

Além disso, podemos notar que existe uma mobilidade interna desses imigrantes não apenas dentro do estado de São Paulo, mas também entre outros estados, já que 53% dos bolivianos residentes no interior do estado de São Paulo residiam anteriormente em outros municípios dentro do estado, 23% residiam anteriormente no estado do Amazonas e o restante era proveniente dos estados do Ceará, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Sergipe e Mato Grosso, retrospectivamente.

Essa mobilidade espacial interna não é característica apenas dos imigrantes bolivianos. Segundo Soares (2015), o fluxo migratório intermunicipal de estrangeiros não é desprezível e ao menos um quarto dos estrangeiros residentes no país contados no Censo 2010 realizam um movimento migratório intermunicipal. No entanto, o caso dos bolivianos seria o mais notório, principalmente na última década, quando mais de 6 mil bolivianos mudaram de município entre 2005 e 2010(SOARES, 2015).

Em relação aos dados de Data Fixa²⁶, ou seja, cinco anos antes da data da pesquisa, foi possível observar que 81,8% dos bolivianos moravam no estado de São Paulo, 4,5% no estado do Acre, 3,2% no Mato Grosso do Sul e 2,1% no Espírito Santo²⁷ (porcentagem correspondente a 23% do total do estoque de bolivianos no interior do estado). Sobre o município de residência em 31 de julho de 2005, 23,3% dos bolivianos moravam na cidade de Ribeirão Preto/SP, 13,7% em Miracatu/SP, 11% na cidade de São Paulo, 6,9% em Marília/SP, 5,8% em Suzanápolis/SP e os demais em outros municípios, de acordo com o gráfico 5.

Gráfico 5
Município de residência em 31 de julho de 2005
Estoque de imigrantes bolivianos no interior
Estado de São Paulo
2010



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais
 Nota: Os números pequenos apontam apenas tendências, pois se trata da amostra expandida.

Portanto, analisando tanto os dados tempo de moradia, de município de residência anterior e os dados de data fixa, observa-se que a maior parte da população boliviana que reside

²⁶ Os dados de Data Fixa são informações referentes ao local de residência da pessoa que morava há menos de seis anos no município de residência atual, no dia 31 de julho de 2005, há exatamente cinco anos antes da data de referência do Censo Demográfico.

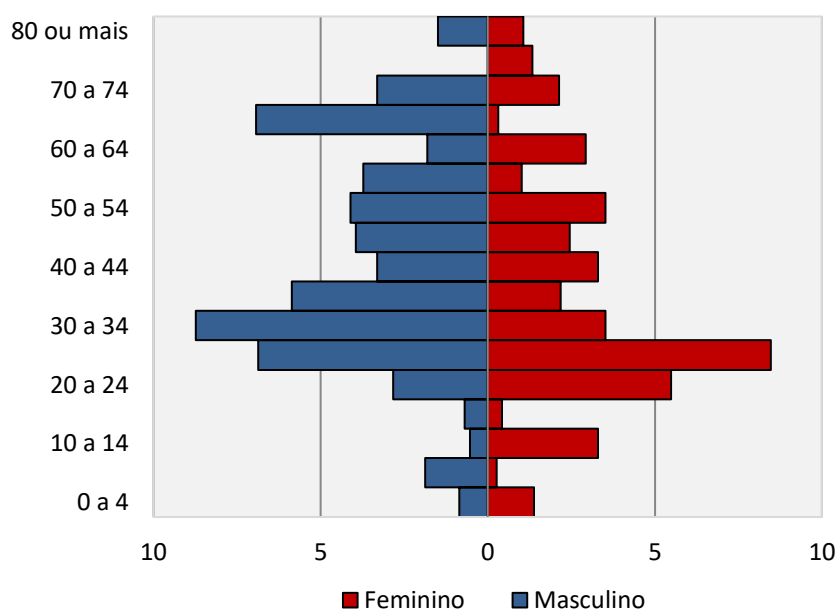
²⁷ Além disso, 8,3% são referentes ao ignorados, ou seja, informação não fornecida pelo entrevistado.

no interior do estado de São Paulo chegou, sobretudo, a partir dos anos 2000 e que apresenta grande circularidade dentro e fora do estado. Além disso, embora uma parcela da população boliviana tenha a cidade de São Paulo como etapa migratória anterior (11%), uma considerável parcela dos imigrantes vieram diretamente da Bolívia para os municípios do interior do estado, não passando pela cidade de São Paulo ou outros estados, o que demonstra que nem toda trajetória migratória da população boliviana passa pela cidade de São Paulo e que a circularidade também se dá no sentido interior-interior e não apenas da capital para interior do estado.

3.1.2 Perfil sociodemográfico do estoque de bolivianos no interior do estado de São Paulo

Quanto ao perfil sociodemográfico dos imigrantes bolivianos que residiam no interior do estado em 2010, existe uma presença um pouco maior de homens (56%) que de mulheres (44%), apresentando uma razão de sexo total de 131 homens para 100 mulheres. Em relação ao perfil etário, a idade da maioria dos homens variava de 25 a 39 anos, enquanto as mulheres se concentravam na faixa etária de 20 a 39 anos, conforme podemos observar no gráfico 6 a seguir, com destaque para a faixa etária de 30 a 34 anos para os homens e 25 a 29 anos para as mulheres.

Gráfico 6
Estrutura etária por sexo
Estoque de imigrantes bolivianos no interior
Estado de São Paulo
2010



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais

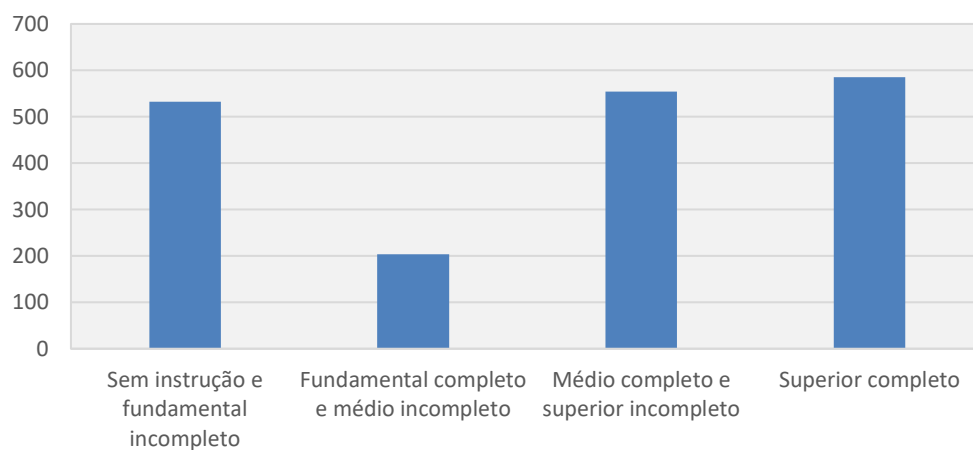
Podemos notar na estrutura etária que a presença de crianças e idosos é pequena, com exceção para as mulheres de 10 a 14 anos e os homens de 65 a 69 anos, apresentando uma estrutura etária característica de populações migrantes, composta por pessoas em idade ativa²⁸. A razão de dependência total para população foi de 33%, ou seja, baixa.

Quanto ao nível de instrução dos imigrantes bolivianos que residiam no interior do estado de São Paulo em 2010, 28% não tinham instrução ou possuíam o ensino fundamental incompleto, 11% tinham o fundamental completo e o médio incompleto, enquanto 30% possuíam o ensino médio completo e o superior incompleto e 31% haviam cursado o superior completo. Dentre os que tinham o superior completo, 1,4% possuíam curso de especialização,

²⁸ No entanto, é preciso mencionar que o grupo etário infantil, principalmente de 0 a 4 anos, pode estar subdimensionado, dado que muitas crianças provenientes de famílias bolivianas podem ter nascido no Brasil (e, portanto, são classificadas como brasileiras e não bolivianas) e não entram na contabilização do estoque de bolivianos, o que se convencionou chamar de segunda geração de imigrantes, crianças de pais imigrantes, mas que nasceram no país de destino. Vale ressaltar que, se de fato esse for o caso, a razão de dependência certamente não é fidedigna e será maior do que a calculada apenas com o estoque de bolivianos no interior do estado.

1,5%, mestrado, e 4,5%, doutorado, o que mostra bastante variação no nível educacional dos imigrantes.

Gráfico 7
Nível de instrução
Estoque de imigrantes bolivianos no interior
Estado de São Paulo
2010

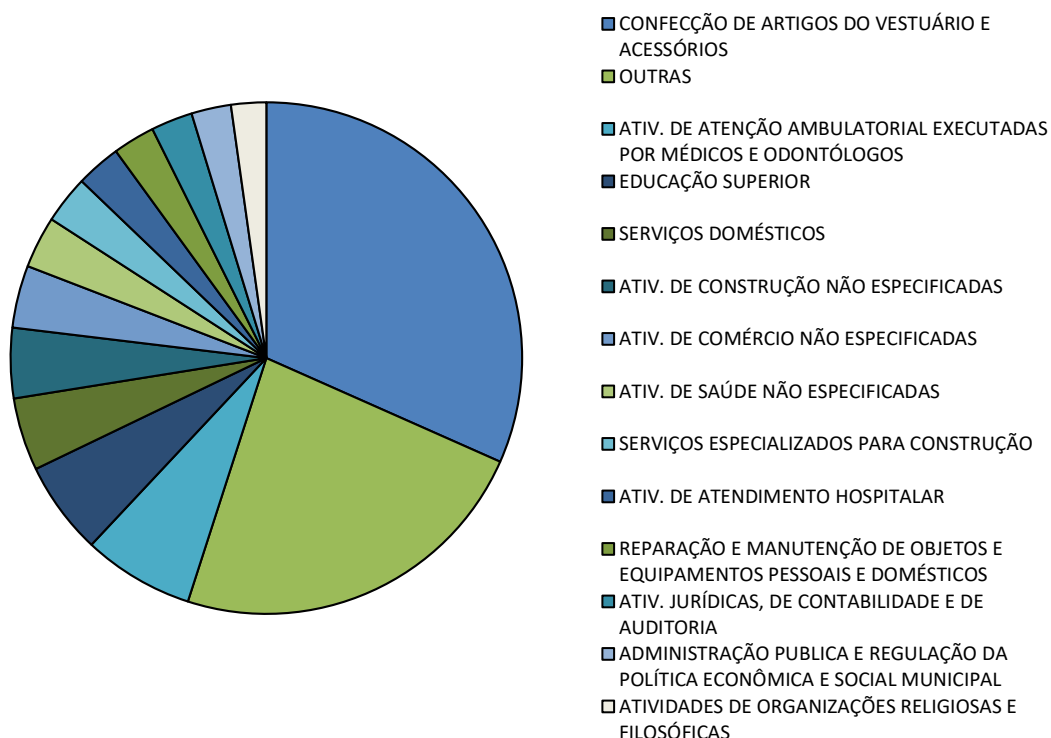


Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais

Em relação ao trabalho e o ramo de atividade no qual os imigrantes bolivianos estavam inseridos²⁹, é possível notar que 34% exerciam atividades de confecção de artigos de vestuários e acessórios, 11% atividades de atendimento de saúde e hospitalar, 6% atividades de educação superior, 5% serviços domésticos, 8% atividades de construção, 4% atividades de comércio e o restante outras atividades diversas. Além disso, 9% dos bolivianos que trabalhavam tinham dois ou mais empregos.

²⁹ Dados para a população com 10 anos ou mais, ocupada ou desocupada.

Gráfico 8
Atividade de trabalho principal/ocupação
Estoque de imigrantes bolivianos no interior
Estado de São Paulo
2010



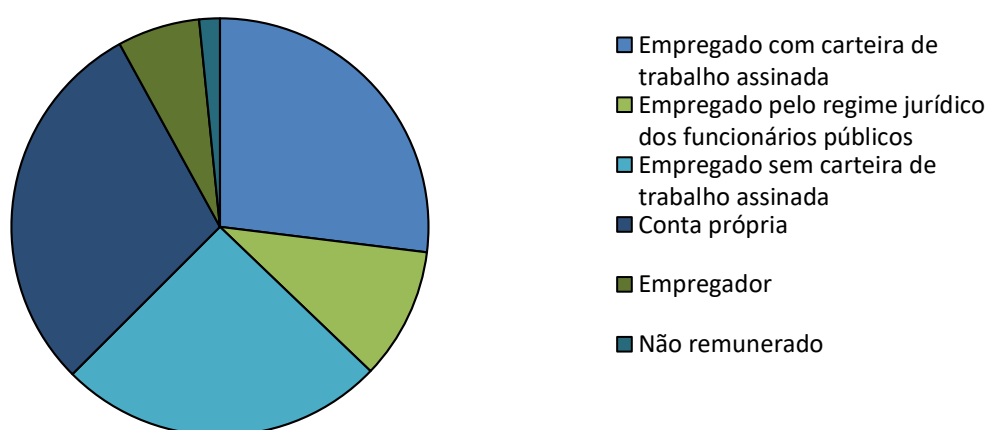
Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais

Podemos, portanto, observar que parte considerável dos imigrantes trabalhava no ramo de confecção, assim como acontece na Região Metropolitana de São Paulo, embora o restante se inserisse em atividades de áreas diversas. Outro dado que chama a atenção é o fato de todos os indivíduos terem como atividade a confecção de artigos de vestuários fixarem residência no Brasil a partir de 1989, ou seja, os imigrantes que trabalham no ramo da confecção fazem parte do fluxo que teve início a partir dos anos 1980, assim como relatado por Silva (1997, 1998, 1999) e Freitas (2009). Por sua vez, a maioria dos que trabalhavam com educação superior chegaram antes de 1975, e os profissionais que trabalhavam na área da saúde chegaram a partir dos anos 1950, mas principalmente entre os anos 1970.

Ainda em relação ao trabalho, foi possível notar a posição que os indivíduos ocupavam: dentre os imigrantes que trabalhavam, 27% possuíam carteira assinada, 10% eram funcionários públicos, 25% trabalhavam sem carteira assinada, 30% por conta própria, 6% eram empregadores e 2% não eram remunerados, conforme podemos observar no gráfico seguinte.

Se analisarmos os dados apenas para os indivíduos que trabalhavam no ramo de confecção, o cenário é bem diferente. Dentre eles apenas 14% trabalhavam com carteira assinada, enquanto 38% trabalhavam sem carteira assinada. Além disso, 42% trabalhavam por conta própria e 6% eram empregadores.

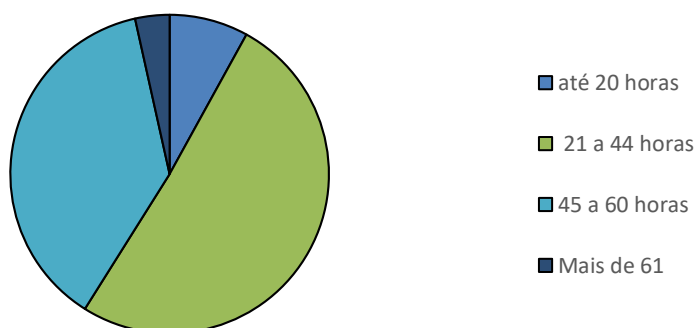
Gráfico 9
Posição que ocupava no trabalho
Estoque de imigrantes bolivianos no interior
Estado de São Paulo
2010



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais

Em relação à quantidade de horas trabalhadas no trabalho principal, 51% trabalhava de 21 a 44 horas semanais, destes 21% trabalhavam 40 horas e 13,7% trabalhavam 44 horas semanais; 38% trabalhavam de 45 a 60 horas semanais, destes 10,4% trabalhavam 48 horas semanais; 8% até 20 horas e 3% mais de 61 horas semanais. Portanto, a maioria dos bolivianos no interior trabalhava de 40 a 48 horas semanais, como podemos observar no gráfico 10.

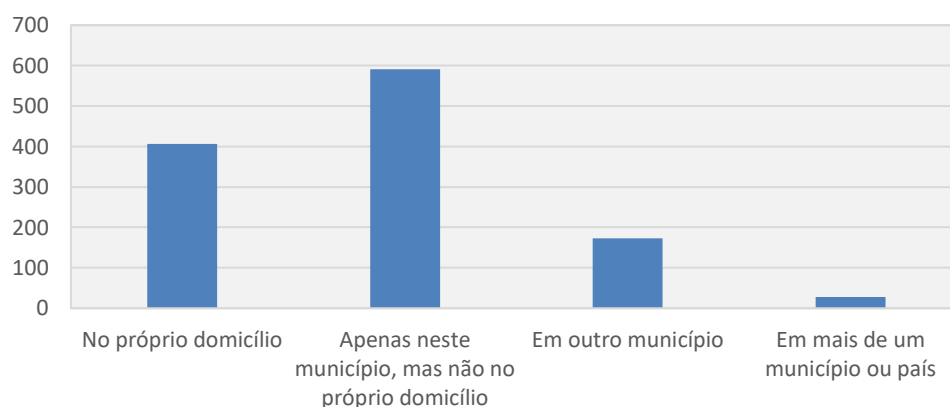
Gráfico 10
Horas de trabalho por semana no trabalho principal
Estoque de imigrantes bolivianos no interior
Estado de São Paulo
2010



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais

Em relação ao local de trabalho, 31,5% dos bolivianos trabalhavam no município de residência, mas não no próprio domicílio, 21,6% trabalhavam no próprio domicílio, 9,2% trabalhavam em outro município e 1,5% trabalhava em mais de um município ou país, conforme podemos observar no gráfico 11. Dentre aqueles que trabalhavam em outro município, 13,3% trabalhava no município de Araras/SP, 11,3% no Rio de Janeiro/RJ, 8,4% em Valinhos/SP, 7,2% em São Bernardo do Campo, 7,1% em Guaré, 6,9% em Praia Grande/SP, 5,4% em São Paulo e o restante nos demais municípios a seguir, retrospectivamente, Atibaia, Ibiúna, Pirapozinho, Jundiaí, Ribeirão Grande, Orlândia e Capivari.

Gráfico 11
Local de trabalho
Estoque de imigrantes bolivianos no interior
Estado de São Paulo
2010



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais

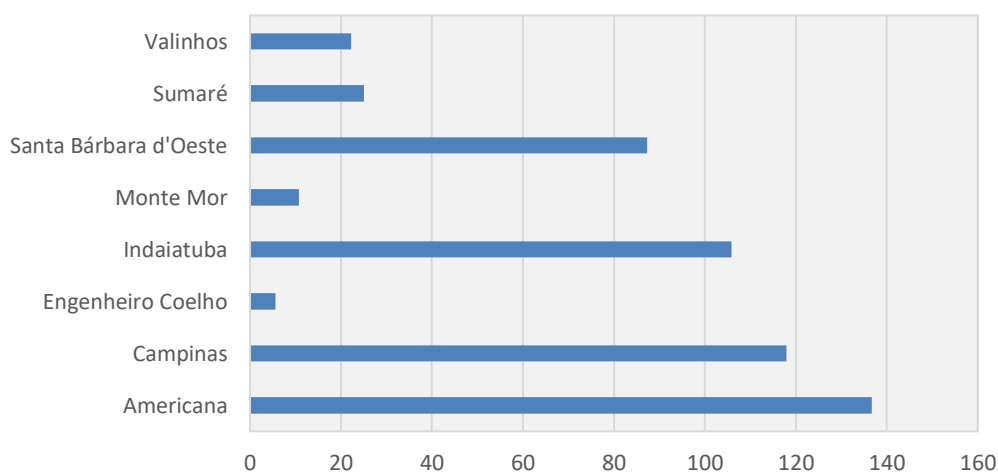
Logo, podemos notar que o perfil dos imigrantes bolivianos no interior do estado de São Paulo é bastante variado, não apenas em relação ao tempo de residência no país, como também em relação ao nível educacional e ramo de inserção no trabalho. Por isso, temos a necessidade de voltar a atenção para a presença dos imigrantes bolivianos no interior e as razões pelas quais, diferentemente da maioria do fluxo, escolhem residir no interior e não na RMSP.

Dentre as razões possíveis para essa dispersão geográfica está a busca por trabalho, já que dentre as sete cidades com maior presença de bolivianos, três são polos de produção têxtil/confecção. As cidades de Americana, Indaiatuba e Santa Bárbara do Oeste foram historicamente importantes polos de produção têxtil no estado e ainda hoje essa produção movimentam as economias locais e o mercado de trabalho da região. Segundo Baeninger (2013), os imigrantes podem estar seguindo o mesmo caminho dos paulistanos, que engrossaram o movimento de interiorização da população desde os anos 1980, devido, sobretudo, à saturação do mercado de trabalho na cidade de São Paulo.

3.2 Distribuição espacial e perfil dos imigrantes bolivianos na Região Metropolitana de Campinas – RMC

Como mencionado anteriormente, a Região Metropolitana de Campinas (RMC) historicamente tem sido área de interesse residencial por parte do fluxo de imigrantes bolivianos no estado de São Paulo, tanto a cidade de Campinas, como seu entorno. Em 2010, conforme dados do Censo Demográfico 2010, a cidade de Americana foi a que apresentou maior estoque de bolivianos residindo na RMC, seguida da cidade de Campinas, Indaiatuba e Santa Bárbara d'Oeste, com estoque de 137, 118, 106 e 87 pessoas, respectivamente. Além delas, as cidades de Sumaré, Valinhos, Monte Mor e Engenheiro Coelho também registraram presença de bolivianos, porém em menor número, conforme podemos observar no gráfico 12.

Gráfico 12
Município de residência
Estoque de imigrantes
Região Metropolitana de Campinas
2010

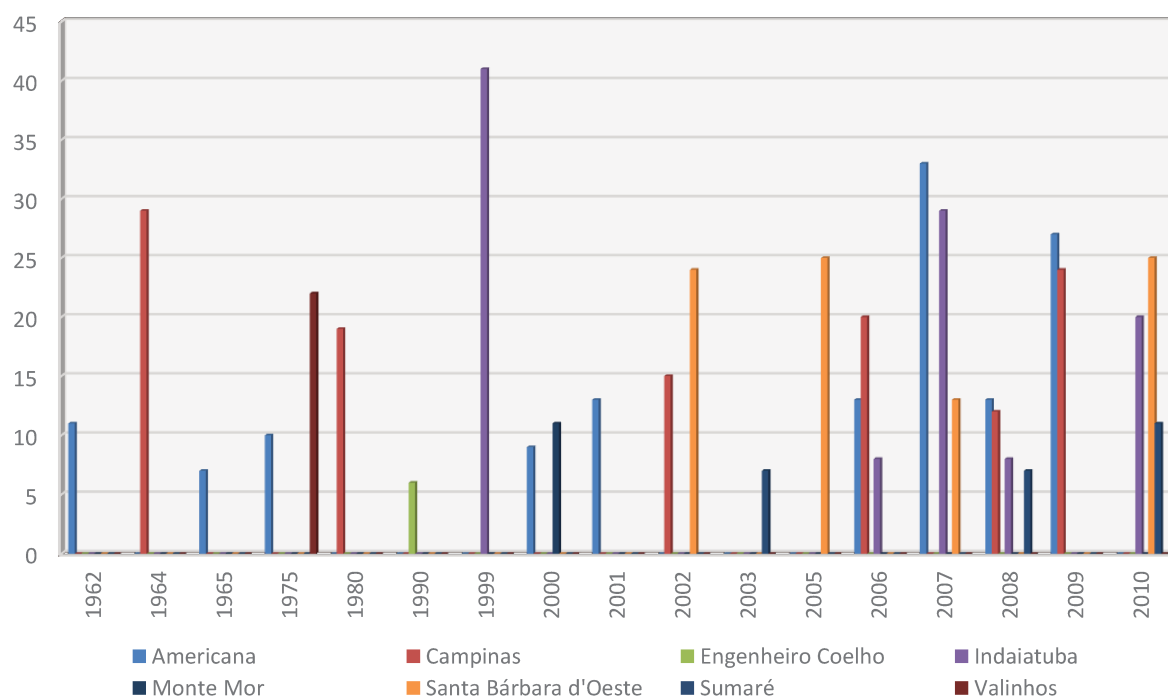


Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais
 Nota: Os números pequenos apontam apenas tendências, pois se trata da amostra expandida.

Em relação ao ano de chegada dos imigrantes bolivianos na RMC, há um padrão similar ao padrão observado em todo o interior. Ou seja, a maior parte dos bolivianos chegou ao país nos anos 2000, principalmente a partir de 2005. Além disso, conforme o gráfico 13, as cidades de Campinas e Americana são residência dos imigrantes que chegaram há mais tempo no Brasil,

a partir da década de 1960, enquanto nas outras cidades os imigrantes chegaram, sobretudo, a partir nos anos 2000.

Gráfico 13
Ano que fixou residência no Brasil
Estoque de imigrantes
Região Metropolitana de Campinas
2010

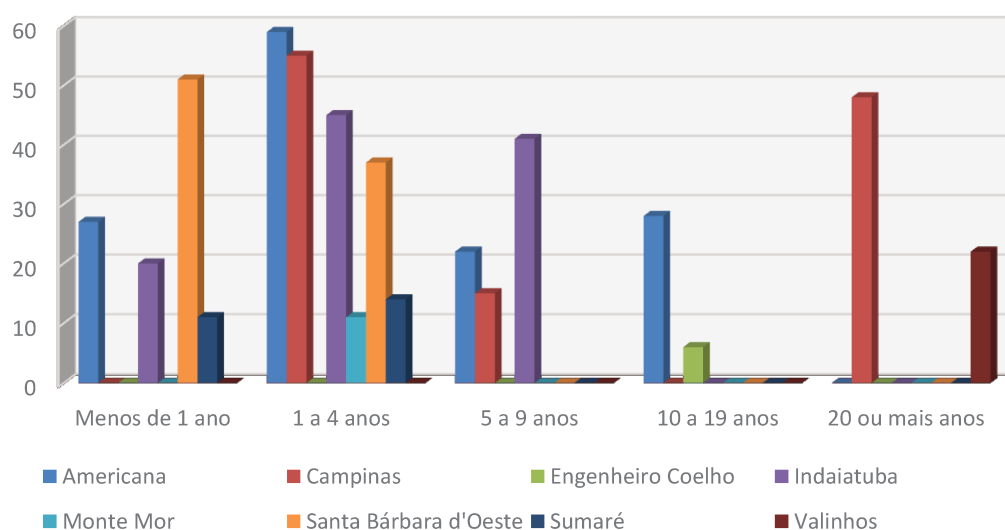


Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais
 Nota: Os números pequenos apontam apenas tendências, pois se trata da amostra expandida.

No que diz respeito ao tempo de residência no município atual, é possível notar, assim como para o restante dos bolivianos no interior, que a maioria deles residia na atual cidade há menos de 5 anos. Na cidade de Americana, a maior parte dos imigrantes morava há menos de 5 anos configurando um fluxo mais recente. Já na cidade de Campinas metade das pessoas residia há menos de 5 anos na cidade e o restante há mais de 20 anos, configurando dois grupos de chegada, um mais recente e outro mais antigo. Em Santa Bárbara d'Oeste, praticamente todos os bolivianos residiam na localidade há menos de 5 anos, enquanto em Indaiatuba a maior parte residia há menos de 10 anos na cidade, metade desses residia há menos de 5 anos na localidade. Já em Valinhos o tempo de residência dos bolivianos era de mais de 20 anos na

cidade, diferentemente dos casos de Sumaré, Monte Mor e Engenheiro Coelho, conforme gráfico 14.

Gráfico 14
Tempo de residência no município
Estoque de imigrantes
Região Metropolitana de Campinas
2010



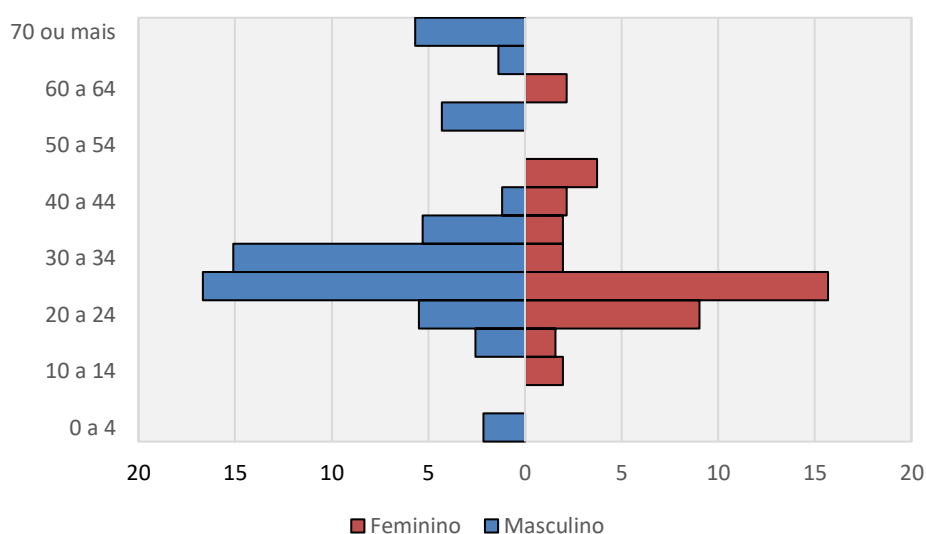
Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais

Dentre os bolivianos que residiam na RMC, 28% (145 pessoas), tinham residido anteriormente em outros municípios. Pouco menos da metade, 42%, morava na cidade de São Paulo antes de mudar-se para a atual cidade, 21,2% morava em Itapevi e 4,8% em Americana; o restante não informou o município anterior de residência. Os dados do Data Fixa também mostram uma migração intramunicipal entre 2005 e 2010, evidenciando que 10% dos bolivianos moravam em outra cidade na data de 31 de julho de 2005. Desses, 46% moravam na cidade de São Paulo, 13,6% em Sumaré e o restante não informou a localidade, confirmando que uma parcela dos imigrantes bolivianos residentes na RMC realizou ao menos uma migração intramunicipal dentro do estado de São Paulo desde sua chegada ao Brasil, tanto da capital em sentido ao interior, mas também do interior para o interior.

Em relação ao país anterior de residência antes de imigrar para o Brasil, 51,3%, ou seja, um pouco mais da metade, morava na Bolívia, o que se conclui que ao menos metade dos imigrantes residentes atualmente na RMC mudou do país de origem direto para o Brasil, sem realizar etapas migratórias em outros países. É o que também evidenciam os dados do Data Fixa, em 31 de julho de 2005, que demonstram que 54,2% dos bolivianos residentes na RMC moravam em outro país, ou seja, 277 pessoas, todos eles na Bolívia.

No que concerne ao perfil sociodemográfico do grupo em questão, 60% são homens contra 40% de mulheres. A maior parte dos homens tinha idade ativa e a faixa etária predominante era de 25 a 29 anos e 30 a 34 anos. Enquanto para as mulheres a faixa de idade que mais prevaleceu foi de 25 a 29 anos, seguida de 20 a 24 anos. Além disso, conforme gráfico 15, constata-se uma presença reduzida e, em algumas faixas etárias até ausente, de crianças e idosos. Padrão similar ao da estrutura etária para os bolivianos no interior em geral.

Gráfico 15
Estrutura etária
Estoque de imigrantes
Região Metropolitana de Campinas
2010

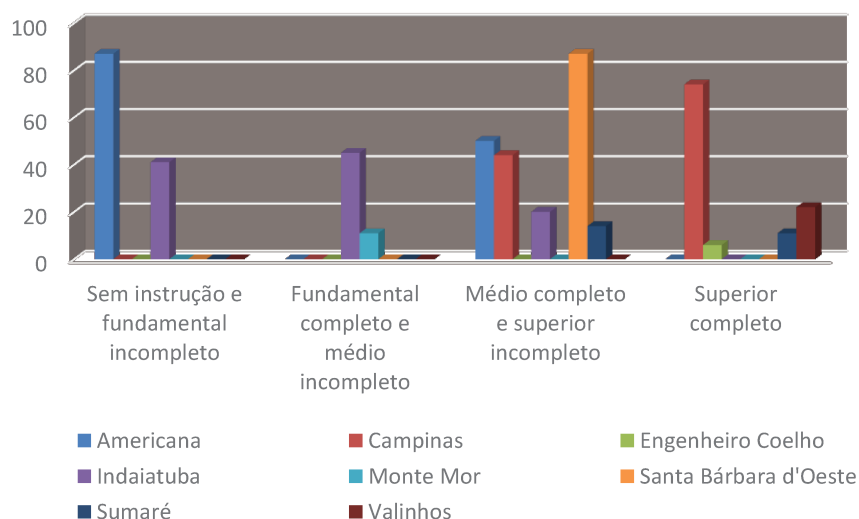


Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais

Em relação ao nível de instrução dos imigrantes bolivianos na RMC, foi constatado que um quarto do grupo tinha instrução ou o ensino fundamental incompleto, já 11% possuíam o

fundamental completo ou o médio incompleto, enquanto 41,9% tinha o ensino médio completo ou superior incompleto e 22,1% possuía nível superior completo. Portanto, na RMC a maior parte dos imigrantes bolivianos tinha ao menos o ensino médio completo. Já a análise do nível de instrução por cidades mostra que Americana e Indaiatuba concentravam os indivíduos com menor instrução, enquanto Campinas e Valinhos concentravam os indivíduos com mais instrução, conforme se depreende do gráfico 16 a seguir.

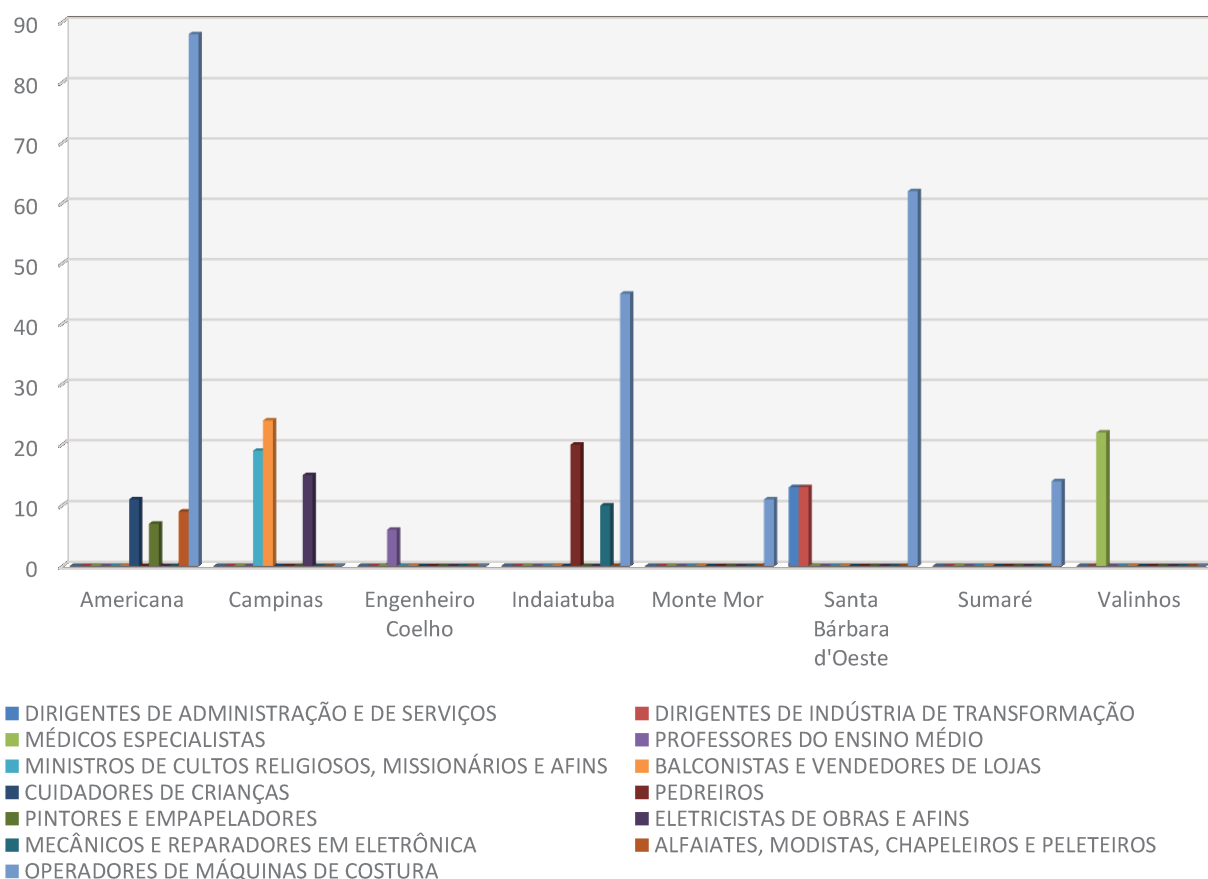
Gráfico 16
Nível de instrução
Estoque de imigrantes
Região Metropolitana de Campinas
2010



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais

A respeito da atividade de trabalho principal, a ocupação que mais se destaca é a de operador de máquinas de costura, que concentrava 53,3% dos bolivianos da RMC. Além disso, há a presença de balconistas e vendedores (6%), pedreiros (5%), ministros de cultos e religiosos (4,8%), médicos (5,6%), eletricitistas (3,2%), dirigentes (6%) e outras profissões diversas.

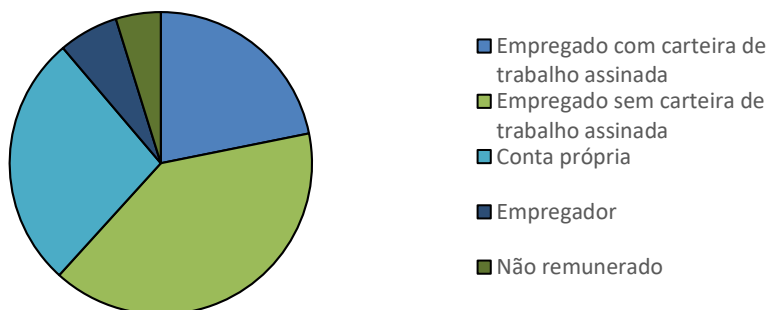
Gráfico 17
Atividade de trabalho principal/ocupação
Estoque de imigrantes
Região Metropolitana de Campinas
2010



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais
 Nota: Os números pequenos apontam apenas tendências, pois se trata da amostra expandida.

Também é possível observar a diferenciação de ocupação por cidade: nas cidades de Americana, Indaiatuba, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré, a ocupação que mais se destaca é a de operador de máquinas de costura; enquanto em Campinas é a de balconista, seguida pela de ministros de cultos religiosos. Além disso, de acordo com o gráfico 18, em relação à posição no trabalho, se destaca a presença de empregados sem carteira assinada e por conta própria, fato que pode estar relacionado com a ocupação em si da maioria do grupo, tanto na costura como em outros setores.

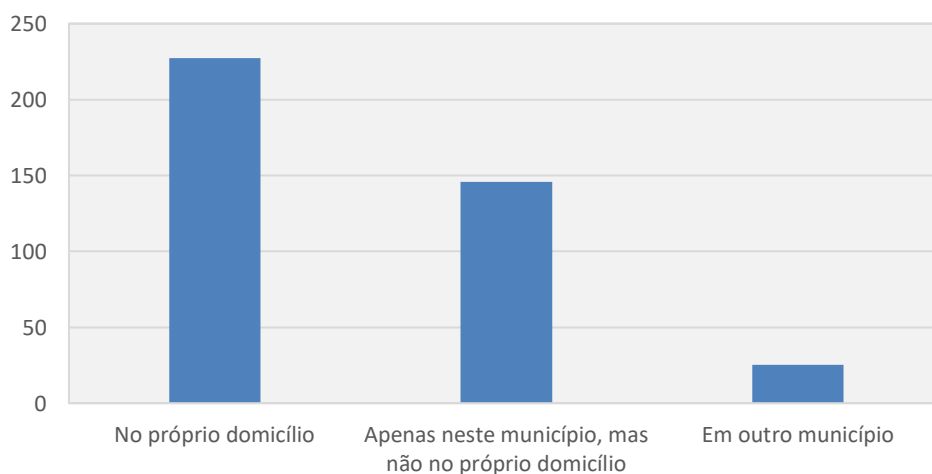
Gráfico 18
Posição que ocupava no trabalho
Estoque de imigrantes
Região Metropolitana de Campinas
2010



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais

Ademais, quase metade dos bolivianos trabalhava no próprio domicílio, 44,5%, enquanto 28,5% trabalhavam em outra localidade no município e 5% trabalham em outro município.

Gráfico 19
Local de trabalho
Estoque de imigrantes
Região Metropolitana de Campinas
2010



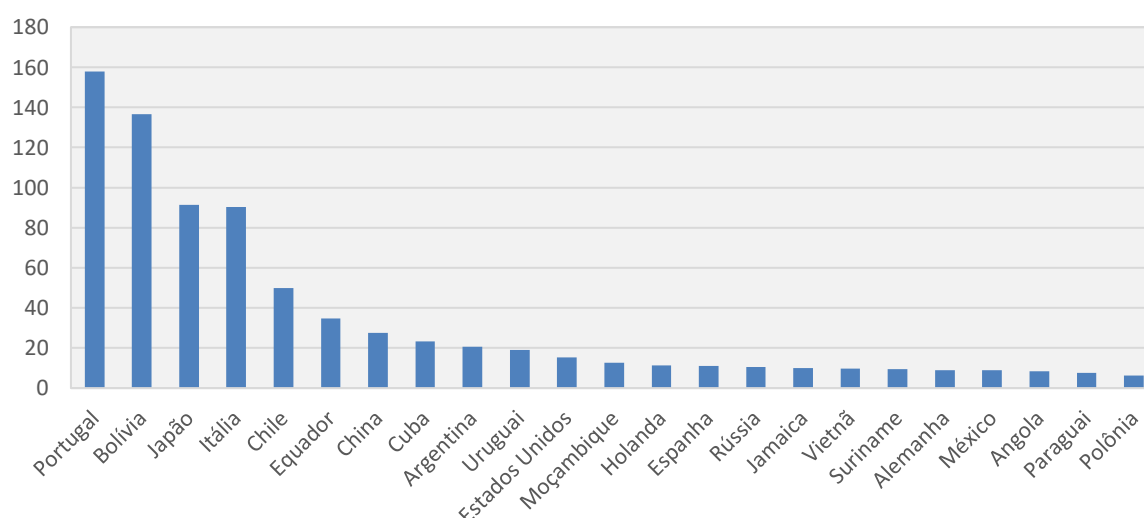
Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais

Portanto, os imigrantes bolivianos na RMC formam um grupo bastante diverso e predominantemente com dois períodos de chegada mais distintos, um mais recente e outro mais antigo. Além disso, associado ao seu tempo de chegada no país, é possível notar que o grau de instrução também foi bastante diverso bem como a ocupação de trabalho principal. Dentre os imigrantes captados se destaca a presença de imigrantes na cidade de Americana e a eles voltaremos nossa atenção agora.

3.3 Perfil dos imigrantes bolivianos na cidade de Americana – São Paulo

A cidade de Americana – SP está situada na Região Metropolitana de Campinas, a noroeste da cidade de São Paulo e registrou em 2010 uma população de 210.638 pessoas; destas 0,4% eram estrangeiros, ou seja, 781 pessoas. Dentre o estoque de estrangeiros, 20% eram portugueses, seguidos de 17,5% de bolivianos, 11,6% de italianos, 6,4% de chilenos, 4,4% de equatorianos e o remanescente de outras nacionalidades, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 20
Estoque de imigrantes bolivianos no interior
Município de Americana – SP
2010

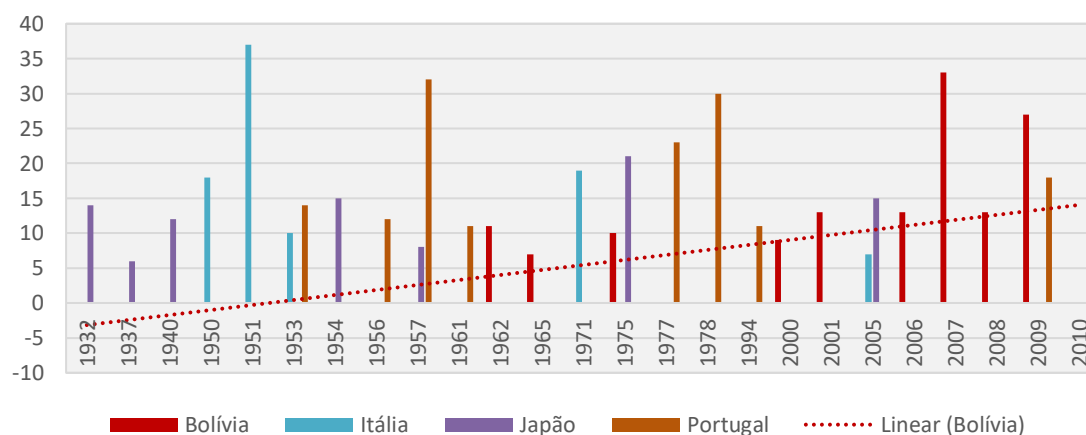


Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais
 Nota: Os números pequenos apontam apenas tendências, pois se trata da amostra expandida.

Em razão do passado histórico da imigração na região e da fundação da cidade de Americana, conforme mencionado no capítulo 2, ainda hoje os europeus são o maior grupo no

estoque de imigrantes na cidade. Logo, ao observarmos o ano de fixação de residência na cidade, podemos notar que a imigração europeia é mais antiga, enquanto a boliviana é mais recente, padrão semelhante ao restante do estado de São Paulo, como consta no gráfico a seguir. De fato, mais de 70% dos bolivianos residentes em Americana fixaram residência a partir dos anos 2000.

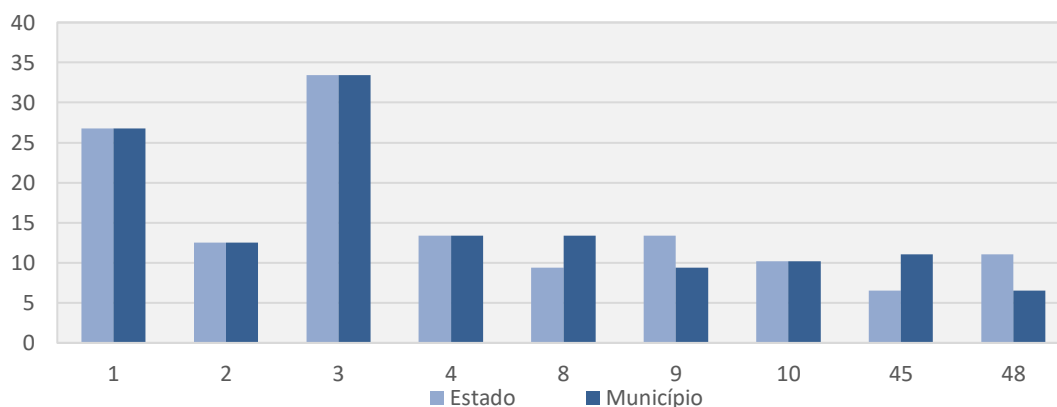
Gráfico 21
Ano que fixou residência no Brasil
Estoque de imigrantes no interior
Município de Americana – SP
2010



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais

Quando analisamos o tempo de moradia dos bolivianos no município, vemos que em torno de 63% residiam há menos de 4 anos na cidade, e quase 20% desses residiam há menos de 1 ano e apenas 20% residiam há mais de 10 anos na localidade. Além disso, as informações sobre o tempo de moradia no município e no estado revelam uma convergência entre o tempo de moradia no estado e no município entre os imigrantes que chegaram há menos de 5 anos na cidade, conforme o gráfico 22.

Gráfico 22
Ano que fixou residência no Brasil no município e no estado
Estoque de imigrantes no interior
Município de Americana – SP
2010



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais

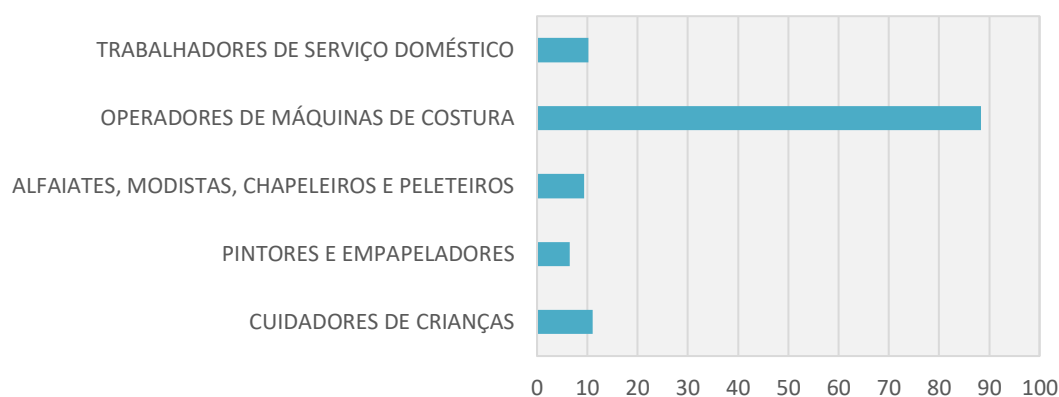
Podemos extrapolar e afirmar que entre os imigrantes que chegaram há menos tempo no município o tiveram como destino principal, ou seja, não tinha morado anteriormente em outros municípios do estado. Logo, vieram direto do exterior para Americana. De fato, 55% dos imigrantes residentes em Americana declaram residir na Bolívia em 31 de julho de 2005. Analisando as informações dos dados do quesito Data Fixa, ou seja, município de residência em 31 de julho de 2005, também não houve uma migração interna dos bolivianos no quinquênio 2005/2010, uma vez que na data de referência eles residiam em Americana ou na Bolívia. Dentre os imigrantes que residiam há mais tempo no estado de São Paulo, 20% tinham como município anterior de residência a cidade de São Paulo, sendo, portanto, a etapa migratória anterior à de se mudar para Americana.

Logo, podemos observar que a cidade de Americana foi o destino preferencial e final para grande parte dos bolivianos na cidade, sem etapas migratórias em outras cidades brasileiras, o que demonstra a importância que a cidade ganhou como destino para o fluxo em questão, recebendo imigrantes diretos do país de origem e caracterizando uma nova corrente migratória sem influência da RMSP em relação ao fluxo mais recente, embora guarde relações com a capital entre os imigrantes mais antigos.

Quanto ao perfil sociodemográfico dos imigrantes bolivianos na cidade de Americana, é possível dizer que 57% do grupo era composto por homens entre 25 e 34 anos, com um percentual reduzido de crianças e idosos. Enquanto as mulheres compunham 43% do grupo, estando na faixa dos 20 a 35 anos. Portanto, o grupo é composto por uma estrutura etária predominantemente adulta em idade ativa.

Em relação à escolaridade e ao nível de instrução, 63,7% não possuem instrução ou têm o fundamental incompleto, enquanto 36,6% tinham o ensino médio completo. Quanto à atividade principal de trabalho, 70,4% trabalham operando máquinas de costura, 8,8% são cuidadores de crianças, 8,1% são trabalhadores de serviço doméstico, 7,5% são alfaiates/modistas e 5,2% são pintores e empapeladores, conforme gráfico 23. Os dados demonstram, portanto, que a maioria dos bolivianos na cidade está inserida no ramo da confecção, ou seja, dentre os imigrantes bolivianos ocupados na cidade 77,9% trabalham nesse setor.

Gráfico 23
Atividade principal de trabalho
Estoque de imigrantes bolivianos no interior
Município de Americana – SP
2010



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 2010 – Amostra expandida – tabulações especiais

Dentre os bolivianos que trabalhavam, 77% não possuíam carteira de trabalho assinada e o restante trabalhava por conta própria. A jornada de trabalho era de menos de 30 horas semanais para 18,8% dos bolivianos, de 40 a 42 horas para 15,2%, 44 horas semanais para

40,8%, 50 horas para 17,8% e 55 horas para 7,5%. Ademais, 59,2% dos bolivianos residentes em Americana trabalhavam no próprio domicílio, enquanto o restante em outra localidade dentro do município. Concluíamos assim que o trabalho era autônomo para a maioria dos bolivianos, sem regime de carteira assinada, dentro da própria casa, em confecções pessoais e particulares.

Já os dados da Relação Anual de Informações Sociais³⁰, que fornece informações sobre a inserção no mercado de trabalho, contabilizou 9.098 vínculos empregatícios (ativos e não ativos)³¹ referentes a trabalhadores bolivianos no estado de São Paulo em 2015.

Conforme podemos observar na tabela 3 a seguir a cidade de São Paulo registrou o maior número de vínculos, ou seja, empregados, seguida das cidades de Pindamonhangaba, Guarulhos, Americana e Taubaté. Dentre as 20 cidades que mais registraram trabalhadores bolivianos no estado de São Paulo, 13 fazem parte da RMSP e o outras sete são do interior do estado.

³⁰ A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um relatório de informações socioeconômicas solicitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego brasileiro às pessoas jurídicas e outros empregadores anualmente. Criada em 1975, a RAIS tem por objetivo o suprimento das necessidades de controle da atividade trabalhista no país. A RAIS serve também para obter informações sobre a quantidade de empregos formais existentes no país, quanto se demitiu, quantos empregos foram criados, qual setor contratou mais e se novas atividades foram criadas. Estes dados são divididos por município, classe econômica e ocupação, faixa etária, grau de instrução, tempo de serviço e faixa de rendimento médio, sendo obrigatória para todas as empresas.

³¹ O vínculo empregatício refere-se à relação de emprego mantida com o empregador durante o ano-base da pesquisa, pode ser estatutário, avulso, temporário, menor aprendiz e trabalho por contrato. A RAIS divide os empregados entre vínculo ativo e não ativo, aqueles que exerceram alguma função empregatícia durante o ano-base, mas no momento da pesquisa estava desligado da empresa, ou já não faziam parte do quadro de funcionários.

Tabela 3
Cidade com maiores vínculos empregatícios
Trabalhadores bolivianos no interior
Estado de São Paulo
2015

SAO PAULO	6329
PINDAMONHANGABA	540
GUARULHOS	227
AMERICANA	213
TAUBATÉ	147
OSASCO	140
SANTO ANDRÉ	140
CARAPICUIBA	114
BARUERI	73
ITAQUAQUECETUBA	72
CAMPINAS	59
SAO BERNARDO DO CAMPO	53
INDAIATUBA	46
MAUÁ	36
RIBEIRAO PRETO	35
JUNDIAÍ	34
COTIA	29
MOGI DAS CRUZES	28
CAJAMAR	26
SANTANA DE PARNAÍBA	26
TOTAL	8.367

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS 2015 – tabulações especiais

Na cidade de Americana/SP foram registrados 213 trabalhadores de nacionalidade boliviana, dentre os quais 139 eram homens e 74 eram mulheres. Entre os homens, a faixa etária que mais prevaleceu foi de 30 a 39 anos. Já entre as trabalhadoras mulheres, as faixas etárias mais presentes foram de 30 a 39 anos e 25 a 29 anos. Podemos notar, portanto, que a maior parte do grupo de trabalhadores bolivianos tinha entre 18 e 39 anos para ambos os sexos e poucas pessoas em idade de jovens e idosos³², conforme tabela 4.

³² As faixas etárias em questão são referentes a pessoas em idade ativa, de 15 a 64 anos.

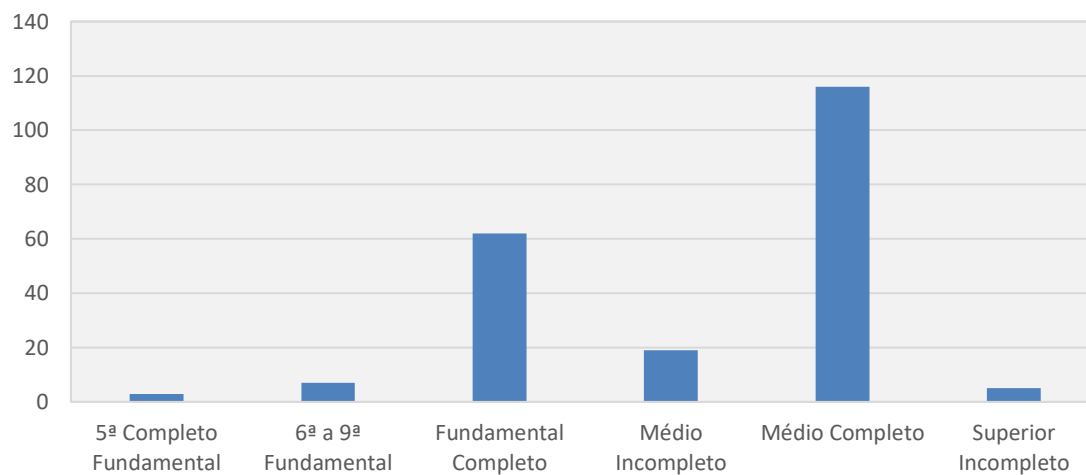
Tabela 4
Faixa etária
Trabalhadores bolivianos no interior
Cidade de Americana/SP
2015

Faixa Etária	Masculino	Feminino
15 A 17	2	0
18 A 24	33	20
25 A 29	35	21
30 A 39	53	24
40 A 49	12	9
50 A 64	4	0
Total	139	74

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS 2015 – tabulações especiais

Em relação ao grau de escolaridade dos bolivianos em Americana, foi possível observar com base nos dados da RAIS 2015 que mais da metade tinha nível médio completo (116 pessoas), enquanto 62 pessoas possuíam o fundamental completo, 19 tinham o nível médio incompleto, 11 tinham o fundamental incompleto e 5 tinham ensino superior incompleto. Ou seja, a maior parte dos bolivianos tinha uma escolaridade mínima de ensino fundamental e médio completo, conforme gráfico 16 abaixo.

Gráfico 24
Nível de escolaridade
Trabalhadores bolivianos no interior
Cidade de Americana/SP
2015

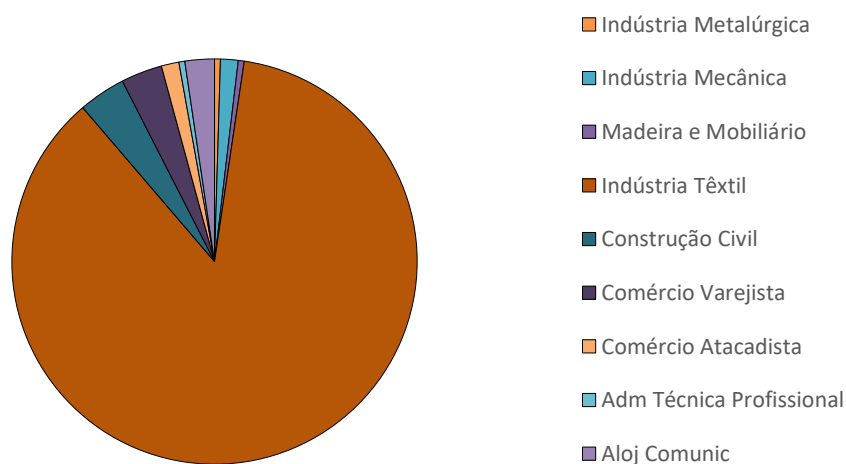


Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS 2015 – tabulações especiais

Em relação à atividade econômica principal do estabelecimento³³ no qual os imigrantes bolivianos estavam inseridos, 86% deles exerciam atividades na indústria têxtil, ou seja, 184 pessoas. E os demais estão inseridos em outras atividades como construção civil, comércio varejista e outros, conforme o gráfico 25.

³³ A atividade econômica principal do estabelecimento é resultado do conjunto de classificação de 9 setores e 26 subsetores da classificação CNAE/95, utilizadas historicamente pelo MET.

Gráfico 25
Atividade econômica principal
Trabalhadores bolivianos no interior
Cidade de Americana/SP
2015



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS 2015 – tabulações especiais

Já em relação à ocupação³⁴ dos trabalhadores bolivianos em Americana, a maior parte deles (149 pessoas) era operador de máquinas de costura. Além disso, havia trabalhadores em outras posições dentro da indústria têxtil, como trabalhadores de preparação da confecção de roupas, trabalhadores polivalentes da indústria de confecção e supervisões, conforme tabela 5 abaixo. Os demais imigrantes trabalhavam em distintas áreas, a grande maioria em posições que não exigem alto grau de qualificação.

³⁴ O Ministério do Trabalho e Emprego utiliza a categoria “famílias ocupacionais” para classificar a ocupação dos trabalhadores. A categoria ocupação diz respeito à tabela base da Classificação Brasileira de Ocupações do MTE e corresponde a 100 famílias ocupacionais com maior frequência, em nível nacional, sendo válida para todo o país.

Tabela 5
Ocupação
Trabalhadores bolivianos no interior
Cidade de Americana/SP
2015

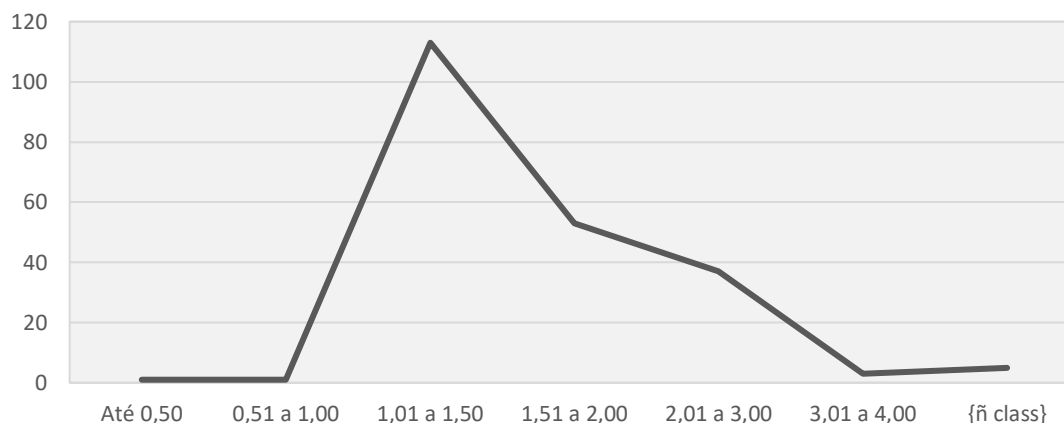
OPERADORES DE MÁQUINAS PARA COSTURA DE PEÇAS DO VESTUÁRIO	149
TRABALHADORES DA PREPARAÇÃO DA CONFECÇÃO DE ROUPAS	13
TRABALHADORES POLIVALENTES DAS INDÚSTRIAS DA CONFECÇÃO DE ROUPAS	7
SUPERVISORES NA CONFECÇÃO DO VESTUÁRIO	5
AJUDANTES DE OBRAS CIVIS	4
COZINHEIROS	3
PROFISSIONAIS DO JORNALISMO	2
TRABALHADORES AUXILIARES NOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	2
VENDEDORES E DEMONSTRADORES EM LOJAS OU MERCADOS	2
PINTORES DE OBRAS E REVESTIDORES DE INTERIORES (REVESTIMENTOS FLEXÍVEIS)	2
TRABALHADORES DE TRACAGEM E MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS E DE COMPOSITOS	2
OPERADORES DA FIAÇÃO	2
INSPETORES E REVISORES DE PRODUÇÃO TEXTIL	2
ALIMENTADORES DE LINHAS DE PRODUÇÃO	2
MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS	2
GERENTES DE PROD. E OP. DA INDUSTRIA EXTRATIVA, DE TRANSF. E DE SERVICOS DE UTILIDADE PÚBLICA	1
ANALISTAS DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS	1
DESENHISTAS PROJETISTAS E MODELISTAS DE PRODUTOS E SERVICOS DIVERSOS	1
TÉCNICOS DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DE PRODUÇÃO	1
GARÇONS, BARMEN, COPEIROS E SOMMELIERS	1
TRABALHADORES NOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EDIFICAÇÕES	1
MOTOCICLISTAS E CICLISTAS DE ENTREGAS RÁPIDAS	1
OPERADORES DE MÁQUINAS E CENTROS DE USINAGEM CNC	1
TRABALHADORES DE SOLDAGEM E CORTE DE METAIS E DE COMPOSITOS	1
TRABALHADORES POLIVALENTES DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS	1
TRABALHADORES DA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ARTEFATOS DE TECIDOS E COUROS	1
MARCENEIROS E AFINS	1
OP. DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE FABRICAÇÃO DE CERÂMICAS, VIDROS E PORCELANAS	1
OPERADORES DE MÁQUINAS A VAPOR E UTILIDADES	1
TOTAL	213

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS 2015 – tabulações especiais

Em relação à renda dos trabalhadores bolivianos em Americana, pouco mais da metade deles (113) tinha como remuneração média de 1 a 1,5 salário mínimo. Enquanto 53 trabalhadores ganhavam de 1,5 a 2 salários, 37 pessoas entre 2 e 3 salários mínimos e apenas 3 pessoas ganhavam mais de 3 salários e 2 pessoas ganhavam menos de 1 salário (gráfico 26).

Gráfico 26
Remuneração média em salários mínimos
Trabalhadores bolivianos no interior
Cidade de Americana/SP

2015



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS 2015 – tabulações especiais

Ao analisar as informações dos trabalhadores bolivianos em Americana, pelos dados da RAIS 2015, podemos observar que a maior parte do grupo tinha ao menos o ensino fundamental e o médio como grau de instrução, e a maioria deles trabalhava no setor têxtil-vestuário, principalmente como costureiros. Padrão bastante similar ao encontrado nas informações do Censo Demográfico para o restante do interior e também para a RMSP. Ademais, o ramo de inserção do trabalho em Americana não surpreende não apenas pela inserção histórica do grupo no segmento da confecção, mas também porque é o maior segmento industrial da cidade.

No entanto, é preciso levar em consideração as limitações da fonte de dados. Assim como no Censo Demográfico, as informações da RAIS não contemplam todos os imigrantes que residem na cidade. Primeiro por uma questão de cobertura e a natureza da fonte. A RAIS é uma relação de informações sobre estabelecimentos e empregos no Brasil. Logo, apenas coleta informações de pessoas inseridas no mercado de trabalho formal, com carteira assinada e registrada, ficando de fora todos os trabalhadores que trabalham sem registro, o que pode ser bem desafiador no setor de confecção, no qual o trabalho precarizado e subcontratado é prática recorrente. Soma-se a isso o fato de o trabalho não regularizado e subcontratado ser bastante comum entre os imigrantes bolivianos. E, por fim, capta apenas o grupo em idade ativa, ficando de fora crianças, adolescentes e idosos. Portanto, os números fornecidos pelas RAIS, assim

como os do Censo Demográfico, nos mostram a presença do grupo e nos chamam a atenção para o fenômeno, mas estão longe de nos possibilitar a mensuração do grupo, que definitivamente é subenumerado em ambas as fontes.

De modo geral, com base nas informações do Censo Demográfico, foi possível constatar que a presença da imigração boliviana no interior é um fenômeno consolidado e sem sinais de retração. Embora a RMSP ainda exerça maior poder de atração dos imigrantes como escolha residencial, não se pode ignorar a presença do grupo no interior, principalmente na região de Campinas e seu entorno, o que nos traz a indagação sobre as lógicas de atratividade nessas determinadas cidades, em especial, em Americana, cidade-alvo desta pesquisa.

Os dados apontam para um crescimento acelerado da entrada de bolivianos nos anos mais recentes, fluxo iniciado na cidade de São Paulo, em seus primórdios, o qual, no entanto, parece ter ganhado força própria nos últimos anos, atraindo bolivianos direto de seu país natal para a cidade, o que corrobora para a importância da cidade para o entendimento do fluxo boliviano no interior e mesmo no fluxo para todo o estado.

Dentre as possíveis explicações para que a cidade tenha se tornado o destino principal de muitos bolivianos que se dirigem ao Brasil, podemos mencionar o mercado de trabalho local. Americana tem sua economia baseada fortemente na cadeia têxtil-vestuário, e a demanda por mão de obra na cidade se dá principalmente nos segmentos de tecelagem e confecção. A costura é o ramo de inserção principal dos imigrantes bolivianos em São Paulo e também na cidade de Americana. Por isso, o aumento do fluxo de bolivianos em Americana pode estar relacionado à inserção dessa região na lógica do capital internacional e ao aumento da demanda por mão de obra não qualificada em diversos setores, dentre eles o da confecção, em um processo de substituição da mão de obra nacional pela estrangeira.

Portanto, tanto em Americana como no restante do estado, pode estar havendo uma interiorização da demanda por mão de obra não qualificada, que antes se concentrava apenas na RMSP. Nesse cenário, se enquadrariam os imigrantes latino-americanos, principalmente os bolivianos, na indústria têxtil/confecção de Indaiatuba, Americana e Santa Bárbara d'Oeste. No entanto, também se nota que a dispersão espacial da imigração se deu ao longo do tempo e pode ter motivações distintas para diferentes fluxos bolivianos ao longo das décadas analisadas e,

por conseguinte, para compreender este fluxo é necessário aprofundar o entendimento do grupo em questão.

Capítulo 4. A Imigração Boliviana em Americana

Como demonstrou os dados do Censo Demográfico 2010 e da RAIS 2015, a presença de bolivianos em Americana não é desprezível. Para além dos dados, nos últimos anos a presença da imigração boliviana na cidade se tornou cada vez mais noticiada pela mídia local e nacional. As principais notícias davam conta da presença de trabalho em condições análogas à escravidão. Em 26 de fevereiro de 2013, o portal Reporte Brasil vinculou a notícia de trabalho escravo de imigrantes bolivianos em Americana³⁵. Um ano depois, em 05 de maio de 2014, o portal de notícias Rede Brasil Atual destacava:

“MPF denuncia um bolivianos e três brasileiras por trabalho escravo em Americana: confecção contratada pela Zara terceirizava produção para atender à demanda e fechava os olhos para a violação de direitos³⁶”.

Além disso, em outubro de 2016 cerca de 500 bolivianos participaram do programa “Consulado Movil Boliviano” em Americana, uma iniciativa do Consulado Geral da Bolívia em São Paulo que visa emitir documentos e certidões nascimento, casamento e óbito para os cidadãos bolivianos no estado de São Paulo, bem como fornecer informações gerais sobre imigração, legalização e outros.

500 Bolivianos são atendidos em Mutirão em Americana 25/10/2016

No último fim de semana, dias 23 e 24 de outubro, foi realizada uma ação para a obtenção de documentação dos bolivianos que moram em Americana (SP). Rigoberto Olivares e Janaína Ferreira da Silva, do setor de documentação da Missão Paz, ajudaram no processo de regularização migratória junto à Polícia Federal, enquanto a equipe móvel do Consulado Geral da Bolívia de São Paulo emitiu documentos nacionais, como antecedentes criminais, registros e cópias de certidões de nascimento, casamento e cédulas de identidades. Claudio Martin Luna Marconi, Cônsul Geral da Bolívia, esteve presente durante a ação.

Um grupo de religiosos do seminário João XXIII, que há tempos atua no município, também nos apoiou na articulação para que e a comunidade São Francisco de Assis, da paróquia São Vito, cedesse a

³⁵ Notícia na íntegra em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/05/mpf-denuncia-um-boliviano-e-tres-brasileiras-por-trabalho-escravo-em-piracicaba-3067.html>. Acesso em 10/01/2017.

³⁶ Notícia na íntegra em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/05/mpf-denuncia-um-boliviano-e-tres-brasileiras-por-trabalho-escravo-em-piracicaba-3067.html>. Acesso em 10/01/2017.

infraestrutura. O resultado magnífico desta sinergia foram 500 bolivianos atendidos.

A maioria das famílias bolivianas vive no bairro Bertini. No entanto, existem pequenas comunidades bolivianas nas cidades de Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré, Limeira e Indaiatuba³⁷ (Portal Missão Paz, 25/10/2016).

Portanto, a percepção da presença boliviana e imigrante na cidade vem crescendo, fato que pode ser constatado desde as notícias de jornais locais e nacionais, mas também a partir da observação de ações públicas da própria localidade, como a adoção de políticas públicas de mapeamento dos bolivianos e outras populações imigrantes em Americana. Logo, visando se aproximar ainda mais do volume da população boliviana em Americana, recorreremos aos dados da Polícia Federal e também, mais à frente, aos dados da prefeitura da cidade.

4.1 Bolivianos em Americana a partir dos dados da Polícia Federal

Embora o exato número de imigrantes bolivianos no estado de São Paulo ainda permaneça desconhecido, a falta de sua mensuração exata não é um problema para o estudo do fenômeno. E com base em diversas fontes de dados podemos ter uma ideia geral da sua presença. A mensuração da imigração boliviana no Brasil traz desafios tanto pelas características próprias dos dados oficiais, uma vez que são subestimados em decorrência da limitação na cobertura das fontes de informação, como pelas condições indocumentada característica do fluxo boliviano para o Brasil, que dificulta sua captação.

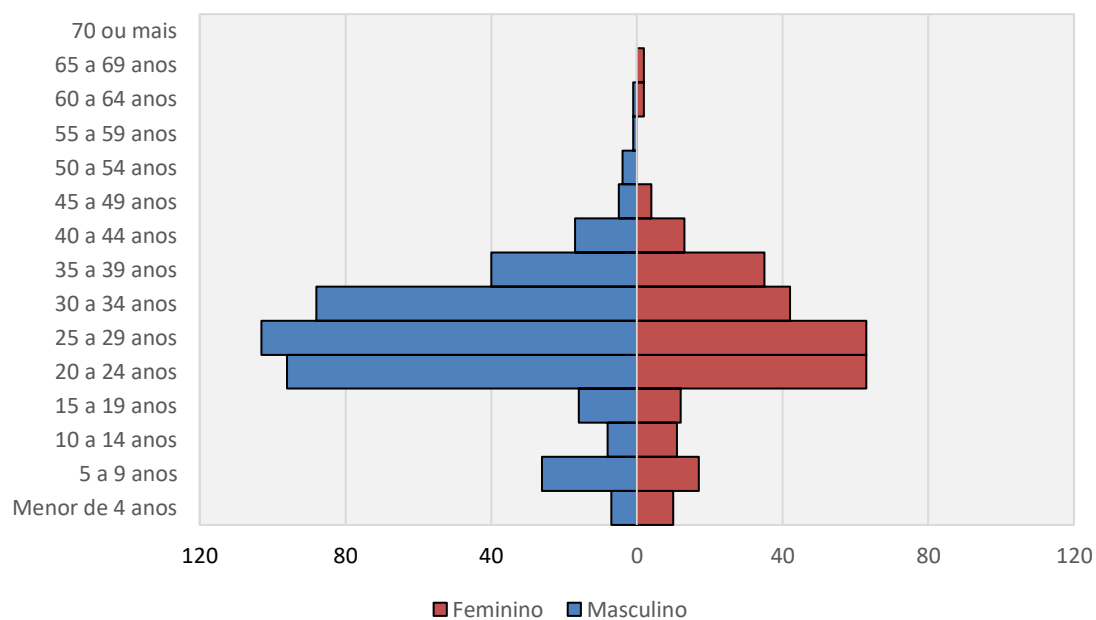
No entanto, algumas fontes de dados alternativas nos permitem uma aproximação maior do volume da população boliviana na cidade de Americana, como os dados do Sistema de Cadastro e Registro de Estrangeiros da Polícia Federal (SINCRE³⁸). O sistema SINCRE é um registro feito pela Polícia Federal brasileira e permite obter vários tipos de informação sobre o imigrante residente do Brasil, dentre eles a situação legal (temporário, provisório ou permanente), idade, sexo, profissão, cidade de origem e outros.

³⁷ Notícia retirada do site: <http://consuladobolivianosp.com/2016/page/2/> e do site Consulado Geral da Bolívia em: <http://consuladobolivianosp.com/2016/page/2/>. Acesso em: data.

³⁸ Os dados do SINCRE foram disponibilizados ao projeto temático FAPESP “Observatório das Migrações em São Paulo”, de coordenação da professora Dra. Rosana Baeninger, a partir da PUC de Minas Gerais/ICMPD/Ministério da Justiça.

Os dados do SINCRE de 2000 a 2015, referentes à última entrada no país, registraram a presença de 686 bolivianos residentes legais em Americana, 274 mulheres e 412 homens. A razão de sexo foi de 152, ou seja, para cada grupo de 100 mulheres havia 152 homens. Ao observar a estrutura etária, conforme gráfico 26, do grupo em questão, notamos uma maior concentração de pessoas em idade ativa, adultos, principalmente de 20 a 34 anos, com destaque para a faixa etária de 25 a 29 anos para os homens e 20 a 29 anos para as mulheres. Além disso, observamos uma presença pequena de crianças e praticamente a ausência de pessoas acima de 50 anos. Em termos gerais, a estrutura etária se caracteriza por uma pirâmide etária típica de populações imigrantes.

Gráfico 27
Estrutura etária
Bolivianos
Cidade de Americana- SP
2000 a 2015

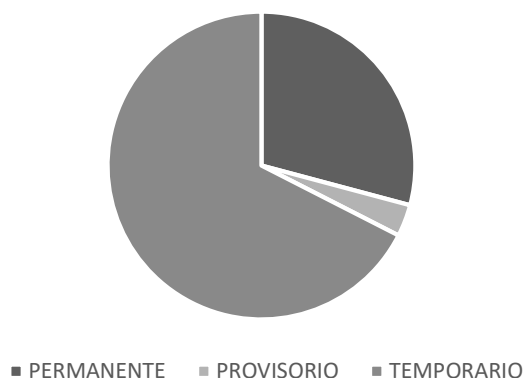


Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros. Projeto MT Brasil - ICMPD/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo-Unicamp/Fapesp-CNPq)

Além disso, foi possível constatar o estado civil dos bolivianos residentes em Americana: 85% eram solteiros, 9% casados e 6% outros. Em relação à situação legal no país, dentre os 686 bolivianos, 200 tinham visto permanente no Brasil, 23 provisórios e 463 temporários, conforme podemos observar no gráfico a seguir. Dada a característica das

informações do SINCRE, referentes a imigrantes legais no país, com registro de estrangeiro, não é possível observar presença de imigrantes indocumentados, sem registro.

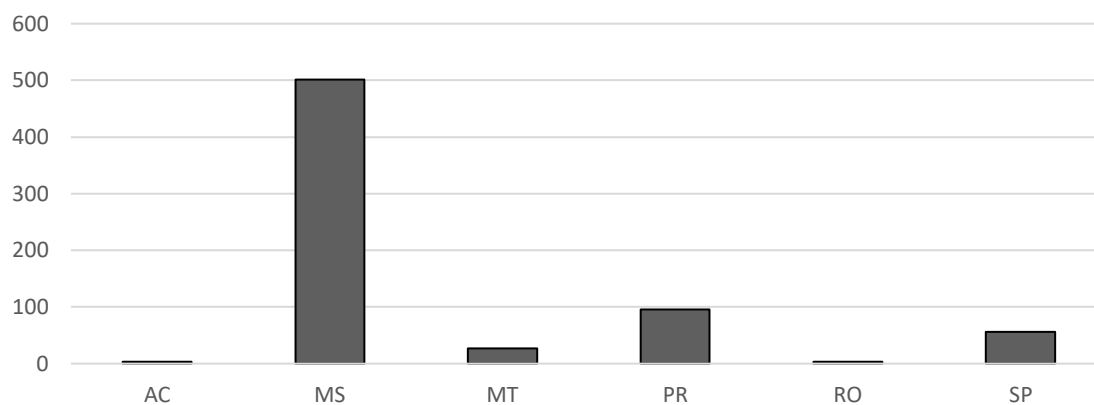
Gráfico 28
Situação legal no país
Bolivianos
Cidade de Americana- SP
2000 a 2015



Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros. Projeto MT Brasil - ICMPD/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo-Unicamp/Fapesp-CNPq)

Em relação ao estado da federação no momento de entrada no Brasil, foi possível observar que a maior parte do grupo entrou pelo estado do Mato Grosso Sul, ou seja, 73%, seguido de 14% que entraram pelo Paraná, 8,2% pelo estado de São Paulo, 3,9% pelo Mato Grosso, 0,4% por Roraima e 0,4% pelo Acre, conforme gráfico 29. Além disso, 88% dos imigrantes chegaram ao Brasil por meio de ônibus, enquanto somente 6% veio de avião e o restante por outros meios de transporte.

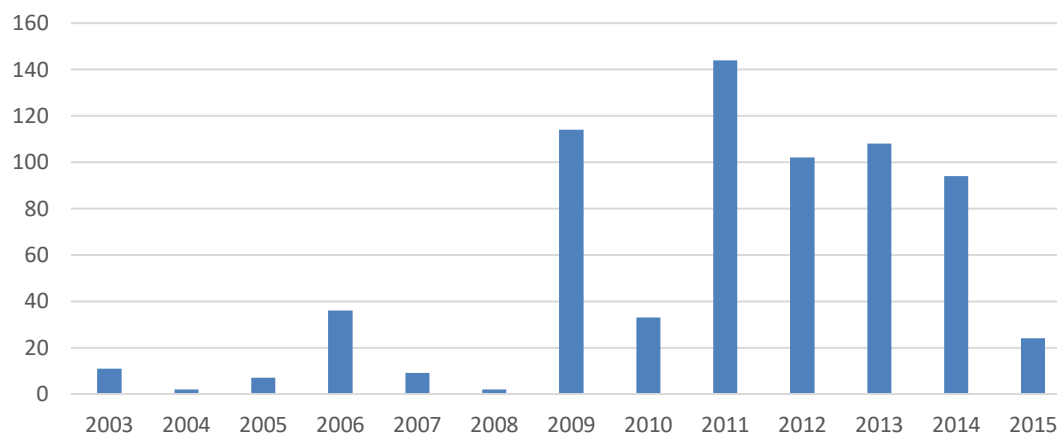
Gráfico 29
UF de entrada no país
Bolivianos
Cidade de Americana - SP
2000 a 2015



Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros. Projeto MT Brasil - ICMPD/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo-Unicamp/Fapesp-CNPq)

Ademais, a maior parte dos imigrantes bolivianos residentes em Americana pediu o Registro de Estrangeiro a partir de 2009, conforme podemos observar no gráfico a seguir. Os números chamam a atenção pelo exponencial crescimento a partir de 2009, ano no qual o país concedeu anistia para os imigrantes indocumentados residentes no Brasil. No entanto, os dados de pedido de registro são crescentes de 2009 até 2014, com um pico em 2011, o que pode demonstrar um aumento real da imigração de bolivianos para a localidade desta data.

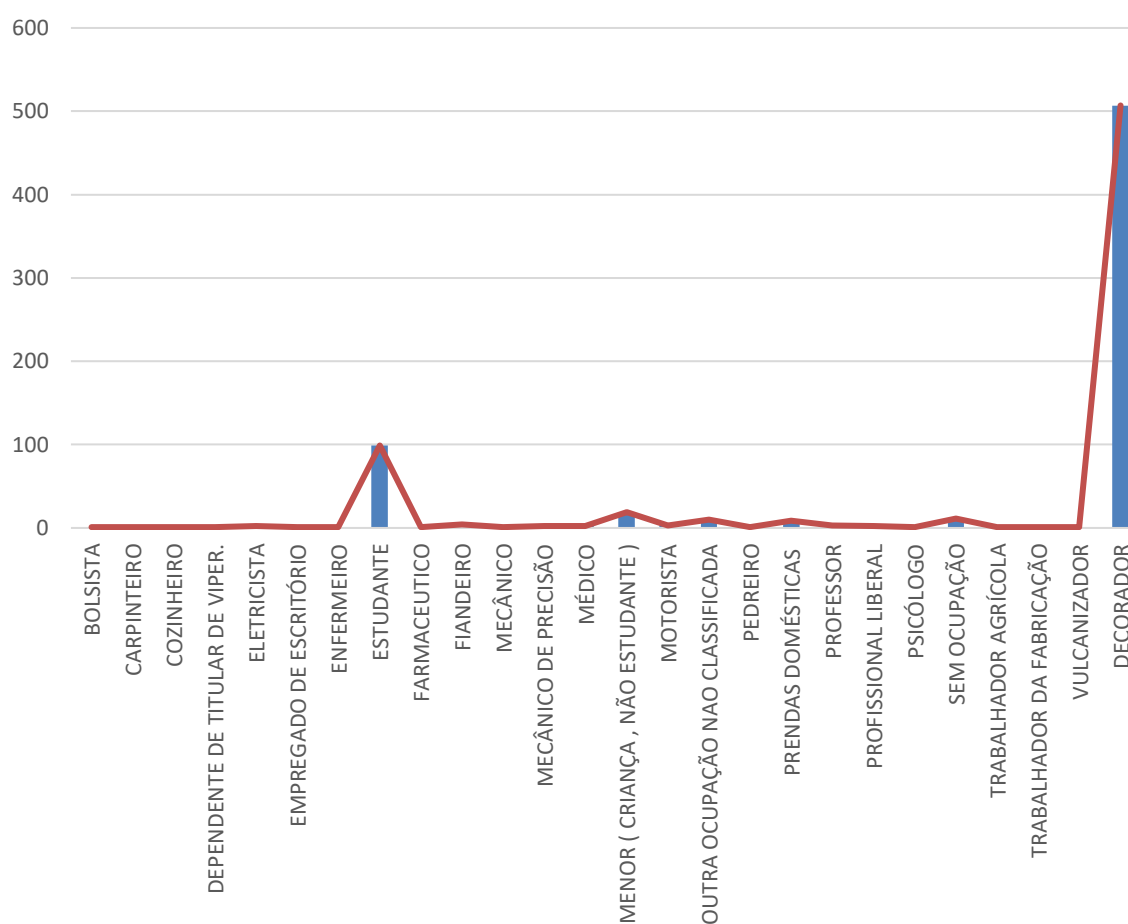
Gráfico 30
Ano de registro
Bolivianos
Cidade de Americana- SP
2000 a 2015



Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros. Projeto MT Brasil - ICMPD/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo-Unicamp/Fapesp-CNPq)

Além disso, dentre os imigrantes residentes em Americana foram registradas diversas profissões, sobretudo, decoradores e estudantes. No entanto, os dados sobre profissão não são incompatíveis com a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego. Ademais, tanto os dados sobre ocupação do Censo Demográfico como os dados da RAIS registram a profissão de operador de máquinas de costura como a mais incidente para a população boliviana em Americana. Logo, é válido assumir que a profissão mais indicada nos dados do SINCRE, como decorador, não expressa de fato a realidade da inserção laboral da imigração boliviana na cidade.

Gráfico 31
Profissão
Bolivianos
Cidade de Americana- SP
2000 a 2015

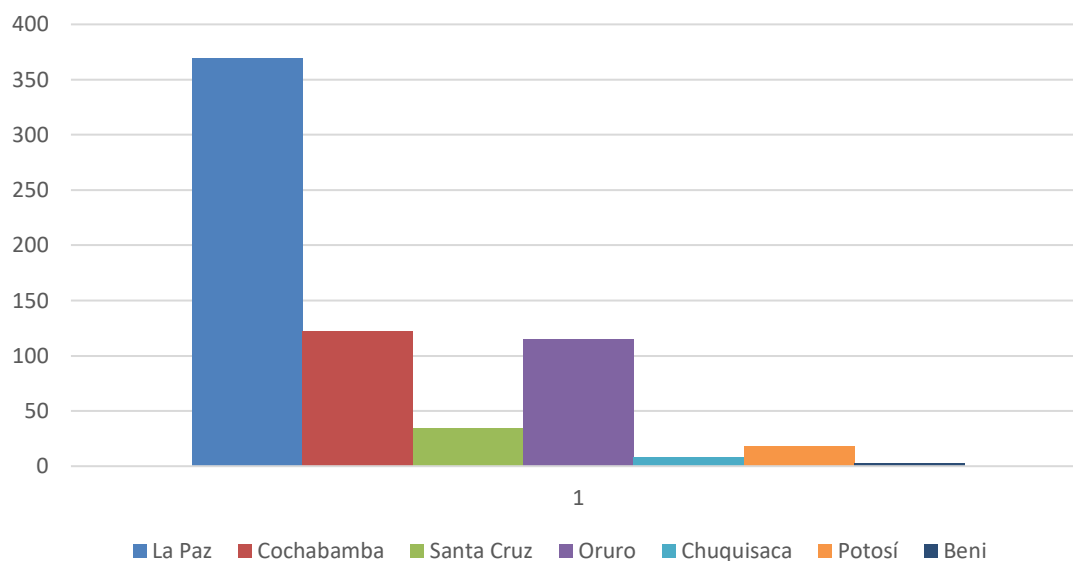


Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros. Projeto MT Brasil - ICMPD/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo-Unicamp/Fapesp-CNPq)

Em relação ao local de nascimento dos bolivianos, foi possível constatar que 55,2% eram de La Paz, seguidos de 18,3% originários de Cochabamba, 17,2% de Oruro, 5,1% de Santa Cruz de La Sierra, 2,7% de Potosí, 1,2% de Chuquisaca e 0,3% de Beni, conforme podemos observar no gráfico 32.

Gráfico 32
Departamento de nascimento

Bolivianos
Cidade de Americana- SP
2000 a 2015



Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros. Projeto MT Brasil - ICMPD/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo-Unicamp/Fapesp-CNPq)

Em relação à cidade de nascimento, podemos notar na tabela a seguir uma enorme diversidade de municípios, abrangendo de fato 153 localidades. No entanto, algumas cidades de origem se destacaram como La Paz com 27,8% dos bolivianos residentes em Americana, seguida da cidade de Cochabamba com 10,3%, Murillo (Departamento de La Paz) com 10,2% e Oruro com 7,8%, cidades pertencentes aos departamentos de La Paz, Cochabamba e Oruro, que como visto anteriormente são o estado de origem de 90% da população boliviana residente em Americana.

Tabela 6
Bolivianos

Cidade de Nascimento
Americana – SP
2000 -2015

UMANI - MANCO KAPAC	1
ANCOMA	1
ANCORAIMES	2
ANDRES IBANEZ	2
ARANI COCHABAMBA	2
AYOPAYA COCHABAMBA	2
BENI	2
CAJAS BAJA	1
CAJIATA - OMASUYOS	1
CARABUCO	1
CARANGAS	3
CARANGAS ORURO	1
CARANGAS TIUTIRKOLLO	1
CARANGAS VILLA NUEVA	1
CARRASCO	1
CARRASCO COCHABAMBA	6
CAYACA	2
CAYACA AROMA LA PAZ	1
CERCADO	3
CERCADO ORURO	21
CHALLA ISLA DEL SOL	1
CHAPARE	1
CHAPARE COCHABAMBA	5
CHAPICALLO	1
CHINCHILLA QUILLACOL	1
CHIRO CHARCAS POTOSI	1
CHOJLLA-SUD YUNGAS	1
CHOQUECOTA	1
CHUQUISACA-YAMPARAEZ	1
CLIZA - JORDAN	1
COCHABAMBA	71
COCHABAMBA CHAPARE	1
COCHABAMBA LINDE	1
COCHABAMBA QUILLACO	1
COCHABAMBA TIQUIPAYA	1
COCHABAMBA VINTO	1
COCOTONI OMASUYOS LA PAZ	1
COLCAPIRHUA	1
COLQUE ALTA-PACAJES	1
CONDOR APACHETA POOP	1
CRUSANI	1
CRUZ PATA	1
DRURO	1
EL ALTO LA PAZ	1
EL ALTO MURILLO	7
EPIZANA CARRASCO	1
HUACUYO MANCO KAPAC	1
HUANUNI-PANT. DALENC	2
INGAVI LA PAZ	2
INQUISIVI	2
ISLA DEL SOL	3
JESUS DE MACHACA	1
KATA LOAYZA	1
KORIPATA	1
KOTA YAMPARAEZ CHUQUISACA	2
LA PAZ	191
LA PAZ SUD YUNGAS	1
LA PAZ - CAMACHO	4
LA PAZ - COPACABANA	1
LA PAZ - INGAVI	2
LA PAZ - OMASUYOS	2
LA PAZ - PACAJES	2
LA PAZ - SUD YUNGAS	1
LA PAZ AROMA	1
LA PAZ CHALLA M.KAP.	1
LA PAZ FRANZ TAMAYO	1
LA PAZ GUALBERTO	1
LA PAZ INGAVI	1
LA PAZ ISLA DEL SOL	1
LA PAZ LARECAJA	2
LA PAZ MURILLO	70

LA PAZ UNUPATA G.V.	1
LARECAJA	1
LLALLAGUA BUSTILLO	1
LOAYZA LA PAZ	2
LOS ANDES - LA PAZ	10
LOS ANDES - QUEHUAYA	1
M ARGENTINA	1
MACHACAMARCA	1
MALLCAPI PACAJES	1
MALLCO RANCHO QUILLA	1
MAMAHUASI CARRASCO	1
MANCO KAPAC - LA PAZ	7
MARAVI	1
MINA AZURITA SAJAMA	1
MIZQUE	1
MIZQUE COCHABAMBA	1
MOLLE MOLLE	1
MONTERO	1
MUZQUE	1
NUESTRA SENORA LAPAZ	5
NUFLO DE CHAVEZ	1
OKOLA - CAMACHO	1
OMASUYOS - WARISATA	1
ORURO	54
ORURO CARANGAS	6
ORURO - HUANUNI	1
ORURO - LAD. CABRERA	1
ORURO - POOPO	1
ORURO - SAJAMA	8
ORURO - TOTORA	1
ORURO - VILLANUEVA	1
ORURO VILACARA CERCADO	1
PACAJES LA PAZ	4
PARANCO	2
PAREDONES - ARANI	1
PARRAGA	1
PIRHUAS QUILLACOLLO	1
POCO POCO	1
POMASARA AROMA - LP	1
POOPO ORURO	2
POTOSI	12
PUNATA COCHABAMBA	1
QIABAYA - LA PAZ	1
QUEHUINAL CARRASCO	1
QUILLACOLLO COCHABAM	1
QUINUA CHACRA	1
RANCHO GRANDE	1
RODEO	1
RODEO GRANDE	1
SAJAMA TURCO ORURO	1
SAN JULIAN	1
SAN MARTIN	1
SAN MIGUEL - VELASCO	1
SAN RAMON DE CHAVEZ	1
SANTA CRUZ	15
SANTA CRUZ A. IBANEZ	5
SANTA CRUZ LA SIERRA	4
SARA SANTA CRUZ	1
SIBERIA SANTA CRUZ	1
SUCRE	1
SUD CHICHAS	1
SUD YUNGAS	2
TAJANI CAMACHO	1
TAMBILLO	1
TARABUCO	1
TAUCA AROMA LA PAZ	1
TICANOMA ALTA	1
TICATICANI	1
TICUYO LOS ANDES LA PAZ	1
TIRAQUE	1
TIRAQUE COCHABAMBA	1
TOKO RANCHO ARANI	1
TOLATA	1
TOLATO SAJAMA	1
TOMAS FRIAS	2
TOTORA CARASCO	1

TURCO	1
TURCO SANTA CRUZ	1
VENTA Y MEDIA POOPO	1
VILA VILA/CORN.SAAVE	1
VILLA ROSARIO - CAMACHO	1
YUMANI LA PAZ	7
<hr/>	
Total	686

Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros. Projeto MT Brasil - ICMPD/PUC Minas. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo-Unicamp/Fapesp-CNPq)

Portanto, com base nos dados do Sistema de Cadastro e Registro de Estrangeiros da Polícia Federal (SINCRE), vimos que há 686 bolivianos residentes em Americana entre 2000 e 2015, sem mencionar os imigrantes indocumentados. Embora os dados do SINCRE, do Censo Demográfico e RAIS não possam ser comparados, por causa de seu recorte temporal incompatível e por se tratar apenas da inserção ocupacional no mercado de trabalho formal, os dados do SINCRE demonstram que a presença boliviana na cidade é maior, indicando uma possível atividade informal. No entanto, não se pode deixar de levar em conta as limitações dos dados da Polícia Federal, tanto de cobertura como de temporalidade. Em relação à cobertura, os dados provavelmente são subestimados, uma vez que captam apenas os imigrantes que deram entrada no pedido de Registro de Estrangeiro e as entradas legais no país, ficando de fora dezenas ou centenas de bolivianos que vivem indocumentados no Brasil. Ademais, no quesito temporalidade, os dados não permitem saber se esses imigrantes permanecem no Brasil ou se já saíram. Logo, temos apenas uma *proxi* dos imigrantes que residiam em Americana no momento da expedição da documentação, não sendo possível saber o volume atual, uma vez que muitos deles podem já ter retornado ao país de origem ou migrado para outras cidades e estados.

No entanto, mesmo diante dessas restrições em relação às limitações, os dados são de enorme valia para nos apresentar a dimensão da presença boliviana em Americana e a relevância da cidade no cenário da imigração boliviana no estado de São Paulo.

4.2 Bolivianos em Americana: cadastro municipal

Diante da crescente presença de imigrantes latino-americanos na cidade, em janeiro de 2013, a prefeitura de Americana lançou o programa “Amigos Latinos”, segundo informações da Prefeitura de Americana, pelo então prefeito. O programa tinha como objetivo mapear a situação dos imigrantes latino-americanos e ter um panorama da situação geral na cidade visando à melhoria de sua qualidade de vida. O programa envolveu as secretarias de Cidadania e Movimentos Sociais e de Ação Social. A metodologia adotada para a captação do volume de imigrantes foi a busca ativa por meio de técnicos das respectivas secretarias por locais identificados com predomínio de imigrantes e a partir da identificação dos imigrantes que utilizaram serviços municipais como hospitais³⁹.

Este trabalho de busca dos imigrantes latino-americanos na cidade e as informações coletadas construíram um banco de dados municipal, sob a responsabilidade da Secretaria de Cidadania e Movimentos Sociais. O banco de dados era constituído de informações sobre nacionalidade, idade, sexo, cidade de residência, ocupação e endereço. A formação desse banco de dados, apesar do limitado número de informações, assim como das fontes de dados analisadas anteriormente, nos permite ter uma ideia geral do cenário da imigração boliviana em Americana.

O programa “Amigos Latinos” coletou informações referentes a 302 imigrantes residentes em Americana ou região, dentre os quais 137 eram bolivianos, 144 paraguaios, 10 chilenos e outras nacionalidades, conforme destaca a tabela a seguir.

Tabela 7

Latino-americanos

³⁹ As informações referentes ao Programa “Amigos Latinos” e o acesso ao banco de informações da prefeitura são resultado do trabalho de campo realizado pela pesquisadora ao longo de 2014, a partir de entrevistas com agentes locais, que nos concederam acesso aos dados.

País de nascimento	
Americana	
2013	
Argentina	2
Bolívia	137
Chile	10
Colômbia	2
Paraguai	144
Peru	4
Uruguai	2
Venezuela	1
Total	302

Fonte: Programa Amigos Latinos, cidade de Americana, 2013. Tabulações especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo-Unicamp/Fapesp-CNPq).

Em relação ao local de residência desses imigrantes, foi possível observar que sua maior parte (293 pessoas) vivia em Americana, enquanto os outros residem em outros municípios da região. Entre os imigrantes bolivianos captados, todos residiam em Americana, sem exceção.

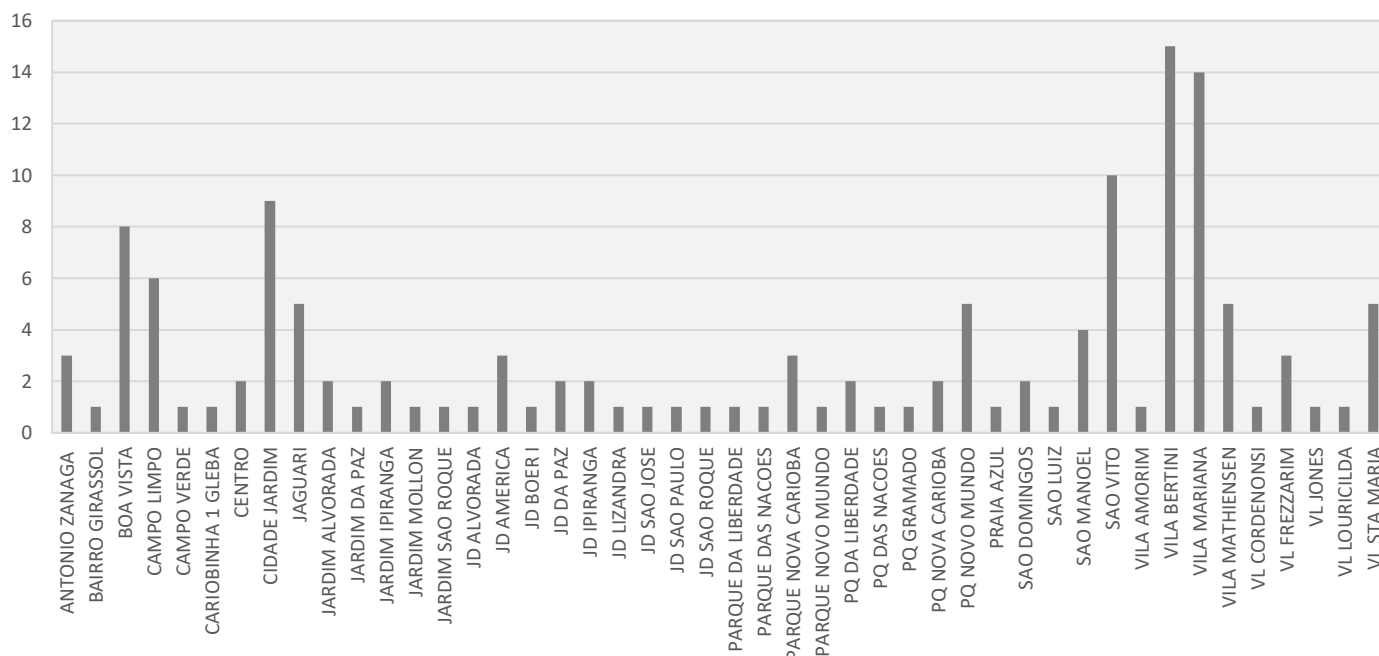
Tabela 8
Latino-americanos
Cidade de residência
Americana
2013

Americana	293
Campinas	1
Nova Odessa	3
Piracicaba	1
Santa Bárbara d'Oeste	3
Sumaré	1
Total	302

Fonte: Programa Amigos Latinos, cidade de Americana, 2013, Tabulações especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo-Unicamp/Fapesp-CNPq).

Em Americana foi possível observar uma dispersão espacial acentuada no padrão espacial de residência dos imigrantes bolivianos, que residiam em 46 bairros diferentes da cidade. Os bairros que apresentaram maior número de bolivianos foram Vila Bertini, Vila Mariana, São Vito, Cidade Jardim, Boa Vista, conforme podemos observar no gráfico a seguir.

Gráfico 33
Bairro de moradia
Bolivianos
Americana
2013

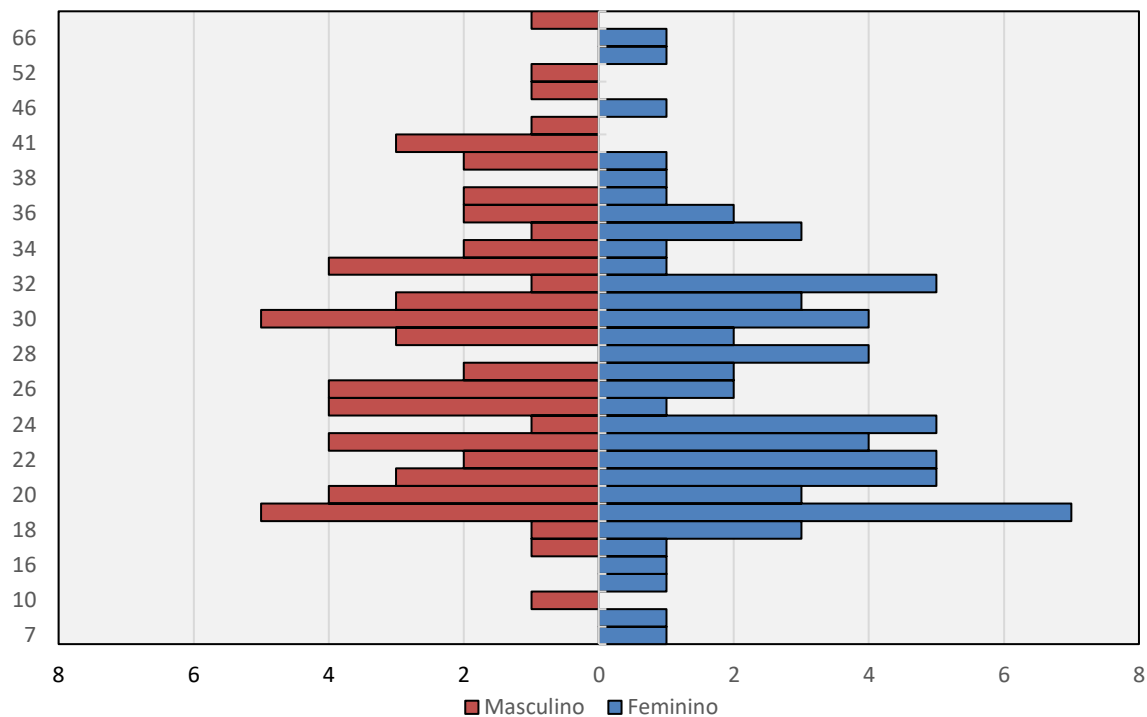


Fonte: Programa Amigos Latinos, cidade de Americana, 2013, Tabulações especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo-Unicamp/Fapesp-CNPq).

Em relação ao perfil sociodemográfico da população boliviana, Americana apresenta um grupo bastante heterogêneo, com presença de todas as faixas etárias. Entretanto, nota-se a predominância de adultos entre 20 a 35 anos. Ademais, é possível observar uma presença maior de mulheres, 73, para 64 homens.

Gráfico 34
Estrutura etária
Bolivianos
Americana

2013

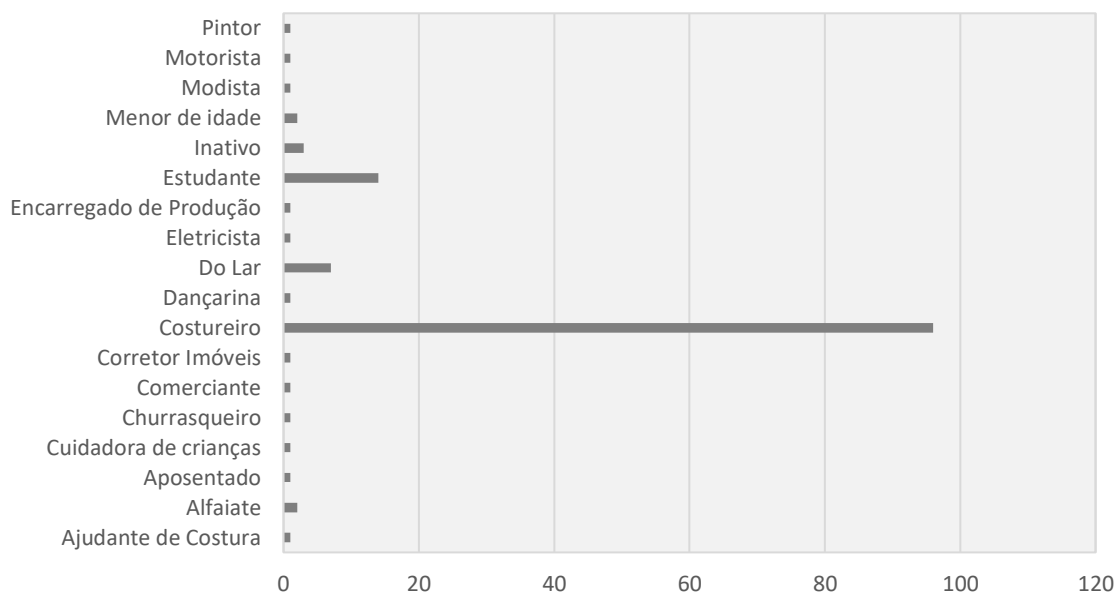


Fonte: Programa Amigos Latinos, cidade de Americana, 2013 Tabulações especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo-Unicamp/Fapesp-CNPq).

Em relação à profissão dos imigrantes bolivianos em Americana, destaca-se a ocupação de costureiro, com 96 pessoas, informação que corrobora com os dados do Censo Demográfico 2010 e da RAIS 2015.

Gráfico 35
Profissão
Bolivianos
Americana

2013



Fonte: Programa Amigos Latinos, cidade de Americana, 2013. Tabulações especiais Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo-Unicamp/Fapesp-CNPq).

Logo, a partir das informações do banco de dados do cadastro municipal, podemos notar que a população boliviana na cidade é um dos maiores grupos estrangeiros atuais, que residem em diversas localidades e trabalham, especialmente, no setor de confecção, na costura ou em atividades relacionadas como modista e alfaiate.

Além disso, a iniciativa da criação do banco de dados e do programa “Amigos Latinos” demonstra que a visibilidade da presença imigrante na cidade, principalmente latino-americana, vem crescendo.

4.3 Imigração boliviana para a cidade de São Paulo e os indícios para compreender o fluxo para Americana.

Após a análise anterior de diversas fontes de informação pudemos constatar que a presença de imigrantes em Americana é um fato consolidado, tendo a maior parte do fluxo chegado a cidade nos últimos anos. Pudemos ainda observar as características do fluxo, tanto sociodemográficas como espaciais, bem como iniciar a compreensão do padrão migratório para a cidade em relação ao tempo e espacialidade. No entanto ainda permanece a pergunta: porque esses imigrantes bolivianos se dirigiram a cidade de Americana e não para a RMSP? Para responder tal pergunta retomaremos a migração boliviana para São Paulo buscando elementos para o entendimento do fluxo para Americana.

Na cidade de São Paulo diversos estudos (SILVA, 2001, Freitas 2010) demonstraram que a migração de bolivianos para São Paulo a partir dos anos 1970 estava relacionada ao processo de substituição de mão de obra coreana no setor de confecção da cidade e a inter-relação entre imigrantes coreanos e bolivianos na Bolívia (BUECHLER, 2004; FREITAS, 2012).

Segundo Buechler (2004), uma das rotas mais consolidadas de migração ilegal de coreanos para o Brasil era a partir da Bolívia. Nesse país os coreanos teriam se estabelecido por um determinado período de tempo até conseguirem migrar para o Brasil, tendo estabelecido diversos empreendimentos na Bolívia, sobretudo no setor de vestuário-confecção. E assim teria se estabelecido a relação entre os imigrantes coreanos e bolivianos (BUECHLER, 2004).

Assim como para Freitas (2014), a partir da década de 1970 a Bolívia era usada como ponte para a entrada de imigrantes coreanos no Brasil, mas sobretudo no início dos anos 1980. No entanto, alguns empresários coreanos teriam optado por se instalar nesse país como empresários da indústria de confecção. No entanto, a crise dos anos 1980 na Bolívia teria levado esses empresários coreanos a emigrar para outros países, como o Brasil, levando consigo seus negócios (FREITAS, 2014).

Logo, a partir dos anos 1980 alguns empresários coreanos começam a se estabelecer nos bairros centrais de São Paulo, como Brás e Bom Retiro. Desde esse período teria ocorrido uma disseminação de empreendimentos coreanos na região no ramo do vestuário-confecção. Segundo Freitas (2014), a entrada de empresariado coreano na indústria de confecção paulista teria trazido inovações na indústria local, de maneira embrionária, na concepção de roupas e formas diferenciadas da organização de produção. Tais transformações estariam relacionadas a

produção roupas de “moda” à preços acessíveis a partir da flexibilidade produtiva, introduzindo o conceito roupas *cheapandchic*, segundo Freitas (2014). O conceito *cheapandchic* se refere a produção de roupas baratas a partir das últimas tendências mundiais de moda adaptadas ao público mais simples.

Para Freitas (2014):

A ‘moda’ alcançada a partir de grande investimento em design, tecidos e estudo das tendências internacionais passava a associar-se, portanto, a uma organização flexibilizada da produção, com a terceirização da maior parte da costura das roupas e rígido controle de estoques. (FREITAS, 2014, p. 339)

Logo, o ingresso do empresariado coreano na confecção em São Paulo trouxe novos elementos nas formas de produção industrial do segmento e divisão social do trabalho. Elementos esses de alta produtividade e rotatividade exigidos pelo modelo de produção de roupas de moda de baixo custo e implementados pelos coreanos nas regiões centrais da cidade de São Paulo. Essa nova forma de produção dividiu a produção industrial, concentrado as etapas de concepção, design e gerenciamento de negócios e a etapa da produção, a costura, mais intensiva em mão de obra (FREITAS, 2014).

Para atingir a alta produtividade e os baixos custos necessários para a competitividade nesse cenário, a subcontratação e a precarização da produção foi intensificada. Num primeiro momento as oficinas de costura subcontratadas para a produção de roupas eram de empresários coreanos que empregavam seus conterrâneos na produção. O trabalho nas oficinas de costura, era informal, ilegal e em péssimas condições, na maioria das vezes, com características de trabalho em condições análogas à escravidão (FREITAS, 2014).

No entanto, num segundo momento, a partir da consolidação da comunidade coreana em São Paulo, da ascensão desse empresariado no ramo de confecção e da percepção negativa do trabalho precarizado nas oficinas de costura, a mão de obra nas oficinas de costura passa a ser substituída pela força de trabalho dos imigrantes bolivianos (FREITAS, 2014).

Inicia-se então o ciclo de substituição da força de trabalho coreana pela boliviana nas oficinas de costura de São Paulo. Nesse momento, os donos de oficinas de costura são

empresários coreanos que passam a empregar em larga escala a mão de obra boliviana na cidade. No entanto, vale ressaltar, que o fenômeno de contratação de imigrantes bolivianos para o trabalho de costura ligado aos lojistas coreanos não estaria restrito apenas a cidade de São Paulo, segundo Freitas (2010), ele repetiu-se em outros países da América Latina, como Buenos Aires e Santiago do Chile, para onde também se dirigiram fluxos migratórios coreanos e bolivianos. Esse fluxo migratório boliviano foi impulsionado pela crescente recessão econômica do Bolívia, segundo Freitas (2010), estimava-se que em 2000, 20% da população boliviana vivia fora de seu país (FREITAS, 2010).

Deste modo, a partir da realocação para a força de trabalho coreana para a boliviana se estabeleceu uma divisão do trabalho de produção e comercialização das roupas. Os empresários coreanos ficaram responsáveis pelo desenvolvimento do produto, design, controle das oficinas e pela comercialização das roupas. Os bolivianos realizaram o trabalho da confecção de roupas, a partir do trabalho subcontratado nas oficinas de costura. Formando um circuito produtivo coordenado pela comunidade coreana no qual os empresários coreanos regiam toda a cadeia e a produção era realizada pelo trabalho informal dos imigrantes bolivianos (FREITAS, 2010).

Contudo, segundo Freitas (2014), a partir dos anos 1990, mas principalmente a partir dos anos 2000, começa a haver uma transferência do controle das oficinas de costura para os imigrantes bolivianos, que deixam de ser apenas força de trabalho e passam a ser donas de suas próprias oficinas (FREITAS, 2014).

Embora essa transferência do controle das oficinas de costura e dos circuitos de subcontratação, dos coreanos para os bolivianos, não tenha representado uma transformação substantiva das relações de força entre essas comunidades imigrantes, nem mesmo nas relações de trabalho e nos sistemas de exploração vistos de maneira geral, consideramos que essa transferência representou mudanças importantes em relação ao papel e à agência desses migrantes no interior da cadeia produtiva protagonizada pelos coreanos e coreanas: os bolivianos e bolivianas deixam de ser apenas força de trabalho recrutada para se transformarem também em pequenos empreendedores, donos das oficinas de costura e recrutadores da força de trabalho. (FREITAS, 2014, p. 362)

Assim sendo, embora os coreanos ainda mantenham o controle do circuito de produção das roupas houve uma transferência efetiva do controle das oficinas de confecção e da contratação de mão de obra para a costura para os bolivianos. Segundo Freitas (2014), a partir dessa transferência se inicia a formação do “mundo social das oficinas de costura bolivianas” (FREITAS, 2014).

Nessas circunstâncias, em que o controle das oficinas de costura e dos seus circuitos de subcontratação passa a se concentrar nos próprios migrantes bolivianos, constituindo o “mundo social das oficinas de costura bolivianas nas cidades de destino”, ocorre a ampliação da abrangência dos circuitos de subcontratação que, a partir desse momento, passam a se estender, de maneira sistemática, aos locais de origem dessa migração, na Bolívia, com o estabelecimento de redes de subcontratação “transnacionais” que vinculam origens e destino. (FREITAS, 2014, p. 362)

Portanto, a partir da transferência das oficinas de costura as lógicas de subcontratação de bolivianos, e, por conseguinte o fluxo de imigrantes para a costura, se ampliaram e se diversificaram, tanto em São Paulo, como na Bolívia. Ainda mais, segundo Freitas (2014), a médio e longo prazo essa mudança permitiu a diversificação e ampliação dos clientes das oficinas de costura boliviana, que passaram a atender não apenas os coreanos, mais outras empresas, tanto nacionais como multinacionais. Diante disso, houve uma proliferação de oficinas clandestinas de costura bolivianas com trabalho em irregular de costureiros bolivianos, subcontratados para a confecção de roupas para o mercado nacional. (FREITAS, 2014).

Vale ressaltar que esse modo de produção subcontratada a partir do trabalho de imigrantes ilegais no setor de têxtil-vestuário não é constricto ao cenário brasileiro e seria resultado das novas necessidades de acumulação do capital flexível. Ao contrário, constitui-se um fenômeno internacional abordado extensamente pela literatura internacional a partir de contextos de grandes metrópoles como Nova Iorque e outras (PORTES, 1999 e 1995; PORTES & SASSEN-KOOB, 1987; LOGAN, ALBA & MC NULTY, 1994; WALDINGER, 1994).

Segundo Freitas (2014), os determinantes histórico-estruturais para a concentração de bolivianos no setor de costura na cidade de São Paulo, ligando a emergências dos negócios coreanos, estariam relacionados as transformações recentes do setor de confecção local e em

suas estratégias de aumento da produtividade e competitividade nos mercados locais e internacionais (FREITAS, 2014).

A costura se tornou o principal setor econômico de inserção da população boliviana em São Paulo e as oficinas de costura passaram a ser predominantemente bolivianas. O tamanho e inserção dos bolivianos no setor de costura é tão relevante que atualmente se debate se a presença boliviana no setor de confecção em São Paulo se configura um enclave étnico boliviano ou não (FREITAS, 2014; SOUCHAUD, 2012).

A presença do empresariado imigrante foi amplamente debatida, principalmente no cenário norte-americano (BAILEY & WALDINGER, 1991, BONACICH, 1973, 1993, LIGHT, 1972, 1988, PORTES, 1995, PORTES & JENSEN, 1987, SANDERS & NEE, 1987, WALDINGER, 1994). O enclave étnico seria uma forma distinta de adaptação econômica na sociedade de destino, segundo Portes e Jensen (1989):

Em primeiro lugar, o que se entende por empreendimento étnico e, em particular, enclave étnico? A primeira pode ser definida como uma empresa de qualquer tamanho que seja de propriedade e administrada por membros de uma minoria cultural ou nacional identificável. O segundo conceito foi definido como uma concentração dessas empresas num espaço físico - geralmente uma área metropolitana - que empregam uma proporção significativa de trabalhadores da mesma minoria. Esta definição sociológica de "enclave" difere do uso cotidiano de termos como simples aglomerações residenciais⁴⁰. (PORTES & JENSEN, 1989, p. 930)

Portanto, o enclave se refere a disseminação das empresas étnicas num determinado espaço. O conceito enclave étnico foi empregado por Wilson e Portes (1980) ao analisar a comunidade cubana na cidade de Miami, Flórida, e constatar que a maioria dos imigrantes cubanos recém-chegados a cidade se alojava profissionalmente em empresas de imigrantes cubanos. Além disso, eles também descobriram que aqueles imigrantes que trabalhavam para

⁴⁰ Tradução livre do trecho: "First, what is meant by ethnic enterprise and, in particular, ethnic enclave? The first may be defined as a firm of any size which is owned and managed by member of an identifiable cultural or national minority. The second concept has been defined as a concentration of such firms in physical space - generally a metropolitan area - which - employ a significant proportion of workers from the same minority. This sociological definition of 'enclave' differs from everyday use of terms as simple residential agglomerations" (PORTES & JENSEN, 1989, p. 930).

seus conterrâneos estava se saindo melhor no mercado de trabalho do que aqueles que trabalhavam em empresas nacionais.

Logo, o que era antes visto como “*sweatshop*” passou a ser visto como aprendizado/estágio (*apprenticeship*), os baixos salários por um determinado período de tempo na economia étnica (enclave) eram o preço a se pagar em troca de aprender as ferramentas do comércio, a fim de abrir o próprio negócio e evoluir (WILSON & PORTES, 1980; WALDINGER, 2005).

O enclave étnico seria segmento distinto da economia, parcialmente autônomo, que concentrava numa mesma espacialidade empreendimentos étnicos e empregados do mesmo grupo étnico e que garantia vantagens de participação no mercado de trabalho quando comparados ao mercado de trabalho mais amplo aos imigrantes.

Entretanto, embora o conceito tenha sido amplamente debatido, segundo Waldinger (2005) se provou limitado por vários motivos. Primeiro porque o enclave como proposto inicialmente por Wilson e Wilson (1980) supunha uma segregação espacial dentro de uma configuração territorial, além disso o implicava que a economia étnica era autossustentável; hipóteses essas que não se sustentaram ao um olhar mais profundo da questão. E segundo porque o grande achado da teoria, no qual os imigrantes inseridos na economia étnica se saíram melhores do que aqueles inseridos no mesmo setor nacional devido a solidariedade étnica, também não se sustentou⁴¹ (WALDINGER, 2005).

Mesmo assim, o debate da economia étnica avançou, principalmente do empreendedor étnico e das vantagens advindas pelas solidariedades étnicas ou redes sociais. Segundo Waldinger (2005) a ênfase se voltou as redes sociais que conectam recém-chegados aos imigrantes já estabelecidos, permitindo uma rápida transmissão de informações (WALDINGER, 2005).

⁴¹ Num segundo momento PORTES & JENSEN (1989) reanalisam os dados sobre imigrantes cubanos em Miami e afirmam que de fato o enclave étnico não pode ser definido a partir de uma concentração espacial restrita, não havendo sobreposição entre os locais de residência e os locais de trabalho, logo, operacionalizar o conceito em termos de localização residencial seria de fato um erro, segundo os autores. No entanto, reafirmam que a inserção numa empresa étnica pode ser uma eficaz forma de mobilidade ascendente, no caso dos cubanos, pelo menos. Portanto, reafirmam a validade do conceito e reacendem o debate mais uma vez. (PORTES & JENSEN, 1989).

Para Waldinger (2005), os imigrantes tendem a se aglomerar em atividades onde outros compatriotas já se estabeleceram. As inserções dos primeiros imigrantes teriam sido afetadas por uma série de fatores variados, no entanto uma vez que se estabelece uma porta de entrada os novos imigrantes tendem a seguir o mesmo caminho. E os contatos pessoais seriam a forma mais eficiente de se inserir no mercado de trabalho, formando uma rede social de recrutamento (WALDINGER, 2005).

Além disso, essa predileção dos imigrantes em ingressar num ramo já familiar a seus compatriotas também corresponderia a predileção dos empregadores. Segundo Waldinger (2005), gerentes apreciam a rede social de recrutamento pela forma ágil e eficiente de atrair interessados, há um baixo custo. E a partir da rede social os imigrantes acabam ingressando mais facilmente num setor do mercado de trabalho, formando um nicho étnico (WALDINGER, 2005).

Segundo Waldinger (2005),

“Assim, a ação repetida da rede social dos imigrantes produz o nicho étnico: um conjunto de atividades econômicas nas quais os imigrantes estão fortemente concentrados⁴²” (WALDINGER, 2005, p. 349).

Logo, a presença massiva de imigrantes num setor ocupacional específico pode ser denominada como nicho étnico. E a melhor abordagem para entender a formação do nicho étnico seria a rede social (*social network*) (WALDINGER, 2005).

No contexto da empregabilidade dos imigrantes as redes sociais funcionariam como um “capital social”, provendo uma estrutura social que facilitaria a procura por emprego, a contratação e o treinamento. As redes sociais seriam essenciais para organizar as informações entre empregadores e empregados (WALDINGER, 1994).

Rede são particularmente críticas para o seu papel na organização de fluxos de informação entre recém-chegados e colonos, por um lado, e entre trabalhadores e empregadores, por outro; por meio do aumento da qualidade e da quantidade de informação, as redes aumentam a capacidade dos

⁴² Tradução livre do trecho: “Thus, the repeated action of immigrants social network yields the ethnic niche: a set of economic activities in which immigrants are heavily concentrated” (WALDINGER, 2005, p. 349).

imigrantes de acessarem a oportunidades de emprego e reduzem os riscos dos empregadores associados à contratação e à formação⁴³. (WALDINGER, 1994, p. 3)

No entanto, Waldinger (1994) ressalta abordagem das redes sociais omite uma questão essencial: como os imigrantes ingressaram e se consolidaram num determinado seguimento econômico? Segundo o autor (1994), a principal hipótese é que os imigrantes devem ter ingressado no mercado de trabalho como substitutos de algum grupo anteriormente estabelecido. Logo, as vantagens da rede social não são capazes que explicar os fatores pré-existentes ou os mecanismos de mudança na ordem anteriormente estabelecida no mercado de trabalho (WALDINGER, 1994).

Estudos de imigração focam naturalmente os imigrantes, mas compreender o desenvolvimento de sua situação de emprego requer atenção detalhada para os grupos nativos, para os quais os imigrantes podem ser complementares ou substitutos. Pela mesma razão, os estudos de imigração têm uma linha de tempo errada. Os imigrantes entraram numa estrutura de emprego já estabelecida por grupos anteriores de trabalhadores e empregadores; para entender como essa estrutura incide sobre os imigrantes, é preciso compreender o contexto histórico em que essa estrutura evoluiu⁴⁴. (WALDINGER, 1994, p.4)

Portanto, para entender a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho e a formação do nicho econômico étnico seria primeiro preciso entender a história das mudanças num determinado segmento, que antes era ocupado por nativos. É preciso entender os fatores que levaram os nativos a saírem desse segmento e abrindo espaço para a entrada dos imigrantes. Em seu artigo de 1994 “*The making of an immigrant niche*” ele analisa a entrada de imigrantes europeus no setor municipal de Nova Iorque e sua posterior substituição por imigrantes dos

⁴³ Tradução livre do trecho: “*Network are particular critical for their role in organizing information flows between newcomers and settlers, on the one hand, and between workers and employers on the other; by increasing the quality and quantity of information, networks increase immigrants' ability to access employment opportunities and reduce employers' risks associated with hiring and training* (Bailey and Waldinger, 1991)” (WALDINGER, 1994, p. 3).

⁴⁴ Tradução livre do trecho: “*Immigration studies quite naturally focus on immigrants, but understating the development of their employment situation requires detailed attention to the native groups for whom they might be complements or substitutes. For the same reason, immigration studies have the wrong time line. Immigrants move into an employment structure established by earlier labor and employer groups; to understand how that structure impinges on immigrants, one needs to comprehend the historical context in which that structure evolved*” (WALDINGER, 1994, p.4).

pós-1965 e conclui que com o tempo o emprego público da municipalidade ficou menos atrativo para os trabalhadores nativos, tanto por questões salariais como de posição social, ocorrendo uma falta de interesse no ramo. A falta de mão de obra no setor teria aberto espaço para o que imigrantes entrassem no setor, primeiro de forma provisória e mais tarde de forma definitiva.

Logo, seria a falta de mão de obra nativa que teria possibilitado a entrada de imigrantes na economia local. E entrada dos primeiros imigrantes possibilitou que muitos outros ingressarem no setor, fundamentalmente pela implantação de uma rede social entre os imigrantes estabelecidos no setor e os imigrantes recém-chegados. Segundo o autor “Uma vez que um pequeno aglomerado de imigrantes "semeados" foi implantado, as redes entre recém-chegados e estabelecidos rapidamente direcionaram os recém-chegados aos lugares apropriados na burocracia⁴⁵. (WALDINGER, 1994, p. 12)

Desde modo, a falta de mão de obra nativa num determinado setor e a rede social de imigrantes, após o estabelecimento dos primeiros imigrantes no setor, possibilitou a entrada massiva de imigrantes num determinado setor, formando um nicho. Para tal, a rede social para o recrutamento de novos trabalhadores é essencial. A rede social se estabelece a partir de diversas relações, pessoais, familiares, residencial ou de etnicidade entre os já estabelecidos e os recém-chegados. A rede social étnica possibilita aos novos imigrantes as informações necessárias para entrar no mercado de trabalho, principalmente das posições trabalhistas abertas e onde se está contratando. Essa conexão formariam um mecanismo de entrada crucial, transformando os caminhos nos quais a informações sobre emprego e oportunidade são transmitidas entre trabalhadores e empregadores (WALDINGER, 1994).

As estruturas sociais da migração facilitam a procura de emprego, o atração, o recrutamento e a formação porque satisfazem as necessidades tanto dos trabalhadores como dos empregadores, fornecendo informações confiáveis e de baixo custo sobre as características de emprego e dos trabalhadores, enquanto também proporciona um conjunto de controles que aumentam a probabilidade de que as empresas e/ou os trabalhadores utilizem as competências na qual eles investiram. Uma vez estabelecida, as redes de contratação étnica são auto reproduzíveis desde que cada novo empregado

⁴⁵ Tradução livre do trecho: “Once a small cluster of ‘seedbed’ imigrantes were implanted, networks between newcomers and settlers quickly directed new arrivals into the appropriate places in bureaucracy” (WALDINGER, 1994, p. 12).

recrute outros de seu próprio grupo (ver Granovetter, 1974). Assim, o desenvolvimento do nicho étnico pode ser visto como um exemplo da incorporação das ações econômicas nas relações sociais que geram confiança, estabelecem expectativas, e criam normas⁴⁶. (WALDINGER, 1994, p. 27)

No entanto, como já mencionado anteriormente, as redes sociais só explicam os mecanismos de fornecimento de mão de obra e não as condições estruturais que permitiram os imigrantes ingressar num setor da economia nacional. E a formação do nicho étnico econômico é, na verdade, um exemplo de descontinuidade/ruptura no sistema anterior de recrutamento e a uma forma de organização social (WALDINGER, 2005).

No caso dos imigrantes no setor de confecção em São Paulo, conforme já mencionado, a entrada de imigrantes coreanos e sua posterior substituição por bolivianos respondeu as necessidades internas de mão de obra nacional. Segundo Souchaud (2012):

As razões de uma relativa substituição são de dois tipos. Por um lado, existem motivos culturais e sociodemográficos, já que o aumento do nível médio da formação escolar e do nível de vida entre os setores populares da sociedade, num contexto de transição para uma economia pós-industrial, acompanha-se por novas expectativas de trajetórias profissionais, às quais as ocupações nas indústrias das confecções não correspondem mais. Por outro lado, mudanças econômicas importantes influenciaram a participação crescente dos migrantes no setor, até formar-se um nicho. Pois os migrantes internacionais, em resposta às dificuldades que o setor enfrentava, desenvolveram um tipo de estrutura mais flexível. (SOUCHAUD, 2012, p. 89)

Portanto, a falta de mão de obra nacional para a costura e a disposição dos imigrantes em atuar nesses segmentos teria possibilitado sua inserção de mercado de trabalho local. E essa falta de mão de obra nacional estaria relacionada a mudanças culturais, impulsionada pela

⁴⁶ Tradução livre do trecho: *"The social structures of migration facilitate job search, luring, recruitment, and training because they fulfill the needs of workers and employers alike, furnishing reliable, low-cost information about the characteristics of jobs and workers, while also providing a set of controls that increase the probability that firms and/or workers will use the skills in which they have invested. Once in place, ethnic hiring networks are self-reproducing since each new employee recruits others from his or her own group (see Granovetter, 1974). Thus, the development of the ethnic niche can be seen as an instance of the embeddedness of economic actions within social relations that generate trust, establish expectations, and create norms"* (WALDINGER, 1994, p. 27).

transição da economia industrial para de serviços, e pela queda na migração interna (SOUCHAUD, 2012).

Do ponto de vista dos migrantes internos, vários elementos se combinam para explicar essa substituição: a procura/reivindicação, nos setores populares, por salários mais altos e melhor redistribuição da renda; níveis de qualificação educacional mais elevados que possibilitam buscar empregos diversificados; vontade de emancipação que, de certa forma, passa por uma negação da profissão de costureira e do trabalho tanto industrial quanto em domicílio, por representar formas de inserção social julgadas arcaicas e dominantes na geração de suas mães. (SOUCHAUD, 2012, p. 82)

Logo, o aumento e consolidação da presença imigrante em São Paulo no segmento da confecção seria resultado da necessidade de mão de obra e da reestruturação produtiva. A origem no nicho na costura teria tido início em a partir de 1970, com os coreanos, que estabeleceram o modelo de oficina “*sweatshops*”, baseado na baixa remuneração, com a contratação de familiares e conhecidos, em longas jornadas de trabalho irregular, geralmente em condições insalubres. Num segundo momento, a partir da consolidação dos coreanos no segmento do vestuário, os bolivianos passaram a ser subcontratados para a costura e em curto período de tempo se consolidaram no setor (SOUCHAUD, 2012).

No entanto, para Souchaud (2012), não é possível afirmar que o segmento da costura tenha se tornado um nicho étnico boliviano, embora seja a maioria imigrante no setor. Para o autor, a presença de outras nacionalidades inseridas no setor, como paraguaios, não permite dizer que existe um nicho econômico boliviano. Mas seria possível falar de um nicho étnico sul-americano, com presença de bolivianos, em maior volume, e paraguaios, em menor volume (SOUCHAUD, 2012).

Já para Freitas (2014) é possível falar em “sistemas de treinamento⁴⁷” como proposto por Bailey e Waldinger (1991) no setor de costura em São Paulo. No caso de São Paulo os sistemas de treinamento permitiriam a perpetuação do grupo no setor da confecção, por meio das redes sociais. Segundo Freitas (2014):

⁴⁷ O conceito de sistemas de treinamento se refere aos mecanismos por meio dos quais as informações circulam no interior do mercado de trabalho, as formas específicas nas quais os trabalhadores são recrutados por meio da rede social.

Dessa forma, em relação às formas de recrutamento desses trabalhadores e aos canais de circulação das informações sobre esse trabalho, detectamos dois tipos de circuitos de (sub) contratação: um estabelecido nos locais de origem, mobilizado não apenas nas inserções iniciais, mas também nas reinserções e, outro, estabelecido nos locais de destino, mobilizado na circulação desses trabalhadores, nas cidades de destino (FREITAS, 2014, p. 367).

As redes familiares teriam uma forte influência na imigração e inserção desde a origem dos migrantes bolivianos, que viriam para trabalhar junto a família. Além disso, segundo Freitas (2014) nem sempre a inserção no mercado de trabalho se dá pela mobilização da rede social. No caso dos bolivianos em São Paulo também existe a inserção a partir dos locais de origem, por meio do dono da oficina, que financiaria o migrante desde a origem até o destino final para trabalhar na sua oficina de costura. Tal inserção desde a origem transformaria os processos de seletividade migratório, impulsionando a migração dos dispostos a entrar para o setor da confecção, ao menos inicialmente (FREITAS, 2014).

Logo, a imigração de bolivianos para São Paulo seria uma consequência da inserção laboral e não o contrário. Ou seja, ao invés da inserção laboral acontecer após a chegada na cidade de destino, como única opção laboral, nos trabalhos desprezados pela mão de obra nacional, na verdade, a inserção dos imigrantes já ocorre na origem, na Bolívia (FREITAS, 2014).

No entanto, uma vez em São Paulo esses imigrantes tem a possibilidade de acessar a rede étnica de informação e passam a se inserir no mercado por conta própria, dado o dinâmico mercado de trabalho local, rompendo as obrigações iniciais com a família ou o empregador, que os trouxe a cidade. Diante disso, seria possível notar uma grande intensidade de circulação de trabalhadores bolivianos na costura.

Segundo Freitas (2014) para entrar e circular no mercado de trabalho na sociedade de destino os imigrantes precisam mobilizar dois tipos de competências: o “saber circular” e o “saber costurar” (TARRIUS, 1999). O saber circular se refere a capacidade de mobilização das redes sociais de informações para entrar no mercado de trabalho. Já o saber costurar que se

refere a capacidade técnica do costureiro e da capacidade de coordenação e logística do trabalho (FREITAS, 2014).

...esses migrantes devem mobilizar dois tipos de competências/saberes específicos: o saber circular, que envolve a capacidade de mobilização de redes sociais – de familiares, de conhecidos ou completamente impessoais, contatadas por meio de anúncios nas rádios ou nos jornais – e de informações para entrar nos circuitos de subcontratação e aproveitar as melhores oportunidades de trabalho em suas estruturas internas. A importância do “saber circular” no “mundo social das oficinas de costura bolivianas” é reflexo do intenso movimento da força de trabalho em um ramo industrial caracterizado pela elasticidade da demanda e flexibilidade e “leveza” das estruturas produtivas. Esse movimento pode ocorrer tanto no âmbito externo, entre as inúmeras localidades de origem e as cidades de São Paulo e/ou Buenos Aires, devido às vicissitudes da indústria que determinam o momento dos retornos sazonais (na “baixa estação”) e as cidades de destino mais procuradas, a depender da conjuntura econômica local; quanto no âmbito interno, por entre as oficinas de costura nas cidades de destino, na busca de melhores oportunidades de trabalho. Entretanto, somente o saber circular não é suficiente para uma inserção bem sucedida no mundo social das oficinas de costura bolivianas nas cidades de destino, o saber costurar, conforme vimos, joga um papel ainda mais determinante, garantindo aos costureiros não apenas melhores salários, mas a capacidade de montar oficinas de costura bem sucedidas, pois além da atividade da costura propriamente, a logística de coordenação do trabalho e dos costureiros, que trabalham e vivem no mesmo espaço, dimensão fundamental do sucesso desses pequenos empreendimentos. (FREITAS, 2014, p. 376)

Logo, o saber circular habilitaria o imigrante boliviano a circular pelo mercado de trabalho da costura em São Paulo, em busca de melhores oportunidades do que as inicialmente encontradas. Já o saber costurar permitiria mudar de posição social dentro do segmento, tanto dentro da oficina de terceiros, passando de costureiro para funções mais complexas, como também e principalmente, se tornar dono de oficina de costura, um empreendedor. Tais saberes teriam possibilitado a perpetuação dos imigrantes bolivianos no segmento de confecção de São Paulo. (FREITAS, 2014).

No entanto, segundo Freitas (2014) embora os imigrantes bolivianos sejam os representantes máximos da precarização do trabalho produzida pela reestruturação produtiva no setor de confecção, eles não foram substitutos do mercado de trabalho nacional de costura. Para a autora (2014), sua inserção remete a processos diferentes da precarização do trabalho nacional, na verdade, trata-se da formação de um mercado de trabalho paralelo, nos quais a territorialidade ultrapassa o contexto paulistano e a indústria de confecção nacional, conectando as demandas globais.

Portanto, a imigração boliviana para São Paulo estava estreitamente relacionada a imigração coreana para a cidade e na relação histórica entre os dois grupos. E uma vez estabelecido o fluxo boliviano para a costura em São Paulo, o mesmo se perpetuou a partir das redes sociais que mobilizaram imigrantes tanto na origem como no destino. No entanto, parte dos bolivianos que migraram para o Brasil se dirigiram para o interior do Estado de São Paulo. Além disso, os dados analisados até o momento evidenciaram que o setor de confecção parece ser o principal ramo de atividade dos imigrantes bolivianos em Americana, assim como no caso dos imigrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo. Mas então quais seriam os fatores relacionado a estrutura de emprego da cidade de Americana que permitiram o ingresso dos bolivianos no mercado de trabalho local?

4.4 Bolivianos em Americana: as evidências a partir do trabalho de campo

Então fica a pergunta: por que diferentemente da maioria da população em questão, alguns bolivianos se dirigiram a cidade de Americana e não para a Região Metropolitana de São Paulo? Para entender tal problemática e apreender mais sobre a presença boliviana na cidade recorreremos a trabalho de campo e entrevistas qualitativas na cidade. As entrevistas foram realizadas com imigrantes bolivianos e também com agentes institucionais da cidade. Foram realizadas 20 entrevistas com bolivianos residentes na cidade e duas entrevistas com agentes institucionais.

A pesquisa de campo foi realizada em dois momentos distintos, primeiro em agosto de 2013 e depois em outubro de 2015. Nessa primeira fase o trabalho de campo se focou em conhecer a localidade e buscar informações junto a prefeitura e secretarias, que resultou na entrevista com então secretário de Cidadania e Movimentos Sociais e acesso ao banco de dados

municipal já analisado e com representantes da Associação Comercial e Industrial de Americana (ACIA).

A entrevista com os agentes institucionais teve como objetivo central entender mais sobre o fluxo de bolivianos para Americana e como a cidade, a administração municipal, via a chegada desses imigrantes, visando construir um cenário da recepção da imigração na cidade nos últimos anos. Na segunda fase o trabalho de campo se voltou a encontrar e entrevistar imigrantes bolivianos residentes na cidade de Americana. Aproximação dos imigrantes foi a partir de uma busca ativa nos bairros conhecidos por terem a maior concentração de bolivianos residindo na região, por meio de indicações no comércio local e visitas a praças e áreas de convívio social.

Para tal foram realizadas diversas visitas exploratórias para a cidade de Americana⁴⁸, somando um total de 16 visitas a campo, num total de duas visitas institucionais e 20 entrevistas com imigrantes bolivianos. As idas a campo na cidade ocorreram em agosto de 2013, novembro e dezembro de 2015. A partir de informações coletadas em visita a campo em agosto de 2013, foi estabelecido as regiões nos quais a presença de imigrantes bolivianos era mais concentrada, delimitando os bairros para a realização da observação e das entrevistas qualitativas com os imigrantes.

Para a realização das entrevistas o método adotado foi a realização de entrevistas qualitativas não estruturadas. Uma vez que o objetivo era compreender porque os imigrantes escolheram a cidade de Americana como local de residência e não outra cidade, buscando tal informação a partir da sua trajetória migratória. Numa tentativa de explorar o objeto de interesse, sem pré-noções sobre as motivações dos mesmos, no entanto sem descartar intervenções necessárias para a continuidade da entrevista e a fuga de escopo.

A metodologia para localizar os imigrantes foi por meio de visitas aos bairros conhecidos por ter a maior presença de imigrantes bolivianos. Essa busca ativa foi possível uma vez que a cidade de Americana é uma cidade relativamente pequena e de ares bastante interioranos. Ao caminhar pelas ruas do bairro foi possível observar a presença boliviana, embora ela não fosse massiva. Foi possível ver imigrantes circulando pela região, de bicicletas,

⁴⁸ A pesquisa de campo foi viabilizada com o apoio da Fapesp, através do Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo-Unicamp/Fapesp-CNPq).

crianças brincando na rua e mães com bebês. Ao se perguntar na rua ou comércio local sobre se havia ou não bolivianos na mesma, quase sempre as pessoas identificavam que sim e indicavam o local. Foram feitas diversas abordagens em casa apontadas com moradores bolivianos, nem todas correspondiam a residência de bolivianos.

Embora a visibilidade da imigração boliviana em Americana seja perceptível pelas conversas com moradores locais e mesmo agentes institucionais, por parte dos imigrantes o diálogo se mostrou mais desafiador. No geral houve resistência em conversar e um sentimento de desconfiança, resultando num distanciamento do entrevistado. As entrevistas eram realizadas na porta da casa mesmo, sem que se pudesse estabelecer um contato mais estreito com o entrevistado e em sua maioria, os imigrantes não aceitaram serem gravados, resultando em entrevistas mais breves e objetivas. Tal situação pode ser atribuída, e em alguns casos foi expressada, pelo medo das autoridades locais, principalmente da polícia. No entanto foram realizadas 20 entrevistas, com pessoas de diferentes idades e ano de chegada ao Brasil. Dentre os entrevistados todos trabalhavam com costura/confecção, alguns na própria casa e outros em oficinas de costura.

4.4.1 Evidências a partir da visão institucional

Logo a partir das entrevistas buscamos entender: quais seriam os fatores na cidade que possibilitaram a entrada de bolivianos em Americana?

Segundo o secretário da Cidadania e Movimentos Sociais, da gestão de 2012-2014, a cidade de Americana acolhe o imigrante, a tal ponto que eles criaram o programa “Amigos Latinos” buscando entender e mensurar a imigração para a cidade, uma vez que era uma realidade não mais possível de ignorar. Além disso, segundo ele, Americana tem as portas abertas para imigração, dado o seu passado histórico de imigração europeia. No entanto, alguns americanenses teriam preconceito contra os imigrantes:

“Acho que Americana foi a primeira cidade a abrir as portas. O programa é denominado Amigos Latinos⁴⁹, criado no dia 23 de janeiro,

⁴⁹ No entanto, em maio de 2014 a candidatura do prefeito em exercício e seu vice foi cassada e novas eleições realizadas em dezembro do mesmo ano. Em novo contato com a nova prefeitura nos foi informado que o programa “Amigos Latinos” foi desativado e a cidade não estava mais realizando o cadastro da população imigrante na cidade, bem como não tinha nenhuma outra ação planejada nesse sentido.

ocorre que o programa foi feito justamente para a gente abrir as portas para os latinos, sejam bolivianos, haitianos, paraguaios, chilenos, colombianos, enfim. Por que? A partir do momento da criação da Secretaria de Cidadania e Movimentos Sociais nós entendemos que muitos que tratam os bolivianos hoje até mesmo com um certo preconceito, eles são como os nossos antepassados, os italianos, os alemães, que vieram, num passado não muito distante, mas tinham auxílio de ordem municipal, estadual ou federal e a gente está tentando dar essa retaguarda para eles, junto com a Secretaria de Cidadania, de Promoção Social, de Emprego e Relações de Trabalho e a secretaria de Saúde. Eu conversei com o prefeito e falei que não adiantava colocar embaixo do tapete, que era preciso mostrar a realidade” (Secretaria da Cidadania e Movimentos Sociais).

“Hoje é um programa para daqui uns dias a gente posso criar uma associação dos Amigos Latinos, para que eles se organizem para promover tanto atividades culturais, de entretenimento e lazer e suas próprias reivindicações. Porque gente quer que eles tenham Americana como sua cidade mãe, que adotem aqui como sua terra” (Secretaria da Cidadania e Movimentos Sociais).

Para a Secretaria da Cidadania e Movimentos Sociais os imigrantes são bem-vindos a cidade, inclusive com criação de projetos voltados para a inserção dos mesmos. Além disso, segundo ele há uma tentativa de redirecionar os imigrantes no mercado de trabalho local, do setor de costura, tradicional entre os bolivianos, para setores mais em falta de mão de obra na cidade. Para ele seria uma oportunidade de alavancar a falta de mão de obra para determinadas áreas na cidade. Logo, podemos inferir que a chegada de imigrantes no setor de costura pode estar relacionada com a falta de mão de obra nacional para a realização certas atividades.

“Inclusive nós temos um projeto de autoria minha desde do tempo de vereança, que se chama feira de emprego, estágio e qualificação profissional. Porque hoje o ramo principal deles de atividade qual é?

Confecção. Nós estamos tentando migrar ele para profissões que não, que está difícil a mão de obra, por exemplo: empregada doméstica, que não se acha mais; construção civil, pedreiro, encanador, azulejista, não se acha mais esse tipo de mão de obra” (Secretaria da Cidadania e Movimentos Sociais).

Falta de mão de obra essa também mencionada pela segunda entrevista na Associação Comercial e Industrial de Americana, na área de recursos humanos. Segundo a entrevista, o brasileiro não se dispõe mais a realizar certos trabalhos e a demanda mão de obra teria crescido, não apenas em Americana, mas em toda a região de Campinas.

“Porque a nossa região, não só Americana, ela é promissora em trabalho. Onde você for, Campinas, Limeira, Santa Bárbara. Estamos num centro de desenvolvimento do trabalho e eu faço processo seletivo na região aqui em volta, Piracicaba, Indaiatuba e tem bolivianos também. E não só no setor têxtil, porque quando o mercado estava aquecido de trabalho muitas funções o brasileiro já não queria fazer. Você não vê um menino dizendo assim: eu vou fazer um curso de pedreiro, de soldador, de serralheiro, de faxineiro, que são funções básicas, mas que tem uma grande necessidade para nós. Por exemplo, você vai num restaurante e quer ser atendido, certo, mas nós não queremos mais atender. Nós estamos em outro patamar, estamos indo para a universidade, com curso e então as pessoas não querem mais isso para elas. Então quando o mercado estava aquecido essa mão de obra foi muito bem-vinda e ainda será porque essa crise vai passar. E se eles tiveram a persistência aqui, tanto os bolivianos como os haitianos que chegaram agora, nós vamos ter uma tendência muito forte da ação deles. Justamente porque a meninada não quer mais, acabou aquela coisa, ninguém quer mais ser ajudante de pedreiro, ajudante de cozinha. Então vai sobrar para quem? Para os imigrantes” (entrevista na Associação Comercial e Industrial de Americana,).

Portanto, os dois entrevistados relacionaram a falta de mão de obra na cidade com a chegada de imigrantes em Americana. No entanto, essa visão institucional pode mascarar questões trabalhistas e os custos da formalização de trabalhadores nacionais no mercado de trabalho. De todo modo, o setor têxtil foi fortemente atingido pela reestruturação produtiva e denota uma cadeia produtiva internacional, trazendo no âmbito local uma mudança na estrutura do mercado de trabalho, criando mecanismo para a inclusão da mão de obra estrangeira em Americana, assim como propõe Waldinger (1994), tornando os bolivianos “substitutos” da mão de obra nacional. De fato, um dos imigrantes bolivianos entrevistados destaca o aquecimento da economia e uma maior oferta de trabalhos.

Segundo a entrevista na Associação Comercial e Industrial de Americana, o fluxo começou a aumentar a partir de 2006:

“Acho que os bolivianos começaram a chegar em 2006, foi um momento que tivemos um aquecimento (da economia), de 2006 a 2012 foi muito bom. Porque tinha emprego, oportunidade e as empresas começaram a contratar” (entrevista na Associação Comercial e Industrial de Americana).

Para a Secretaria da Cidadania e Movimentos Sociais o número de imigrantes na cidade girava em torno de 800 a 1000 pessoas em 2012, no entanto, nem todos eles permanecem na cidade. A Secretaria da Cidadania e Movimentos Sociais menciona que pode haver uma migração sazonal para a cidade, para realizar atividades em períodos específicos.

“A gente hoje calcula que tenhamos aqui na cidade por volta de 800 latinos, 800 a 1000. Porque existe um rodízio de famílias que vem e ficam um tempo para a produção e tal, ou volta para São Paulo. Nem todos estão estabelecidos na cidade. Tem mais homens. Hoje o bairro Vila Bertini e São Vito são os bairros que mais tem bolivianos” (Secretaria da Cidadania e Movimentos Sociais).

Esses imigrantes sazonais viriam de São Paulo nos momentos de aumento da demanda e depois retornariam a capital. No entanto, segundo a Secretaria da Cidadania e Movimentos Sociais, a maioria veio para montar sua oficina de costura na cidade ou ser façoneiro.

“Muitos vem montar a confecção própria ou ser facionista, porque eles trabalham muito e ganham pouco porque vivem à margem” (Secretaria da Cidadania e Movimentos Sociais).

Como demonstrado anteriormente no capítulo dois, a prática facionista é muito comum em Americana e tem uma relação histórica com a economia da cidade e a formação da indústria têxtil local. Portanto, o trabalho em domicílio ou em micro e pequenas oficinas não é estranho a cidade, ao contrário. Logo, a instalação de pequenas oficinas de costura boliviana na cidade vai de encontro com as estruturas tradicionais de produção industrial da cidade.

Além disso, para a Secretaria da Cidadania e Movimentos Sociais a chegada de imigrantes é benéfica ao mercado de trabalho local, mas destacando que a demanda de mão de obra está em outros setores que não os da indústria têxtil e de confecção.

“Não temos problemas com a chegada de mais imigrantes. Acho até que estabelece uma concorrência salutar com relação a vontade de trabalhar. Se quiserem vir, com certeza serão bem-vindos. Hoje nós temos muitas vagas no setor de trabalho em Americana que não estão sendo preenchidas, não no setor têxtil, mas em outras cadeias. Em termos de mão de obra seria interessante” (Secretaria da Cidadania e Movimentos Sociais).

A entrevista na Associação Comercial e Industrial de Americana aponta que a maior parte dos bolivianos que vivem na cidade vem para trabalhar na confecção, de forma informal, uma vez que “não é de costume deles trabalhar com carteira assinada no país de origem”.

“Acredito que alguém fez uma conexão positiva do que estava acontecendo aqui na cidade (oferta de empregos) e tem muito a ver com que eles já produzem (roupas)” (entrevista na Associação Comercial e Industrial de Americana).

Além disso, eles trabalhariam entre si, uns empregando aos outros. Ademais, a entrevista na Associação Comercial e Industrial de Americana também destaca a importância do trabalho registrado na cidade.

“Eles trabalham para empresas de origem nacional, têxtil, manutenção, prestação de serviços. E um dado legal é que eles estão sendo contratados, com carteira assinada e todo o regime, tudo do que tem que ser, como o cidadão comum brasileiro. Outro bem interessante é que eles (bolivianos) trabalham bem alinhados com os brasileiros, normalmente dois bolivianos e um brasileiro ou brasileiro e um boliviano. E assim a tomada de se inteirar com o trabalho é muito rápido. Eles já trazem isso de lá. De fazer a costura, de revisar o tecido, eles têm uma tendência muito forte em aprendizado. Então eles não têm tanto problema” (entrevista na Associação Comercial e Industrial de Americana).

No entanto, se comparamos as bases de dados já analisadas, Censo 2010, Rais 2015 e Sincre, podemos notar que o número de trabalhadores imigrantes registrado é inferior ao número de bolivianos na cidade. A partir dos dados do Censo Demográfico 2010, nenhum dos bolivianos captados trabalhava com carteira assinada, bem como a também relatou a maior parte dos imigrantes entrevistados, como veremos mais à frente.

Ademais, a representante da ACIA (Associação Comercial e Industrial de Americana) destaca que o boliviano já vem sabendo costurar e que tem interesse em apreender e por isso não teriam tanta dificuldade de entrar no mercado de trabalho. Além disso, segundo ela, em pouco tempo os bolivianos já apreendem como funciona o mercado de trabalho brasileiro, as leis e direitos trabalhistas. Para ela, a questão do trabalho informal seria uma preocupação da entidade e da municipalidade, no sentido de se fazer valer o respeito às leis e tentando desassociar o trabalho de bolivianos com as notícias sobre trabalho análogo da escravidão que surgiram nos últimos anos. Segundo a Secretaria da Cidadania e Movimentos Sociais, o trabalho em condições precárias por parte dos imigrantes bolivianos já foi detectado na cidade e é fruto do medo dos imigrantes de autoridades:

“Às vezes até tentar orientar eles para que busquem novas profissões, não fiquem muitas vezes, existe aquela coisa que a gente não consegue por falta da denúncia de detectar, a mão de obra escrava, às vezes um boliviano ele vai fazer o regime de escravidão dentro do seu próprio núcleo. Ele dá moradia, comida e mais um salarinho, que na verdade é uma forma, eles acham que eles estão ganhando e juntando grana no Brasil por conta de não poder sair, ter qualidade de vida, nada, é claro que vai juntar. Então existe esse regime aí de semiescravidão. Só que eles não denunciam porque estão acuados, porque não confiam na gente. Essa falta de confiança eles tem, mas a gente quando percebe que a gente não consegue fazer alguma intervenção dessa natureza, a gente faz uma denúncia para a Polícia Federal, que realmente fiscaliza” Secretaria da Cidadania e Movimentos Sociais).

As duas entrevistas institucionais mencionam que parte dos bolivianos trabalham sem registro e muitas vezes em condições precárias, mas ambas afirmam que seria a minoria dos casos, demonstrando uma preocupação em não tecer uma relação negativa de trabalho de imigrantes bolivianos em Americana. Enfatizam a chegada dos bolivianos e demais latino-americanos na cidade como positiva, pois aqueceria o mercado de mão de obra local e, obviamente, baixando o custo da força-de-trabalho. Entretanto, parece haver uma tentativa de transladar a mão de obra imigrante da costura para outros setores competitivos na cidade como serviço doméstico e construção civil. Deste modo, naquele momento, a visão desses agentes institucionais era que a imigração trazia efeitos positivos em Americana. Além disso, se confirma partir das entrevistas que o setor de confecção é a ocupação principal da população boliviana na cidade.

Ademais, a partir das entrevistas institucionais, pudemos inferir que a chegada de imigrantes em Americana está fortemente relacionada com a posição da indústria têxtil de Americana no cenário nacional e internacional e a necessidade de se tornar competitiva, o que dentre tantos componentes se introduz a mão-de-obra imigrante para baixar seus custos de produção e poder se inserir no mercado global (Sassen, 1998). A vocação da cidade, nos moldes que Harvey (1993) analisa a hierarquia urbana internacional, recompõe o município de Americana no setor têxtil internacional, configurando-a como mais um ponto na cadeia

produtiva do setor do vestuário e da costura e suas conexões com São Paulo e demais regionais da imigração boliviana na América Latina.

4.4.2 Bolivianos em Americana: evidências a partir das entrevistas

As entrevistas realizadas com imigrantes oriundos da Bolívia na cidade de Americana denotam o objetivo da busca por trabalho no setor têxtil. Mas como os imigrantes bolivianos acessaram essa informação sobre a possibilidade de trabalho na cidade? Por que vieram para Americana em especial? A partir das entrevistas de 20 imigrantes residentes em Americana podemos obter alguns indícios do processo.

Em relação ao perfil dos entrevistados eram 9 mulheres e 11 homens, entre as idades de 19 a 45 anos, provenientes de cidades como La Paz, Oruro, Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra, que chegaram entre os anos 1996 a 2015 no Brasil. Dentre os entrevistados, 12 moraram em São Paulo antes de migrar para Americana e 8 vieram direto da Bolívia para a cidade.

Entre os imigrantes que primeiro residiram em São Paulo antes de mudar-se para a Americana podemos buscar indícios dos processos que culminaram nessa migração interna para o interior do estado. Como Célia⁵⁰, de 40 anos, nascida em Cochabamba, que chegou em 1996, no Brasil e mudou em 2005 para Americana:

“Eu vim para o Brasil para trabalhar. Na Bolívia todo mundo saía ao exterior para ter uma vida melhor. Eu vim trabalhar para costura, mas lá eu trabalhava numa fábrica de macarrão”. Primeiro eu morei em São Paulo, por nove anos, sempre trabalhando em costura”

Entrevistadora: porque você veio a Americana?

“Eu vim para trabalhar, lá eu tinha meu filho e aqui tinha condições de pôr em creche. Lá não tinha vaga, era muito cheio e aqui tinha vaga para ele e daí eu podia trabalhar também. Porque a creche ajuda. Foi um brasileiro que trouxe a gente pra cá. Para trabalhar, trabalhar com

⁵⁰ Os nomes de todos os entrevistados são fictícios para preservar a identidade dos mesmos.

costura. Ficamos 4 anos trabalhando com eles. Tinha carteira assinada e tudo, mas depois fechou tudo”.

Entrevistadora: então quando você veio para cá já tinha emprego certo?
“Sim, já tinha emprego. Para trabalhar era igual lá (São Paulo), mas eu vim pra cá por causa do meu filhos, era mais vantajoso, podia trabalhar porque ele ficava na creche o dia todo. Mas antes aqui era melhor” (Célia).

Como podemos ver a entrevistada afirma que decidiu vir para Americana porque tinha possibilidade de pôr o filho na creche e poder trabalhar mais tranquilamente. Ela ainda disse que foi um brasileiro que trouxe eles de São Paulo para Americana, já com emprego certo na chegada a cidade, inclusive registrado em carteira. Portanto, podemos notar que ela chegou a Americana para trabalhar numa empresa nacional, a partir de um contato de brasileiros.

Já Santos, de 45 anos, proveniente de Santa Cruz de la Sierra, chegou ao Brasil em 2000 e morou em São Paulo por 7 anos antes de vir a Americana e afirma ter vindo por motivações pessoais, a partir de um anúncio de emprego na cidade.

“Eu vim pra São Paulo para trabalhar. Eu vim em 2000 quando um colega meu em Santa Cruz voltou de São Paulo e falou pra mim: vai pra São Paulo que você paga sua conta com três, quatro meses de trabalho. Eu tinha uma prestação no banco e não tinha como pagar. Então eu falei, está bom, vamos lá então. Eu já trabalhava com costura lá, então era mais fácil. Mas na verdade eu cheguei aqui numa confecção de brasileiros. Fiquei três anos. A gente trabalhava normal, os horários e tudo, mas é claro não tinha registro. Mas estava devagar e eu tinha prestação para pagar e tinha que correr atrás. Daí fui trabalhar com bolivianos, trabalhava mais horários e assim passou dois anos. Daí abri minha confecção própria. Aluguei casa e tudo, mas não deu certo. Briguei com a família e separei da minha primeira mulher e para esquecer vim pra Americana, para esquecer isso aí. Foi

em 2007, eu estava passando um momento difícil na minha vida e emocionalmente e queria esquecer das coisas, daí vim pra cá”.

Entrevistadora: Mas porque você escolheu a cidade Americana?

“Na verdade, foi assim tinha um cara, boliviano também, na pracinha Kantuta em São Paulo e ele estava compartilhando aquelas fichinhas de trabalho para costureiros e eu peguei e guardei no meu bolso. E falava de trabalho de costureiro em Americana e eu falei: vou para Americana. Eu queria sair de lá. E liguei para o cara e ele trabalhava com jeans. E eu sempre na Bolívia trabalhei com jeans, então me animei por conta do jeans. Era tudo igual, pagava igual, mas era por causa do jeans. Jeans é mais fácil de costurar, porque tem tecidos que hoje em dia é mais difícil. Ele dava moradia” (Santos).

Portanto, Santos chegou em 2007 a Americana para trabalhar em confecção a partir de um anúncio que pegou na praça Kantuta, reduto de bolivianos em São Paulo. A oficina de costura na qual ele trabalhava era gerenciada por bolivianos. Ele e a família moravam e trabalhavam no mesmo local, em condições precárias, segundo ele.

Assim como outro imigrante e sua mulher, que nos contou que vieram ao Brasil para trabalhar com costura. Carlos chegou em São Paulo em 2008 e Maria, sua esposa, em 2011. Em São Paulo um conhecido boliviano contou que em Americana tinha emprego, que era bom para morar e pagavam direito. Então o casal decidiu se mudar em 2013, indo trabalhar para uma confecção de bolivianos. Segundo relato deles, a princípio pensaram que vinham para trabalhar com carteira assinada, já que tinham toda a documentação necessária, mas foram enganados. Segundo eles o empregador pegou as carteiras de trabalho e não as devolveu, alegando que estava registrando-os, mas na verdade não o fez.

“Um conhecido nosso falou que aqui tinha emprego e era bom, então nós conversamos e viemos. Foi para trabalhar com bolivianos, o dono era boliviano, mas quem tomava conta era brasileiro. A gente trabalhava das 10 às 01 horas da manhã ” (Carlos e Maria).

Além disso, Carlos e Maria atribuem a decisão de mudar para Americana por conta do medo da violência em São Paulo. Segundo eles, acreditavam que o interior seria mais tranquilo. No entanto mudaram de ideia sobre a tranquilidade do interior após terem sido enganados por um falso advogado que prometeu abrir uma conta bancária para eles e ajudar a mandar o dinheiro para a Bolívia, no entanto foram roubados e perderam todo o dinheiro que tinha economizado.

“A gente veio para cá porque São Paulo tem muito violência, assalto. A gente ficava com medo. Achava que aqui era melhor. Mas aqui também não é bom, meus filhos apanham dos colegas na escola”
(Maria).

Já Ronald chegou a Americana por intermédio da família que já trabalhava na cidade. No entanto, em sua trajetória migratória antes de chegar a cidade passou por diversas etapas, de idas e vindas da Bolívia para o Brasil e outros países como a Argentina. Segundo Ronald, em Americana ele sempre trabalhou por conta própria, na sua casa, no entanto não deu certo. Depois de conseguir a legalização no Brasil e fez curso de mecânica de costura e começou a trabalhar na área. Ronald também destaca a questão da violência, afirma que se mudou por conta disso, que passou por um acontecimento coisa muito triste e por isso saiu de São Paulo, mas não mencionou o ocorrido.

“Na Bolívia eu já sabia costurar, trabalhei com coreanos na Bolívia. E depois fui a Argentina, lá trabalhei com coreanos, chinos, judeus, com todos e em São Paulo trabalhei com brasileiros. Eu trabalhei 6 anos na Argentina, depois vim para cá, já faz 10 anos. Morava em Santo André, uma moça brasileira tinha uma oficina de costura lá e estava há oito meses lá. Meu irmão morava aqui e falou que aqui tinha emprego, daí eles me trouxeram. Daí trabalhei pouco tempo aí e vim para cá. E meus parentes que já estavam aqui me chamaram e decidi vir para cá, por causa da violência, por causa da violência mudei para cá. Por causa disso, gosto de morar tranquilo. Sou de La Paz. Daí aqui nasceu a minhas duas filhas e nasceu aqui e a documentação era difícil e isso ajudou a ter documento, ajudou bastante a tirar documentação legal. Aqui em Americana trabalhei por conta própria desde o começo. E não

deu certo, daí fiz curso de mecânica de costura, que já sabia. Eu fiz curso no SENAI. Eu não paro dentro da oficina, eu saio, conserto e vou embora. Conserto pra brasileiros. Agora sou mecânico” (Ronald).

Paulina, de 40 anos, proveniente de La Paz, chegou em 2002 em São Paulo, no entanto, mudou dois anos após para Campinas. Segundo ela em São Paulo não tinha muito trabalho, então a partir da indicação de um colega foi trabalhar em Campinas, numa confecção de coreanos. Em Campinas ficou apenas por oito meses e mudou-se para Americana.

“Eu vim para trabalhar na costura, quase todo mundo trabalha na costura. Fiquei dois anos lá. Nessas épocas era bom trabalhar aqui no Brasil, eu nem sabia mexer em máquina. Me disseram: no Brasil é assim, você pode apreender a confeccionar e paga bem, se não quiser você não precisa apreender a mexer máquina, você pode trabalhar como ajudante e aí me animei de vir aqui. Mas em São Paulo não tinha muito trabalho e daí eu vim para Campinas e de Campinas para Americana. Fiquei 8 meses em Campinas. Aqui em Americana estou a quase dez anos, cheguei em 2005”

Entrevistadora: E por que vocês vieram a Americana?

“Meu marido já tinha parentes aqui que trabalhavam com brasileiros, com confecção, e aí que eles, a gente se comunica por telefone e daí que eles comentaram que aqui em Americana era um povoado assim que nem parecido na Bolívia, tem uma capital que é Santa Cruz, é ambiente assim, não era como São Paulo como formiga e aqui não. E aí que acostumamos aqui, é o mesmo. Por que morava em Santa Cruz, me mudei de La Paz a Santa Cruz, morei muito tempo em Santa Cruz, tenho minha casa lá em Santa Cruz. Então para mim foi mais rápido acostumar aqui em Americana que em São Paulo. Em São Paulo, não sei o clima era muito diferente e aí quando cheguei aqui em Americana eu acostumei rápido e gostei de Americana. Até agora que eu vou a São Paulo acho que não acostumo, não gosto muito. Aqui nessa casa já estou morando há oito anos” (Paulina).

Como podemos ver Paulina menciona uma falta de empregos em São Paulo, outros entrevistados também relataram uma baixa oferta de empregos em São Paulo. Além disso, ela destaca a tranquilidade do interior comparada a São Paulo, tecendo relações com sua cidade natal na Bolívia. Assim também relataram outros entrevistados, que Americana guardaria mais proximidade a vida em suas cidades natais e por isso decidiram mudar e ficar na cidade. Sobretudo, ela destaca a comunicação de mantém com parentes, por meio de telefone, como fonte principal de informação sobre a cidade de Americana.

Cíntia, 25 anos, de Cochabamba, chegou em 2012, morou em São Paulo e mudou para o Brasil para trabalhar com a família a partir de um pedido da tia. Segundo a entrevistada ela mudou-se para Americana com emprego certo, para trabalhar numa oficina de brasileiros, registrada em carteira. Ela também menciona que veio morar em Americana porque era mais tranquilo comparado a São Paulo:

“Eu morava em São Paulo, no Brás. Eu costurava, costurava e trabalhava. Mas não gostava, daí um pai de um amigo me falou que aqui era mais tranquilo, não era assim como São Paulo. São Paulo é mais perigoso, tem assalto, não respeitam se você está com a criança ou não” (Cíntia).

Assim também contou Mário, de Santa Cruz de la Sierra, que veio ao Brasil em 2012 e morou por seis meses em São Paulo. Segundo ele, foi para Americana porque o mercado de trabalho em São Paulo já estava saturado e em Americana tinha mais emprego para costureiros. Foi a Americana para trabalhar com outros bolivianos.

“Eu fiquei em São Paulo, depois vim pra cá. Eu vim para costurar, já fazia isso lá na minha cidade. Daí um parente que mora aqui me contou. Ele agora mora em Santa Cruz, ficou muito tempo aqui, mas já voltou. Ele também trabalhava com confecção e me falou, falou que aqui estava muito melhor, o trabalho. Em São Paulo é muita gente,

muitos costureiros e aqui estava precisando, por isso eu vim aqui”
(Mário).

Também Rafael, de La Paz, que chegou a São Paulo em 2011 e mudou-se dois meses depois para Americana com ajuda de um amigo, para trabalhar na costura dele:

“Tinha um amigo meu que trabalhava em São Paulo e fui para lá, não gostei e vim para Americana. Eu vim trabalhar na costura com meu amigo, mas fiquei só dois meses, São Paulo é muito difícil, não gostei. Aqui estava melhor. São Paulo é muito cheio... Tenho um amigo que tem uma confecção grande aqui no Jaguari, eu liguei para ele e perguntei se ele podia me buscar e com ele fiquei trabalhando, registrado e tudo” (Rafael).

Deste modo, a maioria dos entrevistados relataram que ficaram sabendo de oportunidades em Americana, no setor de confecção, a partir de amigos ou parentes. As redes sociais no local de destino, como aponta Massey (1988) é um fator importante para o redirecionamento do fluxo migratório, como neste caso de São Paulo para Americana, bem como o saber circular (Tarrus, 1999) e o saber costurar (Freitas, 2014).

Dentre os entrevistados que tiveram São Paulo como etapa migratória anterior apenas um relatou ter sabido de trabalho em Americana a partir de anúncio ou folheto de emprego e outro que relatou que foi um brasileiro dono de oficina que os levou a cidade. Os demais relataram que souberam da possibilidade de mudar a partir de redes familiares ou por amigos, embora tenha sido recrutado ou ido trabalhar em empresas brasileiras, demonstrando que a rede social entre os bolivianos que já residiam em Americana e os que residiam em São Paulo foi um fator importante na decisão de migrar, bem como a própria política local de incentivo a esta imigração, como revelado nas entrevistas institucionais.

A maior parte deles já chegou em Americana com um emprego em vista, já inserido no mercado de trabalho local, também a partir das conexões estabelecidas pelas redes sociais. Ademais, eles afirmaram que as condições de trabalho em Americana eram melhores do que as de São Paulo, inclusive com a possibilidade de registro em carteira. Outros mencionaram que em São Paulo estava difícil de trabalhar por conta da quantidade de costureiros disponíveis na

cidade, o que pode ser indicativo de uma saturação na oferta de costureiros bolivianos na região, os impelindo para fora da RMSP. Soma-se a isso outro fator levantado: que a cidade de Americana era mais tranquila para morar e mais próxima do estilo de vida que estavam acostumados na Bolívia.

Para os entrevistados que chegaram direto da Bolívia para Americana, sem passar por outras cidades, também foi fundamental as informações repassadas por meio de parentes e amigos. Inclusive as direções de como chegar a cidade e passar pela fronteira. Como Ana, de 21 anos, proveniente de La Paz e que chegou em Americana em 2012.

“Eu vim para trabalhar. Meu irmão estava aqui há dois anos e me contou que havia trabalho aqui, que estava bom de trabalho, então eu vim para trabalhar. Ele me falou o que era preciso para vir ao Brasil. Então eu saí de La Paz e vim direto para cá trabalhar na costura”
(Ana).

Oliver, de 19 anos, proveniente também de La Paz, assim como Ana, veio direto para a cidade de Americana por meio de um irmão que já morava na cidade. Segundo o entrevistado ele veio para estudar e ajudar um pouco o irmão que trabalha costurando roupas dentro de casa. Também Hilário veio ao Brasil para trabalhar, direto para Americana.

“Eu vim direto pra cá, em 2010, nem passei por São Paulo, vim por Campo Grande. Minha esposa tem parente aqui. Antes eles moravam em São Paulo, mas depois mudaram aqui. Então eu vim ajudar eles. Eu não vim trabalhar, vim ajudar, porque é familiar, trabalhava na casa, só a família, daí a gente ficou com eles quase dois anos e ficamos independentes” (Hilário).

Assim também veio Martina, de La Paz, em janeiro de 2015, que veio para visitar o irmão e acabou ficando para trabalhar com ele na oficina de costura familiar, montada dentro da própria casa com 5 máquinas próprias.

Também Elvis, de Cochabamba, que chegou em Americana em 2011, com a ajuda do cunhado que já morava na cidade há mais de 10 anos. Segundo ele, veio também para trabalhar na confecção, embora já trabalhasse com costura na Bolívia.

“Eu vim faz 5 anos, em 2011. Eu vim direto para Americana porque meu cunhado já morava aqui faz tempo e ele nos trouxe da Bolívia pra cá. Ele já mora no Brasil faz 15, 16 anos. Morava em São Paulo antes, daí trabalhou um ou dois anos e veio para cá” (Elvis).

Já Maribel de 25 anos, de Oruro, contou que veio para Americana para trabalhar, por meio de informações de uma amiga que já trabalhava na cidade. No entanto, antes já tinha morado na Argentina para trabalhar com a costura também. Ela conta que ficou sabendo da possibilidade de emprego por uma amiga, mas que foi o dono da oficina que a instruiu como chegar da Bolívia até Americana, onde já tinha um emprego a sua espera na chegada.

“Eu vim direto de Campo Grande para Americana, isso foi em 2012. Eu vim pra trabalhar, eu trabalho com costura. Eu já trabalhava com costura antes. Na Bolívia eu estudava contabilidade, mas tive que ir trabalhar porque não tinha como pagar meus estudos. Fui pra Argentina, voltei e depois vim para o Brasil. Eu pensava em trabalhar e ganhar um pouco de dinheiro para voltar a estudar, mas daí não deu, conheci meu marido, tive filho. Quem me falou que aqui tinha trabalho foi uma amiga, ela me contou, falou que tinha muito serviço aqui, que estava bom e tal. Então eu falei com o dono da oficina (que a amiga trabalhava), liguei e ele falou que precisava de pessoal e indicou como que tinha que passar pela fronteira, tudo que precisava fazer e daí eu vim”.

Entrevistadora: Então você veio com emprego certo aqui em Americana?

“Sim, já tinha emprego. Mas trabalhei uns dois ou três meses lá e veio a Federal e fechou. Eu não tinha registro, ainda estava fazendo os papeis” (Maribel).

Já Marta, a entrevistada que chegou mais recentemente em Americana, em 2015, contou que conseguiu um emprego a partir de indicações de uma agência de emprego de sua cidade, Cochabamba. Além disso a entrevistada se mostrou bastante preocupada com a Polícia Federal, tinha medo de ter problemas por estar de maneira irregular no país.

“Se eu conversar com você não vou ter problemas com a Polícia? Está bom, rapidinho né. Nós viemos (ela e o marido) faz um ano da Bolívia. Viemos para trabalhar porque a Bolívia estava mal e por isso viemos. Queríamos trabalhar aqui, mas agora já vamos embora porque está em crise. A gente veio direto para cá, de avião porque tenho filho muito pequeno e de ônibus demora três ou quatro dias”.

Entrevistadora: Mas como vocês ficaram sabendo que aqui tinha emprego?

“Na Bolívia, numa agência de emprego. Eu fui perguntar de trabalho e me disseram lá, por que você não vai ao Brasil, no Brasil tem trabalho. E eu conversei com meu marido e viemos pra cá. A gente nem sabia costurar, veio para ajudar na costura. Eles me deram a indicação” (Marta).

Portanto, com exceção da última entrevistada, os bolivianos que migraram direto da Bolívia para Americana vieram por intermédio da família ou amigos e conhecidos. A maioria já veio para trabalhar na confecção, em oficinas de costura de terceiros ou ajudando familiares em casa, demonstrando que tanto para os imigrantes que cumpriram etapas migratórias em São Paulo, como os que vieram direto, a rede social teve um papel fundamental na decisão de migrar, principalmente por meio de parentes próximos como irmãos e cunhados. Em relação ao papel das redes sociais para inserção no mercado de trabalho também podemos tecer relação com as premissas de Waldinger (1994). Ou seja, após a entrada dos primeiros imigrantes, uma rede social se implantou e permitiu que os imigrantes consecutivos tivessem um acesso mais facilitado as informações, a partir de redes familiares ou de conhecidos.

Além disso, todos os entrevistados migraram para Americana para trabalhar com costura, já com a promessa de emprego garantido. Muitos deles trabalhavam para a família ou para oficinas de compatriotas. Então podemos dizer que as informações circulavam internamente nas empresas nas quais os bolivianos se inseriram, numa rede privilegiada do grupo étnico, tanto nas empresas étnicas como nas nacionais. O que nos permite mais uma vez tecer relações com as suposições de Waldinger (1994) sobre Nova Iorque. Em Americana, no caso dos imigrantes entrevistados, pudemos notar que a rede social funcionou como uma forma de recrutamento de mais imigrantes para trabalhar no setor de costura, aglomerando o grupo no mesmo segmento a partir das informações sobre emprego e vagas em aberto. A partir do relato de Paulina, que tinha uma oficina de confecção na cidade, podemos observar como funcionava essa rede de recrutamento:

“Às vezes as pessoas que trabalhavam aqui pediam se podiam trazer um primo ou algum parente e eles chamavam e alguns chegavam direto aqui. E assim foi ficando muitas pessoas, um monte de bolivianos em Americana” (Paulina).

Portanto, a rede social entre os imigrantes estabelecidos e os pretendentes a migrar parece ter sido fator fundamental para o incremento do volume de bolivianos na cidade, que já chegavam a cidade praticamente inseridos no mercado de trabalho local. Realizando, portanto, uma migração para inserção laboral no ramo de costura em Americana.

Outro fator que se destaca entre os entrevistados é que embora a maioria tenha vindo trabalhar para uma oficina de costura, brasileira ou boliviana, muitos já tinham mudado de oficina ou se tornado independente, como eles dizem, ou seja, trabalhavam com suas próprias máquinas. Esta concepção de “independente” para a inserção laboral de imigrantes bolivianos no setor têxtil aponta duas questões importantes para este fluxo migratório:

- 1) delega “novas funções” aos sujeitos imigrantes na própria rede migratória, “desaprisionando” imigrantes de “contratos sociais” estabelecidos nas redes sociais iniciais;
- 2) no contexto da economia étnica, como apontam Bonacich (1973) e Waldinger (1994) dentre outros autores, trata-se do empreendedorismo étnico.

Assim, no caso dessa imigração boliviana para Americana, pode ser que o fato de migrar de São Paulo para este município, e sair de redes migratórias consolidadas, propicie este “se tornar independente”. Soma-se a isto, as raízes históricas da produção façionista em Americana e a facilidade de “se tornar independente” com um empreendimento familiar na costura em domicílio.

Alguns trabalhavam fora e também pegavam trabalhos extras para fazer em casa, nos fins de semana ou horários livres, como no caso do Santos e sua esposa.

“Minha mulher trabalha de encarregada numa confecção brasileira, faz dois anos já, mas também costurava em casa. Antes ela trabalhava em casa sozinha, por conta dos meninos e eu ajudava de manhã, meu período é da tarde (no trabalho), ajudava até meio dia, almoçava e ia trabalhar e ela ficava costurando.

Primeiro ela trabalhava numa firma, daí nasceu nosso filho e ela saiu, ficou trabalhando só em casa. Depois voltou a trabalhar em firma e em casa também... A gente trabalha aqui também (na casa), tem maquininha e trabalha. Temos 5 máquinas. Pego fação para pagar as contas. Só nós dois, porque a gente trabalha em empresa registrada e de fim de semana a gente costura um pouquinho, porque a gente sempre tem gasto pra pagar alguma coisa. Porque na verdade tinha hora extra, mas agora a empresa cortou tudo, daí não tem como. A gente pega uns serviços de brasileiros, lá de Campinas. A gente conhecia ela e daí ela entrou na firma, a moça que traz aqui para nós, ela sempre fazia roupinhas (a esposa, como costureira autônoma) daí a moça conhecia ela e pediu, faz um pra mim e daí ela indicou a gente, falou que costurava bem e passou serviço. O cara veio aqui, só que nós falamos para o cara que não tinha como se comprometer com que ele ia pedir, porque a gente trabalha em firma, tem horário e se você quer rápido, pode esquecer. Porque a gente trabalha, eu chego meia noite e ela chega sete horas e só sábado pode trabalhar e daí ele falou que está bom. E a gente entregou um serviço e ela gostou e daí, graças a deus, está trazendo” (Santos).

Então, Santos e sua esposa além de trabalharem em uma empresa, ele como mecânico e ela como costureira também fazem trabalho extra na casa para incrementar a renda. O casal tem 5 máquinas de costura e atendem encomendas de uma confecção de Campinas. Como Santos mesmo define: fazem fação. Portanto, trabalham em casa motivados pela possibilidade de acréscimo da renda a partir da aquisição de algumas máquinas de costura, para trabalhar nas horas vagas. A fação é uma forma de trabalho que surgiu desde a fundação da cidade de Americana e sua indústria têxtil e foi bastante disseminada na cidade e no setor de costura e se mantém até os dias atuais, conforme mencionado no capítulo dois.

Hilário também montou sua própria oficina, com a esposa, se tornando independente e trabalhando por conta própria:

“Eu trabalhava com a família para ajudar. Trabalhei quase dois anos lá com costura, daí a gente ficou independente. Compramos máquina de costura e começamos a costurar, só eu e minha esposa. Trabalhava sozinho, fazia freela para outros bolivianos” (Hilário).

Assim como Maribel que começou a trabalhar na própria casa recentemente:

“Agora não estou trabalhando fora, só na minha casa, tenho filhas pequenas. Eu tenho três máquinas, agora estou recebendo serviços aqui, mas não muito, porque não tem muito serviço para dar as famílias que estão iniciando agora. Trabalho eu e meu marido. Uma moça nos ofereceu, nós ligamos e pedimos um pouco de serviço, daí ela trouxe, daí ela traz e nós ligamos e avisamos que acabamos e ela traz outros. Ela fala: é pra amanhã, pra daqui a dois dias. É para brasileiros, a moça é brasileira, mas também trabalha com bolivianos” (Maribel).

Já Paulina começou com trabalhando em oficina externa. No decorrer do tempo ela e seu marido montaram a própria oficina, chegando a ter uma oficina de costura com 22 funcionários, mas hoje só mantém quatro funcionários devido à queda nas encomendas. Paulina, atualmente trabalha como cozinheira da oficina e ajudando o marido.

“Agora eu não estou trabalhando, ajudo meu marido, mas por causa dos meus filhos precisava montar um talher assim, uma pequena empresa em casa. Assim eu cozinho, trabalho como ajudante. Meu marido tem uma confecção, uma confecção pequena. Mas não é aqui em casa, em outro lugar porque não é permitido trabalhar dentro de casa. Agora só temos 4 pessoas costurando e um ajudante. Pegamos de uma firma brasileira, então nós fazemos a mão de obra. Eu faço comida para eles, janta, almoço, café da manhã, de tarde, tudo. Porque é assim o ritmo de trabalho dos bolivianos, agora os brasileiros são muito diferentes. Tem que levar sua marmita, tudo isso né. Eles recebem cesta básica, tudo isso, brasileiro né. Boliviano não quer isso, então trabalhamos do nosso jeito. Brasileiros não, acho que brasileiro não quer trabalhar como costureiro, brasileiro trabalha com horário fixo e quem aceitava era nós por isso todos eram bolivianos (na costura)”
(Paulina).

Como podemos notar, Paulina também destaca a diferença entre os trabalhadores brasileiros e bolivianos e destaca que os brasileiros não se submetem as rígidas cargas horários das oficinas de costura como os bolivianos, concluindo que os brasileiros não querem mais ser costureiros. Célia, Martina, Marta e Félix também trabalham costurando em casa com as famílias, em serviços terceirizados por brasileiros, com suas próprias máquinas de costura. Todos eles começaram trabalhando para outras pessoas, dentro de oficinas e mais tarde passaram a trabalhar por conta própria, pegando trabalhos de confecções locais ou de São Paulo.

Portanto é possível notar que o trabalho em casa, numa oficina familiar ou própria é bastante disseminado entre os entrevistados. Ademais, muitos não consideram trabalho as horas gastas para ajudar a família, consideram apenas como ajuda. Característica que guarda relações como a forma de trabalho de costura no Brasil, em domicílio, com a organização do trabalho por fação – forma de trabalho historicamente difundida em Americana, no qual o trabalho familiar não remunerado foi essencial.

Além disso, os entrevistados quando não trabalhavam em oficinas de terceiros, já tinham trabalhado, tanto para bolivianos como para brasileiros. No entanto, as encomendas das roupas eram repassadas exclusivamente por empresas brasileiras, conforme indicaram os

interlocutores. Também foi possível notar uma circularidade em relação ao trabalho, os bolivianos mudavam oficina em busca de melhores condições, principalmente entre aqueles que já tinham morado em São Paulo, mas também entre aqueles que tinham vindo trabalhar com os familiares. A maioria dos entrevistados, mesmo que trabalhassem em oficina alheia também possuíam máquina de costura em casa para pegar serviços extras ou para a família. Também buscavam pela própria independência, com a montagem de oficina própria.

Outro ponto foi que alguns entrevistados mencionaram a mudança ou tentativa de mudar de profissão. Buscavam deixar de ser costureiros para exercerem outras profissões, dentro do ramo de costura ou fora dele, mas nem sempre foram bem-sucedidos. Tanto Ronald como Santos conseguiram fazer curso de mecânica em máquina de costura pelo SENAI-Americana e se tornaram mecânicos.

“Eu trabalhava com costura, mas por conta de desentendimento com outros funcionários eu fui dispensado. Aí tomei uma decisão, coloquei meu nome no PAT aqui em Americana, fiz uma inscrição pra pegar curso. Aí fiz o curso de manutenção de máquina. E o PAT ligou passando três meses, parece que estava esperando o seguro desemprego e me ligaram que tinha uma vaga no SENAI e fiz o curso. E como eu entendia também era fácil para mim. Eu entendia o aspecto da manutenção porque eu já costurava. E agora estou trabalhando numa empresa aqui, já vai fazer cinco anos, como mecânico” (Santos).

“Em Americana eu trabalhei por conta própria (na costura). Mas não deu certo, daí fiz o curso de mecânica de costura, que eu já sabia. Eu fiz o curso no SENAI. Eu não paro dentro de oficina, eu saio, conserto e vou embora. Conserto pra brasileiros. Agora eu sou mecânico” (Ronald).

Outros tentaram diferentes trabalhos com Hilário, mas não conseguiram:

“Eu estou trabalhando com costura, mas eu tentei trabalhar com outras coisas, mas não deu. Nos supermercados, por exemplo, eu deixei

currículo. Me chamaram mais eu estava de viagem na Bolívia, fazia 3 anos que eu não ia, e então eu não consegui” (Hilário).

Já Cristian está tentando se tornar jogador profissional de futebol, embora ainda trabalhe costurando.

“Eu ainda trabalho costurando, mas não muito mais, só em casa. Estou tentando jogar futebol, eu treino lá em Atibaia, toda semana, mas não sei se vou conseguir” (Cristian).

O que demonstra uma tentativa de deixar a posição inicial de costureiro tanto para ascender profissionalmente dentro do ramo da costura, como também fora dele. Além disso, muitos relataram o desejo de estudar ou fazer cursos para melhorar suas condições de vida no Brasil.

Deste modo, entre os bolivianos que moraram primeiro em São Paulo e os que mudaram para Americana direto da Bolívia foi possível destacar que a rede social de parentes e amigos foi fundamental para a decisão de migrar para Americana. Decisão estreitamente relacionada ao mercado de trabalho local e a possibilidade de inserção no mesmo. Todos os bolivianos de entrevistados chegaram em Americana já inseridos no mercado de trabalho ou com promessa de trabalho garantido. Entre os que chegaram primeiro foi possível constatar que a inserção foi em confecções brasileiras, de empregadores brasileiros, inclusive com carteira de trabalho assinada. Entre os que chegaram mais recentemente, a maioria chegou para trabalhar com a família ou em oficinas de costuras bolivianas. Todos eles em algum momento trabalharam em serviços de costura dentro de casa ou tentaram montar a própria confecção como forma de aumentar os rendimentos, numa estrutura de trabalho em domicílio.

Além disso, dentre os bolivianos que moravam em São Paulo foi destaque a percepção que o mercado de trabalho em Americana estava melhor do que o de São Paulo para costureiros. Além disso foi possível notar que se estabeleceu uma rota rodoviária alternativa entre Americana e a Bolívia, sem passar por São Paulo. Muitos entrevistados mencionaram que chegaram a cidade ou voltaram a visitar a Bolívia por meio de ônibus para Campo Grande, que sairia direto da rodoviária de Americana para a cidade. A rota seria Americana – Campo Grande, Campo Grande – Corumbá e de Corumbá para a fronteira em direção a suas

localidades. Rota essa que também teria facilitado a ida e vinda da Bolívia para o Brasil, sem necessidades de passar pela cidade de São Paulo.

Outro ponto que se destacou entre os entrevistados foi o desaquecimento da economia local desde 2014, que teria diminuído a demanda pela costura e levado muitos bolivianos a deixar o país. Entre os entrevistados muitos disseram que se a economia não melhorasse eles pretendiam retornar a Bolívia, que atualmente estaria economicamente mais estável e a moeda local mais valorizada.

“Eu gostei de morar aqui em Americana, gostava daqui, queria até comprar um terreno, mas eu desanimei por causa da crise. Está muito difícil, porque antigamente se ganhava pouco dinheiro, mas como o dinheiro era baixo em relação aqui, você viajava, cambiava o dinheiro, um real valia 4 bolivianos, agora não. Está quase igual, um real vale 1,70, acho. E lá está melhorando também. Então eu vou ficar só mais um ano, dois... Antes tinha bastante boliviano aqui. Mas agora está todo mundo indo embora, essa semana minha cunhada foi embora e foi um ônibus embora. Eles estão vendendo tudo, carro, máquina. Antes tinha mais, agora muita gente foi embora, antigamente era melhor” (Hilário).

Como podemos ver Hilário relata que muitas pessoas já retornaram a Bolívia, tanto pela crise no Brasil que diminuiu a produtividade da costura como pela recuperação e estabilização da economia boliviana. Ana e Maribel também informam que se as condições de emprego não melhorarem elas retornam ao país de origem.

“Eu pretendo ficar mais três anos aqui, mas se continuar do jeito que está agora eu vou embora ano que vem, no final do ano. Se ficar bom de novo eu posso ficar mais tempo” (Ana).

“Eu queria ficar aqui mas parece que não vai dar porque não tem muito serviço, está fraco. Ano passado estava muito bem, tinha muito serviço, mas esse ano parou serviço. Não sei por que, mas agora está

“muito fraco o serviço. Se continuar assim, vamos voltar a Bolívia”
(Maribel).

Como também nos contou Paulina, que já foi dona de uma oficina de costura com 22 costureiros no auge da demanda por trabalho e agora mantém só quatro costureiros. Segundo ela a situação econômica do Brasil piorou e da Bolívia melhorou:

“Agora diminuiu bastante, apenas estamos sustentando assim para pagar aluguel. Antes tínhamos 22 funcionários e agora só tem 4. E também diminuiu o salão (oficina), agora é pequenininho. Antes era maior e aí com a crise que caiu, aí não deu para pagar o aluguel. Foi desde ano passado, a crise afetou bastante. E agora não sei se vou ficar aqui porque está crise aqui e na Bolívia está melhor lá a vida que aqui. A Bolívia está melhorando bastante, a moeda está quase tão valorizada como o real. Mas pra mim é muito difícil deixar minhas coisas assim rápido. Eu até pensei em ir embora para lá por causa da crise, mas meus filhos estão estudando e eu prejudicaria eles” (Paulina)

No entanto, ela pondera que no Brasil os filhos estão estudando, tem acesso a saúde, enquanto na Bolívia seria pago. Ela também diz que já está acostumada a morar aqui e por enquanto vai ficar, assim como relataram os bolivianos que estão a mais tempo na cidade, como Félix e Santos.

“Eu sou vou embora daqui se ficar muito ruim, eu gosto daqui, acostumei, a vida aqui é boa. Muitas pessoas já foram embora e também tem gente que foi para Ribeirão. Antes aqui tinha 7 times (de futebol), agora só tem um. Então muita gente já voltou” (Félix).

“Eu quero ficar aqui, pegar nacionalidade. Me acostumei aqui também. A cidade de Americana parece meu bairro lá em Santa Cruz. Eu fiquei de boa aqui, me acostumei mesmo. Sai o ano passado visitar a minha família e achei estranho, já me acostumei. Inclusive eu falo para minha mulher se você quiser pode ir para lá, mas eu fico aqui”
(Santos).

Além disso, segundo os entrevistados o custo de vida no Brasil seria muito caro, principalmente o aluguel de casas, o que dificultaria a economia de dinheiro, ainda mais com os baixos salários praticados no setor de costura.

“Nós vamos embora, porque aqui já não se pode juntar dinheiro, eu pago aluguel, luz, água. Não dá pra juntar. Eu ganho pouco, meu marido ganha pouco. Vamos embora agora no final do mês. Mas vamos ver, se melhorar aqui, voltamos outra vez” (Marta).

“Antigamente quando cheguei estava melhor, agora está ficando ruim também. Antes não tinha, éramos poucos bolivianos, agora são bastante, mas estão indo embora agora também. Não tem mais serviço. Está pouquinho serviço, já não dá mais para pagar as contas. Muitos bolivianos estão indo embora” (Célia).

Portanto, segundo os entrevistados, o volume de bolivianos residindo em Americana estaria diminuindo com o retorno de muitos deles para a Bolívia. No entanto, a maioria relacionou o retorno ou não a melhora da economia, dizendo que se a condição melhorasse não iriam ou voltariam para a cidade. O entrevistado Félix também relatou que algumas pessoas estariam se dirigindo a outras cidades do interior, como Ribeirão Preto, mas não deu mais informações a respeito. Como definiu Marta: a gente vai onde tem trabalho.

Logo, podemos notar que essa possibilidade de inserção no mercado de trabalho local foi fundamental para o incremento da migração boliviana para a cidade. Portanto, podemos inferir que o aumento da oferta de empregos na cidade, como mencionado pelos entrevistados institucionais, pode ter aumentado a atratividade da cidade para os imigrantes bolivianos, tradicionalmente inseridos na costura em São Paulo. Aparentemente, como destaca o depoimento de Célia e Santos, houve uma busca por parte de empresários brasileiros por costureiros bolivianos. Portanto, diferentemente do caso de São Paulo nos quais os bolivianos entram no mercado de trabalho da costura para substituir a mão de obra coreana, a partir de relações históricas entre os dois grupos étnicos; em Americana tudo indica que os bolivianos ingressaram para substituir a mão de obra nacional no setor. Assim sendo, os imigrantes bolivianos teriam ingressado no mercado de trabalho local devido a especialização no ramo de

trabalho no qual estão inseridos, a costura, e mudanças estruturais na força de trabalho local, que não estaria mais disposta a realizar esses trabalhos pouco qualificados. Deste modo, a imigração de bolivianos para a cidade teria sido consequência da inserção laboral na costura e não o contrário, retomando Freitas (2014), sobre São Paulo.

E uma vez instalados esses primeiros imigrantes na força de trabalho local, abriu-se a possibilidade da entrada de mais outros imigrantes, que foram impulsionados pela rede de transmissão de informações da rede social étnica, que retroalimentou a entrada de mais imigrantes, conforme vimos os relatos dos entrevistados (WALDINGER, 1994). Ou seja, a imigração se tornou progressiva, independente das condições econômicas que as criaram, por meio dos canais sociais da rede de imigrantes, que tem papel fundamental na perpetuação do fenômeno migratório uma vez iniciado o fluxo. Portanto, a imigração provoca mais imigração, ou seja, a entrada de bolivianos em Americana impulsionou a chegada de mais bolivianos independente da manutenção ou não das condições do mercado de trabalho local (MASSEY, 1990).

Para além da mudança na estrutura da força de trabalho da cidade ou da falta de mão de obra local, é preciso destacar que as características econômicas estruturais da cidade de Americana parecem ter sido fatores essenciais para a contribuição do incremento de bolivianos na cidade. Primeiro porque Americana tem uma economia baseada fortemente no setor têxtil e de confecção, sendo a principal cidade dentro do Polo Tecnológico da Indústria Têxtil e de Confecções de São Paulo, conforme vimos no capítulo dois; segmento esse no qual os imigrantes bolivianos estão historicamente inseridos, não apenas no Brasil, mas em outros países sul-americanos como Argentina. Segundo, porque a forma de trabalho em domicílio ou a partir de pequenas oficinas, denominada *fação*, é historicamente imbricada na economia local e fundante das relações de trabalho da cidade, a partir da subcontratação. Forma de trabalho que guarda muitas relações com as formas de trabalho familiar das oficinas de costura bolivianas em São Paulo. Logo, essas características estruturais da economia da cidade podem ter propiciado condições favoráveis para o ingresso e estabelecimentos dos bolivianos na cidade de Americana.

Ademais, não podemos esquecer que a reestruturação produtiva no Brasil e no setor têxtil indiretamente impulsionaram a entrada de bolivianos na confecção e criaram as condições estruturais para entrada deles em Americana a partir da precarização das relações de trabalho e

a pulverização da subcontratação, terceirização e quarteirização da produção industrial nacional. Portanto, Americana teria se tornado destino migratório de bolivianos a partir da reestruturação produtiva, momento no qual a cidade passou a fazer parte da cadeia global de produção ao adotar o modelo de produtividade baseado nas subcontratações e por meio da confecção a partir de modelos de oficinas denominados “sweatshops”. Fato esse atrelado as lógicas internas da economia local que já tinha sua economia baseada em trabalhos domiciliares denominados *fação*, logo, no caso de Americana a reestruturação produtiva aprofundou o tradicional método do *façoni*smo, tornando-o umas das principais formas de produção, por meio da subcontratação. Portanto, em Americana a chegada de bolivianos para substituir a mão de obra local permitiu aos imigrantes bolivianos ingressar no tradicional sistema *facionista* na cidade, facilitando a inserção dos mesmo na economia local e em empresas de nacionais. Ao mesmo tempo, a chegada de bolivianos na cidade também teria colocado a cidade na rota global dos fluxos migratórios internacionais, se tornando destino principal de muitos bolivianos, sem etapas migratórias intermediárias.

Logo, embora a chegada dos bolivianos em Americana tenha relações com a cidade de São Paulo, a partir de bolivianos que migraram de São Paulo para a cidade, uma vez iniciado o fluxo o mesmo parece ter adquirido ímpeto próprio, recebendo imigrantes provenientes diretamente da Bolívia, sem conexões com a capital do Estado. Esse ímpeto está claramente relacionado a formação das redes sociais étnicas que funcionaram como “rede de recrutamento” (Waldinger, 1994) entre os residentes na cidade e os interessados em migrar, retroalimentando o fluxo de bolivianos para a cidade.

Em Americana, o nicho econômico da costura vem marcando a presença da imigração boliviana, sem que pudéssemos identificar a inserção de imigrantes da Bolívia em outros setores da economia. Não parece haver concentração espacial específica na cidade e nem tão pouco uma organização da comunidade boliviana na cidade. A maioria dos bolivianos interage mais em entre si a partir do trabalho ou pelo local de residência, mas não possuem organizações ou associações de imigrantes na localidade, tanto pouco festividades e ou feiras locais, como no caso de São Paulo.

A entrada de imigrantes bolivianos em Americana está estreitamente conectada ao setor têxtil da região, nas oficinas de costura locais, iniciado a partir de bolivianos residentes em São Paulo e que foram trabalhar como mão de obra para a indústria local e, em geral, para

empregadores brasileiros. Assim, pode-se apreender três importantes especificidades da imigração boliviana em Americana: 1) o estabelecimento de primeiros imigrantes que se iniciou com o fluxo vindo de São Paulo e , possivelmente, já com a intenção de “se tornar independente”; 2) esta possibilidade de “se tornar independente” encontra reforço por se constituírem empregadores brasileiros; 3) o sistema façionista de formação histórica na indústria têxtil local, facilitou o “empreendedorismo étnico” dentre imigrantes bolivianos no município.

Considerações Finais

Esse trabalho se propôs abordar a questão da imigração boliviana para a cidade de Americana/SP, buscando os nexos entre essa imigração e a indústria têxtil da cidade a partir da perspectiva da reestruturação produtiva da mobilidade internacional de mão de obra. Perspectiva que postula a imigração internacional como um componente da mobilidade do capital como resposta as reestruturações produtivas que ensejaram reestruturações na demanda por trabalho.

Para tal, buscamos observar da imigração boliviana para Americana, bem como seu perfil sociodemográfico, a partir várias fontes de dados, como o Censo Demográfico 2010, a RAIS 2015 e o SINCRE 2000-2015. O uso de diversas fontes de dados é uma via de mão dupla. Primeiro porque levanta alguns desafios, tanto pelas limitações das informações como pela incompatibilidade entre as mesmas. Segundo, porque embora sejam as melhores fontes de informações disponíveis sobre migração internacional no país, os dados não nos permitem conhecer profundamente o fenômeno da migração internacional. Depois, porque essas fontes de dados são como uma fotografia, retratam um momento específico no tempo, imprimindo a realidade demográfica daquele momento, no entanto, sabemos que a migração é um fenômeno complexo e dinâmico, de muitas idas e vindas, que se perdem nesse registro. Entretanto, a despeito das limitações, a análise dessas informações traz enormes benefícios ao permitir elucidar a tendência dos fluxos migratórios a partir do estoque de migrantes por nível de desagregação municipal e permitindo observar a mobilidade interna dos estoques de imigrantes no país e as áreas de maior relevância, bem como as características sociodemográficas dos

migrantes.

A análise dos dados provenientes dessas fontes permitiu iniciar a discussão sobre a presença boliviana no interior do estado de São Paulo e principalmente na cidade de Americana. Pudemos notar que a presença imigrante no estado não é um fenômeno recente, pelo contrário, já é um fenômeno consolidado e sem sinais de retração. Demonstrando uma tendência crescente de redirecionamento de parte do fluxo boliviano para o interior do estado, embora volumes sejam significativamente menores comparados aos da RMSP. Além disso, foi possível observar que o fluxo boliviano para a cidade ganhou força a partir dos anos 2000, principalmente a partir de 2005 e que essa população está fortemente inserida num ramo específico de trabalho, a confecção.

Ademais, buscando sanar as lacunas deixadas pelas fontes de dados oficiais, também foi realizada uma pesquisa de campo na cidade visando aprofundar o conhecimento sobre a presença boliviana na cidade. A pesquisa de campo adotou como metodologia entrevistas qualitativas semiestruturadas de agentes institucionais e imigrantes residentes na cidade. A partir dela pudemos observar as características específicas da cidade em questão, Americana, e da população boliviana. Nos possibilitando conhecer mais a fundo o processo migratório que redirecionou parte do fluxo boliviano para a cidade e as nuances da questão. No entanto, o trabalho de campo também esbarrou em desafios, tanto em relação a captação dos imigrantes espalhados pela mancha urbana da cidade, como também pela desconfiança características de populações imigrantes, principalmente dos indocumentados. Tal desconfiança nos limitou o acesso aos imigrantes e o aprofundamento das entrevistas. Entretanto, as entrevistas geraram informações de grande valia sobre o entendimento do fluxo atual de bolivianos para a cidade, nos permitindo conhecer as motivações iniciais dos entrevistados e também parte da trajetória migratória e laboral dos mesmos. Sem mencionar, entender o processo de transmissões de informações entre imigrantes estabelecidos e pretendentes a migrar, a rede social, que realimentou o processo migratório de bolivianos para cidade.

Tanto as fontes oficiais de dados como o trabalho de campo demonstraram que o fluxo boliviano para Americana está inserido economicamente no setor de confecção. Nesse sentido, é preciso destacar que a imigração boliviana para o Brasil e países outros países latino-americanos está estreitamente relacionada ao segmento têxtil-confecção. Segundo Freitas (2014) os processos históricos determinantes da inserção boliviana na indústria de

confeção guardam relações com a consolidação da migração coreana para a América Latina e seus desdobramentos nos países receptores, em especial na Bolívia, que produziu circuitos produtivos e de subcontratação para o segmento da confecção que envolveram sobretudo a população boliviana. Nesse sentido, a população boliviana imigrante passa a fazer parte da cadeia global têxtil a partir da substituição da mão de obra coreana na costura nos países de destino. No caso do Brasil, na Região Metropolitana de São Paulo, que desde de 1970 recebendo um fluxo crescente de bolivianos na cidade.

As transformações ensejadas pela reestruturação produtiva, a partir do novo modelo de acumulação flexível, impulsionaram a flexibilização do trabalho e a informalidade em diversos segmentos, inclusive no setor têxtil-confeção que forjaram as bases para inserção dos imigrantes no mercado de trabalho local. Como vimos no capítulo um, a partir 1960 o capitalismo passou por um momento de crise no modelo de desenvolvimento baseado na forma de organização fordista que culminou na reestruturação produtiva mundial e num novo modelo de acumulação de capital. O novo modelo se baseou na flexibilidade do capital e não apenas afetou o modo de produção global, a partir da descentralização da produção e centralização do capital, como impulsionou a imigração internacional. O redirecionamento do capital para novas áreas industriais, sobretudo no Sudeste Asiático, resultou na intensificação da migração internacional e na complexificação dos fluxos migratórios a partir da diversificação dos países de origem e da proliferação da migração ilegal. Essas mudanças no padrão migratório foram ensejadas pela globalização do capital, desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e transportes, mas especialmente, devido a ruptura das estruturais tradicionais de trabalho nos países em desenvolvimento. Fatores esse que impulsionaram e adensaram a imigração a nível global.

A reestruturação produtiva não se restringiu aos países desenvolvidos, ao contrário, foi um fenômeno global e gerando impactos na maior área industrial do Brasil, a Região Metropolitana de São Paulo. Logo, seguindo a tendência mundial, São Paulo, o maior parque industrial do país até então, começa a passar por um processo de desconcentração industrial, conforme vimos no capítulo dois. Com a desconcentração industrial São Paulo perdeu parte de seu parque industrial, tanto decorrente do fechamento de diversas empresas como também pela realocação para outras regiões do estado e outros estados do Brasil, principalmente para o Nordeste. Nessa realocação ganha destaque a transferência de parte da capacidade produtiva para o interior do estado de São Paulo, que resultou em uma relação de complementariedade

produtiva entre interior e capital. Nesse sentido, a região de Campinas, na qual a cidade de Americana está inserida, ganhou destaque se tornando parte importante o parque industrial e tecnológico do país. Assim sendo, Americana se beneficiou do contexto de desconcentração industrial, se tornando o segundo maior polo têxtil do país, perdendo apenas para RMSP.

Deste modo, a cidade de Americana passou a fazer parte da cadeia produtiva nacional e global. No entanto, é preciso lembrar que a cidade de Americana guarda vínculos históricos determinantes com a indústria têxtil, uma vez foi fundada a partir da fundação da primeira indústria têxtil na localidade e sempre despontou no segmento têxtil nacional. Além disso, outra característica importante do segmento industrial na cidade foi o fezonismo, prática que marcou a indústria local desde sua formação até os dias atuais. No bojo das transformações da reestruturação produtiva a prática fezonista ganhou novo impulso e a subcontratação foi ampliada de forma significativa.

Essa ampliação da subcontratação, principalmente no segmento da confecção, teria permitido a substituição da mão de obra nacional pela dos imigrantes bolivianos em Americana, conforme vimos no capítulo quatro. Deste modo, o fluxo teria se iniciado a partir de imigrantes bolivianos que residiam na RMSP e foram trabalhar em Americana para empresas nacionais, num processo de substituição de trabalhadores nacionais. No entanto, uma vez iniciado o processo, por meio das redes sociais, o fluxo teria se adensado, se tornando um destino migratório para muitos bolivianos e passando a ser parte integrante da cadeia migratória global. Nesse sentido, a migração para Americana segue as lógicas das redes de subcontratação para costura e está longe de ser aleatória.

Do ponto de vista do imigrante boliviano a migração para Americana significou novas possibilidades residenciais e a laborais. A nova escolha residencial permitiu aos imigrantes entrar no mercado de trabalho formal, a partir da inserção em trabalhos com carteira assinada, e também alçar novas empreitadas como o “independente” ou por conta própria. Nesse sentido as características estruturais da economia local teriam permitido e até certo modo impulsionado os imigrantes bolivianos a ser “tornar independentes” a partir das suas próprias oficinas de costura. Ou seja, migração para Americana possibilitou aos bolivianos estabelecer seus próprios negócios étnicos, a partir da feção, trabalhando para empresas nacionais e contratando familiares ou compatriotas.

Deste modo, a Americana se mostrou uma escolha residencial positiva dado que as macro e microestruturas econômicas da cidade permitiram não apenas os imigrantes boliviano ingressar no mercado de trabalho local, mas como empreender o próprio negócio, na maioria das vezes familiar e/ou étnico. Modelo que guarda estreita relação com o tradicional modelo histórico empresarial da cidade, a feição.

Por fim, merecem destaque as importantes especificidades do fluxo boliviano para a cidade de Americana: 1) o fluxo se iniciou a partir do deslocamento dos primeiros bolivianos que deixaram a RMSP para trabalhar com costura em Americana, para empresários brasileiros; 2) a partir desses primeiros imigrantes estabeleceu-se uma rede social de informações que conectou futuros migrantes bolivianos, tanto residentes da RMSP como da Bolívia, que retroalimentou o fluxo para a cidade; 3) a entrada no mercado de trabalho local possibilitou aos imigrantes novos arranjos produtivos, propiciando que muitos migrassem do trabalho para terceiros para o trabalho “independente”, com suas próprias máquinas de costura, numa forma de organização que podemos chamar de “empreendimento étnico”, pois compõe um processo mais amplo tanto de produção global de mercadorias quanto pelas formas de reprodução social desse grupo migrante, que incorpora – dentre tantos aspectos – o saber circular e o saber costurar; 4) as especificidades de economia da cidade foram forças determinantes para a atração e manutenção do fluxo boliviano na cidade, tanto o segmento têxtil como a organização da produção por feição.

Assim, a interiorização da imigração boliviana para o interior de São Paulo aponta, para o caso da cidade de Americana, suas especificidades, heterogeneidades e características, que indicam a importância de se considerar a localização espacial do fenômeno migratório para a compreensão das migrações internacionais contemporâneas.

Referências bibliográficas

ANDRADE, J de; CORREA A R; SILVA C. Pólo de tecelagem plana de fibras artificiais e sintéticas da região de Americana. **Setor Têxtil** (2001): 13-28.

ARAUJO, Maria de Fátima Infante. Reestruturação produtiva e transformações econômicas: Região Metropolitana de São Paulo. **São Paulo em perspectiva** 15.1 (2001): 20-30.

BAENINGER, Rosana; LEONELLI, Gisela; BOLLIGER, Claudia. Municípios da Hidrovia Tietê-Paraná: regionalização e dinâmica sócio-espacial. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, 2002.

BAENINGER, Rosana. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos. **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, v. 14, 2004.

BAENINGER, Rosana. Processos recentes de redistribuição espacial da população em São Paulo, Brasil. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 5, 2013. BAENINGER, R. (org.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2012.

BAILEY, Thomas & WALDINGER, Roger. “**Primary, Secondary and Enclave Labor Markets: a training systems approach**”. *American Sociological Review*, v. 56, n. 4, p. 432-445, ago. 1991.

BONACICH, E. A theory of the middleman minorities. *American Sociological Review*, v. 38, n.5, p. 583-594, 1973.

BUECHELER, S. **Sweating it in Brazilian garment industry: bolivian workers and global economic force in São Paulo**. São Paulo: CEM, 2003.

BUECHLER, Simone. Sweating it in the Brazilian garment industry: Korean and Bolivian Immigrants and global economic forces in Sao Paulo. **Latin American Perspectives**, v. 31, n. 3, p. 99-119, 2004.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. Reestruturação produtiva e localização industrial: a dinâmica industrial na RMSP entre 1985 e 2000. **Encontro Nacional de Economia**, v. 31, 2002.

CAMPOLINA DINIZ, Clélio; CAMPOLINA, Bernardo. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 33, n. 98, p. 27-43, mai. 2007. Disponível em:
<http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612007000100002&lng=es&nrm=iso>.

CANO, Wilson. Auge e inflexão da desconcentração econômica regional. **AFFONSO, R, SILVA, PLB A federação em perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo: Fundap, p. 399-416, 1995.**

CANO, Wilson. **Economia paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005.** UNICAMP, 2007.

CARDOSO, Ana Maria Vieira. **Família de cidades: a atividade têxtil em Americana e entorno. 2004. 179f.** Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World.** New York: The Guilford Press, 2009.

CASTLES, Stephen; DE HAAS, Hein; MILLER, Mark J. **The age of migration: International population movements in the modern world.** Palgrave Macmillan, 2013.

COLLI, Juliana Marília. **O façomismo pelo avesso: um estudo das formas de organização do Trabalho a fação no ramo de tecelagem do polo têxtil de Americana-SP, 1997.**

COUTINHO, Beatriz Isola. **Reestruturação produtiva e imigração laboral nas indústrias de confecção metropolitanas: uma perspectiva comparativa entre São Paulo e Nova Iorque. (2013): 139-f.**

COSTA, Ana Cristina Rodrigues da; ROCHA, Érico Rial Pinto da. Panorama da cadeia produtiva têxtil e de confecções e a questão da inovação. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 159-202, mar. 2009

CZAIKA, Mathias; DE HAAS, Hein. **The effectiveness of immigration policies.** Population and Development Review, v. 39, n. 3, p. 487-508, 2013.

CZAIKA, Mathias; DE HAAS, Hein. **The Globalisation of Migration.** IMI Working Papers, WP-682013, 2013.

CRUZ-MOREIRA. Industrial upgrading nas cadeias produtivas globais: reflexões a partir das indústrias têxtil e do vestuário. Tese do doutorado, Escola Politécnica de São Paulo, 2003.

DE HAAS, Hein. **Mobility and human development.** 2009.

DURAND, José Carlos. Façomismo: produção familiar em tecelagem. **Revista de Administração de Empresas**, v. 25, n. 1, p. 05-14, 1985.

FREITAS, P. T. Imigração e trabalho: determinantes históricas da formação de um circuito de subcontratação de imigrantes bolivianos para o trabalho em oficinas de costura na cidade de São Paulo. **Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Caxambu, 2010.

_____. Imigração e experiência social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo. (Dissertação de mestrado). Departamento de sociologia, IFCH, Universidade estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2009.

_____. Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção—em busca de um

paradigma analítico alternativo. **Campinas: Núcleo de População-Nepo/Unicamp**, 2012.

_____. **Projeto Costura: percursos sociais de trabalhadores migrantes, entre origens e destinos**. 2014. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2014.

FUINI, Lucas Labigalini. Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema. **GeoTextos**, v. 9, n. 2, 2013.

GARCIA, Renato de Castro. Aglomerações setoriais ou distritos industriais: um estudo das indústrias têxtil e de calçados no Brasil. **Campinas: UNICAMP**, 1996.

GARCIA, Renato; MOREIRA, Juan Cruz: O Complexo têxtil-vestuário: um cluster resistente. In: Comin, Álvaro (org.). **Caminhos para o Centro: estratégias de desenvolvimento para a região central**. São Paulo: CEBRAP/EMURB/CEM, 2004.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise 21** (2011).

GOMES, Maria Terezinha Serafim. A desconcentração industrial e o crescimento da indústria no interior do estado de São Paulo - Brasil 1, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaindustrial/35.pdf>.

_____. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise 21** (2011).

GORINI, Ana Paula Fontenelle. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 12, p. [17]-50, set. 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**, tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

KADLUBA, Ruth F. Camacho. A Imigração no Estado de São Paulo. Integração dos Imigrantes na Cidade como forma de combate à pobreza, Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Especial para Participação e Parceria, Instituto UNIEMP-Fórum Permanente das Relações Universidade–Empresa, São Paulo, 2007.

KELLER, Paulo Fernandes. Economia global e novas formas de organização da produção na cadeia têxtil-confecções. *Revista Universidade Rural*, v. 24, n. 1-2, 2002.

KELLER, Paulo Fernandes. **Capitalismo Global e Reorganização da Cadeia Têxtil-Confecção:**

uma revisão bibliográfica. *Enfoques*, v. 1, n. 1, 2002.

KONTIC, B. “Redes produtivas e aprendizado na indústria do vestuário de São Paulo”. Anais do II Encontro da ABER, São Paulo, 2002.

_____. *Aprendizado e Metrópole: a reestruturação produtiva da indústria do vestuário em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

LEITE, Márcia de Paula. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. vol. 2, nº. 1, mar, 2004.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo. *São Paulo* 286 (1991).

_____. A reestruturação da indústria têxtil no estado de São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia* 10 (2011): 79-90.

MASSEY, Douglas S. **Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration**. *Population index*, p. 3-26, 1990.

MASSEY, Douglas S. et al. **Theories of international migration: a review and appraisal**. *Population and development review*, 1993.

MASSEY, Douglas S. et al. **Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millennium: Understanding International Migration at the End of the Millennium**. Oxford University Press, 1999.

PAIVA, O. C. “A imigração de latino-americanos para São Paulo (Brasil): dois tempos de uma mesma história.” São Paulo, Pastoral do Imigrante, 2007. Disponível na internet www.memorialdoimigrante.org.br/arquivos/artigofranca.pdf Acesso em setembro de 2009.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 60, fev./2006.

_____. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005, formato PDF.

PACHECO, Carlos Américo. *Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial*, 1999.

PATARRA, N. Migrações internacionais e integração econômica no cone Sul: notas para discussão In: SALES, T.; SALLES, M. do R. R. (orgs). **Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior**. São Carlos: EdUFSCar, Editora Sumaré, 2002.

PATARRA, N. Principais fluxos migratórios entre os países da América do Sul. In:

SEMINÁRIO: Migrações na América do Sul. Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Brasília, 2009. Disponível em: <https://sistema.planalto.gov.br/.../exec/.../ApresentacaoProfNeide.pdf>. Acesso em: _____ set. _____ de _____ 2009.

PORTES, Alejandro & JENSEN, L. “What's an ethnic enclave? The case for conceptual clarity”. *American Sociological Review*, 52, 1987, pg. 768 – 70

PORTES, Alejandro; JENSEN, Leif. The enclave and the entrants: Patterns of ethnic enterprise in Miami before and after Mariel. ***American Sociological Review***, p. 929-949, 1989.

PORTES, Alejandro. Economic sociology and sociology of immigration: a conceptual overview. In: _____ (org). *Economic sociology of immigration: essays on networks, ethnicity and entrepreneurship*. Nova Iorque: Russel Sage Foundation, 1995

PORTES, Alejandro; SHAFER, Steven. Revisiting the enclave hypothesis: Miami twenty-five years later. ***Research in the Sociology of Organizations***, v. 25, p. 157-190, 2007.

PROJETO URB-AL rede 10. A imigração na cidade de São Paulo: integração dos imigrantes como forma de combate à pobreza. Prefeitura da cidade de São Paulo, Instituto UNIEMP, Coordenado por KADLUBA, R. F. C. São Paulo, 2007. Disponível na internet em formato PDF. Site: http://www.projetoindustria.com.br/i-migrantes/noticias/imigracao_em_sao_paulo.pdf Acesso em setembro de 2009.

RIBEIRO, Maria José Ferreira de Araujo; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. **Memória, imigração e educação:** fábrica de tecidos Carioba – uma vila industrial paulista no início do século XX, 2005.

RODRÍGUEZ Barichivich, Luis Alejandro. Análise dos setores: indústria, comércio e serviços, originados em função da via Anhangüera, Município de Americana, São Paulo, 1998: 127-f.

SALA, Gabriela Adriana; CARVALHO, José Alberto Magno de. A presença de imigrantes de países do Cone Sul no Brasil: medidas e reflexões. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 25, n. 2, p. 287-304, 2008.

SASSEN, Saskia. **The mobility of labor and capital.** A Study in International Investment and Labor Flow, 1988.

SASSEN, Saskia. **The mobility of labor and capital: A study in international investment and labor flow.** Cambridge University Press, 1990.

SASSEN, Saskia. **The global city.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 1991.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia global.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SASSEN, Saskia. **The Global City: New York, London, Tokyo.** Princeton University Press, 2001.

SASSEN, Saskia. **Una sociología de la globalización.** Katz Editores, 2007.

SASSEN, Saskia J. **Cities in a world economy.** Sage Publications, 2011.

SILVA, Sidney A. **Costurando sonhos**: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. Latino-americanos em São Paulo: aspectos de sua reprodução social e perspectivas. In: **XXII Encontro Anual da ANPOCS**, 1998. Caxambu: Anais, 1998. <http://www.anpocs.org.br/encontro/1998/1998.htm>. Acesso em: set. 2009.

_____. Hispano-americanos em São Paulo. In: **Travessia Revista do Migrante**, ano XII, n. 33, 1999.

_____. Faces da latinidade: hispano-americanos em São Paulo. In: **Textos NEPO 55**, Campinas/UNICAMP, 2008.

SILVA, Carlos Freire da. Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecção em São Paulo. Dissertação de mestrado, apresentada no departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOARES, Weber; LOBO, Carlos; MATOS, Ralfo. MOBILIDADE ESPACIAL DOS IMIGRANTES ESTRANGEIROS NO BRASIL-1991/2010. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 23, n. 44, p. 191-205, 2015.

SOUCHAUD, S. A imigração boliviana em São Paulo. In: H. Póvoa Neto, A. P. Ferreira, et al (Ed.). Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante. Rio de Janeiro: NIEM-UFRJ/Garamond, 2010a.

_____. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo?. **Boliviana no Brasil**, p. 75, 2012.

SUGAHARA Cibele Roberta.; DE CASTRO, Waldomiro; VERGUEIRO, Santos. Redes sociais: um olhar sobre a dinâmica da informação na rede (APL) Arranjo Produtivo Local Têxtil, de Americana–São Paulo. Revista Interamericana de Bibliotecología, v. 34, n. 2, p. 177-186, 2011.

TARRIUS, Alain. “Territories circulatories et espaces urbains: differentiation des groupes migrants”. In: Les Annales de la Recherche Urbaine, n 59/60, p. 50-59, 1993.

_____, Alain. “Economies souterraines, recompositions sociales et dynamiques des” In: Societes contemporaines, vol 36, n. 1, p. 19-32, 1999.

TEIXEIRA, Ana Flávia. **Capital social em um arranjo produtivo local**: estudo da indústria têxtil e de confecção do município de Americana e região, 2010.

TRENTIN, Gracieli. A expansão urbano-industrial do município de Americana-SP: geotecnologias aplicadas à análise temporal e simulação de cenários. 2008.

TRUZZI, Oswaldo. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. *Estudos Históricos* 28 (2001): 143-166.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

WALDINGER, Roger. Networks and niches: the continuing significance of ethnic

connections. **Ethnicity, social mobility, and public policy: Comparing the USA and UK**, Cambridge: Cambridge University Press, 2005, 342-361.

_____. "The Making of an Immigrant Niche." *The International Migration Review*, vol. 28, no. 1, 1994, pp. 3–30. www.jstor.org/stable/2547023

WILSON, Kenneth L., and Alejandro PORTES. "Immigrant Enclaves: An Analysis of the Labor Market Experiences of Cubans in Miami." *American Journal of Sociology*, vol. 86, no. 2, 1980, pp. 295–319. www.jstor.org/stable/2778666

XAVIER, Iara R. Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo. Dissertação de Mestrado. IFCH-UNICAMP: Campinas, 2010.

XAVIER, Iara Rolnik. A inserção socioterritorial de migrantes bolivianos em São Paulo. Uma leitura a partir da relação entre projetos migratórios, determinantes estruturais e os espaços da cidade. *Boliviana no Brasil*, p. 109, 2012.